



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL  
DE PERNAMBUCO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MÔNICA BARROS DA NÓBREGA**

**A RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TEÓRICO NAS TESES  
DE DOUTORAMENTO E A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DO PROJETO  
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

**RECIFE  
2013**

**MÔNICA BARROS DA NÓBREGA**

**A RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TEÓRICO NAS TESES  
DE DOUTORAMENTO E A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DO PROJETO  
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Brito Arcoverde

**RECIFE  
2013**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Catálogo conforme AACR2, CUTTER e CDD  
Catálogo na fonte: Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB 15/483

N754r Nóbrega, Mônica Barros da.

A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do projeto ético-político do serviço social brasileiro [manuscrito] / Mônica Barros da Nóbrega, 2013.

323 f.: il.

Digitado.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013.

“Orientação: Profa. Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde, Departamento de Serviço Social”.

1. Serviço Social. 2. Produção de Conhecimento Teórico. 3. Direção Social. I. Título.

CDD 361

**MÔNICA BARROS DA NÓBREGA**

**A RELAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TEÓRICO NAS RESES  
DE DOUTORAMENTO E A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DO PROJETO  
ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

ATA DE APROVAÇÃO: 15/03/2013

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Brito Arcoverde  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ângela Santana do Amaral  
(Examinadora Interna)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Moema Amélia Serpa Lopes  
de Souza  
(Examinadora Externa)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Anita Aline Albuquerque  
Costa  
(Examinadora Interna)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Melo do  
Nascimento  
(Examinadora Externa)

*À Ada Florêncio Barros Nóbrega, minha  
mãe, exemplo de coragem, dedico.*

## **AGRADECIMENTOS**

À professora e orientadora Ana Cristina Brito Arcoverde, pelo estímulo constante, pelas orientações, confiança e amizade demonstradas;

À professora Ana Cristina Vieira, pela atenção, delicadeza, apoio e respeito dedicados na difícil travessia de construção deste trabalho;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, pela dedicação e pelos conhecimentos transmitidos, e aos funcionários, pela atenção dispensada;

Aos colegas de Doutorado, pela fraterna convivência e conhecimentos compartilhados, em especial a Cleomar Campos da Fonseca, que generosamente contribuiu com suas valiosas observações e sugestões;

À Universidade Estadual da Paraíba, pela viabilização do meu afastamento integral das atividades docentes;

As companheiras do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, parceiras de uma mesma caminhada, pelo apoio incondicional à conclusão desta nova etapa de formação;

À Jordeana Pereira Davi, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza e Thereza Karla de Souza Melo, pelas quais nutro profunda admiração, pela força permanente e amizade fraterna;

Ao CNPq, pelo apoio financeiro;

Aos familiares e amigos pelo estímulo, apoio e carinho com que acompanharam a elaboração deste trabalho;

Aos membros da banca examinadora, professoras doutoras Ângela Santana do Amaral, Moema Amélia Serpa Lopes de Souza, Anita Aline Albuquerque e Maria de Fátima Melo do Nascimento, pelas valiosas críticas e significativas contribuições para o enriquecimento deste trabalho;

Enfim, a todos quero aqui eternizar os meus agradecimentos.

*O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta, o que ela quer da gente é coragem.*

*(João Guimarães Rosa, Grande Sertão: veredas).*

## RESUMO

O trabalho ora apresentado trata da relação entre a produção de conhecimento teórico no Serviço Social brasileiro e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, a partir de teses defendidas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no período de 2005 a 2010, disponibilizadas em meio digital. Busca apreender de que maneira a conjuntura atual e o protagonismo dos sujeitos pesquisadores mediam essa relação, configurando uma determinada direção ao conhecimento teórico produzido. Entendendo que as questões relativas à produção de conhecimento teórico não devem ser tratadas enquanto problemas internos ao conhecimento, regidos por uma legalidade própria, consideramos nesse processo, além das determinações estrutural e conjuntural, a presença dos sujeitos protagonistas dessa produção. Metodologicamente foi priorizada a realização de pesquisa bibliográfica e documental, envolvendo as teses disponibilizadas em meio digital, com conteúdo liberado para consulta pública. Os resultados sugerem que, apesar da interferência da programática pós-moderna, que reforça o projeto societário burguês predominante, bem como reatualiza a herança cultural conservadora no Serviço Social, prevalece no conhecimento teórico analisado uma direção social alicerçada na perspectiva teórico-metodológica de base marxista. Portanto, uma relação de aproximação com a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, embora tensionada por tal interferência.

**Palavras-Chave:** Serviço Social. Produção de conhecimento teórico. Direção Social.

## ABSTRACT

This paper intends to deal with the relationship between the production of theoretical knowledge in Brazilian social work and the strategic social direction of the professional ethical-political project, from theses defended in the Graduate Program in Social Work at the Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pernambuco, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo and Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, in the period from 2005 to 2010, available in digital media. Also, it intends to grasp how the current situation and the individual roles measured this relationship by setting a certain direction to theoretical knowledge produced. Understanding that issues related to the production of theoretical knowledge should not be treated as knowledge internal problems, governed by its own legality must consider this process, in addition to structural and economic determinations, the presence of the protagonists of this production. Methodologically was prioritized conducting research literature and documents involving theses available in digital media, with content released for public consultation. The results suggest that, despite the interference of programmatic postmodern, which reinforces the dominant bourgeois social project as well as updates a conservative cultural heritage in social work, predominantly in one direction analyzed theoretical knowledge grounded in social theoretical-methodological based on Marxism. Therefore, a closer relationship of it between the strategic social direction of the ethical-political professional project, although stressed by such interference.

**Keywords:** Social Service. Production of theoretical knowledge. Social Director.

## RESUMEN

El presente trabajo trata de la relación entre la producción de conocimiento teórico en Trabajo Social brasileño y la dirección social estratégica del proyecto ético-político de la profesión, a partir de las tesis defendidas en los Programas de posgrado en Trabajo Social de la Universidad Federal de Rio de Janeiro, Universidad Federal de Pernambuco, Pontificia Universidad Católica de São Paulo y Pontificia Universidad Católica do Rio Grande do Sul, en el periodo de 2005 a 2010, disponibles en medio digital. Busca aprender de qué manera la coyuntura actual y el protagonismo de los sujetos investigadores median esa relación, configurando una determinada dirección del conocimiento teórico producido. Entendiendo que las cuestiones relativas a la producción de conocimiento teórico no deben ser tratadas como problemas internos del conocimiento, regidos por una legalidad propia, consideramos que en ese proceso, además de las determinaciones estructural y coyuntural, la presencia de los sujetos protagonistas de esa producción. Metodológicamente fue priorizada la realización de la investigación bibliográfica y documental, envolviendo las tesis disponibles en medio digital, con contenido liberado para consulta pública. Los resultados sugieren que, a pesar de la interferencia de la programática posmoderna, que refuerza el proyecto societario burgués predominante, bien como reactualiza la herencia cultural conservadora en el Trabajo Social, prevalece en el conocimiento teórico analizado una dirección social cimentada en la perspectiva teórico metodológica de base marxista. Por tanto, una relación de aproximación con la dirección social estratégica del proyecto ético-político de la profesión, a pesar de tensionada por tal interferencia.

**Palabras-Clave:** Trabajo Social. Producción de Conocimiento Teórico. Dirección Social.

## LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.
ABESS	Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social.
ALAETS	Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social.
ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais.
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior.
BM	Banco Mundial.
C&T	Ciência e Tecnologia.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviços sociais.
CCQ's	Círculos de Controle de Qualidade
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social.
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisas em Políticas Sociais e Serviço Social.
CELATS	Centro Latino-Americano de trabalho Social.
CENEAS	Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais.
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina.
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais.
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social.
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
GRESS	Conselho Regional de Serviço Social.
DC	Desenvolvimento de Comunidade.
ENESSO	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.
ENPESS	Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América.
GTPs	Grupos Temáticos de Pesquisa.
JK	Juscelino Kubitschek.
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social.

MEC	Ministério da Educação e Cultura.
NUPEPS	Núcleo de Pesquisa e Práticas Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação.
PPGSS	Programa de Pós- Graduação em Serviço Social.
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
PUC-RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
SESC	Serviço Social do Comercio.
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação.
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social.
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba.
UFPB	Universidade Federal da Paraíba.
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco.
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro.
UnB	Universidade de Brasília.
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Agrupamento das teses a partir dos eixos temáticos .....	253
Quadro 02 - Apresentação da Amostra .....	255

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>Introdução</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>Da gênese à contemporaneidade da profissão: a construção da direção social do conhecimento teórico no serviço social brasileiro</b> .....	<b>48</b>
2.1	Determinantes sócio-históricos que possibilitaram a emergência do serviço social .....	52
2.2	Serviço Social no Brasil: gênese e profissionalização .....	66
2.3	Trajectoria de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão e suas manifestações na produção teórica do serviço social brasileiro .....	96
2.4	Projeto ético-político: defesa explícita de uma nova direção social para o conhecimento teórico produzido pelo serviço social .....	129
<b>3</b>	<b>Produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento defendidas nos programas de pós-graduação em serviço social e direção social: mediações que incidem nesta relação</b> .....	<b>149</b>
3.1	Crise contemporânea do capitalismo: transformações conjunturais diretamente relacionadas à estrutura vigente que possibilita a reatualização do conservadorismo .....	151
3.2	O ideário pós-moderno e seus desdobramentos .....	176
3.2.1	<u>Pós-modernidade e o Serviço Social: implicações dessa relação sobre a produção de conhecimento teórico</u> .....	209
3.3	A contrarreforma do ensino superior no Brasil e suas repercussões para a produção de conhecimento teórico .....	223
<b>4</b>	<b>A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do projeto ético-político</b> .....	<b>234</b>
4.1	Elementos do perfil profissional dos protagonistas da produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, universo da pesquisa .....	235
4.2	Temas prevaletentes .....	251
4.3	O conhecimento teórico produzido e sua relação com a direção social estratégica do projeto ético-político profissional .....	261
<b>5</b>	<b>Considerações</b> .....	<b>289</b>
	<b>Referências</b> .....	<b>292</b>
	<b>Apêndices</b> .....	<b>312</b>
	<b>Anexos</b> .....	<b>321</b>

## 1 Introdução

Este trabalho trata da relação entre o conhecimento teórico produzido no Serviço Social brasileiro, em especial nas teses de doutoramento, e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, na contemporaneidade.

Conhecimento teórico é aqui entendido como o processo de elucidação da realidade. Uma modalidade particular de conhecimento, entre outras, a exemplo da arte, do conhecimento prático da vida cotidiana, do conhecimento religioso etc., pois como observou Marx (2008), pensador que inaugurou na Modernidade uma forma revolucionária de conhecer o real fundado no primado da razão, existem diversas formas de se apropriar do mundo. A apropriação teórica difere da apropriação do mundo na arte, na religião e no espírito prático. As diferentes modalidades de conhecimento<sup>1</sup> nos possibilitam certa forma de apropriação do real, porém é a apreensão teórica que tende a ser a mais universal e mais completa, visto que busca captar e reproduzir este real por meio do pensamento. Portanto, o conhecimento teórico se difere dos demais no que se refere a sua natureza, significado e estatuto.

Na perspectiva marxiana o conhecimento teórico é, necessariamente, o conhecimento do objeto na sua existência real e efetiva, independentemente das aspirações e desejos do sujeito. É a reprodução ideal do movimento do objeto pelo sujeito nas suas múltiplas determinações. A realidade é anterior ao pensamento. A matéria precede o conceito, a qual existe antes mesmo de existir um pensamento sobre ela. Sendo os indivíduos produtos sociais, a sociedade muda, as ideias mudam. O objeto existe sem o sujeito, contudo não pode existir conhecimento sem sujeito. Entre a teoria e a prática ocorre uma unidade, embora com supremacia desta. Desse modo, apropriar-se, através do pensamento, do mundo real é, fundamentalmente, um ato teórico.

O conhecimento da realidade, enfim, opera-se envolvendo a dimensão da singularidade, particularidade e universalidade. Não é apenas a sua simples transposição para o pensamento, mas consiste na reflexão crítica que se dá a partir de um conhecimento acumulado e que irá resultar em uma síntese, o concreto

---

<sup>1</sup> Uma análise rigorosa acerca das diversas modalidades de conhecimento encontra-se em Vázquez (1968).

pensado. “O concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 1978, p. 116).

Singularidade que, conforme Pontes (1997) corresponde ao nível de existência imediata em que vão se expressar os traços irrepetíveis das situações singulares da vida em sociedade, que se mostram como coisas fortuitas. É, pois, o plano da imediatez, da pseudoconcreticidade (KOSÍK, 1976), no qual a legalidade social<sup>2</sup> está inteiramente oculta. Na universalidade estão colocadas as grandes determinações gerais de certa formação histórica, as quais são regidas por leis tendenciais ou tendências de um dado complexo social. A particularidade é o espaço no qual a legalidade universal se singulariza e a imediatez do singular se universaliza. Assim, na relação entre o universal e o singular, através da particularidade ou campo das mediações entre os homens singulares e a sociedade está à possibilidade de desvendamento do real.

Portanto, o conhecimento teórico nessa vertente é totalizante, qualquer objeto que o homem possa apreender ou criar é parte de um todo, que é mais do que a soma das partes que o constitui, é um conjunto de fatos articulados. A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que dela se tem (KONDER, 1992).

Na esteira de Marx, Tonet (1998; 1997), combativo intelectual marxista, ressalta que a teoria é um conjunto articulado de conhecimentos filosóficos e científicos, a respeito do fim a ser alcançado, do estado da realidade a ser transformada, do sujeito revolucionário e de seus adversários e dos meios e estratégias a serem utilizados. Logo, significa a tradução racional do complexo processo real e a prioridade ontológica do objeto sobre o sujeito no processo de conhecimento. Portanto, no processo de conhecimento da realidade a objetividade é a determinação fundante, contudo esta não nos revela nada sem o insubstituível e ativo papel da consciência.

---

<sup>2</sup> Para Pontes (1997), a legalidade social se refere à presença de forças tendenciais que historicamente se impõem à sociedade e por ela também é construída demarcando certos condicionamentos do ser social.

Para Marx (1978), que toma o trabalho como fonte de toda riqueza social, como categoria fundante do mundo dos homens, o conhecimento teórico, enfim, não se constitui apenas como ferramenta para a compreensão do mundo, mas, acima de tudo, como possibilidade de sua transformação, conforme as necessidades e os interesses de uma determinada classe social, a classe trabalhadora. Conhecimento que busca captar o real em suas múltiplas determinações, reafirmando o caráter histórico e criador da práxis<sup>3</sup> humana, da atividade real, objetiva e material do homem, que prevê a transformação da realidade a partir do uso da consciência. Tem como traço fundamental o ponto de vista da totalidade como indicação metodológica, não se restringindo à mera aparência, aos elementos imediatos da vida social, mas implicando o desvendamento de todas as suas determinações e relações intrínsecas.

Nessa perspectiva conhecimento teórico crítico verdadeiro é aquele que insiste na captura da lógica específica de seu objeto, na busca dos fundamentos. Que busca a sua captura, bem como a sua transformação. Desse modo, como escreveu Vázquez (1968), a teoria assim concebida torna-se necessária, como crítica teórica das teorias que não vislumbram a transformação do mundo e como teoria das condições e possibilidades da ação.

O seu método de análise fundamenta-se na razão dialética que tem como eixo categorial a negatividade, a mediação e a totalidade. Negatividade que é própria da natureza do real, o qual porta movimento, afirma-se e se nega. Mediações que são categorias que conectam os níveis imediato e mediato e a totalidade formada pelas dimensões da singularidade, da particularidade e da universalidade que conformam o real (PONTES, 1997). Método esse que é, conforme ressalta Márkus (1974, p. 44), “[...] o único método correto de conhecimento no interior da sociedade alienada”. O mais alto grau dentre as possibilidades que o homem possui de conhecimento. É, pois, o método da representação espiritual e intelectual da realidade, do desenvolvimento e da explicitação dos fenômenos culturais partindo da atividade prática objetiva do homem histórico (KOSIK, 1976).

---

<sup>3</sup> Para um maior aprofundamento sobre a práxis, consultar Vázquez (1968).

A análise dialética, segundo Ianni (1988, p. 132), simultaneamente constitui e transforma o objeto. Adere destrutivamente ao objeto, visto que desvenda e desmascara os seus fetichismos, as suas contradições e movimentos. Ao tornar transparente o encadeamento dos homens e dos produtos advindos da sua atividade, entre si e reciprocamente, a análise desvela o caráter e as tendências dos antagonismos que governam o envolver revolucionário e histórico do capitalismo. Pelos antagonismos produzidos nos desenvolvimentos das forças produtivas é que se dá a historicidade do objeto. Enfim, “Ao mesmo tempo em que revela esse mundo sendo criado, desvenda os seus movimentos, a sua historicidade”.

Portanto, perspectiva que se fundamenta na teoria do valor-trabalho, base do entendimento da mais-valia; no método dialético, que possibilita o desvendamento da realidade; e na perspectiva da revolução, com destaque para a luta de classes e para o papel do homem na transformação social.

Contudo, sabemos que numa sociedade constituída por classes antagônicas e permeada pela luta dos interesses em conflito a produção de conhecimento teórico pode assumir distintos papéis. Pode, é certo, como observaram Tristão et al (2009), ser instrumento revolucionário, que desvela a essência dos elementos que constituem e movem a sociedade, expressando o seu caráter contraditório e criando as bases para a sua superação. Por outro lado, pode ser um instrumento apologético, ilusório num movimento contrarrevolucionário que não demonstra compromisso algum com a explicação da realidade, porém apenas com a sua justificação. Ou seja, que segue um caminho, como já evidenciou Araújo (2000), pautado em concepções epistemológicas que, em última análise, refuta os princípios ontológicos da constituição do ser social e das relações sociais, afastando-se, necessariamente, da perspectiva que busca oferecer suporte à transformação da sociedade.

A luta de classes envolve, fundamentalmente, a luta do conhecimento, a luta das concepções, da desmistificação. O conhecimento da verdade pode ter serias consequências, diretas ou indiretamente, sobre o comportamento das classes sociais e sobre o resultado de seus confrontos. “Revelar ou ocultar a realidade objetiva é uma arma poderosa no campo da luta de classes” (LOWY, 1994, p. 202).

No que se refere à direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro podemos ressaltar, tomando como referência o competente estudo de Netto (1996c) sobre o Serviço Social no movimento histórico da sociedade brasileira, que esta diz respeito ao complexo da cultura profissional, valores, princípios, concepções teóricas, instrumentos operativos, germinada ao longo dos anos 1980 e na entrada dos anos 1990, em meio ao embate contra o lastro conservador da profissão.

Nos chama a atenção o autor para o fato de que numa profissão, tanto no plano ideal, quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm buscam lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais em disputa na sociedade. Nesse sentido é que vão se afirmando valores, diretrizes profissionais que, ao conquistarem segmentos expressivos da profissão, passam a representar a sua “auto-imagem”, adquirindo a condição de projeto profissional, o qual somente poderá ser pensado em relação a um projeto societário progressista ou conservador, cujo eixo central conecta-se aos rumos da sociedade como um todo.

Numa sociedade com regras democráticas, adverte Netto (1996c), uma profissão é sempre uma arena de lutas, na qual os diferentes segmentos da categoria, expressando a diferenciação ídeo-política existente na sociedade, buscam elaborar uma direção social estratégica para a sua profissão. Direção social estratégica essa que para sua consolidação, necessariamente, não significa a supressão das diferenças no conjunto da categoria, visto que esta não é um bloco homogêneo. Enfim, direção social que não suprime diversas tendências no conjunto da categoria, mas que se inclui num processo de luta por hegemonia<sup>4</sup>.

Assim, a cultura profissional construída na luta contra o conservadorismo , quando a categoria profissional recebeu os influxos das exigências políticas e sociais colocadas na ordem do dia pela ruptura da ditadura militar, deu origem à formulação de uma direção social e política para a profissão, que colide com a hegemonia política do grande capital, configurando um projeto que se materializa a

---

<sup>4</sup> No pensamento gramsciano, a hegemonia é tratada no conjunto da sociedade, no contexto de lutas de classes existentes na sociedade capitalista. Não se confunde com supremacia, com maioria, pressupõe dimensões muito mais qualitativas que quantitativas. Significa, portanto, a prevalência de uma vontade coletiva sobre as demais vontades coletivas, considerando a coexistência democrática entre projetos societários distintos. Assim, a hegemonia ocorre quando um destes projetos coletivos se afirma sobre a diversidade de outros que democraticamente disputam a direção social da sociedade, a partir da formação de um bloco histórico que articula uma multiplicidade de interesses. A este respeito consultar Gruppi (1978).

partir da conjunção de várias dimensões, as quais contemplam o efetivo reconhecimento da Teoria Social Crítica como substrato teórico e político-cultural capaz de fundamentá-lo, bem como a organização política da categoria e o conjunto de documentos que orientam política e juridicamente a profissão no país (Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão; o Código de Ética de 1993; e as Diretrizes Curriculares de 1996 para a formação acadêmica.

Ou seja, projeto profissional esse que, conforme Netto (1999), construído num período histórico de extrema importância para o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, com destaque para a recusa e crítica ao conservadorismo profissional<sup>5</sup>, vinculou-se a um projeto societário que vislumbra a transformação da sociedade, conquistando hegemonia na década de 1990, quando se explicita a maturidade profissional, expressa, notadamente, na produção do conhecimento, nos marcos legais e na organização política da categoria.

Projeto que toma a liberdade como valor central, concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas, resultando no compromisso com a autonomia, a emancipação e a total expansão dos indivíduos sociais. Afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo<sup>6</sup> na sociedade e no exercício profissional, numa clara oposição ao projeto burguês hegemônico na sociedade. Sem, contudo, confundir pluralismo com uma tolerância liberal para com o ecletismo, o qual, como já alertou Coutinho (1995), representa a degradação teórica do pluralismo, o que não impede a luta de ideias.

Portanto, apresenta a autoimagem da profissão, elege os valores que a legitima socialmente, demarca e prioriza os seus objetivos e funções, formula os requisitos teóricos, institucionais e práticos para o exercício profissional, prescreve as normas para o comportamento dos assistentes sociais e estabelece as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as instituições sociais (NETTO, 1999).

Na sua dimensão intelectual, ressalta Guerra (2007), demanda um profissional que porte um rigoroso domínio teórico-metodológico e que assuma uma postura investigativa visando apreender as tendências do desenvolvimento histórico.

---

<sup>5</sup> No decorrer deste trabalho o referido período histórico e seus desdobramentos na profissão serão tratados detalhadamente.

<sup>6</sup> Sobre o pluralismo metodológico consultar Coutinho (1995) e Tonet (1995).

Para isto, deve fundamentar-se numa teoria crítica e inclusiva que busque compreender a sociedade capitalista para além da sua aparente naturalidade, suposta liberdade e igualdade formal de condições, como o único e derradeiro modo de produção, mas, ao contrário, que empreenda a crítica ontológica do cotidiano.

Contudo, não se pode omitir, que os projetos profissionais ocupam o âmbito da projeção. Trata-se de uma antecipação ideal, circunscrevendo-se no espaço da possibilidade.

Desse modo,

Um projeto profissional constitui-se como um guia para a ação, posto que estabelece finalidades ou resultados ideais para o exercício profissional e as formas de concretizá-lo. Seu âmbito é o da sistematização em nível da consciência que se tem dos processos e práticas sociais, das finalidades propostas e dos meios para a sua realização. Para tanto, faz-se necessária uma problematização crítica sobre as tendências e perspectivas teóricas, metodológicas, éticas, políticas e operativas existentes no interior da profissão (GUERRA, 2007, p. 23).

Assim, em decorrência da sua dimensão prospectiva, esse projeto profissional, conforme salienta Guerra (2007), não garante que os resultados esperados sejam efetivados, visto que entre uma projeção e a realidade se põe um conjunto de mediações, dentre elas o acaso. Todavia, é o referencial teórico nele inscrito que permite realizar a crítica em nível do imediato e estabelecer alternativas para transcendê-lo. Pela sua perspectiva crítica, constitui-se um instrumento, o único capaz de permitir aos profissionais uma antevisão da demanda, a apreensão de processos emergentes e das tendências históricas que se configuram e demandam uma intervenção profissional a curto, médio e longo prazos, o significado social e político da profissão e da intervenção que realiza.

Enfim, como destacaram Teixeira e Braz (2009), não cabe a esse projeto posturas teóricas conservadoras, aprisionadas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem capitalista. A direção social posta, pois, nega, em seus princípios, o projeto societário hoje hegemônico, colocando-se a favor da construção de uma nova ordem social. Logo, requisita um conhecimento crítico, que vá a raiz e desvende o real nas suas múltiplas dimensões, bem como “[...] um profissional culturalmente versado e politicamente atento ao tempo histórico; atento para decifrar o não dito [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 17).

A escolha por esse campo de investigação advém das leituras e observações acumuladas no decorrer da experiência profissional enquanto docente no Curso de Serviço Social, membro da Comissão de Reforma Curricular e do Núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais (NUPEPS), vinculado à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Nessas leituras e observações tem sido possível acompanhar o debate na literatura do Serviço Social brasileiro, fundada na teoria social crítica de base marxiana/marxista, acerca dos desafios contemporâneos à profissão, especificamente aqueles postos a produção de conhecimento teórico na perspectiva de apreensão da realidade enquanto uma totalidade social, no contexto atual de crise do capitalismo. Debate este que tem, na atualidade, tomando como pano de fundo a relação Serviço Social e realidade, se voltado com bastante vigor para a crítica e as implicações do ideário pós-moderno na profissão, bem como para as condições desfavoráveis em que se encontram as universidades do país para uma formação crítica e para a produção de um conhecimento teórico fundamentado na teoria social crítica de base marxiana/marxista que, ao privilegiar a perspectiva de totalidade, contrapõem-se as investidas desse ideário, com suas abordagens fragmentadas da realidade social, enfim, com sua superficialidade analítica. Além de trazer à tona a necessidade de construir estratégias de resistência no sentido de preservar a direção social que pretendemos hegemônica.

A década de 1990 foi marcada por mudanças que repercutiram mundialmente, atingindo as sociedades ocidental e oriental, a exemplo da queda do muro de Berlim em 1989 e do desmantelamento do denominado “socialismo real”, no final dos anos 1990, que, guardadas as ressalvas quanto à articulação ontológica com o projeto revolucionário das classes trabalhadoras, provocaram impactos significativos sobre o desenrolar do movimento das esquerdas e dos trabalhadores, tanto em nível de Brasil, quanto a nível mundial.

Mudanças advindas de uma crise estrutural do capital desencadeada a partir dos anos 1970, que provocou a emergência de novos mecanismos de acumulação, bem como a redefinição do papel do Estado, resultando num alto custo social, ou seja, em significativos prejuízos ao trabalho e à satisfação das necessidades sociais.

No Brasil, a incorporação da nova lógica de acumulação de capital possibilitou a adoção dos princípios do neoliberalismo<sup>7</sup>, retomando-se um período de retrocesso político que atingiu consideravelmente a organização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais, cujo protagonismo foi determinante na conquista de direitos sociais e trabalhistas registrados na Constituição Federal de 1988. Processo esse que se estende até os dias atuais, contribuindo para a desestruturação das organizações dos trabalhadores, alvo privilegiado do processo de reestruturação produtiva ora em curso no país, repercutindo, necessariamente, no Serviço Social, visto que, na sua busca pela construção de um projeto de ruptura com o conservadorismo teve como suporte o protagonismo do movimento sindical e popular.

Desse modo, os reflexos desses movimentos somados à perda de centralidade das políticas sociais com as quais os assistentes sociais historicamente trabalham como possibilidade de resgate dos direitos sociais, que na agenda governamental passaram a ser pensadas e desenvolvidas sob o imperativo da lógica assistencial e clientelista, vem incidindo sobre o desenvolvimento da profissão, impondo a necessidade de atualização teórico-metodológica para compreensão e intervenção na realidade, conforme destacaram Yazbek e Silva (2005).

Nesse contexto, conforme Chauí (1999b), no âmbito da contrarreforma do Estado a universidade passou a ocupar o âmbito dos serviços não exclusivos do Estado. A educação deixou de ser concebida como um direito, passando a ser considerado um serviço que pode ser privado ou privatizado. Logo, busca-se transformar a universidade, tradicionalmente uma instituição social dirigida para a universalidade, tendo a sociedade e seus valores como referência e a qualificação da sua produção regida por critérios da sua relevância social, em uma organização social, orientada pela lógica de mercado e administrada por contratos de gestão mantida por fundações.

Universidade que, conforme a autora, não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, aniquila a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, elimina toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas. Portanto, universidade que não possibilita a

---

<sup>7</sup> Uma sistematização acerca do neoliberalismo pode ser encontrada em Anderson (1998) e Netto (2001b).

realização de pesquisa como uma ação civilizatória contra a barbárie social e política.

Nesse ambiente qualquer perspectiva de apreensão da realidade enquanto uma totalidade social, bem como um conteúdo formativo denso e crítico é refutado, pois o que se busca é a redução do tempo destinado à formação e à produção de um conhecimento com caráter meramente instrumental, aplicável aos novos requisitos do mercado, comprometendo, sobretudo, o exercício da crítica indispensável à análise da realidade.

Justamente no momento em que a sociedade, conforme observou Tonet (1998) encontra-se dilacerada por uma crise estrutural do capitalismo, a qual conduziu a perspectiva do trabalho a uma situação deliberadamente difícil, exigindo dos intelectuais que não abandonaram a certeza de que a superação radical da forma de sociabilidade regida pelo capital é uma aposta digna de ser defendida, a instituição que em tese deveria primar pela dúvida, pelo debate e pela divergência, segundo Jamenson (2006), se acovarda diante das ideias que suprimem diferenças e nada aprofundam, apequenando-se nos microestudos das microexpressões dos fragmentos do cotidiano. Nesse *lócus* o racionalismo dialético foi posto no mesmo nível da razão positivista, e ambos impugnados como modelos anacrônicos.

Nessa conjuntura de crise orgânica de superacumulação, na qual foi engendrado um projeto socioeconômico e ídeo-político-cultural para reorganizar as sociedades capitalistas, de profundas transformações, as universidades brasileiras são regidas pela perspectiva utilitária e pragmática, típica de uma universidade operacional, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. A pós-graduação, espaço privilegiado para a construção do conhecimento, para a formação de docentes e pesquisadores, nesse cenário, vem experimentando alterações significativas, com o intuito de subordiná-la aos interesses dos mercados, como observaram Yazbek e Silva (2005).

Enfim, a pós-graduação, obedecendo a uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, sendo instrumentalizada para atender diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado, vem, paulatinamente, perdendo sua função política e formativa, seu importante papel na construção de um pensamento contestatório e autônomo. A educação se realiza cada vez mais conectada com a lógica do mercado, como um bem de consumo imediato, o ensino

e a pesquisa tendem a ser reduzidos a treinamento, à transmissão de conhecimento e ao adestramento. Observa-se uma evidente mudança na lógica da formação de quadros para a docência à formação de pesquisadores, os quais são submetidos a um conjunto de novas exigências que os submetem inclusive a processos de prolongamento e intensificação de sua atividade intelectual, resultando em adoecimentos e processos de sofrimento (GUERRA, 2011).

Segundo Mancebo (2011; 2006), a despeito de duras críticas que surgiram em algumas áreas, as diretrizes governamentais, que se sucederam ao longo dos anos, foram plenamente assimiladas pelos programas de pós-graduação, constituindo-se numa verdadeira cultura institucional, marcada pelo produtivismo e empreendedorismo. O produtivismo foi o resultado inevitável desse quadro que, convertido em política de Estado, independente de governos, tornou-se quase autoadministrado, o que tem provocado efeitos perturbadores na atividade científica, especialmente com a crescente sofisticação dos instrumentos de avaliação.

No Serviço Social, não obstante, em contraposição a essa tendência mais geral, conclui Guerra (2011), os programas de pós-graduação da área vêm mantendo a tradição de formar quadros para a docência e uma massa crítica inserida na formulação e implementação de políticas sociais, nos conselhos de direitos, dentre outros. Os programas encontram-se bem estruturados, com ampla produção técnica, uma considerável inserção social e em franca expansão quantitativa, visto que em menos de 06 (seis) anos foram criados 10 (dez) cursos e 07 (sete) programas tiveram ascensão de nível. Vale lembrar que no período de 2000 a 2009 a área implantou 15 (quinze) cursos de pós-graduação.

Pós-graduação, pois, que cumpriu um papel de monta na constituição da vertente crítica do Serviço Social no país, responsável, dentre outras, por tornar o Serviço Social contemporâneo de seu tempo, colocando-o como interlocutor plenamente reconhecido na Área das Ciências Sociais. Foi com a inserção da profissão no âmbito acadêmico e a criação da pós-graduação que surgiu um tipo de produção teórica que questionou antigos “paradigmas”, ou seja, o Serviço Social como ramo do saber, a existência de objeto e método próprios, o endogenismo, a suposta neutralidade e assepsia dos conhecimentos e procedimentos técnicos.

Além do seu importante protagonismo para formar a massa crítica da profissão, a pós-graduação, sem dúvida alguma, exerceu um papel significativo no que diz respeito a possibilitar a articulação política da vanguarda da profissão que, para qualificar sua atuação política, passou a reclamar uma apropriação das matrizes clássicas do conhecimento e o estabelecimento de um fecundo diálogo com outras áreas do saber. Bem como na difusão da tradição marxista e do pensamento marxiano no que tange a imprimir a preocupação com a procura dos fundamentos e do questionamento da visão tecnicista e instrumental da profissão. Como enfatizou Guerra (2011, p. 136) “[...] o pensamento crítico entra no Serviço Social, se não exclusivamente, pelo menos, predominantemente, através dos programas de Pós”.

Porém, apesar dos avanços conquistados pelo Serviço Social, em particular aqueles já elucidados por grande parte dos estudiosos da área, quais sejam, a consolidação da sua maturidade intelectual, o seu reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento e, sobretudo, a constituição de uma vertente crítica, responsável pela renovação da imagem profissional, a onda conservadora que avança desde os finais dos anos 1980 no Brasil ameaça as tendências de fundar na razão a constituição dos processos e sua explicação, invadindo o Serviço Social e potencializando os vetores mais conservadores e regressivos da cultura profissional.

Nos dizeres de Barroco (2009), o crescente predomínio da lógica do capital na totalidade da vida social, nesse momento, traz a tona o ressurgimento e a rearticulação de diferentes formas de conservadorismo, as quais serão tratadas no decorrer deste trabalho. A cultura neoconservadora, fundada no neoliberalismo, em pressupostos buscados no pensamento pós-moderno apela “à velha solução conservadora para o enfrentamento da desigualdade social: a moralização da sociedade” (BARROCO, 2009, p. 37). Para a autora, a repercussão dessas determinações sociais reacende no Serviço Social a possibilidade de explicitação de novas expressões de oposições conservadoras ao projeto ético-político de ruptura, o que nos leva a compartilhar da ideia já defendida de que os desafios colocados ao processo de constituição e consolidação de uma cultura profissional crítica na profissão, bem como para a implementação do referido projeto, são postos e repostos historicamente.

As influências da crítica pós-moderna no Serviço Social, tendem, como enfatizou Santos (2007), a ecoar com facilidade, pois a sua profissionalidade foi eivada de elementos antimodernos, os quais, do ponto de vista ídeo-teórico, se expressam no conservadorismo. Componente esse que se constitui como um fio condutor da aproximação pós-moderna, orquestrada pelo sincretismo e sua permanente ausência de reservas críticas. Ou seja, o conservadorismo e o sincretismo, substratos ídeo-teóricos do Serviço Social se constituem vias de aproximação entre a profissão e o pensamento pós-moderno, pois, ambos se coadunam em sua antimodernidade.

O pensamento pós-moderno, ao negar a razão, parte do entendimento de que inexiste a esfera da objetividade e que a razão não pode conhecer racionalmente a continuidade temporal e o sentido imanente do tempo na história. Não sendo capaz, pois, de captar núcleos de universalidade no real. Assim, afirma o individualismo subjetivo em oposição à objetividade, à supremacia do indivíduo sobre a sociedade. Defende o conhecimento de temporalidades fragmentadas e descontínuas em detrimento do conhecimento de totalidade histórica. Enfim, nega o racionalismo e, conseqüentemente, as conquistas da sociedade moderna (CHAUI, 2006), sendo funcional à positividade do capitalismo e, portanto, portador de um caráter conservador, de uma constituição epistemológica da leitura da realidade que o afasta de uma apreensão ontológico-social.

Para Anderson (1999), pensamento esse que tem como traço definidor a perda da credibilidade das narrativas. Que restaura a crítica conservadora às teorias sociais, em particular a Teoria Social de Marx e à tradição marxista, na qual a direção social nos marcos da ruptura com o conservadorismo no âmbito do Serviço Social brasileiro está ancorada.

Na intelectualidade brasileira, em particular no ambiente acadêmico, a partir dos anos 1990 ganhou espaço o debate sobre uma possível “crise de paradigmas<sup>8</sup>”, a qual, direta ou indiretamente, traz uma argumentação articulada com as mudanças ocorridas na sociedade burguesa, no sentido de justificar uma

---

<sup>8</sup> Na concepção de Thomas Kuhn o paradigma é uma constelação que compreende leis, teorias, aplicações e instrumentos, oferecendo um modelo que engendra uma tradição particular de investigação científica dotada de sua particular coerência. É um conjunto de soluções de um quebra-cabeça que, empregadas como modelos, podem substituir regras explícitas como base para a resolução dos restantes enigmas que são objeto da “ciência normal”. Quando diante de problemas sem solução cuja magnitude compromete a funcionalidade resolutiva da ciência, abre-se, assim, uma crise que poderá levar a uma revolução científica, culminando na transição de um paradigma a outro. Para aprofundamento consultar Kuhn (2001).

crise do trabalho e não do capital, enquanto dimensão estruturadora da vida social, e a premente necessidade, dela advinda, de se buscar outras expressões estruturantes das relações sociais. Nessa perspectiva, o mundo do trabalho e dos trabalhadores perde sua centralidade. As transformações societárias em curso são apreendidas e explicadas como “novas dimensões” da vida cotidiana que demandam elaborações teóricas não “aprisionadas” às determinações econômicas e sociopolíticas. Assim, propõe a revisão de categorias ontológicas na apreensão do ser social, a exemplo da totalidade e do trabalho, sugerindo a abertura a novas categorias analíticas fundamentadas no cotidiano, na subjetividade, repercutindo, fundamentalmente, na base teórica que fundamenta as categorias ontológicas, repondo tendências conservadoras, alinhadas à ordem do capital (ARAÚJO, 2000).

Para Guerra (1995) e Netto (1995) essa suposta “crise de paradigmas”, quando transplantada para se pensar os processos sociais torna-se inadequada, visto que as ciências sociais se diferem radicalmente das ciências naturais, aonde esse debate foi alimentado, nas quais se encontra o estabelecimento de uma clara distinção entre as ciências paradigmáticas, ou seja, as ciências naturais e aquelas consideradas não paradigmáticas, as ciências sociais.

A controvérsia paradigmática<sup>9</sup> que se estabelece nas ciências sociais, nos chama a atenção Netto (1995), se refere ao questionamento que os autores considerados pós-modernos dirigem ao paradigma positivista e à racionalidade na crise da modernidade. Não obstante se dirija com bastante vigor contra o marxismo, confundindo o legado da Teoria Social de Marx com o marxismo vulgar.

Desse modo, analisar as transformações societárias ocorridas na atualidade a partir de uma perspectiva paradigmática fica evidente a sua vinculação a uma compreensão reformista-conservadora da realidade social e, por esta razão, em direto confronto com a racionalidade dialética, com a perspectiva de classe e com os projetos de transformação da sociedade.

No conjunto da intelectualidade brasileira, encontram-se também os assistentes sociais que, desde o Movimento de Reconceituação e do processo de renovação na profissão, vem dialogando com as ciências sociais, ora sendo alimentados e ora alimentando a produção teórica dessa área. O debate sobre a

---

<sup>9</sup> Sobre os equívocos existentes na ideia de “crise de paradigmas de análises” referentes às ciências sociais, cuja polêmica teve uma tematização noutros domínios de conhecimento, consultar, dentre outros Netto (1992) e Guerra (1995).

“crise de paradigmas” invade o Serviço Social, em particular, o conjunto dos cursos de graduação e pós-graduação, vinculados às ciências humanas e sociais, de forma fragmentada pelo viés sociopolítico, cuja crítica abarca a constatação de transformações societárias e “possíveis” limites da fundamentação teórico-metodológica marxista na apreensão e enfrentamento de tais transformações (ARAÚJO, 2000).

Ao analisar o processo de reforma curricular do Serviço Social nos anos 1990, seus produtos diretos quais sejam a “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional dos Assistentes Sociais: documento ABESS/CEDEPSS” e as “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, Araújo (2000) identificou, especialmente, no primeiro lustro do debate travado nesse processo que o diálogo versou sobre a “crise paradigmática” e ao problematizar o pluralismo como referência metodológica estratégica, emaranhou-se numa análise conservadora da profissão e da vida social, colocando em xeque a direção social reclamada pelo Serviço Social desde a década de 1980.

Nesse debate ficou explícito a defesa de uma direção social, desde que se preservasse o pluralismo como orientação teórica e metodológica, sem, contudo distinguir o pluralismo das ideias do pluralismo metodológico e, sobretudo, o pluralismo do ecletismo, distinções claramente refutadas pela perspectiva pós-moderna e pelas análises paradigmáticas. Desse modo, as análises foram fundamentadas numa perspectiva conservadora, metamorfoseada em pensamento pós-moderno.

Muito embora, posteriormente, o debate no referido processo de revisão curricular tenha sido reorganizado a partir da recuperação da Teoria Crítica, o que demonstra a acirrada disputa pela direção no interior desse processo, resultando na construção das Diretrizes Curriculares que se dirigem à realidade e a história, para nelas compreender o Serviço Social.

Contudo, nesse momento observou a autora que as interpretações da realidade social condensadas no processo de reforma curricular, em produções posteriores de intelectuais da área e de ensaios que não necessariamente estavam relacionados ao processo de reforma curricular, foram insuficientes e silenciosas quanto a explicitação da vinculação desta análise a uma outra ordenação societária avessa ao capitalismo. Ou seja, a construção de uma nova ordem societária, critério claro da tradição marxista, na produção de parte considerável dos intelectuais do

Serviço Social foi secundarizado. A perspectiva da cultura revolucionária não foi tomada nessas produções, afastando-as da direção social estratégica do projeto ético-político da profissão.

Para Araújo (2000, p. 96), “o Serviço Social que se quer crítico no sentido marxista tem não só de conhecer a realidade, mas de tomar para as suas análises a perspectiva da cultura revolucionária.” Assim procedendo, necessariamente estará em sintonia com a referida direção social estratégica.

Além do mais, conforme o Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares, se destaca um “[...] possível comprometimento da Teoria Social de Marx como matriz hegemônica [do] projeto de formação profissional” (ABEPSS, 2008). A aproximação a perspectivas como a teoria sistêmica, a abordagem holística, bem como do clássico ecletismo, constantes de vários projetos, pode desvirtuar o pluralismo e dar espaço para o reforço do conservadorismo, ameaçando a direção social da profissão (ARANHA, 2007, p. 18).

Tendo em vista que as diretrizes curriculares constituem uma das mais expressivas materializações do projeto ético-político profissional, é imperativo, conclui a autora, debitar a esse contexto adverso grande parte dos entraves identificados. Nesse ínterim, devem-se considerar os rebatimentos da crise capitalista na universidade brasileira, particularmente no que diz respeito às condições e relações de trabalho, marcadas pela precarização e perda de direitos, fazendo com que, tanto se percam quadros qualificados, quanto fiquem cada vez mais escassos os insumos à capacitação docente na perspectiva de formação de massa crítica.

Enfim, é um dado da realidade que a direção social que vem se consolidando no projeto de formação profissional e no âmbito intelectual da profissão, encontra hoje, na universidade, um solo extremamente desfavorável, a exemplo da ausência de debates e de quem ministre determinados conteúdos para os cursos de Serviço Social (CARDOSO et al, 1997).

Ao se debruçar sobre a pesquisa no Serviço Social, Abreu (2007 apud TAVARES, 2010) admite que, apesar de todos os avanços já conquistados pela profissão não significou imunidade às investidas do pensamento pós-moderno em contraposição à Teoria Social Crítica de Marx, mediante o aumento de abordagens fragmentadas da realidade social e do próprio Serviço Social, em detrimento do

conhecimento a partir da perspectiva da totalidade, o que significa que a adversidade se expressa também internamente, ou seja, no âmbito da profissão.

Nessa mesma linha argumentativa Yazbek (2004) afirma que o debate nas ciências sociais contemporâneas em termos de “crise de paradigmas” vem se colocando no Serviço Social. Coloca-se nos desdobramentos e nas polêmicas em torno dos “paradigmas clássicos” e na busca de construção de “novos paradigmas”, pela apropriação do pensamento de autores contemporâneos de diversas tendências teórico-metodológicas como Anthony Giddens, Pierre Bourdier, Michel Foucault, dentre outros, bem como nas formas de abordagens das temáticas importantes para a profissão.

Santos (2007), por sua vez, em pesquisa realizada em artigos selecionados na Revista Serviço Social e Sociedade, publicados entre os anos de 1993 e 1999 e alguns livros lançados no período em questão, de autoria de intelectuais identificados na análise das revistas como aqueles que incorporaram o debate pós-moderno no Serviço Social, identificou que a tal incorporação vem se dando não somente por autores do campo conservador, aqueles opositores históricos da vertente de ruptura, mas também por marxistas, contribuindo para repor e atualizar traços do conservadorismo profissional. Para a autora, não são poucas as análises que adotam características próprias à epistemologia pós-moderna, como, por exemplo, a apologia da singularidade, a qual está fortemente imbricada à positividade do capitalismo, além de críticas ao marxismo bem ao gosto do ideário pós-moderno que advoga a sua insuficiência explicativa, propondo a sua superação.

Portanto, na investigação que realizou a autora foi possível constatar um considerável número de autores e textos que, incorporando de alguma forma a lógica pós-moderna, reanima traços do conservadorismo profissional.

Somado a isso, ressalta-se ainda o fato de a produção científica em desenvolvimento na área ainda mostrar fragilidade na formação de pesquisadores. A pesquisa na área, de acordo com Iamamoto (2010 apud GUERRA, 2011), quando referida ao exercício profissional não vai além de sistematização da prática<sup>10</sup>, reduzindo-a ao seu aspecto descritivo. Assim, tem apresentado um significativo crescimento quantitativo, porém sem a devida qualificação na mesma medida de seu

---

<sup>10</sup> Sobre a sistematização da prática, consultar: Netto (1995), para quem a sistematização de dados não pode ser confundida com teoria, ela constitui, pois, um procedimento prévio e necessário à reflexão teórica, não sendo conhecimento teórico.

crescimento. Além do mais tem apresentado fragilidade no tratamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social, se fazendo necessário o aprofundamento do conhecimento crítico sobre o Serviço Social na sua trajetória histórica.

Nesse sentido, reconhece a autora, o Serviço Social deve enfrentar a concepção instrumental de ciência e a tendência ora em curso de se valorizar simplesmente o conhecimento instrumental, voltado para resolver problemas numa perspectiva da racionalidade própria de profissões interventivas. Deve buscar reafirmar um modelo de pós-graduação sintonizado com os valores do projeto profissional construído na luta contra o conservadorismo, o que, necessariamente, implica resgatar o papel social e crítico da universidade no país. Além de se apropriar de uma racionalidade crítica, apostando numa instrumentalidade inspirada pela razão dialética que possibilita o conhecimento que vai além da aparência imediata dos processos sociais, assim como o desenvolvimento de uma intervenção crítica, não limitada às ações meramente instrumentais, procurando elaborar alternativas que sejam instrumentais a superação do capitalismo.

É com esse intuito que podemos ressaltar o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), sujeito coletivo com mais de 65 anos de existência, que vem historicamente fomentando uma direção sociopolítica crítica para a graduação e para a pós-graduação no Brasil, não tendo se furtado a adotar estratégias fecundas para assegurar e consolidar, no âmbito da formação profissional, o projeto ético-político profissional, “[...] constituindo-se como um espaço coletivo de defesa da formação pública com qualidade e de resistência às contrarreformas de caráter neoliberal” (BOSCHETTI, 2011, p. 30).

Na sua incansável luta para fortalecer a pesquisa na área, bem como para construir um modelo de pós-graduação e graduação afinado com o projeto ético-político profissional, podemos citar como exemplos emblemáticos desse protagonismo, dentre outros, a sua participação nas lutas mais gerais da sociedade em defesa intransigente dos 10% do PIB (Produto Interno Bruto) destinados para a Educação, a iniciativa da criação da estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), que caminha na direção do fortalecimento da pesquisa na área, fornecendo subsídios para a elaboração de política de pesquisa, bem como o curso de atualização “As Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional de Serviço Social” (ABEPSS Itinerante) iniciado em abril de 2012, como ação de

fortalecimento das estratégias em defesa da formação, que tem por objetivo geral fortalecer as estratégias político-pedagógico de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios postos para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais.

Todavia, adverte Tavares (2010), as ações que ora vem sendo implementadas, a exemplo da criação dos GPTs, embora sejam merecedoras de aplausos não garantem a direção social que se quer hegemônica, necessitando para tanto insistir no método, para que não nos deixemos seduzir pelos defensores da pós-modernidade. Devemos, pois, pensarmos sobre a universidade, o espaço que nela se destina à pesquisa e, sobretudo, acerca da qualidade das nossas produções.

É fato que na sua trajetória histórica o Serviço Social vem construindo projetos profissionais, através de respostas às demandas colocadas pelo conjunto de forças sociais antagônicas presentes na sociedade. Projetos fundamentados em matrizes do pensamento contemporâneo e posicionados politicamente. Como escreveu Guerra (2007), a profissão, historicamente, vem sendo orientada por visões de homem e de mundo, por ideologias<sup>11</sup>, formas de agir, sancionadas pelo capitalismo ou que visam uma crítica a ele. Portanto, por projetos profissionais que se vinculam com projetos conservadores ou progressistas, tenham ou não os seus protagonistas consciência ou não desse fato. Nesse percurso, a produção de conhecimento teórico na área vem sendo conformada e, ao que tudo indica, vem expressando o autêntico movimento dialético de continuidades e rupturas próprio da dinâmica histórica da profissão.

É possível afirmar que o incipiente conhecimento teórico produzido pelos assistentes sociais até a década de 1970, expressou a direção social “tradicional” na época prevalecente. Ou seja, uma produção pautada eminentemente em vertentes conservadoras, a exemplo do positivismo, que não possibilita ultrapassar o nível da aparência dos fenômenos, portanto, adequada aos interesses dos setores dominantes da sociedade para a manutenção da ordem instituída.

---

<sup>11</sup> Ideologia, termo aqui utilizado no sentido marxiano, como falseamento da realidade, falsa consciência, ocultamento da realidade histórica. A este respeito consultar Marx e Engels (1999).

Produção que indica o modo como os assistentes sociais interpretaram o mundo, influenciaram politicamente, contribuindo para a manutenção da ordem instituída. Com a incorporação do pensamento crítico a partir dos anos 1980, a capacidade de análise, de interpretação e de intervenção no real foi recriada, dando origem a uma produção teórica que deu sustentação a um novo projeto profissional, melhor dizendo, ao projeto ético-político.

Na atualidade, se por um lado, alguns pesquisadores constataram na produção teórica a reatualização e um possível fortalecimento da herança conservadora da profissão, em decorrência da incorporação do pensamento pós-moderno pelos autores do campo conservador, bem como pelos marxistas, por outro, diversos identificaram, a despeito do peso de todas as determinações estruturais e suas expressões conjunturais, a prevalência de análises fundamentadas na Teoria Social Crítica de Marx, a exemplo da Biblioteca Básica de Serviço Social e dos materiais do Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social, conforme advertiu Ramos (2009), bem como problemas quanto à sua apropriação por considerável parte de autores que nela fundamentaram as suas análises.

Assim, nas leituras que realizamos há indicativos de que essa produção tem apresentado tendências que ao longo da história vem configurando características próprias, assumindo determinadas direções, típicas de um conhecimento produzido por sujeitos que integram uma categoria profissional que se move no movimento contraditório da sociedade, o qual condiciona os seus avanços, tendências e limites.

No que diz respeito à produção teórica nas teses de doutoramento, as quais, supomos, reúne a mais qualificada elaboração teórica da área, as análises realizadas tem evidenciado, sobretudo, a diversidade de temas privilegiados, sem, contudo, voltar-se para o desvendamento da sua direção social. Ou seja, para identificar a perspectiva teórico-metodológica que vem sendo privilegiada, bem como para a presença ou não do pensamento pós-moderno e as possíveis implicações para a sua direção.

No Relatório do Acompanhamento Anual - 2006 - Ano Base 2005, por área de avaliação, por exemplo, consta-se que o Serviço Social na sua produção teórica vem elegendendo temas de grande relevância na atualidade, tais como: trabalho, reestruturação produtiva, seguridade social, avaliação de políticas e programas sociais, envelhecimento, terceiro setor, voluntariado, criança e adolescente, entre

outros, expressando uma crescente preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza.

A partir de teses produzidas, na década de 1990, no Programa de Estudos e Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Faria (2003), ao analisar os nexos entre a produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social brasileiro, identificou uma diversidade e multiplicidade de temas, numa demonstração de que a pesquisa no Serviço Social privilegia as temáticas vinculadas à intervenção profissional, extraindo destas os objetos, as problemáticas e os enfoques que as fundamentam.

Fato esse já identificado por Kameyama (1998) quando realizou um levantamento sobre a trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social, no período de 1975 a 1997, a partir de dissertações e teses elaboradas no âmbito dos programas de pós-graduação da área, em diversas universidades do país. Bem como por Iamamoto (2007), quando analisou as sessões plenárias do XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e III Encontro de Serviço Social e Seguridade, ocorrido em 2004, em Fortaleza-CE e os resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação da CAPES/ MEC (2001-2003), realizada em 2004 e por Carvalho e Silva (2005), quando analisaram as temáticas priorizadas nas teses e dissertações defendidas no período de 1998 a 2002 no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, o que lhes permitiram concluir que o Serviço Social enquanto área de conhecimento tem se colocado em defesa do projeto contra-hegemônico que reconhece o conhecimento como produção histórica e como ferramenta imprescindível para se desenharem outros destinos para a sociedade. Tem assumido, pois, a produção de conhecimento como possível contribuição da profissão para compreensão e solução de problemas sociais que afetam grande parte da sociedade brasileira.

Apesar dessa riqueza de temáticas, simultaneamente, também se observam silêncios e omissões no acúmulo dessa produção, a exemplo do tema raça que não tem sido incluído nas preocupações teóricas, apesar dos assistentes sociais lidarem diretamente com os segmentos mais pauperizados, constituídos em sua grande maioria por pretos e pardos. Diferentemente do tema gênero que, na década de 1990, já ocupava um lugar de destaque na agenda acadêmica do Serviço Social, chegando aos anos 2000 como um dos mais desenvolvidos em teses e dissertações da área (SILVA FILHO, 2006).

É evidente que são, pois, relevantes os temas priorizados na produção teórica dos assistentes sociais no espaço da Pós-Graduação. No entanto, para nós, o exame de temas não é suficiente para identificar a direção social desse conhecimento e, logo, a sua relação com a direção social estratégica construída ao longo de esforços da categoria profissional. Este deve ser tomado apenas como ponto de partida para evidenciar as preocupações que ora circunscreve o campo de produção teórica no Serviço Social. Há de se considerar, além disto, a perspectiva teórico-metodológica que vem referenciando as análises, bem como as implicações decorrentes da incorporação ou não do pensamento pós-moderno, visto que se constituem em elementos fundamentais que irão conformar a direção do conhecimento produzido e, assim, possibilitar apreender a relação que mantém com a direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

Diante de tais constatações alguns questionamentos se impuseram, em particular: que perspectiva teórico-metodológica prevalece nessa produção? O pensamento pós-moderno vem sendo incorporado pelos sujeitos responsáveis por essa produção? Como vem, enfim, se configurando a relação entre essa produção e a direção social estratégica do projeto ético-político do Serviço Social?

A hipótese central que sustenta a problematização do objeto de estudo é a de que entre a produção teórica do Serviço Social brasileiro, nas teses de doutoramento, e a direção social estratégica do projeto ético-político profissional se configura uma relação de aproximação, não obstante, tensionada pela presença de abordagens alinhadas ao pensamento pós-moderno, potencializando a herança cultural conservadora da profissão e, desse modo, tendendo a afastá-la da referida direção.

Este estudo, pois, procura evidenciar que nessa produção a teoria social crítica de base marxiana/marxista prevalece como perspectiva teórico-metodológica de análise. Contudo, não ficou imune às interferências da programática pós-moderna. Assim, que os sujeitos que protagonizaram essa produção, inseridos na batalha das ideias ora em curso no mundo do conhecimento, na disputa por direção no âmbito do Serviço Social, deram as suas respostas, fizeram suas escolhas, de forma consciente ou não, dando origem a um conhecimento teórico que segue, majoritariamente, a direção social estratégica do projeto ético-político profissional, confirmando a tendência já detectada nas demais produções teóricas da área.

Com base na problematização do objeto em questão, este estudo teve como objetivos:

- a) analisar criticamente a relação entre o conhecimento teórico produzido nas teses de doutoramento defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão;
- b) identificar a existência ou não da incorporação do pensamento pós-moderno e as implicações daí decorrentes para a conformação da direção desse conhecimento;
- c) apreender a perspectiva teórico-metodológica que prevalece nessa produção.

Considerando que, na bibliografia profissional, há uma ausência de material sobre a direção do conhecimento teórico produzido nas teses de doutoramento, nos marcos dos programas de pós-graduação da área, este estudo buscou superar essa lacuna, trazendo para o debate a importância do tema proposto.

Num breve levantamento que realizamos em livros, em diversos números de exemplares de periódicos da área, em bancos de teses e dissertações e em alguns Anais de eventos importantes da categoria profissional, foi possível constatar que este tema não tem recebido a necessária atenção. O foco das análises tem recaído, necessariamente, sobre a pesquisa na área, sua importância, seus dilemas, seu significado etc.

No material pesquisado podemos destacar o livro organizado por Denise Bomtempo Birche de Carvalho e Maria Ozanira da Silva e Silva, intitulado *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil*, publicado em 2005, que trata da pesquisa no Serviço Social e da pós-graduação na área.

Na Revista Serviço Social e Sociedade, por exemplo, veículo que, desde 1979, ininterruptamente vem socializando a produção do Serviço Social, mantendo um fluxo regular de publicação durante mais de 30 anos, a discussão sobre o tema não vem sendo privilegiada. No lapso temporal que compreende os anos de 1979 a 2012, nos exemplares pesquisados, que não foram poucos, podemos destacar no número 14 (quatorze), editado em 1984, o artigo de autoria de Safira Bezerra Ammann, intitulado "*Produção científica do Serviço Social no Brasil*" e no ano de 2008, no número 95 (noventa e cinco), o artigo de Marina Maciel Abreu, intitulado

“ABEPSS: a perspectiva da unidade da graduação e pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional”, nos quais a ênfase também recai sobre a pesquisa.

Na Revista *Katálysis*, produzida pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, periódico científico de circulação nacional, foi possível identificar em 2007 a publicação de um número especial que trata da pesquisa no Serviço Social, trazendo o debate sobre a produção de conhecimento teórico no Serviço Social brasileiro, a exemplo do artigo de Adaiza Sposati, intitulado “*Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social*”, que faz uma interessante discussão sobre os caminhos da pesquisa no Serviço Social, partindo da polêmica em torno da possibilidade/capacidade do Serviço Social como prática social produzir conhecimentos, bem como analisa o crescimento da produção científica na profissão através das teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação da área.

Nos Cadernos ABESS, publicação da década de 1980, que teve apenas 08 (oito) edições, o tema da produção do conhecimento no Serviço Social mereceu destaque, especialmente, nos cadernos de números 05 (cinco), e 08 (oito).

Com a publicação dos Cadernos ABESS de número 05 (cinco)<sup>12</sup>, em maio de 1992, o qual traz como temática da chamada de capa “*A produção do conhecimento e o Serviço Social*”, ficou clara a preocupação das entidades da categoria com a superação das limitações postas à produção do conhecimento no Serviço Social, conforme registrou a presidente da entidade na época, quando da apresentação do referido caderno. Neste podemos destacar o trabalho de Myrian Veras Baptista, intitulado “*A produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social*”, que faz um balanço sobre a pesquisa em Serviço Social, apontando suas tendências e debilidades.

Nos Cadernos ABESS de numero 08 (oito), publicado em novembro de 1998, com o tema “*Diretrizes Curriculares e pesquisa em Serviço Social*”, podemos destacar o trabalho de Nobuco Kameyama, “*A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências (1975-1997)*”, no qual a autora faz um balanço da produção do conhecimento da área de Serviço Social nas

---

<sup>12</sup> Segundo Santos (2007), com a publicação do referido caderno popularizou-se nos meios profissionais as discussões sobre “crise de paradigmas” das ciências sociais, sobre a crise do marxismo e a necessidade do pluralismo metodológico, tendo como rebatimento a sua incorporação aos argumentos que justificavam a revisão curricular do Curso de Serviço Social de 1993.

dissertações de mestrado produzidas a partir de 1975 e nas teses de doutorado elaboradas a partir de 1984, no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade de Brasília (UnB), e Universidade Estadual de São Paulo (UNESP- Franca). Além do trabalho de Myrtes Macedo, “*O tema da criança e adolescente nas pesquisas em Serviço Social*”, que trata das condições que contribuíram para o Serviço Social lançar a criança e o adolescente como tema de pesquisa nos anos 1990.

Na *Temporalis*, revista criada em 2000 e editada pela ABEPSS, que se destina à publicação de trabalhos científicos sobre temas atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares, até o momento com 24 (vinte e quatro) números publicados, podemos destacar o número 09 (nove), editado em 2005, que traz como chamada de capa o tema “*Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social*”, reunindo artigos de renomados pesquisadores da área, muito embora com ênfase na discussão mais especificamente da pesquisa. Como também a de número 19 (dezenove), editada em 2011, com chamada de capa o tema: “*Crise do Capital e produção do conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para que, para quem e como?*”, que publicou trabalhos com foco no tema da pesquisa. Nos demais números não se registram trabalhos sobre o tema da produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro.

Na Revista *Inscrita*, publicação semestral do CFESS, tendo sido lançada a primeira edição em novembro de 1997, até novembro de 2009, período em que realizamos o levantamento, não publicou nenhum artigo referente ao tema da produção de conhecimento em Serviço Social.

Nos bancos de teses e dissertações foi possível localizar a tese de doutoramento defendida em 2008 na faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, intitulada “*A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate*”, de autoria de Ricardo Lara e a tese intitulada “*Produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no Serviço Social brasileiro*”, de autoria de Sandra Faria, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, em 2003.

Nos Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), o qual foi realizado em Juiz de Fora - MG, em novembro de 2002, constatamos que dos 427 trabalhos publicados apenas 02 (dois) versam sobre o tema da produção teórica no Serviço social. Um deles trata mais especificamente do Serviço Social e as pesquisas na área da saúde e outro da produção teórica do Serviço Social sobre Assistência Social. Dos 128 resumos de dissertações e teses o tema não foi contemplado.

Já nos Anais do IX ENPESS, o qual foi realizado em 30 de novembro a 03 de dezembro de 2004, na PUC - RS, Porto Alegre - RS, com o tema "*Os desafios da produção do conhecimento no Serviço Social*", mesmo trazendo esse tema apenas identificamos 01 (um) trabalho sobre a produção de conhecimento no Serviço Social, predominando o tema da pesquisa.

No X ENPESS, realizado de 04 a 08 de dezembro de 2006 em Recife - PE, no qual foram submetidos 1.024 trabalhos dos quais 745 receberam recomendação, no eixo temático fundamentos do Serviço Social, particularmente, não encontramos nenhum trabalho sobre a produção de conhecimento teórico no Serviço Social, tendo um número significativo de trabalhos que versa sobre a pesquisa no Serviço Social.

O XI ENPESS, realizado em dezembro de 2008, na cidade de São Luís do Maranhão, no qual foram submetidos para apreciação 1.356 trabalhos, no Eixo Temático Fundamentos do Serviço Social, identificamos apenas 01 (um) trabalho que versa sobre a produção de conhecimento no Serviço Social.

E por fim, no XII ENPESS, realizado no mês de dezembro de 2010 na cidade do Rio de Janeiro, considerado o maior ENPESS realizado até então em número de trabalhos enviados, aprovados e publicados, o qual desencadeou a estrutura dos GTPs, estratégia de coletivização da dimensão investigativa e de resistência política, tendo como tema "*Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?*", foi possível identificar nos seus Anais 08 (oito) trabalhos que versam sobre a produção de conhecimento no Serviço Social. Portanto, o ENPESS com um maior número de trabalhos sobre o tema, porém sem que o foco seja a sua direção.

Partindo do suposto de que a produção de conhecimento teórico não está isenta das influências da ideologia dominante, podemos afirmar que analisar criticamente a relação entre a produção teórica nas teses de doutoramento e a

direção social estratégica do projeto ético político do Serviço Social torna-se imprescindível para o enriquecimento do debate sobre as possibilidades e os desafios postos ao referido projeto, conseqüentemente, para subsidiar a construção de estratégias para a sua consolidação e efetivação.

Mesmo com os limites impostos pela sociedade burguesa, à produção de conhecimento teórico no Serviço Social brasileiro pode se constituir em um instrumento valioso na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora. O desvelamento das possibilidades e limites para esta efetivação é condição necessária para a luta em defesa da construção de um projeto societário alternativo ao do capital. Uma condição fundamental para o avanço da inserção profissional de forma orgânica no movimento da história.

Neste estudo, a abordagem dessa relação procurou concebê-la como uma particularidade inserida numa realidade social. Logo, como uma totalidade social rica em determinações e contradições, típicas de um determinado processo histórico que se desenvolve com o protagonismo dos sujeitos sociais, os quais, sob determinadas condições históricas, ao se depararem com as atuais demandas postas a produção de conhecimento teórico responderam, configurando uma direção social ao conhecimento produzido.

Para tanto, foi necessária a adoção de um quadro teórico que contemplasse, principalmente, os atuais processos vinculados à dinâmica reestruturadora do capitalismo contemporâneo e seus desdobramentos na esfera da economia, da política, da cultura etc. Autores, como Marilena Chauí, José Paulo Netto, Carlos Nelson Coutinho, Ernest Mandel, François Chesnais, István Mészáros, Giovanni Alves, Ricardo Antunes, David Harvey, Frederic Jamenso, dentre outros, iluminaram as reflexões pretendidas.

Em virtude do objetivo principal delineado no estudo, foram adotadas as produções dos autores que tratam do Serviço Social brasileiro, como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra, Maria Carmelita Yazbek, Lúcia Barroco, Leila Escorssim Netto e, também daqueles autores que se debruçaram sobre a produção teórica na profissão, como Maria Ozanira da Silva e Silva, Ivete Simionato, Nobuko Kameyama, dentre outros. Enfim, o movimento de investigação envolveu amplo levantamento bibliográfico das fontes que constituíram o aporte teórico da pesquisa.

Considerando a perspectiva teórico-metodológica adotada, procuramos, no movimento de investigação nos aproximar dos aspectos que conformam o objeto em questão, na busca pela sua lógica interna. Tendo em vista a natureza do objeto, o tipo de pesquisa que o mesmo demandou e o seu caráter eminentemente teórico-histórico, os dados analisados foram provenientes de material bibliográfico e documental.

Desse modo, metodologicamente a investigação caracterizou-se como bibliográfica e documental, sendo fundamentada na dialética marxista, com o propósito de revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto em questão. Dialética esta que apreende a realidade de forma contraditória, em permanente transformação e sendo síntese de múltiplas determinações. Portanto, permite abordar a realidade numa relação permanente entre o particular e o geral, apreendendo aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais que permeiam o objeto de estudo, reproduzindo criticamente, e por aproximações sucessivas, o seu movimento historicamente situado.

Ao partirmos do real, procuramos nos aproximar das determinações nele presentes para pensar e compreender a sua dinâmica interna. Consideramos o movimento de reestruturação do capital e seus influxos sobre a produção de conhecimento teórico, com destaque para a contrarreforma do Ensino Superior ora em curso no Brasil e para o ideário pós-moderno enquanto expressão da denominada “crise paradigmática” nas ciências sociais, bem como a presença do sujeito com sua relativa autonomia nesse processo.

Assim, buscamos capturar as mediações objetivas e subjetivas mais significativas que incidiram nesse fenômeno, além de não perder de vista que o Serviço Social é uma arena de lutas, na qual a disputa por direção é um dado de realidade, que se expressa também no conhecimento teórico produzido.

De acordo com o legado marxiano, sabemos, a realidade não se revela em toda a sua complexidade tão somente a partir da aparência dos fenômenos, estando em permanente transformação e sendo síntese de múltiplas determinações. Portanto, para apreendê-la é necessário capturar as mediações para com isso entender a sua complexidade, a sua legalidade social. Ou seja, as tendências históricas que estruturam o ser social, a expressão da universalidade do processo.

Pontes (1997) adverte que na concepção dialética é a existência da categoria de mediação em face da totalidade concreta que possibilita apreender o envolver dos fenômenos do real. Para o autor, a esta categoria tributa-se a possibilidade de trabalhar na perspectiva da totalidade, na perspectiva do *lócus* da dialética aparência-essência. Mediações que, para o autor, são relações existentes entre os processos que ocorrem nas totalidades e entre estas e a totalidade concreta - a sociedade burguesa. São, portanto, modos de ser da realidade.

Para essa análise consideramos como material empírico as teses defendidas nos PPGSS, disponibilizadas em meio digital, com conteúdo liberado para consulta pública. Considerando a natureza do objeto da pesquisa, para definição da amostra utilizamos critérios quantitativos e qualitativos, os quais nos permitiram uma representação da realidade adequada para os propósitos da investigação. Assim, estabelecemos como recorte temporal o período que compreende os anos de 2005 a 2010, temporalidade histórica, tanto de vigência do IV PNPG-2005 -2010, quanto da comemoração (em 2009) dos 30 anos do projeto ético-político profissional, para o levantamento e análise documental das teses.

A decisão de circunscrever o levantamento em torno da produção discente da Pós-Graduação, em especial das teses, decorreu do suposto de que parte importante da produção de conhecimento no país e, em particular, no Serviço Social, se desenvolve no processo de formação de novos pesquisadores no interior da Pós-Graduação. Quanto ao recurso digital, consideramos as facilidades de acesso e de agilidade na aquisição do material a ser analisado.

A área de avaliação Serviço Social / Economia Doméstica, conforme dados do ano de 2009 fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (BRASIL, 2011) possuía, na época em que realizamos o levantamento, 27(vinte e sete) Programas de Pós-Graduação, assim distribuídos espacialmente: 11 (onze) programas na região Sudeste, 07 (sete) na região Nordeste, 04 (quatro) na região Sul, 03 (três) na região Centro-Oeste e 02 (dois) na região Norte.

Esses programas, quanto a sua dependência administrativa, estavam distribuídos em Universidades Federais, Estaduais e particulares. Estavam 16 (dezesesseis) em Universidades Federais, 03 (três) em Universidades Estaduais e 08 (oito) em Universidades particulares. Eram 10 (dez) cursos de doutorado e 27 (vinte e sete) cursos de mestrado, sendo todos de caráter acadêmico, dos quais 01 (um)

em Economia Doméstica. Eram 15 (quinze) programas com área básica em Serviço Social, dos quais 01 (um) em Serviço Social e sustentabilidade; 07 (sete) em Política Social, dos quais 01 (um) em Políticas Sociais e Cidadania; 01 (um) em Política Social e Serviço Social; 03 (três) em Políticas Públicas, sendo 01 (um) destes em Política Pública e desenvolvimento local; e 01 (um) em Economia Doméstica.

Ainda de acordo com o resultado dos dados sistematizados pela CAPES, em 2007, apenas 01 (um) programa obteve nota 06 (seis); 05 (cinco) obtiveram nota 05 (cinco); 07 (sete) obtiveram nota 04 (quatro) e 14 (quatorze) a nota 03 (três).

Considerando a existência dos 27 (vinte e sete) programas, priorizamos apenas àqueles que possuíam cursos de doutorado, visto que concentravam uma produção teórica supostamente mais aprofundada. Dentre estes selecionamos aqueles que eram em Serviço Social e que possuíam os maiores conceitos atribuídos pela CAPES na avaliação trienal 2010, referente ao período de avaliação 2007 a 2009, o que fez um total de 04 (quatro) programas, nas seguintes universidades (ver quadro 01, Apêndice A): UFPE (conceito 05), UFRJ (conceito 05), PUC-RS (conceito 05) e PUC-SP (conceito 06).

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PGSS) da UFPE foi criado em 1979 e em 1999 foi implantado o curso de doutorado. Tem área de concentração em Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais. Possui 06 (seis) linhas de pesquisa: Serviço Social, políticas e direitos sociais; Serviço Social, trabalho e questão social; Serviço Social, ação política e sujeitos coletivos; Relações sociais de gênero, geração, raça, etnia e família; Serviço Social, ética e direitos humanos; Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social.

O PGSS- UFRJ em 1976, reestruturado em 1987 e em 1995 foi implantado o nível de doutorado. Tem área de concentração em Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social; Cultura, Cidadania e Serviço Social, com linhas de pesquisa em Políticas Sociais; Processo de trabalho e classes sociais; História e concepções contemporâneas do Serviço Social; Teoria Social e Serviço Social; Temas urbanos; Cultura e movimentos sociais; Estado, sociedade e direitos humanos; Democracia e globalização.

O PPGSS- PUC-RS em 1977, sendo pioneiro na região Sul do país. O curso de mestrado foi recomendado pela CAPES desde 1986 e o de doutorado desde 1998. Tem área de concentração em Serviço Social, políticas e processos sociais, com linhas de pesquisa em Serviço Social e políticas sociais; Serviço Social e processos de trabalho; Gerontologia social.

Enfim, o PPGSS- PUC-SP em 1973, sendo implantado o curso de doutorado em 1981. Tem área de concentração em Serviço Social, fundamentos e prática profissional; Serviço Social, políticas sociais e movimentos sociais. As linhas de pesquisa são: Serviço Social, identidade, formação e prática; Assistência social e seguridade social; Política social: Estado, movimentos sociais e associativismo civil.

As teses foram mapeadas no mês de julho de 2010, a partir das informações contidas nos Bancos de Teses e Dissertações dos PPGSS selecionados, nas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações das respectivas Universidades e, em alguns casos, para recuperação de exemplares que não estavam com o conteúdo disponível ou com os arquivos danificados, no Portal Domínio Público: Biblioteca Digital Desenvolvida em Software Livre - MEC. Ter acesso ao conteúdo total das teses selecionadas era imprescindível, pois uma análise nos moldes que desejávamos não poderia ser realizada somente a partir dos títulos e resumos. Apesar dos esforços, os conteúdos de alguns exemplares não foram recuperados.

Ressaltamos que os Bancos de Teses e Dissertações e as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações consultadas foram uma fonte importante para o levantamento do material, contudo não podemos omitir os limites e as dificuldades com as quais nos deparamos durante esse levantamento.

Alguns programas somente disponibilizam as teses e dissertações em arquivos digitais a partir do ano de 2006, em conformidade, ao que tudo indica com a Portaria do Ministério da Educação - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, nº 013, de 15 de fevereiro de 2006 (BRASIL, 2012), que estabelece o dever dos programas de mestrado e doutorado, para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação, instalar e manter arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso (anexo A).

Diversos dos arquivos eletrônicos encontravam-se danificados ou com o conteúdo liberado somente para a comunidade da Universidade ou retido por motivo de patente requerido pelo autor. A visualização do texto completo, quando restrito ou retido, seria possível somente nas bibliotecas da Universidade depositária. Fato este que nos impossibilitou o acesso ao conteúdo de todas as teses depositadas em formato eletrônico, no período por nós estabelecido. Além do mais nos deparamos, ainda, com problemas de ordem técnica no servidor da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE, o que nos levou a recorrer aos préstimos de funcionários da Biblioteca Central da referida universidade para nos fornecer alternativas de acesso ao acervo digital. Neste caso fomos orientadas a consultar o Catálogo Online do Sistema de Bibliotecas da UFPE - PERGAMUM, no qual consta a relação das teses e dissertações existentes em arquivos eletrônicos. Neste catalogo identificamos 35 (trinta e cinco) teses depositadas, das quais 05 (cinco) estavam com o conteúdo retido autorizado pelos autores. Os arquivos que estavam com o conteúdo liberado para consulta pública nos foram encaminhados via endereço eletrônico, visto que, naquele momento, a consulta aos arquivos eletrônicos da Biblioteca Digital estava sendo exclusiva dos funcionários da referida Biblioteca.

Das 208 teses mapeadas no conjunto dos 04 (quatro) programas (ver quadro 02, apêndice B), as quais com o conteúdo liberado para consulta pública, 56(cinquenta e seis) foram defendidas junto ao PPGSS- UFRJ<sup>13</sup>. Neste programa as teses, até o mês de julho de 2010 estavam disponibilizadas em arquivos eletrônicos a partir do ano de 2005 até 2009. Portanto, estando sem registro o ano de 2010. Identificamos 03 (três) teses no ano de 2005, 27 (vinte e sete) teses no ano de 2006, 08 (oito) teses em 2007, 13 (treze) em 2008 e 05 (cinco) em 2009.

No PPGSS (PUC-RS, 2010), as teses estão disponibilizadas a partir do ano de 2006 até 2010, estando sem registro o ano de 2005. No ano de 2006 identificamos 06 (seis) teses, 12 (doze) no ano de 2007, 14 (quatorze) no ano de 2008, 09 (nove) no ano de 2009 e 05 (cinco) em 2010, perfazendo um total de 46 (quarenta e seis) teses com o conteúdo liberado para consulta pública.

---

<sup>13</sup> Fontes consultadas Banco de Tese PPGSS/UFRJ, Base Minerva e o Portal Domínio Público.

No PPGSS (PUC-SP, 2010) as teses estão disponibilizadas a partir de 2005 até 2009, perfazendo um total de 71 (setenta e uma) teses. No ano de 2005 localizamos 12 (doze) teses, 14 (quatorze) teses em 2006, 10 (dez) m 2007, 19 (dezenove) em 2008 e 16 (dezesesseis) em 2009.

E no PPGSS (UFPE, 2010), há registro desde o ano de 2005 até 2010. Identificamos 13 (treze) teses no ano de 2005, 04 (quatro) no ano de 2006, 08 (oito) em 2007, 06 (seis) em 2008, 03 (três) em 2009 e 01 (um) em 2010, totalizando 35 (trinta e cinco) teses.

Tendo em vista a quantidade de teses mapeadas e os limites de tempo algumas escolhas se impuseram, não sendo possível analisar todo material levantado. Diante do número de teses e da diversidade de temas que nos deparamos quando da realização do levantamento do material a ser analisado, tivemos que buscar alternativas possíveis para viabilizar o nosso intento. Assim, tomando como referência os Eixos Temáticos articuladores dos eventos mais significativos do Serviço Social, o ENPESS e o CBAS, agrupamos as 208 teses em 10 (dez) eixos temáticos, com base nos Eixos articuladores do XII ENPESS, realizado em dezembro de 2010, na cidade do Rio de Janeiro - RJ e nas sessões temáticas do XIII CBAS, realizado em agosto de 2010, na cidade de Brasília - DF. Das quais 20% foram selecionadas para compor a amostra da pesquisa, resultando em 42 (quarenta e duas) teses.

Em seguida elaboramos um roteiro para uma leitura inicial das teses, no qual privilegamos identificar o programa, o eixo temático, título da tese, ano de defesa, tema etc., (ver apêndice C). Posteriormente construímos um quadro para realizar as sucessivas aproximações ao objeto de estudo, no qual priorizamos, essencialmente, o tema, o objeto de estudo, a perspectiva teórico-metodológica, o tratamento conferido ao objeto, os autores mais referenciados (apêndice D).

Os resultados deste percurso investigativo foram condensados neste trabalho, que está estruturado em três capítulos.

No primeiro, a incursão analítica voltou-se para o resgate histórico dos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social, de sua trajetória enquanto produtor de conhecimento teórico, no âmbito da totalidade da vida social, ressaltando a relação desse conhecimento com a direção social construída pela profissão nos distintos períodos históricos. A ênfase recaiu sobre os anos 1990 e 2000, período em que já se encontrava explicitado o debate acerca do que se tem denominado

projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, a consolidação da profissão enquanto área de produção de conhecimento teórico e a presença da tradição marxista no centro da agenda intelectual da profissão. Cenário também em que emergiu a crítica formal às correntes marxistas no campo profissional, sugerindo uma flexibilização da perspectiva teórica. Contexto de profundas transformações societárias no qual o Serviço Social não passa alheio aos seus influxos, em particular, aqueles que se manifestam no campo da produção de conhecimento teórico, a exemplo do debate paradigmático em que mergulham as Ciências Sociais no Brasil, nos anos 1990. Além dos rebatimentos na universidade, em particular na pós-graduação, advindos da contrarreforma do Ensino Superior no Brasil ora em curso, em cujo solo se situa majoritariamente a produção teórica do Serviço Social brasileiro.

Resgate histórico este que não significou, necessariamente, uma atitude saudosista, mas expressou a clara opção por uma perspectiva de análise que reconhece a importância de se reportar ao passado, visto que, como alertou Ianni (1988, p. 36-37), “O presente põe e repõe relações, processos e estruturas que exigem a pesquisa do passado. [...] o passado que operou na produção do presente aparece na pesquisa do presente e exige a sua pesquisa”.

Diz Guerra (2009b, p. 711),

A realidade também carrega elementos novos e velhos. O passado convive com o presente e aponta tendências para o futuro. Cabe ao pesquisador perceber quais os elementos que pesam mais na realidade estudada, o que predomina naquele momento histórico analisado: se as tendências do novo ou do velho. Nesta luta dialética entre os opostos, a síntese final expressa uma subsunção de um sobre o outro. Mas esta síntese é sempre provisória, histórica, daí que o conhecimento é aproximativo e historicamente situado.

No segundo capítulo, a análise centrou-se na conjuntura que possibilitou a emergência da ofensiva neoconservadora, ou seja, a crise contemporânea do regime de acumulação capitalista para em seguida caracterizar o ideário pós-moderno e seus desdobramentos e as implicações da relação deste ideário com o Serviço Social brasileiro, especialmente na sua produção teórica. Para finalizar discutimos a contrarreforma do Ensino Superior no Brasil, uma das muitas expressões da redefinição do papel do Estado no processo de reestruturação capitalista em curso, e suas repercussões para a produção de conhecimento teórico,

em particular, no que tange às condições objetivas e subjetivas postas aos pesquisadores.

Portanto, discutimos as mediações que incidiram sobre a relação entre a produção de conhecimento teórico no Serviço Social brasileiro e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, as quais foram fundamentais para nos aproximarmos das características concretas do fenômeno estudado, considerando neste movimento a presença dos sujeitos que, sob determinadas circunstâncias, imprimiram uma direção social ao conhecimento teórico produzido.

No terceiro e último capítulo traçamos um breve perfil dos sujeitos que protagonizaram essa produção, considerando o que relataram sobre esse processo, as suas escolhas por determinados campos de investigação e as suas expectativas acerca do conhecimento que produziram. Em seguida, apresentamos os temas prevaletentes. Para finalizar, identificamos a perspectiva teórico-metodológica prevaletente, as interferências do pensamento pós-moderno, com o propósito de desvendar o mais aproximadamente possível à relação que essa produção mantém com a direção social do projeto ético-político da profissão.

A ideia central desenvolvida, com base nos resultados da pesquisa realizada, é a de que apesar da interferência da programática pós-moderna, que reforça o projeto societário burguês predominante, bem como reatualiza a herança cultural conservadora no Serviço Social, prevalece à direção social alicerçada numa perspectiva teórico-metodológica de base marxista. Portanto, a relação que se configura entre a produção teórica nas teses de douramento defendidas nos programas de pós-graduação em Serviço Social é de aproximação, embora tensionada por tal interferência.

## **2 Da gênese à contemporaneidade da profissão: a construção da direção social do conhecimento teórico no serviço social brasileiro**

Na tentativa de apreender a relação entre o conhecimento teórico produzido nas teses de doutoramento, no marco dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, e a direção social estratégica do projeto ético político da profissão, em face de nossa orientação teórico- metodológica, se faz necessário realizar uma incursão retrospectiva, ainda que de forma breve, na caminhada do Serviço Social brasileiro, inserido na totalidade da vida social, para com isso identificar as tendências que historicamente vem se configurando na sua elaboração teórica e, conseqüentemente, conformando uma determinada direção social. Realizar, pois, uma visita ao passado, visto que o recurso a historia é um instrumento imprescindível para compreender essa relação.

O Serviço Social brasileiro tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores da área, principalmente daqueles que pautados por uma abordagem crítica e analiticamente fundada, buscam apreendê-lo como uma totalidade, no terreno contraditório da ordem do capital, no qual emerge e se desenvolve, ressaltando a sua vinculação com a denominada “questão social”<sup>14</sup>, os seus valores, as suas práticas, os conhecimentos que as embasa e as instituições a que se vincula. Enfim, o seu significado social no processo de reprodução da totalidade das relações sociais, na qual “[...] o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classe cria e recria os conflitos resultantes dessa relação e as possibilidades de sua superação” (YAZBEK, 2009a, p. 127).

---

<sup>14</sup>A “questão social” para Iamamoto e Carvalho (1996, p. 77) “não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado”. Para Barroco (2001), datada da segunda metade do século XIX, na Europa ocidental, a “questão social” vincula-se organicamente à emergência do proletariado no cenário político reivindicando direitos sociais. Reivindicações que são uma expressão de lutas mais gerais, de natureza revolucionária, acumuladas pelos trabalhadores, no âmbito da sociedade moderna. Evidenciam sua consciência de classe, tendo como marcos as revoluções proletárias de 1848, na Europa, e a reação conservadora da burguesia e seus aliados. Segundo Netto (2001; 2010b), o termo “questão social” é uma expressão que, quando tomada historicamente pela burguesia, passa a subsumir o caráter político da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, fluidificando-a como algo de natureza “social”, o que justifica o uso das aspas. A partir da segunda metade do século XIX, a expressão “questão social” deixa de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ídeo-político, deslizando lentamente, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador. Ou seja, passa a ser empregada a partir da separação entre o econômico e o social, dissociando as questões econômicas das “questões sociais”.

Emergindo no âmbito da sociedade capitalista, a qual numa perspectiva positivista tende a dicotomizar teoria e prática, ciência e técnica, disciplinas que produzem conhecimentos de disciplinas que os aplicam, o Serviço Social foi caracterizado como disciplina de aplicação, como uma atividade prática de aplicação de conhecimentos produzidos em outros âmbitos, buscando a introdução de mudanças imediatas no contexto social (AMMANN, 1984). Ou seja, emerge e se afirma em seu desenvolvimento como uma categoria voltada, eminentemente, para a intervenção na realidade, apropriando-se dos conhecimentos socialmente acumulados e produzidos pela ciência, aplicando-os à realidade social para referenciar sua prática. Marcado, pois, pelo pragmatismo<sup>15</sup> e impedido de pensar sobre os fenômenos sociais sobre os quais atua.

Todavia, o fato de não possuir um status de ciência não lhe retirou a possibilidade e a necessidade de pensar os objetos ou fenômenos sobre os quais trabalha. De participar do processo de produção do conhecimento sobre a totalidade social, contribuindo para o acervo das Ciências Humanas e Sociais (IAMAMOTO, 1997), constituindo-se no transito da década de 1970 a 1980 como uma área de produção de conhecimento, com o aval das agências oficiais de fomento à investigação, como é o caso do CNPq e da CAPES.

Como bem já escreveu Yazbek (2000; 2009b), historicamente o Serviço Social, inserido na contradição capital e trabalho, vêm sendo desafiado a compreender e a intervir na realidade. O desafio maior, porém, tem sido desvendar as suas mediações, bem como permitir e desejar que daí resulte um conhecimento que sirva e ajude a fundamentar teoricamente processos emancipatórios. A profissão, assim como as tendências teóricas de análise, as explicações e interpretações que o Serviço Social constrói, ou das quais se apropria derivam dos processos sociais que particularizam a dinâmica societária do capitalismo em nossa

---

<sup>15</sup> Corrente filosófica autenticamente americana, segundo a qual as idéias são instrumentos de ação, que so valem se produzem efeitos práticos. A tese pragmatista por excelência é de que linguagem e mundo são elementos do mesmo mundo. A relação entre eles não é da ordem da representação e, sim, da ordem de causa e efeito (PAULO JUNIOR, 2007). Para o pragmatismo a verdade é subordinada à utilidade, compreendida esta como eficácia ou sucesso da ação do homem. Ação esta concebida como ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora. Desse modo, consoante com a perspectiva de mercantilização da vida social o pragmatismo se constitui como um modo de pensamento que valoriza, necessariamente, resultados dirigidos para o sucesso individual, em detrimento do movimento desencadeado para o conhecimento da realidade e das respostas às reais necessidades coletivas (VÁZQUEZ, 1968).

sociedade. Tendências estas que são permeadas por clivagens, tensões e confrontos internos.

Em suas temporalidades históricas o Serviço Social, segundo Guerra (1997), adquire particularidades, se reelabora, se redefine nos marcos de estruturas socioeconômicas e ídeo-políticas particulares a um determinado estágio do capitalismo, no qual, na conjuntura periférica, permanecem a dependência, a subordinação e a espoliação. Particularidades estas que atribuem determinadas configurações à profissão, engendrada por uma necessidade tipicamente capitalista. Modifica-se “[...] e sofre redefinições com as mudanças dos contornos da questão social, mas se trata de uma atuação sempre referida aos processos de criação de condições fundamentais para a reprodução social da vida dessas classes” (YAZBEK, 2009b, p. 135). Assim, a ordem burguesa conforma para o Serviço Social os espaços, as funções e os procedimentos de caráter operativos, manipulatórios e de solução de problemas emergenciais.

O fato de ser polarizado pelos interesses das classes sociais em disputa, o Serviço Social, conforme já observaram Iamamoto e Carvalho (1996), não se situa unilateralmente como uma estratégia de apoio ao capital, podendo colocar-se a serviço dos trabalhadores. O assistente social no desempenho de sua função intelectual, dependendo da sua opção política poderá estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam os propósitos do capital ou do trabalho. Poderá, pois, posicionar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras, a serviço de um projeto alternativo ao do capital. O que supõe uma clara compreensão teórica das implicações de sua prática profissional, lhe possibilitando controle e direção da mesma, no âmbito dos limites socialmente estabelecidos. Além de supor uma clara subordinação do exercício técnico-profissional às suas consequências políticas.

As organizações nas quais historicamente o assistente social vem atuando apresentam, conforme os autores supracitados, um caráter de classe, o vínculo com os interesses destas passa, necessariamente, pela sua adesão aos propósitos que tais organizações buscam objetivar no conjunto da sociedade. Adesão esta pressuposto para o exercício de seu papel intelectual. Desse modo, o significado social que a profissão vem desempenhando na sociedade regida pelo capital, não é independente da convivência de seus agentes, incorporando um projeto social que irá se expressar nos rumos assumidos na sua prática e, a nosso ver, também no

conhecimento teórico que vem produzindo. “[...] se a profissão dispõe de condicionantes sociais que ultrapassam a vontade e consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente” (IAMAMOTO, 1998b, p. 103).

Nesse sentido é suposto que o assistente social, igualmente os intelectuais em geral, numa sociedade atravessada por antagonismos de classes, parafraseando Löwy (1994), tende, inevitavelmente, a se vincular a uma das visões sociais de mundo<sup>16</sup> em que se divide o universo cultural de uma determinada época, ou a uma mistura eclética destas visões. Tende, portanto, a produzir conhecimentos teóricos que fundamentam cientificamente o instituído ou que desvendam a realidade objetiva.

Portanto, não são apenas as relações entre capital e trabalho que determinam as condições objetivas para a construção do conhecimento teórico no Serviço Social. O assistente social, na condição de sujeito é responsável pelo ser e pelo vir a ser do Serviço Social. Dentro das relações sociais e de trabalho é o assistente social que direciona, influencia, contribui e dá concretude aos elementos na profissão (SETUBAL, 2007).

Sabendo que a realidade é síntese de fatores objetivos e subjetivos, portanto, não sendo possível tratar as questões relativas à produção de conhecimento teórico enquanto problemas internos ao conhecimento, regidos por uma legalidade própria, mas considerando a influência da realidade externa e a presença do sujeito neste processo é que compartilhamos com o entendimento de que o protagonista da produção de conhecimento teórico no Serviço Social seja também o responsável pela direção social assumida neste conhecimento. Sujeitos que, inseridos na totalidade social, respondem as requisições que lhe são postas, a partir do acervo teórico-metodológico e ético-político acumulado, com desdobramentos para o rumo desta produção, no que pese a sua resistência ou adesão à direção social estratégica do projeto ético-político da profissão. Sujeitos que fazem história, porém, como já escreveram Marx e Engels (1999), não a fazem como querem, mas dentro de condições historicamente dadas. Enfim, sujeitos que pensam e são capazes de

---

<sup>16</sup> Na perspectiva de Löwy (1994, p. 13), visão social de mundo trata-se “[...] de um conjunto relativamente coerente de ideias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza”. Visão esta ligada aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais.

escolher, suas consciências lhes permitem agir teleologicamente sobre o real, modificando-o e sendo modificados.

Isto posto, iniciaremos a nossa incursão analítica sumariando os determinantes sócios - históricos que possibilitaram a emergência do Serviço Social. Que conformaram o terreno a partir do qual a profissão ira se desenvolver, posicionando-se quer do ponto de vista interventivo, quer do explicativo. Conseqüentemente, elaborando projetos profissionais que irão se relacionar com os projetos societários em disputa na sociedade, bem como expressar as suas expectativas particulares nos distintos períodos históricos.

## 2.1 Determinantes sócio-históricos que possibilitaram a emergência do serviço social

Já é consenso na produção intelectual da profissão no Brasil que foi na ordem societária comandada pelo monopólio que se instaurou o espaço histórico-social que possibilitou a emergência do Serviço Social como profissão. Ordem esta onde prevalecem mercados organizados sob a forma de oligopólios, construída por sujeitos histórico-sociais os quais se confrontaram com projeções e estratégias próprias e diferenciadas, dando origem a projetos políticos-sociais decisivos para a sua afirmação (NETTO, 1996a).

O protagonismo proletário ao colocar a “questão social” no terreno do antagonismo entre capital e trabalho, portanto, como objeto de intervenção revolucionária, condicionou o protagonismo burguês na entrada do estágio imperialista, que teve que enfrentar lutas políticas de massas perpassadas por um projeto político social do proletariado euro-ocidental, que travava combates pela direção da sociedade, referenciado por uma prospecção socialista e uma prática sindical classista. Nesse cenário, diz Netto (1996a), cumpre a burguesia articular um projeto político-social concorrente e que atenda às exigências da nova dinâmica econômica. Projeto este que não poderia deixar de ser conservador, devido a sua própria condição de classe dominante e dirigente. Assim, procurou desenvolver estratégias combinando conservantismo e reformismo integrador, formulando um projeto alternativo e concorrente ao do proletariado, cujo conteúdo conservador irá

se explicitar ao abordar a “questão social” com um enfoque despolitizador. Com um tratamento moral, visando à obtenção de um consenso social e o controle e reprodução da força de trabalho (BARROCO, 2001).

O que estava em luta nesse momento, sabemos, eram projetos societários. As propostas da burguesia, frente às crises econômicas e político-ideológico, no máximo, deviam apontar para reformas que não colocassem em risco a (re) produção do capital e sua permanência no poder (BARROCO, 2001).

Assim, o processo pelo qual essa ordem gestou um determinado lugar na divisão social e técnica do trabalho no qual puderam se mover práticas profissionais como as dos assistentes sociais teve seu fundamento nas modalidades através das quais o Estado se enfrentou com a “questão social”, passando a requerer agentes técnicos para a sua formulação e para a sua implementação. O assistente social foi investido como um dos agentes executores das políticas sociais (NETTO, 1996a). Neste sentido, a particularidade da gênese histórico-social do Serviço Social somente poderá ser apreendida considerando as peculiaridades assumidas pela “questão social” no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica. Organização esta que alterou significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa, conduzindo ao ápice a contradição elementar entre a socialização da produção e a apropriação privada.

Na medida em que o modo de produção capitalista se aprofundou, acirrando suas contradições na transição da fase capitalista concorrencial para a monopólica, engendrou uma nova configuração entre as classes sociais, o que vai colocar na ordem do dia outras requisições para o Estado, exigindo mais funcionalidade à lógica do monopólio. Configurou-se, no dizer de Netto (1996a), um processo de refuncionalização do Estado<sup>17</sup>, isto é, a instância estatal passou a assumir e/ou intensificar uma série de funções capazes de subsidiar as necessidades do capital, bem como de arrefecer suas contradições.

---

<sup>17</sup> Netto (1996a) destaca como funções significativas incorporadas pelo Estado nesse momento a de empreendedor, garantindo o financiamento e a construção da infraestrutura necessária à entrada e instalação de indústrias pesadas ligadas aos grandes monopólios; a de conciliador e disciplinador da classe trabalhadora, deixando-a convenientemente apta para o trabalho e a sua rotina fabril, encontrando-se aqui o importante papel das instituições sócio-assistenciais e de seu aparato técnico-profissional, dentre os quais se encontra o assistente social; a de legislador, garantindo uma série de leis e programas capazes de assegurar a ordem e, principalmente, estabelecer um mercado consumidor estável; a de financiador de projetos de pesquisas e conhecimento técnico científico para a permanente inovação tecnológica, formando quadros profissionais para as grandes empresas monopolistas e, por fim, a de administrador das crises, contendo os fluxos da economia, controlando a inflação e o câmbio.

O Estado, em face da emergência do proletariado como força política reivindicando direitos, redimensionou suas funções políticas. Suas respostas foram dirigidas à criação de mecanismos de intervenção extra-econômicos. Ou seja, voltadas para a preservação física e para o controle ideológico dos trabalhadores, atendendo ao mesmo tempo as necessidades do capital e incorporando parte das demandas e reivindicações das classes trabalhadoras.

As políticas sociais e as instituições, cumprindo essas funções, buscaram, por um lado, assegurar alguma renda para a manutenção do consumo dos trabalhadores e de suas famílias, por outro, homogeneizar entre estes o discurso e o ideário burguês. As sequelas da “questão social” foram recortadas como problemáticas particulares desvinculadas da totalidade da ordem burguesa e enfrentadas via políticas sociais setorializadas, contribuindo para a sua mistificação (NETTO, 1996a).

Desse modo, o tratamento conferido às sequelas da “questão social” pela via das políticas sociais públicas, somado a um rol de direitos sociais, em particular nos países centrais, atingiu o caldo político-cultural liberal, no qual se inscreve, dentre outros elementos, o individualismo, “[...] a devoção ao indivíduo” (NISBET apud MARTINS, 1981, p. 49). Contudo este movimento, que rebateu na raiz do *ethos* liberal burguês, não se fez sem um misto de rupturas e continuidades. O enfrentamento das expressões da “questão social” passou a ser formalmente realizado no âmbito da esfera público-estatal, não impedindo, pois, que o seu enfrentamento se desse de forma individualizada, parcializada, fragmentada e, principalmente, responsabilizando o próprio trabalhador pela sua condição social. Ou seja, tratou-se de uma articulação entre o público e o privado. A incorporação do caráter público da “questão social” veio seguida de um reforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais.

Como mostra Netto (1996a), o *ethos* individualista ressitua na era dos monopólios apareceu como o privilégio das instâncias psicológicas na existência social. A psicologização da vida social se revelou, pois, como um importante lastro legitimador daquela ordem. Implicou um novo tipo de relacionamento personalizado entre o indivíduo e as instituições próprias aquele contexto. Instituições que não aptas para solucionar as sequelas da “questão social”, foram hábeis para entrelaçar nos serviços desde a indução comportamental até os conteúdos econômico-sociais mais importantes da ordem monopólica, ou seja, desenvolver uma “pedagogia

psicossocial”, voltada para combinar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas.

Neste sentido, a psicologização da vida social tornou-se funcional à lógica monopólica, visto que esvaziou o significado sócio-histórico das demandas sociais, confinando-as à subjetividade daqueles que demandavam os bens ou os serviços institucionais, gerando uma relação técnico/cliente, que possibilitou a indução comportamental pela via da confiança depositada pelo cliente frente aos aconselhamentos do técnico quanto aos problemas e maneiras de enfrentá-los.

Essa perspectiva público/privada explorada pelo Estado no enfrentamento das expressões da “questão social”, caracterizando fundamentalmente o movimento do capitalismo monopolista, encontrou respaldo num patrimônio teórico-cultural conservador o qual, originário do século XIX, orientou e legitimou intelectualmente as modalidades mais elementares de seu enfrentamento. Trata-se, pois, da tradição intelectual que configurou a curva do pensamento conservador, “De um estilo de pensar o social que tem por limite o marco da sociedade burguesa, o positivismo, que antes de ser uma ‘escola’ sociológica, é a auto-expressão ideal do ser social burguês” (NETTO, 1996a, p. 39).

A maneira de se pensar o social, própria do positivismo, enforma o *ethos* burguês na medida em que naturaliza a vida social o faz também com o trato das expressões da “questão social”. Nessa perspectiva a sociedade é entendida como sendo regulada por leis naturais, independentes da vontade e da ação humana. O que reina é uma harmonia semelhante à da natureza. Os fenômenos sociais e os processos sociais são tratados como coisas, exteriores, superiores e anteriores aos homens e, por isto, independentemente da vontade dos sujeitos. Mistifica e nega os aspectos ontológicos da realidade e, conseqüentemente, a possibilidade do sujeito intervir sobre ela. Enfim, abstraem dos fatos seus conteúdos concretos e abstrai os fatos das condições e relações que os produzem (LÖWY, 1994; GUERRA, 1997).

O positivismo surgiu no final do século XVIII e início do século XIX como uma utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista, tornando-se, no século XIX até a atualidade uma ideologia conservadora identificada com a ordem industrial burguesa instituída. Aparece como o refluxo invertido das relações sociais do mundo burguês, constituindo-se numa interpretação científica deformada dessa ordem social. Defende a utilização de métodos e procedimentos para conhecer a sociedade idêntico aos das ciências naturais e afirma a necessidade e a possibilidade de uma

ciência social livre de qualquer vínculo com as classes sociais, os valores morais, as ideologias, as utopias, as visões de mundo. Não vislumbra transformações, voltando-se antes para ajustes e conservação (LÖWY, 1994; GUERRA, 1997).

Pautado no sentido da ordem e do progresso, o positivismo contribuiu teoricamente para a consolidação da burguesia, enquanto classe conservadora. Uma das suas peculiaridades, segundo Barroco (2001), reside em seu tratamento moral dos conflitos e contradições sociais. A sua defesa da ordem e da autoridade, aliado à ideia de uma ordem natural “harmônica”, possibilita, pois, que as lutas sociais sejam apreendidas como “desordem” que a educação moral pode superar.

Assim,

Na medida em que a ‘harmonia’ funda uma justificação para a ‘superação’ dos conflitos sociais, a persuasão, na direção de uma aceitação da ordem social dada, emerge como instrumento de coesão social; para tal, parte-se da ideia de que o altruísmo contribui para que os interesses particulares sejam subordinados ao progresso e à estabilidade sociais. Nesta perspectiva, as sanções e apelos éticos morais recaem sobre o indivíduo, tendo como parâmetros as normas dadas pela educação moral fundada em princípios e valores tradicionais (BARROCO, 2001, p. 77).

O aspecto ideológico conservador do pensamento positivista, conclui a autora, não diz respeito somente à sua defesa da família nos moldes tradicionais, mas, sobretudo, na sua incondicional defesa da propriedade privada.

Portanto, a tradição positivista é “[...] a típica resposta conservadora na cultura ocidental do século XIX, e é no seu seio que se constituem as Ciências Sociais” (NETTO, 1996a, p. 139). É basicamente na naturalização da sociedade que se encontra o princípio que adapta a tradição conservadora às exigências do Estado burguês monopolista. Ao naturalizar o social, a referida tradição fundamenta teórica e culturalmente a impotência dos sujeitos em face dos rumos do desenvolvimento da sociedade, legitimando, assim, o estabelecido.

O pensamento conservador, segundo Escorsim Netto (2011), não é um ‘estilo de pensamento’ intemporal, a - histórico, nem se confunde com formas intelectuais e comportamentais que defendem o existente, formas estas que comportam a denominação de tradicionalismo. Mas, uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio-histórico precisos: “o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa [...]” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 41). Configuração em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais.

Não é, pois,

[...] apenas a continuidade e persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isso aproxima os pensamentos conservador e racional, apesar de suas diferenças, como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (IAMAMOTO, 1997, p. 23).

A fonte de inspiração do pensamento conservador, como sugere lamamoto (1997), compartilhando das indicações de Karl Mannheim, Robert A. Nisbet e José de Souza Martins (1981) advêm de um modo de vida do passado, que é repostado como forma de interpretar o presente e como conteúdo de um programa possível para a sociedade capitalista. Postura esta favorável para obscurecer as contradições próprias a esta sociedade, enfatizando, no nível analítico, somente o que lhe é favorável para manutenção da sua coesão e reprodução, escamoteando as desigualdades por ela geradas.

Dentre as suas características destaca, dentre outras, a vocação para o passado, o qual passa a ser fonte de inspiração para se interpretar o presente. A sociedade tende a ser considerada como uma composição de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo privilegiado é a família e a corporação. Os pequenos grupos são tomados como fonte da sociabilidade e da moralidade. Valorizam-se os elementos sagrados, irracionais, em detrimento do primado da razão. Radicaliza-se a individualidade e a liberdade é subjetivada. A autoridade é legitimada pela tradição e pelos costumes.

Enfim, o conservadorismo comporta elementos irracionais. Para os seus seguidores o pensamento tende a aderir aos contornos imediatos da situação com a qual se defronta, ressaltando os detalhes, os dados qualitativos, os casos particulares, em detrimento da estrutura da sociedade. A mentalidade conservadora não comporta predisposição para teorizar. O conhecimento busca o controle prático das situações presentes, visto que a sociedade é apreendida como sendo uma ordenação natural. Portanto, torna-se consciente, na esfera da reflexão, como defesa, fruto da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar a luta das forças opostas.

Para Escorsim Netto (2011), que empreendeu um grande esforço intelectual para tratar do tema, embora não exista uma sinopse histórico-crítica do pensamento conservador, os que o tomam como objeto de preocupação geralmente relacionam o seu surgimento aos desdobramentos da Revolução Francesa e de ascensão da burguesia enquanto classe dirigente, na derrocada do denominado Antigo Regime. Admitem como expoente máximo do referido pensamento o irlandês Edmund Burke, o qual teve como alvo de ataque à cultura da Modernidade. Cultura, de que a ilustração<sup>18</sup> é o emblema, tem como traços determinantes o racionalismo, a autonomia individual, o humanismo e o historicismo. E como características a secularização, a dessacralização do mundo, a valorização da experiência controlável e universalizante. Rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominância dos critérios teológicos para a condução da vida prática. Enfim, possibilitou a burguesia revolucionária se por como classe dirigente.

No pensamento de Burke fica evidente o seu repúdio a revolução burguesa. A defesa da continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem, contudo, romper com as instituições pré-capitalistas, quais sejam, o privilégio da família, a hierarquia social cristalizada, o protagonismo público-temporal da Igreja, as corporações, dentre outras. Neste sentido, “[...] deseja o capitalismo sem a Modernidade” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 45).

Os ataques de Burke a Revolução, conforme observou Escorsim Netto (2011), ainda tem muito pouco de um traço que posteriormente irá se constituir como um elemento fundamental da cultura contrarrevolucionária, ou seja, o anticapitalismo romântico<sup>19</sup>. Traço que incidirá no pensamento daqueles que, na esteira do

---

<sup>18</sup> Segundo Rouanet (1993), há uma evidente diferença entre o Iluminismo e a Ilustração. O Iluminismo, um dos eventos mais significativos do mundo ocidental, se refere a uma tendência intelectual, não se limitando a uma época específica que ataca o mito e o poder a partir da razão, ou seja, com argumentos racionais. Portanto, um projeto sociocultural que perpassa vários processos históricos, inaugurando um projeto racionalista presente desde a polis Grega e que perpassa o longo processo de constituição da sociedade ocidental. Marco inaugural da modernidade que fundamentou o seu projeto na ideia de que a razão é o instrumento fundamental para autodeterminação do homem. Enquanto que a Ilustração, período que se estende desde o século XVI tendo seu apogeu na segunda metade do século XVIII, atualiza o projeto iluminista, concorrendo de modo decisivo para lançar as bases da nova fase do capitalismo.

<sup>19</sup> O anticapitalismo romântico, ou conservadorismo romântico, segundo Romano (1981) é aquele que busca resgatar os valores já ultrapassados historicamente. Retornar à organização social feudalista, sem, contudo desprezar a incorporação de novos elementos advindos da Revolução, desde que conciliados com os valores e relações da era medieval. Os seus representantes ao adotarem uma postura crítica acerca da sociedade burguesa, terminaram por elaborar certas proposições a respeito da natureza da sociedade e do homem. A sociedade passou a ser concebida como uma entidade orgânica que existe e se auto regula independente dos indivíduos sociais, numa clara demonstração de defesa da primazia histórica, ética e lógica da sociedade sobre o indivíduo. Com suas proposições,

pensamento burkeano, se voltará contra a Revolução, especialmente de Bonald, de Maistre, Mullere Lamennais. Nestes, o citado anticapitalismo romântico se articula a uma perspectiva restauradora, expressando os interesses da nobreza fundiária e do clero, dos privilegiados do Antigo Regime.

Para Löwy (1988) existem diversas formas de reação ao advento e triunfo do capitalismo moderno, em particular do capitalismo industrial, e a reação romântica é uma delas. O romantismo como figura cultural surge no final do século XVIII e desde então vem se desenvolvendo, adquirindo formas diversas, com altos e baixas, até a atualidade, embora sem a denominação de romantismo, mas com expressões literárias, econômicas, políticas, dentre outras, que criticam a civilização industrial capitalista, em nome de certos valores tradicionais, com certa saudade do passado.

Dentre os temas da cultura romântica, que pode tomar distintas formas, inclusive no terreno das ciências sociais, destaca a crítica da quantificação, considerada uma das características fundamental da modernidade capitalista que submete a vida social a valores exclusivamente quantitativos, além do tema do desencantamento do mundo, tão bem definido por Weber (1982) quando escreveu que a essência da sociedade moderna é o desencantamento do mundo<sup>20</sup>. Nesse sentido busca reestabelecer os valores qualitativos, sociais, políticos, religiosos, culturais, irredutíveis à quantificação e restaurar a dimensão de encantamento<sup>21</sup>,

---

segundo Nisbet (apud MARTINS, 1981), os conservadores românticos se colocaram, assim, contrários aos princípios iluministas da racionalidade e da supervalorização do indivíduo, conseqüentemente, contrários aos pressupostos da burguesia emergente. No conservadorismo romântico, típico de grande parte dos teóricos alemães, bem como dos ingleses, observa-se uma acentuada nostalgia de um passado idealizado, pastoral, rural, combinada com uma visão utópica de como pareceria essa sociedade restaurada. Neste caso, o teor do pensamento entre os conservadores românticos era anti-industrial. Eles defendiam uma forma de vida impregnada de valores comunais e não de valores expressos pela mentalidade comercial (VICENT, 1995).

<sup>20</sup> À medida que a humanidade prossegue em sua busca da verdade, os desafios postos pelas condições sócio-históricas lhes impõem respostas que se distanciam das explicações místicas, características do período medieval. É o processo de desencantamento do mundo, o qual Max Weber ressaltava. A ciência passa a ser vinculada a experiência. “Os objetos, fenômenos e relações deslocam-se do mundo sagrado das ideias para o mundo profano da existência material concreta” (GUERRA, 1995, p. 90).

<sup>21</sup> Para Lowy (1988), o termo encantamento envolve diversos aspectos, podendo significar a religião, a fantasia, a imaginação, enfim, um conjunto de formas culturais que se contrapõem à racionalidade calculadora, objetiva da ciência, da técnica, da indústria e do mercado. Encantamento este que vem sendo destruído pelo desenvolvimento da racionalidade industrial e é contra isso que o romantismo se coloca. Exemplo da manifestação dessa temática romântica nas ciências sociais é a sociologia alemã do final do século XIX e início do século XX, quando surge a oposição entre comunidade e sociedade. A comunidade enquanto pequenos grupos de seres humanos vivendo em relação direta, com fundamento em certa cultura espiritual, religiosa, comum, igualmente na família tradicional, patriarcal, ou nas pequenas aldeias e paróquias da Igreja. Em oposição ao mundo moderno, no qual as relações humanas são utilitárias, onde predomina grandes conjuntos nos quais a vida social é anônima.

seja no seu lado religioso, seja no das relações inter-humanas, seja no estético ou no cultural.

Sabemos que foi diante dos embates proletários dos anos 1830 e 1848 que a burguesia abandonou o seu papel revolucionário, tornando-se classe eminentemente conservadora. Ou seja, renunciou a “[...] sua herança cultural [...]” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 47), configurando outra relação com o pensamento conservador. Se antes este pensamento se configurava como antiburguês e restaurador, agora, ao mudar sua função social de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em suporte da defesa burguesa contra o protagonismo revolucionário do proletariado. Passa a repudiar qualquer revolução, tornando-se contrarrevolucionário por excelência. Trata-se, enfim, de uma refuncionalização com o intuito de sucumbir os conteúdos subversivos da cultura moderna, em particular aqueles vinculados à sua dimensão emancipadora.

Barroco (2001) comenta que o conservadorismo originalmente aparece como um projeto político de oposição histórica ao Iluminismo, ao liberalismo e às ideias socialistas. Mas, quando a classe trabalhadora transforma-se em sujeito político com vistas à construção de uma nova ordem societária, em meados do século XIX, seu alvo de ataque será os trabalhadores e suas reivindicações. Ao valorizar o passado, a tradição, a autoridade fundada na hierarquia e na ordem, conseqüentemente, nega à razão, a democracia, a liberdade, a indústria, a tecnologia, enfim, as conquistas da Modernidade.

Nesse contexto, a burguesia dominante abandona não somente a cultura progressista, ilustrada, mas, sobretudo, a preocupação em conhecer efetiva e verazmente a sociedade substituindo-as por elaborações ideológicas racionalizadoras e legitimadoras de seu domínio, dando lugar a apologia mistificadora do presente. Com isto inscreve a chamada decadência ideológica da burguesia pós- 1848 (LUKÁCS, 1968 apud NETTO, 2010a), caracterizada pela erosão da economia política e da filosofia hegeliana e pela emergência da sociologia e da economia vulgar, tendo como expoente o anticapitalismo romântico.

Alinhando-se nesse momento na defesa intransigente da ordem burguesa o conservadorismo tende a estruturar-se como filosofia social, bem como conhecimento científico - social, seja sob a forma de ciência social, seja sob a forma de teoria política. Na filosofia social o anticapitalismo romântico se misturara ao irracionalismo moderno, originando o reacionarismo que sustentará a apologia

indireta da ordem burguesa. Dar as mãos ao positivismo e funda as modernas ciências sociais, tornando-se um componente significativo da cultura burguesa no pós-1848. Os conservadores se voltam para a construção de um corpo de conhecimentos que permita controlar e regular suas crises e superar a ameaça revolucionária. Assim, nasce a Sociologia, “filha direta do conservadorismo pós- 48” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 52). Como analisa Nisbet (apud MARTINS, 1981), expressão científica do pensamento conservador.

Portanto, os alvos e objetivos do pensamento conservador passam a se fundamentar a partir de um conhecimento científico-social manifestado em vários matizes que contemplam o anticapitalismo romântico, o humanismo cristão, cujos princípios perpassam a Doutrina Social da Igreja Católica e o positivismo. Em Durkheim se terá a mais evidente abordagem neste sentido, numa ótica de integração social, com clara incorporação dos valores básicos do conservadorismo, - autoridade fundada na tradição, poder legitimado pela religião institucional, desigualdade jurídica dos homens, administração personalizada da justiça, lei assentada na moralidade, subordinação do indivíduo a sociedade - repostos sobre o patamar de uma racionalidade científica. O seu pensamento se erguerá para enfrentar a “questão social”, na ótica de uma reforma moral (ESCORSIM NETTO, 2011), com vistas à conservação da ordem social estabelecida.

Além de tais princípios, com estes se relacionam, destaca a autora, a liberdade que deve ser restrita, a democracia considerada perigosa e destrutiva, a razão incapaz de organizar a vida e a desigualdade, que além de natural, é concebida como necessária.

Reconhecendo-se como discípulo de Comte, Émile Durkheim fundamentou as possibilidades teórico-metodológicas do positivismo para a compreensão da sociedade, inaugurando um método que prioriza a descrição dos fatos sociais e sua precisa classificação de maneira independente do sujeito pesquisador. Ou seja, enfatiza a descrição do fato social em sua generalidade, de maneira objetiva, coisificada, isenta de valor e julgamento.

É na sua obra *As regras do método sociológico*, considerando que seu método nada tem de revolucionário, sendo num certo sentido essencialmente conservador, que recomenda

[...] os fenômenos sociais devem ser tratados como coisas. [...] É coisa, com efeito, tudo o que é dado, tudo o que se oferece ou, melhor, se impõe à observação. [...] É preciso, portanto considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós (DURKHEIM, 1995, p. 28).

A recorrência a conceitos de diversos matizes permite a Durkheim combinar o racionalismo das formações capitalistas com valores e princípios morais que antecedem a esta ordem social. Permitem, é certo, apontar o capitalismo como um fato social, produto natural do progresso e formas de coação e disciplina sociais, cujo substrato encontra-se na moral (GUERRA, 1995).

Assim, os fundamentos sobre os quais Durkheim assenta seu edifício teórico-metodológico têm se constituído em fonte de inspiração das mais distintas, tanto no que diz respeito às pesquisas científicas quanto às formas de intervenção na sociedade. A forma de investigação nesse âmbito, conclui Guerra (1995), é uma maneira muito particular de conceber a realidade social desistoricizada e deseconomizada, visto que as conexões produzidas pela realidade não podem ser apreendidas por regras formais do conhecimento. Ao conceber a ciência de forma objetiva, apartada de qualquer reflexão filosófica, Durkheim funda um tipo de racionalidade segmentadora e manipuladora do real, que se conecta adequadamente à sociedade capitalista, que a explica e a legitima.

O conservadorismo durkheimiano representa a plena maturação do pensamento conservador refuncionalizado, ou seja, a refutação de qualquer possibilidade revolucionária. Oferece estatuto científico a uma concepção supra-histórica da estratificação social, sendo considerado o derradeiro representante do pensamento conservador que permaneceu com uma visão otimista a respeito da ordem burguesa. Visão esta que caracteriza o período clássico do pensamento conservador (ESCORSIM NETTO, 2011).

Assumindo diferentes faces o conservadorismo, no contexto pós 1848,

Por um lado, apostou na fragmentação da teoria social, no abandono do ponto de vista do historicismo e da totalidade, mediante a criação das várias 'ciências sociais particulares', todas marcadas, em última instância, por um positivismo que propunha tratar os fatos sociais como 'coisas (Durkheim) e não como resultados de uma práxis histórica. Mas o conservadorismo também adotou, em outra vertente, um ponto de vista claramente irracionalista, o qual, em nome de uma

mítica 'transmutação dos valores (Nietzsche) supostamente revolucionária, afirmava na verdade a conservação da ordem que coagulava a distinção eterna entre os senhores (os 'super-homens') e os subalternos (COUTINHO apud ESCORSIM NETTO, 2011a, p. 10).

Portanto, o pensamento conservador em seu período clássico - da Revolução Francesa (1789) à primeira Guerra Mundial (1914) - se constituiu como uma vertente ídeo-político-cultural complexa, mantendo, em face da ordem burguesa, uma perspectiva otimista, sendo, pois, a mais significativa característica unificadora deste período. Vertente esta que transitou da recusa da ordem social estabelecida pela burguesia revolucionária para uma postura de defesa da ordem burguesa consolidada, contudo ameaçada pelo movimento operário revolucionário. Enquanto recusa colocou-se como projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático, atacando a cultura da Ilustração e os traços mais significativos da modernidade, em defesa de valores e instituições pré-capitalistas. Após 1848 assumiu uma perspectiva contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para conservar a ordem estabelecida. Incorporando a racionalidade instrumental - positivista, voltou-se para a elaboração da representação teórico-metodológica da sociedade burguesa (ESCORSIM NETTO, 2011).

Passado o seu período clássico, pois, associa-se ao reacionarismo moderno e substitui o otimismo pelo desespero, fazendo com que na contemporaneidade assuma características inéditas, embora com raízes no conservadorismo clássico. Características dentre as quais se destaca a ocultação e escamoteação da sua raiz e de seus conteúdos conservadores, engendrando formulações que vão desde posições reacionárias à defesa de direitos políticos e civis.

Diante do exposto podemos ressaltar que o Serviço Social não surge apenas como possibilidade posta exclusivamente pela lógica econômico-social da ordem dos monopólios, mas também impulsionado, conforme as análises de Netto (1996a), pelo projeto conservador que contempla as reformas no âmbito desta ordem. Adequando-se ao tratamento dos problemas sociais tomados nas suas refrações individualizadas e como sequelas inevitáveis do progresso, desenvolveu-se e legitimou-se como interveniente prático-empírico e organizador simbólico no marco das políticas públicas. Assim, no plano sociopolítico, é produto da divisão social e técnica do trabalho na era monopólica. No plano histórico-cultural foi originalmente dinamizado pelo pensamento conservador.

Logo, o Serviço Social nasceu geneticamente relacionado com as peculiaridades do tratamento conferido a “questão social”, no contexto da sociedade burguesa fundada na organização monopólica, na qual prevalece uma racionalidade segmentadora e manipuladora do real. Que assume como natural a compartimentalização das profissões, a separação entre conhecimento e ação e a segmentação de respostas à micro-realidades (MONTAÑO, 2007). Na Europa, surge vinculado ao catolicismo social, fortemente marcado pelo anticapitalismo romântico, cuja expressão maior é Le Play, enquanto que na América do Norte nasce adequado “ao individualismo liberal e ao espírito do capitalismo”. Nas fontes ideológicas das protoformas do Serviço Social europeu há um forte componente de apologia indireta do capitalismo, nas fontes americanas, nem mesmo desta maneira o capitalismo era questionado (NETTO, 1996a, p. 111).

Em solo brasileiro, emerge relacionado ao ideário católico, conforme trataremos no tópico a seguir, considerando as particularidades históricas das estratégias implementadas no trato das expressões da “questão social”, no país, as quais germinaram as condições objetivas e subjetivas para o seu surgimento, sua profissionalização e desenvolvimento.

## 2.2 Serviço social no Brasil: gênese e profissionalização

É consensual que a gênese do Serviço Social no Brasil situa-se historicamente nos marcos dos anos 1930. Momento em que o Estado assume a regulação das tensões entre as classes sociais mediante um conjunto de iniciativas (CLT, o Salário Mínimo, dentre outras) de cunho controlador, assistencial e paternalista, com o intuito de desmobilizar a classe operária. Contexto em que se observa, pois, a afirmação e o fortalecimento do projeto reformista-conservador, cujos objetivos eram, em última instância, modernizar o país para que fosse possível o seu ingresso definitivamente no circuito capitalista internacional, bem como conter a mobilização e a organização política da classe trabalhadora.

Projeto que assumiu feições articuladas com as nossas particularidades históricas, fundadas “[...] no colonialismo, no escravismo, na dependência em face às potências capitalistas centrais, no caráter antidemocrático, onde imperam as

mudanças ‘pelo alto’ e a ‘ideologia do favor’ a despeito da garantia do direito” (ORTIZ, 2010, p. 101). Que teve no redimensionamento e fortalecimento do Estado seu mais significativo ideal no enfrentamento das sequelas da “questão social” e na consolidação da ordem burguesa no Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo no país e seus desdobramentos junto à classe trabalhadora, tal como em outras partes do mundo, como já analisou Netto (1996a) impôs a necessidade de implementação de um conjunto de medidas de caráter político-ideológico para além da substituição do modelo econômico. A produção industrial e suas repercussões objetivas e subjetivas sobre a classe trabalhadora, bem como a sua correlata necessidade de consumo, exigiram, assim, uma nova postura política e ideológica por parte do Estado brasileiro e suas elites.

A constituição do conjunto de serviços e políticas sociais e de um aparato institucional sócio-assistencial para operacionalizá-los, cristalizado na década de 1940, se colocou nesse empreendimento do Estado brasileiro, que aliando a tradição conservadora nacional oriunda do período colonial e imperial, passou a enfrentar as expressões da “questão social” a partir das referências de um projeto de cunho reformista-conservador.

No Brasil, diferentemente dos países centrais, as demandas dos trabalhadores não se constituíram enquanto princípios de convivência democrática. Aqui a sua organização, bem como nos demais países latino-americanos, por um lado, foi alvo de constantes repressões pelo poder público, de outro, a cooptação de suas lideranças. A burguesia nacional incapaz de elaborar um projeto autóctone de sociedade se vinculou ao projeto reformista-burguês internacional, em contraposição ao projeto societário proletário, buscando interpretar a “questão social” de forma apolítica, a-histórica, desarticulada dos fundamentos econômicos e políticos da sociedade e dos interesses e conflitos sociais. Portanto, tratando suas expressões como “problemas sociais” e sua solução não contemplando a transformação do sistema (NETTO, 1996a).

Tratamento esse marcado por uma característica própria das sociedades latino-americanas, ou seja, como escreveu Chauí (2007), por uma “cultura senhorial” na qual as relações sociais e intersubjetivas são realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior que obedece, decorrendo daí a recusa de operar com os direitos civis e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica. A lei é privilégio dos grandes e

repressão para as classes populares, tornando-se, necessariamente abstratas, inúteis, incompreensíveis, feitas para ser transgredidas.

Marcado, pois, por uma situação de dependência e subordinação orgânica e funcional de sua economia com relação ao conjunto internacional de que participa. Fato que se liga às raízes da formação sócio-histórica do Brasil. Economia de exportação, organizada com o fim último de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas aos países e populações da Europa e posteriormente também da América.

Como observou Prado Junior (2008, p. 270),

Esta é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase do seu desenvolvimento. O país far-se-á imediatamente e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações.

É fato que no Brasil as oligarquias têm comandado historicamente grande parte da vida política nacional, repondo as mesmas relações domésticas e conservadoras que comandam suas propriedades familiares. A desigualdade social se constitui como elemento presente desde sempre. Igualmente aos países latino-americanos o processo formal de independência recriou, sob novas bases, a lógica da subalternidade. Até mesmo o liberalismo, visto como um dos mais significativos sustentáculos político-ideológico e socioculturais da ordem burguesa sofreu adequações à realidade aqui existente (ORTIZ, 2010).

Assim, do ponto de vista político e ideológico o Brasil reúne importantes particularidades, quais sejam,

[...] a presença irrefutável da chamada 'ideologia do favor', como mediação das relações sociais, e principalmente daquelas existentes entre Estado e Sociedade. Soma-se à 'ideologia do favor', o ecletismo teórico-político, no qual se observa a combinação de perspectivas teóricas com posturas políticas completamente diferentes; e uma forma peculiar de democracia e de autoritarismo que concilia cordialidade com violência. Todos estes aspectos mediatizam as relações entre classe trabalhadora, burguesia e Estado; além de atravessarem a operacionalidade dos serviços e políticas sociais desenvolvidas no Brasil, e particularizarem a ação de determinados sujeitos profissionais como o assistente social (SCHWRZ, 2005 apud ORTIZ, 2010, p. 71-72).

Segundo Netto (1996b, p. 18), na formação social brasileira um traço econômico-social de relevante implicação no desenvolvimento capitalista consistiu em que se deu *sem* realizar as transformações estruturais que, noutras formações, a exemplo das experiências euros-ocidentais, constituíram as suas pré-condições. “No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o ‘atraso’, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados”. Traço que evidencia o caráter conservador da modernização operada pelo capitalismo brasileiro: a conciliação com o “atraso”.

Aqui, nas análises do autor, se destaca a recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política. Foi próprio da formação social brasileira o alijamento das classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios. Neste solo a socialização da política sempre foi um processo inconcluso. Nos seus momentos mais efervescentes se colocava a possibilidade de um mínimo grau de socialização do poder político, as classes dominantes não mediram esforços para neutralizá-lo.

O Estado tem atuado como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão, das agências da sociedade que incorporam os interesses das classes subalternas. Ou seja, “[...] um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos” (NETTO, 1996b, p. 19).

Nesse sentido,

A expressão sintética destes fenômenos na formação social brasileira aparece na dinâmica da organização da economia e da sociedade no processo em que as relações sociais capitalistas saturam e determinam o espaço nacional: o desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil torna-o heteronômico e excludente (Chasin, 1978 e Cardoso de Mello, 1986); os processos diretivos da sociedade são decididos ‘pelo alto’ (notadamente, mas não de forma exclusiva, por núcleos encastelados na estrutura do Estado). Condensa-se ai, em boa medida, a particularidade da formação social brasileira (NETTO, 1996b, p. 19-20).

Ao analisar a irrupção do capitalismo monopolista nas economias periféricas, em particular no Brasil, Fernandes (2005) comenta que tal irrupção coincide com uma época de crise mundial do capitalismo,

[...] rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe como o supermoderno ou o atual, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir, e com frequência, precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2005, p. 314).

Assim, para se aninhar e crescer nas economias periféricas, conforme o citado autor, o capitalismo monopolista necessitou conjugar formas econômicas “modernas”, “antigas” e “arcaicas”, que persistiram ao desenvolvimento anterior da economia competitiva, do mercado capitalista da era neocolonial e da economia colonial. Formas econômicas que operam como fontes de acumulação originária de capital. Delas são extraídos parte do excedente econômico que financia a modernização econômica, tecnológica e institucional requerida pelo seu surgimento, e outros recursos materiais ou humanos, sem os quais essa modernização seria inconcebível.

Sob tais particularidades o Serviço Social brasileiro configurou-se em mais uma das profissões cuja inserção na divisão social e técnica do trabalho se deram a partir de sua vinculação orgânica com as prerrogativas e princípios do projeto reformista conservador, aqui implementado na era dos monopólios. Foram às formas de tratamento das expressões da “questão social”, empreendidas a partir dos fundamentos desse projeto, que germinaram as condições objetivas e subjetivas para a emergência e institucionalização da profissão, que por sua vez estabeleceu e apresentou suas respostas sócio-profissionais também balizadas por ele (NETTO, 1996a).

Considerando que no Brasil o processo de constituição do capitalismo não foi antecedido pelo regime feudal, nem implantado por uma revolução burguesa clássica, o que o diferencia do europeu, como lembra Santos (2007, p. 53), “o ‘nosso’ conservadorismo tem um perfil marcado pela inserção periférica da economia brasileira no mercado mundial, determinando inclusive o sistema de saberes produzido”.

Iamamoto (1997, p. 18) localiza as marcas de origem da profissão no bojo do reformismo conservador, “[...] como parte de um movimento mais amplo, de bases confessionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica ao ‘mundo temporal’ [...]”. Surgiu da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se manifestaram através da Igreja, como uma das frentes mobilizadas para a formação doutrinária, através de uma ação individualizadora entre “as massas atomizadas social e moralmente”, visando estabelecer um contraponto às influências anarco-sindicalistas no proletário urbano. Neste sentido, como uma estratégia de classe, no âmbito de um projeto burguês de reformas dentro da ordem, visando à integração da classe trabalhadora, no momento em que o Estado e a Igreja assumiram para si o enfrentamento da “questão social”, voltando-se para uma ação de soerguimento moral da família operária. Emergiu a luz da influência da Doutrina Cristã, via Igreja Católica, que na luta contra o liberalismo e o comunismo concentrava sua preocupação na reforma social e na recristianização da sociedade, o que implicava mudança da moral e dos costumes, frente à efervescência política, social e econômica vivenciada no país na década de 1930. Nasceu e se desenvolveu, pois, embebido em ideias conservadoras, incorporando as ambiguidades do reformismo conservador. Nas suas origens, a base confessional lhe conferiu as bases para sua legitimação na sociedade.

Dessa forma, o surgimento do Serviço Social não foi um processo isolado. Relacionou-se intimamente às profundas transformações econômicas e políticas através das quais a sociedade brasileira foi atravessada, e a ação dos grupos, classes e instituições que interagiram com tais transformações. Nasceu no seio do bloco católico, que manteve por um determinado período um quase monopólio da formação<sup>22</sup> desses agentes sociais, tanto a partir de sua base social, como de sua

---

<sup>22</sup> A primeira Escola de Serviço Social no Brasil foi criada em 15 de fevereiro de 1936, na cidade de São Paulo/SP, com a intenção de formar quadros militantes da Ação Católica no momento em que o

ideologia e doutrina. “O fulcro de sua atuação ainda embrionária será a ação doutrinária. Reconquistar as massas, ir ao povo, libertá-lo da influência nefasta do socialismo, aconchegá-lo no comunitarismo ético cristão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 221).

Nesse momento, segundo Barroco (2001), o tratamento moral da “questão social” aparecia como resposta política de diversas forças sociais ao potencial emancipador das lutas dos trabalhadores. Uma reação de caráter conservador que perpassava pelas estratégias do Estado capitalista, pelo projeto social da Igreja Católica e pelo Serviço Social, no cenário de sua origem.

No âmbito da Igreja Católica, conforme a autora, tal reação foi ao mesmo tempo anticomunista e antiliberal, pautando-se como alternativa ao socialismo e ao liberalismo, ou seja, como “uma terceira via” de desenvolvimento do capitalismo. A dimensão político-ideológica de tal intervenção é evidenciada na *Encíclica Rerum Novarum*, na qual a desigualdade é considerada natural e necessária à reprodução da ‘ordem harmônica’, refutando, assim, a luta de classes, considerada como algo que se contrapõe à natureza da sociedade.

Nesse cenário,

[...] o ‘bem comum’ é vinculado a um projeto social de bases reformistas que visa assegurar um consenso entre as classes, tendo em vista a aceitação, por parte dos indivíduos e das classes sociais, de sua condição ‘naturalmente dada’. [...] A moral se apresenta como um dos elementos viabilizadores da reforma cristã, pois entende-se que, através da reatualização dos valores tradicionais, de modos de vida reprodutores das funções básicas da família e da mulher, seja possível manter a ordem necessária ao ‘bem comum’ (BARROCO, 2001, p. 84).

---

conservadorismo de matriz restauradora colocava-se como alternativa no enfrentamento da “questão social”. O CEAS, fundado em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia da Igreja Católica, será a entidade fundadora e mantenedora da referida Escola. O surgimento desse Centro, sujeito coletivo envolvido na disputa pela hegemonia na sociedade, ocorreu no momento em que a Igreja, como força social, mobilizou o laicato a partir das encíclicas papais, que assumiam um posicionamento antiliberal e antissocialista (YAZBEK, 2009b; 1980). Nesse período é significativa a influência europeia no Serviço Social brasileiro, visto que a formação dos docentes era prioritariamente realizada nas Escolas de inspiração franco-belga (EIRAS, 1993). O nascimento das primeiras Escolas de Serviço Social coincide com o início da pesquisa histórica brasileira em sua fase crítico-científica, num plano de sólido adensamento teórico, a exemplo da obra de Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*, publicada em 1933, e a obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil, de 1936* (ESCORSIM NETTO, 2011).

No âmbito do Estado se observava a busca pelo consenso necessário a sua legitimação, bem como o controle e a reprodução da força de trabalho, mediante a implementação de políticas sociais que, contraditoriamente, respondessem às necessidades do capital e, até certo ponto, incorporasse parte das demandas e reivindicações das classes trabalhadoras. Ao reproduzir a articulação entre coerção e consenso, buscava controlar as classes trabalhadoras e legitimar-se como representativo de toda a sociedade. Para tanto, a moral, de acordo com Barroco (2001), foi utilizada como um instrumento ideológico fundamental para favorecer tal consenso.

O Estado,

Através de um discurso ético universalizante, fragmenta as necessidades das classes trabalhadoras, transforma seus direitos em benefícios do Estado, subordina os indivíduos a várias formas de discriminação, responsabiliza-os pela sua condição social, despolitiza suas lutas, restringe suas escolhas, contribuindo para a reprodução de uma moralidade subalternizada e alienada (BARROCO, 2001, p. 86).

Ligado à atuação da Igreja Católica e a serviço da sua ideologia, nesse contexto, o Serviço Social configurou uma prática voltada para a assistência e orientação ao cliente, visando o restabelecimento da ordem social, condicionada pelo respeito à autoridade e a harmonia entre as classes, através do método de Serviço Social de Caso. Desse modo, orientando-se por posicionamentos de cunho humanista conservador, contribui para a recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja frente à “questão social” (YAZBEK, 2009b).

No emergente Serviço Social, os referenciais orientadores do seu pensamento e de sua ação foram buscados na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino<sup>23</sup>: o tomismo e o neotomismo<sup>24</sup> (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por

<sup>23</sup> Santo Tomás de Aquino em sua filosofia trata de questões importantes para sua época, tais como: as relações entre Deus e o mundo, fé e ciência, teologia e filosofia, conhecimento e realidade. Para maiores conhecimentos sobre as suas reflexões confira Aguiar (1989).

<sup>24</sup> O neotomismo se constituiu em um movimento empreendido pela Igreja que, ressentida de seu poderio sociopolítico e cultural pela hegemonia moderna no final do século XIX, recorreu aos pressupostos filosóficos assentados no pensamento de Santo Tomás de Aquino. Tal movimento, a despeito da heterogeneidade presentes em suas variantes filosóficas, questionava a prioridade do uso da razão moderna para a explicação e condução da vida social e compreendia o ser como sendo, ao mesmo tempo, “criatura finita e imagem e semelhança de Deus, daí sua tendência à perfectibilidade e à bondade”. O homem era considerado um ser dotado de razão, o que lhe permitia

Jacques Maritain<sup>25</sup> na França e pelo Cardeal Mercier<sup>26</sup> na Bélgica), com vistas a aplicá-los às necessidades de nosso tempo (YAZBEK, 2009b).

Dentre os postulados filosóficos que marcaram o nascente Serviço Social Yazbek (2009b) destaca, dentre outros, a noção de dignidade da pessoa humana, a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum, a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral, hauridos em Santo Tomás de Aquino, os quais irão iluminar a teoria e a prática do assistente social. No que tange à Doutrina Social da Igreja ressalta as encíclicas “*Rerum Novarum*” de 1891, com a qual se inicia o magistério social da Igreja e a “*Quadragesimo Anno*” de 1931, que vai tratar da “questão social” com apelos a renovação moral da sociedade e a adesão à Ação Social da Igreja.

Como sustentação ideológica para os assistentes sociais, nesse contexto, Aguiar (1989) evidencia o protagonismo da União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS), entidade de caráter internacional e confessional, fundada em 1925 em Bruxelas, pautada pela doutrina da Igreja. É esta entidade que dará as perspectivas do nascente Serviço Social.

Em síntese, o Serviço Social brasileiro nasceu sob a influência direta da Igreja Católica, tanto em nível da formação, da prática e do discurso de seus agentes. Teve como suporte filosófico o neotomismo e como sustentação ideológica a formação moral e doutrinária da UCISS. Foi implantado nos anos 1932 a 1945 no

---

pensar sobre os seus atos e superar suas limitações, e um ser “de carne e osso”, que necessitava de proteção quando exposto a condições desfavoráveis para condução de seu processo de perfeição (a doença, a indigência etc.). A sociedade para desempenhar a sua função de providência contra o infortúnio e na busca pelo bem comum, necessitava da autoridade. Diante das desigualdades de classes propunha a busca pela harmonia social (ORTIZ, 2010, p. 95).

<sup>25</sup>Jacques Maritain, importante filósofo cristão do século XX de projeção mundial, recuperou, como conservador romântico, o legado de São Tomás de Aquino. Suas ideias políticas e filosóficas exerceram grandes influências em todo o mundo, particularmente no Brasil. Considerado uma das maiores expressões inspiradoras da filosofia neotomista no Brasil e fervoroso defensor do denominado humanismo cristão. Considera o homem como pessoa humana, dotado de corpo e alma e entende que a sociedade é uma instância da qual este homem não pode prescindir em sua existência corpórea. A sociedade, além de garantir a sobrevivência física do homem, permite-lhe atender à solicitude da alma (o fim atemporal). A partir desse pressuposto neotomista, os assistentes sociais idealizavam um projeto societário que contemplasse as duas dimensões do homem: o corpo e a alma. A sociedade é instância na qual o homem pode completar-se e realizar-se como pessoa humana. No Serviço Social brasileiro suas ideias foram absorvidas através da Ação Católica, pelo movimento de reforma que marcou a Igreja após Leão XIII e Pio XI. Estiveram presentes através das aulas de Filosofia, Ética, Moral, Doutrina Católica desenvolvidas nos cursos de Serviço Social. Confira: Aguiar (1989), Guedes (2003).

<sup>26</sup>Cardeal Mercier, segundo Aguiar (1989), chefiou a restauração da filosofia de Santo Tomás de Aquino, numa perspectiva progressista. Enquanto padre recebeu de Leão XIII a tarefa de ser o responsável pela cadeira de filosofia Tomista na Universidade de Lovaina, possibilitando a irradiação do tomismo.

eixo Rio-São Paulo, seguindo os mesmos princípios e valores das escolas francesas e belgas. Fase de sua história denominada comumente de Modelo Franco-Belga, Serviço Social Tradicional ou de Escola Franco-Belga, na qual foi privilegiada uma ação na sociedade para beneficiar o homem de maneira educativa. Homem esse visto com valores e princípios da Doutrina Cristã, ou seja, com dignidade, liberdade, responsabilidade e transcendência (EIRAS, 1993).

Nas suas origens, vale ressaltar, os assistentes sociais pioneiros, oriundos majoritariamente do sistema de ensino mantido pela Igreja, “moças e senhoras da sociedade” pertencentes aos extratos mais abastados, compartilhando dos preceitos e valores originários do pensamento conservador pela via dos princípios da Doutrina Social da Igreja e do humanismo cristão de Jacques Maritain, segundo Guedes (2003), anunciavam que as desigualdades eram naturais entre os homens, devendo, assim, intervir no sentido de buscar o ajustamento de tais indivíduos, recompondo suas tendências ao bem e à perfeição. Recusavam como sugeria a Igreja Católica, o comunismo e o liberalismo. O comunismo era interpretado como uma teoria social refutável porque postula um projeto societário erigido por uma compreensão materialista do homem. Refutavam-no, ainda, porque o compreendiam como uma “doutrina totalitária”, com princípios incompatíveis com o conceito de pessoa humana. Razão pela qual interpretavam os princípios do liberalismo como uma “doutrina individualista”.

Refutando o liberalismo e o comunismo, advogavam pela constituição de uma terceira via, ou seja, uma doutrina que representasse um meio termo entre o individualismo (doutrina liberal) e o coletivismo (perspectiva socialista), cujo parâmetro seria o exercício vital inerente à pessoa humana: o aperfeiçoamento com vistas ao fim supratemporal. Nesta terceira via (comunitarismo cristão), o modelo societário referia-se à harmonia entre as classes sociais organizadas sobre o ideário do bem comum, postulado pela filosofia neotomista. Acreditavam que uma das maneiras possíveis para alcançá-lo seria o retorno aos antigos modelos associativos das corporações medievais, identificados como formas de preservar o princípio natural da vida associativa necessária para que o homem, ser incompleto sem a sociedade, pudesse atingir seu fim último. Ao idealizar este modelo associativista, partilhavam das críticas à sociedade moderna e voltava-se a modelos de produção ultrapassados historicamente. Criticavam os valores morais e as diretrizes políticas e econômicas nascidas no mundo moderno, cabendo, portanto, desenvolver um

trabalho com vistas à preservação da pessoa humana e não visando à promoção da cidadania. Nesse contexto, a conscientização, uma das diretrizes da atuação dos primeiros assistentes sociais, dirigiu-se, sobretudo, à classe trabalhadora e tinha como perspectiva a conciliação das classes sociais. A preservação da ordem social seria realizada através da família, instância intermediária entre o homem e a sociedade, devendo, pois, ser à base da educação para a ordem social.

Nesse sentido, conclui a autora, os assistentes sociais pioneiros, ao se posicionarem a favor de um projeto de sociedade que visava reconstruir a ordem social destruída pelo desrespeito à dignidade humana, delimitavam a prática profissional em uma perspectiva idealista vinculada às diretrizes da Igreja Católica daquele período. Postulavam uma ação profissional pautada na reeducação moral, seguido de um mínimo de bem estar ou de atividade profissional que assegurasse condições mínimas de sobrevivência. Portanto, idealizavam a construção de um projeto societário, através da reeducação de valores morais e obediência a princípios cristãos, mas argumentavam que este projeto só se viabilizaria, se fossem asseguradas as mínimas condições de bem-estar social. Na defesa da viabilização deste projeto, os assistentes sociais restringiam a atuação profissional à esfera privada, como se os valores morais fossem construídos apenas a partir de vontades individuais e as precariedades materiais de existências fossem amenizadas com esforços individuais. Enfim, nos pressupostos teóricos dos assistentes sociais, o homem era compreendido como uma pessoa humana e na atuação profissional compreendido como um indivíduo que precisava de ajuda para sair da condição degradante, na qual, a condição de vida operária o colocava, o que se traduzia numa aporia.

Nesse caso, podemos afirmar, em sintonia com as análises de Guedes (2003), que foi recorrente a postura anticapitalista romântica<sup>27</sup> entre os assistentes sociais pioneiros no Brasil, em decorrência da vinculação de tais sujeitos com os princípios cristãos e católicos. Estes defendiam a ideia de que o progresso material levado adiante na ordem burguesa distanciava o homem de Deus, seu criador. Advogavam, portanto, uma reforma comportamental, de caráter moral.

---

<sup>27</sup> Löwy (1988) já observou que o anticapitalismo romântico está presente na tendência conservadora católica, embora com devidas particularidades. Nas suas considerações o elemento predominante da tradição católica é conservador, mas a partir do final do século XIX, de certa forma, a Igreja buscou se reconciliar com o capitalismo. Aceitou essa sociedade burguesa, contudo mantendo um relacionamento com certa distância crítica, persistindo uma espécie de desconfiança e uma crítica.

A relação entre a profissão e o ideário católico na origem do Serviço Social no Brasil, como já demonstrado por Yazbek (2000, p. 22),

[...] vai imprimir à profissão caráter de apostolado, fundado em uma abordagem da questão social como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. A contribuição do Serviço Social, neste momento, incidirá sobre valores e comportamentos de seus clientes na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes.

A adesão a esse projeto pelos pioneiros, a visão de mundo das classes dominantes, segundo Carvalho (1980) é naturalizada, espiritualizada, assumindo a representação do servir ao próximo, da ação desinteressada. “A ação ideológica de ajustamento às relações sociais existentes eram encobertas e englobadas num projeto de recristanização, de formação moral e religiosa da população-cliente” (CARVALHO, 1980, p. 68).

Nesse momento a produção teórica, no âmbito do Serviço Social, praticamente inexistia, o que guarda íntima relação com a prioridade conferida à vocação, como requisito para ingresso na profissão e o caráter moral conferido à formação dos seus pioneiros. O que moveu os primeiros assistentes sociais a buscarem o Serviço Social foi à vocação e o interesse pessoal em aperfeiçoar o apostolado (IAMAMOTO, 1997).

Comentando sobre a formação dos pioneiros no Brasil, Iamamoto e Carvalho (1996) ressaltam que a prática era o elemento essencial daquela formação técnica. A formação moral seria, pois, o coroamento do trabalho do assistente social, não sendo, portanto, “[...] em grandes embates acadêmicos que o Serviço Social mostrará sua utilidade e eficiência. Estas aparecerão no embate cotidiano e individualizado com as populações carentes, com seus assistidos” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 231).

Desse modo,

[...] uma profissão, cujo critério de ingresso se baseava nos valores morais e pessoais não podia priorizar a produção de conhecimento. Trata-se, dessa forma, do primado das qualidades morais do agente sobre o seu saber, ou seja, a apreensão do conhecimento teórico como algo secundário para uma profissão cujo mote de adesão de seus postulantes, bem como as requisições feitas pela divisão do trabalho aos agentes profissionais, baseava-se na vocação e na boa vontade (ORTIZ, 2010, p. 120).

Permeava a literatura da época os livros de Jacques Maritain e São Tomás de Aquino, principalmente, os quais irão subsidiar a compreensão teórica dos primeiros assistentes sociais. Na literatura brasileira recorria-se aos escritos de Jackson de Figueiredo<sup>28</sup>, leigo que representava o pensamento reacionário, antiliberal, defensor da ordem, da autoridade e da estabilidade. Bem como aos escritos de Alceu Amoroso Lima, leigo que representava a nova vertente do pensamento católico, universalista e liberal.

Em 1939 foi lançada a primeira revista de Serviço Social no Brasil: *Serviço Social*, a qual apresentava um caráter doutrinário, informativo e técnico, tendo como finalidade divulgar o Serviço Social e proporcionar as obras sociais e aos assistentes sociais um instrumento para aperfeiçoar sua ação (YAZSBEK, 1980). Ainda nesse mesmo ano foi publicada a primeira obra sobre o Serviço Social no Brasil, intitulada *Serviço Social, infância e juventude desvalida*, de autoria de Maria Esolina Pinheiro, na qual, em nota explicativa, a autora ressalta a não pretensão literária e didática da obra e a sua espontânea colheita de dados requerida pela natureza do Serviço Social na área na qual atuava (EIRAS, 1993).

Vinculado às organizações da sociedade civil, a exemplo da Igreja, e subsidiado por suas associações “o saber do Serviço Social”, era essencialmente mantido por essas organizações privadas, muito embora recebesse algum financiamento estatal. Foram tais instituições que impulsionaram uma organização, embora mínima, que proporcionou suporte à dinâmica da produção científica (AMMANN, 1984, p. 149).

Portanto, a gênese e desenvolvimento do Serviço Social de origem católica, ressalta Netto (1996c), foram antimodernos e a direção social estratégica dominante

---

<sup>28</sup> Jackson de Figueiredo, juntamente com Hamilton Nogueira e José Vicente de Souza, fundou, em 1921, a revista *A Ordem*, órgão oficial do catolicismo, com vistas a combater toda forma de rebelião que se manifestasse no campo filosófico, literário, ético, ou das instituições, tendo uma finalidade de formação religiosa e uma intenção política, não propriamente partidária, mas prática, como escreveu Aguiar (1989). Em 1922, juntamente com Perilo Gomes e Hamilton Nogueira, fundou o Centro Dom Vital, do qual foi presidente eterno, principal aparato de mobilização do laicato, recrutando uma “aristocracia intelectual”, como demonstraram Iamamoto e Carvalho (1996), para combater, no nível político e ideológico, as manifestações consideradas pela Igreja, na época, como sendo as mais nocivas para o seu domínio, quais sejam, o anticlericalismo, o positivismo e o laicismo republicano, servindo de ligação entre a hierarquia e a opinião pública católica, com vistas a mobilizá-la enquanto movimento de opinião. Através de um trabalho de agitação doutrinária e política, reuniu em torno de si um grupo de intelectuais, dentre estes se destaca Alceu Amoroso Lima, que o sucedeu na direção do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*.

no seu interior vinculava-se a um projeto social e político que refutava o liberalismo e o socialismo, projetos claramente modernos.

Projeto social e político este requerido pela realidade marcada pelas exigências e necessidades do capitalismo em sua fase monopólica e fundamentado no conservadorismo sob suas principais variantes, quais sejam, a laica – o positivismo - e a confessional - a Doutrina Social da Igreja e o humanismo cristão que forjou uma determinada postura do Estado brasileiro, em particular, no trato das sequelas da “questão social” (NETTO, 1996a).

Segundo Ortiz (2010), é incontestável a aliança entre o Estado varguista e a Igreja Católica no enfrentamento das expressões da “questão social”, bem como a influência do positivismo nas décadas de 1930 e 1940, na trajetória sócio-histórica do Brasil. O redimensionamento do Estado, em particular em face das sequelas da “questão social”, assim como a entrada do país no circuito capitalista internacional, baseou-se e inspirou-se nas elaborações positivistas, no seu modo de entender e atuar sobre a vida social, corroborado pelos preceitos postulados pela Igreja Católica brasileira, fundamentados na sua Doutrina Social e no pensamento humanista cristão.

Quando Getúlio Vargas instaurou o regime ditatorial no Brasil, em 1937, sob a alegação de que existiria um plano conspiratório comunista, a “questão social” passou de “caso de polícia” a “caso de política”, sendo tratada com a dupla repressão/cooptação. Foi naquele cenário instaurado a partir do “Estado Novo” que as grandes instituições assistenciais foram criadas, a exemplo da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, como parte da propaganda varguista do “esforço de guerra” e nos anos posteriores transformada na maior instituição assistencial do país (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996).

Instituições essas que desempenharam funções políticas, econômicas e ideológicas vitais para a permanência da dominação de classe. Foram, pois, extremamente funcionais ao processo conservador de modernização capitalista brasileira em curso, na medida em que garantiram a extração do máximo de trabalho excedente da classe trabalhadora, mantendo a “ordem” e a “paz social” através dos benefícios indiretos. Constituíram-se em importante fonte de acumulação, principalmente o sistema previdenciário, que tomou dos trabalhadores para “emprestar” generosamente aos donos do capital. Enquadraram através de controle político e social da vida dos trabalhadores, as massas urbanas, que

majoritariamente provinham do meio rural, não tendo a experiência anterior das lutas operárias dos anos 1910/1920 e interiorizou de forma mais “obediente” a ideologia do trabalhismo, de Vargas como o “Pai dos Pobres” (VIANNA, 1976 apud PEREIRA, 2007).

O Estado varguista, numa nova postura de tratamento da “questão social”, aliou-se à Igreja frente às ameaças revolucionárias mundiais naquele período. Via na Igreja uma importante aliada para barrar as forças ideológicas revolucionárias; ao mesmo tempo, a Igreja aproveitava o momento para alargar o espaço até então reduzido. Aliança esta de fundamental importância para alavancar o processo de ultrapassagem das “protoformas” do Serviço Social. Isto é, de um movimento embrionário impulsionado pelo movimento católico leigo, passou-se a demandar – por parte do Estado e do empresariado, num discurso de “tecnificação” da “questão social” – uma formação técnica especializada para a intervenção nos “problemas sociais” de toda ordem. Assim, este foi o momento para a emergência da profissão de Serviço Social, cujo profissional, desde o seu início, atuou primordialmente como um intelectual difusor da ideologia dominante, necessária à manutenção daquela ordem. Atuação com inserção privilegiada junto à classe trabalhadora e cuja funcionalidade apontava para a conformação do trabalhador às novas exigências postas pelo projeto modernizante e industrializante do pós-1930 (PEREIRA, 2007).

Somente quando foram criadas as grandes instituições assistenciais, estatais, paraestatais e autárquicas, na década de 1940, no bojo de uma política econômica favorecedora do modelo de industrialização adotado no país, a partir dos anos 1930, o mercado de trabalho para a profissão amplia-se, permitindo o rompimento com as suas origens confessionais e o deslocamento de suas bases de legitimação para o Estado e para os setores empresariais da sociedade. Amplia-se e diversifica-se a sua clientela, que agora se concentrará em amplos setores do proletariado, alvo das políticas assistenciais implementadas pelas instituições, não sendo mais os pequenos seguimentos da população pobre, contemplada ocasionalmente pelas obras sociais confessionais.

Assim,

Se o caráter de missão de apostolado social e a origem de classe dos 'pioneiros' conferiam legitimidade à intervenção do profissional, agora essa legitimidade será derivada do mandato institucional, confiado ao Assistente Social, direta ou indiretamente, pelo Estado. (IAMAMOTO, 1997, p. 31).

O Serviço Social, dessa forma, passou a ser uma das engrenagens de execução da política social do Estado e de setores empresariais, e não mais um instrumento de distribuição da caridade privada das classes dominantes. Este processo consolidou a profissionalização do assistente social, que se tornou assalariado e recrutado entre os setores médios da sociedade, conferindo ao exercício profissional um caráter não liberal, embora tenha sido reconhecido como profissão liberal pelo Ministério do Trabalho, em 1949. Passou a ser incorporada aos programas que concretizavam as políticas sociais do desenvolvimento populista, ideologia predominante pós Segunda Guerra Mundial. Movimento que permitiu, além de sua cooptação pelo Estado, manter, com adequações, as características básicas da prática e do pensamento conservador.

Ou seja, mesmo inserida formalmente no mercado de trabalho, observa-se a permanência de diversos aspectos presentes tanto no desenvolvimento da intervenção profissional quanto nas práticas filantrópicas anteriores, visíveis em função da adequação do Serviço Social ao projeto reformista-conservador. A ruptura com as protoformas do Serviço Social reside no fato de que tais agentes agora serão requisitados por instituições premidas por uma estrutura social que precisa tornar a reprodução daqueles desprovidos de meios próprios de produção, em objeto de medidas anticrise. Portanto, os objetivos dessas ações são diferentes da ajuda, da caridade e filantropia anteriormente destinada a assistência aos trabalhadores, e a maneira de implementá-las também deverá observar outros parâmetros (NETTO, 1996a).

O Serviço Social reaparece modificado, contudo guardando suas características fundamentais. Não se trata mais, portanto, “[...] do apostolado doutrinário, da salvação e recristianização das massas populares, de exorcizar o conteúdo liberal da sociedade burguesa”. Trata-se, pois, de um agente integrado ao equipamento já existente, como elemento auxiliar e subsidiário ao desempenho das práticas principais de cada instituição (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 316).

Portanto,

As antigas técnicas sociais [...] transfiguram-se agora em procedimentos administrativos e processos burocráticos, aplicados por agentes assalariados, mandatados pelas instituições. Reaparecem como mecanismos intensivos de controle social englobados dentro de estruturas destinadas a garantir o aumento da produtividade média da força de trabalho, a evitar o confronto de classe e a canalizar, vigiar e reprimir os conflitos sociais e outras formas de desvianças, derivadas das múltiplas contradições geradas e/ou agravadas pelo aprofundamento do modo de produção capitalista (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 327).

A inserção do Serviço Social nas grandes instituições estatais criadas à época demandou novos espaços de formação, o que começou a ser realizado nas décadas de 1930 e 1940, através da iniciativa da Igreja Católica com a efetiva participação da maior instituição assistencial do país, a LBA ofereceu um sólido apoio às escolas especializadas existentes. Estas foram mobilizadas desde o início para a implantação e programação dos serviços da nova instituição e, ao mesmo tempo, subsidiadas para suprir a demanda de trabalhadores habilitados por aquela formação técnica especializada. Através do sistema de bolsas de estudo e da distribuição de recursos financeiros, viabilizou o surgimento de Escolas de Serviço Social nas capitais de vários estados, atuando geralmente com os movimentos de ação social e ação católica.

Se até 1930 não se constatavam contradições gritantes na relação entre educação e economia, é a partir do processo de modernização capitalista da economia, realizado durante o governo Vargas, que novas exigências educacionais foram impostas pelo projeto modernizador-conservador, acomodadas no interior de um projeto de modernização periférica brasileira. Ou seja, a educação foi chamada nesse período para remodelar o ensino, com o treinamento e qualificação da força de trabalho, e não para a formação de pesquisadores e o desenvolvimento efetivo de pesquisa aplicada (ROMANELLI, 2005 apud PEREIRA, 2007).

Desse modo, o ensino superior teve a importante função de formar os intelectuais orgânicos necessários ao processo de modernização capitalista do país. As alianças entre Estado, Igreja Católica e empresariado marcaram, é certo, a criação das primeiras Escolas de Serviço Social no país. Mesmo onde houve a ação

direta da Igreja Católica, o Estado participou ativamente através da disponibilização de fundos públicos.

Portanto, o movimento de criação dessas Escolas, nas análises de Pereira (2007), naquelas duas décadas deve ser apreendido também no contexto de reaproximação entre Estado e Igreja Católica - na luta da Igreja para conquistar espaços mais largos, principalmente no âmbito educacional – além da participação do empresariado, cujas elites locais e regionais também se organizavam e disputavam hegemonia.

Entre 1936 e 1945, na formação dos assistentes sociais brasileiros pode-se ressaltar a Influência do ideário franco-belga, particularmente nas preocupações com a situação da classe operária e com a Ação Social. O Ensino era, fundamentalmente, inspirado em currículos de escolas europeias e a concepção de Ação Social e Trabalho Social marcada pela filosofia católica, expressa em documentos pontifícios comprometidos com a justiça social e com a “reforma” da sociedade capitalista. Crença de que pela “reforma social” seria possível superar os problemas sociais gerados pela Revolução Industrial e combater a influência comunista (posição antiliberal e anticomunista). Abordagem individualizada dos problemas sociais através do Serviço Social de Casos Individuais. Atenção especial à família, instituição social onde se constatam e expressam mais nitidamente os problemas sociais. Perspectiva de adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo. Trabalho baseado em precária instrumentação técnica (visitas domiciliares, entrevistas, documentação), porém marcado pelo idealismo da Ação Social Católica junto às classes menos favorecidas. Contribuição para a racionalização da assistência prestada por obras sociais do município (organização da assistência social particular e governamental) e, enfim, forte Influência do pensamento positivista (YASBEK, 1980).

Considerando a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro, de sua gênese a sua profissionalização, Yamamoto (1997) ressalta que este transitou da influência do pensamento conservador, franco-belga, nos seus primórdios, para a sociologia norte-americana nos anos 1940. Incorporou o princípio de solidariedade como matriz norteadora das relações sociais em tensão com seus fundamentos históricos concretos. Absorveu a ideia de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional, quando esta já não mais encontrava sustentação histórica, assimilando um componente utópico decorrente

do universo teórico, balizado pela filosofia humanista cristã. Ao mesmo tempo incorporou os progressos do Serviço Social norte-americano no que tange aos métodos de Caso, Grupo e Comunidade, numa clara demonstração de que os procedimentos de intervenção foram racionalizados, permanecendo o conteúdo do projeto de ação profissional fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista.

Assim, o Serviço Social surge como intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, sendo seus efeitos essencialmente políticos. Nas suas análises, largamente divulgadas no debate profissional e considerada consistente e qualificada, conclui que “[...] Emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias do que científicas”. O seu processo de secularização e de ampliação do suporte técnico - científico, sob a influência dos progressos obtidos pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, em particular de sua vertente empirista norte – americana, reforçou e atualizou o seu caráter técnico-instrumental com vista a uma ação educativa e organizativa entre o proletário urbano, articulando o discurso humanista baseado na filosofia aristotélico-tomista aos princípios da teoria da modernização presentes nas Ciências Sociais (IAMAMOTO, 1997, p. 21).

Processo esse que irá se constituir em um “arranjo teórico doutrinário”, que reiterou para a profissão o pensamento conservador, pela mediação das Ciências Sociais, oferecendo ao profissional um suporte técnico científico, ao mesmo tempo preservando o caráter de uma profissão ‘especial’, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem”. Permitiu, pois, a manutenção do caráter missionário, atualizando as marcas de sua gênese ao mesmo tempo em que atendeu às exigências de tecnificação que lhe impôs a modernização do Estado e da sociedade. Fato que possibilitou, por um lado, a adequação da profissão às necessidades da ordem burguesa, por outro lado, gerou na consciência dos assistentes sociais uma ambiguidade, ou seja, os resultados da ação profissional surgem como negação dos propósitos humanistas que lhe dão a direção.

Arranjo teórico-doutrinário esse, portanto, que se constitui “[...] no fio que percorre toda a trajetória do conservadorismo profissional, estreitamente imbricada ao bloco sócio- histórico que dá sustentação política ao Serviço Social na sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 1998a, p. 219-220). Coesiona as bases de interpretação da sociedade, o campo dos valores norteadores da profissão, bem como o aperfeiçoamento de seus procedimentos operativos. Possibilita à profissão evoluir e

atualizar seus fundamentos científicos e técnico-operativos, contudo sem questionamentos que atinjam as bases da ordem burguesa, levando-a a pautar-se por uma crítica romântica à sociedade capitalista. À medida que passa a ser absorvido pelo Estado e pelos interesses dos extratos industriais da burguesia, o caráter anticapitalista daquela crítica vai se diluindo, passando-se a defender uma sociedade moderna, porém sem as lutas e ameaças que dela decorrem frontalmente, conservando-se o tônus romântico da crítica. (IAMAMOTO, 1998a).

Assim, conclui que

[...] este arranjo teórico-doutrinário, que dá o tom do conservadorismo profissional, põe no campo da análise o determinismo a-histórico na análise da estrutura da sociedade, enquanto o campo da ação do sujeito é alimentado por valores que buscam resguardar os princípios de uma liberdade abstrata do indivíduo. Por meio dessas mediações teórico-valorativas específicas o tradicionalismo profissional instaura as antinomias entre estrutura e sujeito, determinismo e liberdade, como determinações unilaterais e polarizações excludentes, sobrepostas paralelamente umas às outras” (IAMAMOTO, 1998a, p. 223).

Netto (1996a), por sua vez, tomando como substrato para a sua análise a cultura profissional e com o intuito de esclarecer o estatuto teórico do Serviço Social e identificar à especificidade da prática profissional da sua gênese a década de 1960, conclui que o fio condutor da afirmação e desenvolvimento do Serviço Social como profissão é o sincretismo, que se constitui como um princípio constitutivo do Serviço Social. Ou melhor, além do conservadorismo, é um dos traços historicamente constitutivo da dimensão ídeo-teórica do Serviço Social. Sincretismo ideológico, na medida em que na cultura profissional se constata a forte influência conservadora das vertentes cultural-ideológicas europeia e norte-americana. Sincretismo científico em decorrência da sua filiação teórica e, concomitantemente, da resposta que articula com um sistema de saber, diga-se de passagem, de “segundo grau”, adquirido pela acumulação seletiva dos subsídios das Ciências Sociais de acordo com as necessidades da sua prática profissional. Pois, o sistema de saber ora articulado ergueu-se como sincrético, portanto, eclético visto que apelava para as Ciências Sociais particulares com o recurso a elementos nem sempre compatível com o quadro em que são inseridos para fundamentar a prática que desbordam o limite de cada uma. Ou seja, adotou ecleticamente e acriticamente

um saber oriundo das Ciências Sociais particulares para desenvolver um conhecimento instrumental que se pretendia específico.

Não se pode omitir que no momento em que o processo de desenvolvimento do país estava ocorrendo segundo a ideologia desenvolvimentista, de grande penetração norte-americana, que colocava como ponto fundamental o equacionamento do atraso, do subdesenvolvimento, cuja superação se daria pela via do crescimento econômico, no campo das Ciências Sociais o referencial teórico positivista em sua vertente funcionalista<sup>29</sup> estava direcionando as discussões e as produções teórico-práticas. O que significava que o Serviço Social permanecia compatível com a proposta autoritária e conservadora do Estado, mantendo seu caráter técnico-instrumental voltado para uma ação educativa e organizativa entre o proletariado urbano, articulando - na justificativa dessa ação - o discurso humanista, pautado na filosofia aristotélico-tomista, aos princípios da teoria da modernização presentes nas Ciências Sociais. Nesse contexto, a herança conservadora aparece informando as respostas dadas por parcela majoritária da categoria profissional às demandas que lhe são postas no capitalismo monopolista (IAMAMOTO, 1997).

O resgate dessa trajetória histórica nos revela a expressiva influência do Serviço Social norte-americano sobre a profissão na América Latina (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996), fruto da política imperialista exercida pelos Estados Unidos da América (EUA) no segundo pós-guerra, o que explica o fato da produção de conhecimento teórico nesse período se resumir, basicamente, a traduções da literatura do Serviço Social norte-americano. Destaca-se a produção de Mary Richomond<sup>30</sup>, *Diagnostico Social (1950)*, cuja inspiração e referencial teórico apoiam suas bases metodológicas nas Ciências Sociais, particularmente, de influências positivistas e seus elementos particulares, como o empirismo, o pragmatismo, o behaviorismo e a psicologia do inconsciente, expressando um marco na trajetória do Serviço Social em matéria de concepção de homem e de sociedade com vistas a explicar racionalmente a vida social pela via do método científico (COSTA; HOLANDA, 2008).

---

<sup>29</sup> Para um exame mais detalhado sobre os desdobramentos da perspectiva funcionalista no Serviço Social confira Dantas (1995).

<sup>30</sup> Mary Richomond exerceu forte influência sobre a fundação da primeira Escola de Serviço Social nos Estados Unidos em 1898. Fazia parte de um grupo de pessoas denominado de "Pioneiros" em vários estudos históricos do Serviço Social. Grupo esse que defendia a ideia de que somente pela reforma social seria possível a superação dos problemas decorrentes da industrialização (YAZBEK, 1980).

Vale lembrar que na década de 1950, momento em que a economia brasileira não mais recorria apenas para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior, mas incorporada a esse crescimento, constituindo-se como um dos seus polos dinâmicos na periferia (FERNANDES, 2005), as frações da sociedade civil e política do país, além dos organismos internacionais, interessadas na difusão do Desenvolvimento de Comunidade (DC) voltaram-se para o estímulo da criação de intelectuais autóctones da referida disciplina, pois até então a literatura adotada como referência para a formação de técnicos e para implementação no trabalho comunitário advinha dos EUA. Mais precisamente em 1952 o Ministério da Agricultura divulgou a primeira produção brasileira de grande relevância, que representa um ensaio de base, com o objetivo de recuperar e desenvolver as comunidades rurais. Obra que terá grande repercussão no país, dando subsídios para o Serviço Social Rural, posteriormente criado em 1955, quando a questão agrária tornou-se um tema de grande importância no cenário político brasileiro. Escrita a partir da experiência de Itaperuna<sup>31</sup> voltou-se para análise da comunidade local sem, contudo, adotar uma perspectiva mais ampla de comunidade, tendo seus pressupostos assentados no positivismo conteano (AMMANN, 1997).

Ainda nessa década destaca-se a obra de José Arthur Rios, publicada pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério da Saúde, em 1957, *Educação dos Grupos*, a qual busca estabelecer conexões entre educação e saúde, com base no funcionalismo de Parsons<sup>32</sup>. Além da obra de Balbina Ottoni Vieira, *Introdução à Organização Social da Comunidade*, publicada em 1958, pelo Serviço Social do Comércio (SESC), com suporte no positivismo conteano, conforme observou Ammann (1997).

Ao analisar as referidas obras a citada autora procurou apreender suas principais implicações no processo do DC e a postura ideológico-política desses intelectuais brasileiros, vinculados a esta prática social. Concluiu que as obras em apreço exerceram, embora embrionariamente, esforços de estímulo à participação

---

<sup>31</sup> A experiência da Missão Rural de Itaperuna - RJ se insere na política desenvolvimentista da época, respondendo aos interesses das classes dominantes no sentido da modernização do meio rural, através da educação de adultos, com vistas ao ajustamento social. Inspirada nos princípios e nas técnicas do desenvolvimento comunitário pretendeu assentar as bases para um programa nacional de melhoria das condições de vida econômicas e sociais das populações do meio rural (AMMANN, 1997).

<sup>32</sup> O personalismo se constitui numa corrente ideológica irracionalista que, segundo Netto (1996a, p. 120) [...] “emoldura as refrações da ‘questão social’ no âmbito da personalidade e, em seguida, no da relação interpessoal” [...].

das populações no processo de desenvolvimento local. As suas formulações revelam a reprodução das características americanas da organização social da comunidade, expressando uma perspectiva fortemente positivista na apreensão da “questão social”.

Esses intelectuais e as suas obras marcaram profundamente o Serviço Social da época. Reproduziram a ideologia das classes dirigentes interessadas em eliminar os obstáculos à expansão do modo de produção capitalista e em potencializar a exploração da força de trabalho agrícola através do aumento da produtividade, da modernização de técnicas e do fortalecimento da dominação por parte dos proprietários dos meios de produção. Operaram na qualidade de funcionários da superestrutura, contribuindo para que as classes subordinadas permanecessem alijadas do processo decisório da sociedade e que alimentassem a ilusão de estarem de fato participando, conclui a autora.

Nos organismos internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BM) a concepção predominante, na época, era de que o desenvolvimento resultava de um processo gradativo e que os países subdesenvolvidos iriam, progressivamente, passar para um estágio desenvolvido. A ideologia do desenvolvimento, fundada para o “manejo” das tensões sociais, no âmbito da denominada Guerra Fria e voltada para os países periféricos capitalistas, adotava como premissa o desenvolvimento dentro da ordem, como uma garantia em um contexto de descolonização acelerada nas décadas de 1950 e 1960 (PEREIRA, 2007).

A ideologia desenvolvimentista, segundo Ammann (1997) concretizou-se, através de programas sociais, sendo o DC o mais significativo. As estratégias de inserção dos profissionais nos locais de moradia da classe trabalhadora baseavam-se numa perspectiva acrítica e a-classista, realizavam programas e projetos sociais que levariam, teoricamente, as sociedades subdesenvolvidas a se desenvolverem. Contudo, sem questionamentos críticos sobre os fundamentos das relações de desigualdade no plano internacional e da própria divisão internacional capitalista do trabalho.

A direção social da profissão nesse período constituiu-se enquanto “tradicional”, expressa, pois, numa

[...] prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, dos profissionais, paramentada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção - desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos e/ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual eliminável (NETTO, 1996b, p. 117).

Não se pode omitir que o período entre os anos 1940 e a década de 1960 caracterizou-se por altas taxas de crescimento capitalista e pela “invasão” norte-americana dos mercados mundiais, particularmente aqueles localizados nos países periféricos. A política externa de Getúlio Vargas oscilou entre o eixo nazifascista e o apoio aos EUA, passando, em 1942, abertamente, para o lado dos Aliados, que se encontravam sob a hegemonia norte-americana. Com o fim da guerra, a política adotada pelo governo Vargas ao longo daqueles 15 anos - marcada por políticas sociais e econômicas pautadas pela ideologia nacionalista e trabalhista - tornava-se insustentável. Os interesses imperialistas, a necessidade de internacionalização do processo de acumulação capitalista em seu estágio monopolista e as forças sociais internas, que desejavam este tipo de abertura, pautaram, portanto, o período da “redemocratização”. A segunda metade da década de 1950 tem no governo JK a porta de entrada para o capital estrangeiro, associado ao Estado e ao capital privado nacional. Período marcado por uma densa reorientação na relação entre Estado e economia, retornando-se ao projeto de capitalismo “associado”, isto é, subordinado ao sistema econômico mundial, sob a hegemonia norte-americana (PEREIRA, 2007).

Desse modo, o Estado, no governo JK, desempenhou importante papel na indução do desenvolvimento e da abertura ao capital estrangeiro. Ao contrário do governo Vargas, entendia que o “atraso” do país seria passível de se equacionar através do impulso do capital estrangeiro, da realização de grandes obras, como Brasília, e, também, da educação da população, com o desenvolvimento das comunidades e a utilização de mão de obra gratuita da população, em mutirões, para a construção da infraestrutura urbana (creches, escolas, postos de saúde, dentre outros), como instrumento mediador de passagem do subdesenvolvimento ao desenvolvimento.

Assumindo a presidência do país em 1956, JK adotou deliberadamente o papel de instrumento da industrialização, uma postura do nacionalismo-desenvolvimentista, capaz de mobilizar cada classe para seu projeto desenvolvimentista. A base da política de seu governo foi o desenvolvimento econômico. A pobreza era vista como perigo, ameaça à democracia e para extingui-la se fazia necessário o desenvolvimento. O progresso passou a ser uma necessidade do ponto de vista da segurança nacional, continental e ocidental. Defendeu a ordem do sistema vigente, compreendendo a sociedade como um todo harmônico e para que houvesse desenvolvimento ressaltou a necessidade da transformação, ou seja, da passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento.

Nesse cenário, comenta Pereira (2007), a expansão do sistema educacional ocorreu nos níveis mais elevados de ensino - como estratégia de formação de uma força de trabalho mais especializada necessária ao projeto modernizador-conservador. A ideologia nacional-desenvolvimentista penetrou todos os espectros ideológicos do país: da esquerda à direita acreditava-se na necessidade de impulsionar o desenvolvimento do país, com algumas diferenciações de tonalidade. A universidade modernizada, pois, constituía-se como um dos requisitos para o processo de desenvolvimento, com base na ideologia da segurança nacional (na visão do Estado), para a ruptura do país com a dependência econômica (para os nacionalistas) e para o fortalecimento dos laços de dependência, repondo-se traços dos países mais “adiantados”, como os EUA (para aqueles que defendiam uma inserção subordinada e dependente ao capitalismo internacional). Frente ao contexto geopolítico à época - principalmente a ameaça revolucionária, sendo Cuba o exemplo mais próximo - as diversas frações da burguesia, aliando-se a setores das camadas médias e ao braço armado do Estado (as Forças Armadas), articularam-se e desfecharam o golpe, em abril de 1964.

Em realidade, ressalta Netto (2009), esse golpe foi o desfecho de confrontos de classes e lutas sociais que, particularmente a partir de 1961, tensionaram a sociedade brasileira e se aprofundaram sob o governo constitucional de João Goulart, político democrata e progressista comprometido com um projeto nacional-desenvolvimentista. Confrontos e lutas que tinham por substrato o esgotamento do padrão de acumulação que, firmado desde o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), marcava o movimento da economia do país.

A ditadura que se instaurou com o golpe de força de 1º de abril de 1964 inaugurou no Brasil um novo ciclo político na dominação burguesa, conferindo-lhe a forma de “autocracia burguesa” (FERNANDES, 2005). Inaugurou, pois, “[...] um regime burguês por excelência” (NETTO, 2009, p. 656).

A deflagração do golpe de 1964, conforme observou Fernandes (2005), foi essencial para a consolidação do capitalismo no país e, por conseguinte, para sua afirmação e inserção periférica no circuito internacional dos monopólios. Sem esse golpe, certamente, as grandes corporações não teriam um espaço econômico e político para ir tão adiante.

Para Netto (1996b, p. 44) esse regime, no plano político, conduziu ao limite a evicção da massa do povo das arenas decisórias. No plano econômico, permaneceram a dependência e a subalternidade em face dos interesses imperialistas. No plano cultural buscou germinar um bloco cultural funcional ao seu projeto modernizador, buscou, pois, “[...] controlar a vida cultural no país”.

A política cultural da ditadura militar objetivou, conforme as análises de Netto (1996b, p. 51), reprimir as vertentes que, no mundo da cultura, vislumbrassem a ultrapassagem da “tara elitista”, estimulando aquelas que favoreciam a sua cristalização e induzir e promover a emergência de tendências culturais funcionais ao projeto modernizador.

Ao Estado coube garantir a continuidade do desenvolvimento dependente e associado, com forte intervenção na área econômica, operando como repassador de renda para os monopólios, mediando os conflitos intersetoriais em proveito das corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que atendia aos interesses de seus associados internos.

Enfim, buscou “[...] processar a criação, no espaço nacional, das condições ótimas, nas circunstâncias brasileiras, para a consolidação do processo de concentração e centralização de capital que vinha se efetivando desde antes” (NETTO, 2009, p. 657).

Sob a bandeira da Ordem e do Progresso, e da Ideologia de Segurança Nacional, as elites dominantes entregaram o Estado aos militares, para que pudessem manter seus poderes tradicionais, realizar mudanças pontuais (para as classes subalternas) e modernizar o país, o que, na verdade, significou um aprofundamento da subalternidade do Brasil aos países capitalistas centrais, sob a hegemonia norte-americana. As políticas sociais contribuíram para o aumento da

produtividade social do trabalho, num contexto de compressão salarial como forma de extração de altas taxas de mais-valia, e de garantir um nível mínimo de sobrevivência à classe trabalhadora. Tiveram, portanto, a função de manter certo nível de “harmonia social” e amenizar as insatisfações populares, numa articulação entre assistência e repressão. Subordinou-se ao processo de modernização conservadora, configurando-se como uma fértil fonte de recursos para a acumulação capitalista em curso (PEREIRA, 2007).

Em relação às políticas sociais setoriais, particularmente a política educacional, verifica-se um verdadeiro reordenamento, operado pelo Estado, de toda a estrutura do sistema educacional brasileiro, com vistas a sua adequação ao processo de aceleração modernizadora realizada no país. No que se refere à universidade esta foi moldada para atender de forma funcional ao padrão de desenvolvimento então implementado e, com diversas medidas legais e repressivas, despolitizada. Ou seja, no dizer de Netto (1996b), domesticada.

A ditadura brasileira implantada em 1964, representando os interesses do grande capital monopolista nativo e estrangeiro, especialmente o norte-americano, deixou para a massa da população uma herança desastrosa, que até hoje hipoteca e compromete os rumos da nossa sociedade. A brutal dominação burguesa aqui instituída realizou uma “modernização conservadora” que impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas e, dentre outras implicações deste processo, fomentou o crescimento de instituições de ensino e pesquisa a ele funcionais. Em 1984-1985, quando da sua derrota política, o Brasil contava com um considerável parque industrial e um sistema universitário que, embora elitista, operava em contados centros com expressivos padrões de qualidade acadêmica, dos quais um índice era o nível da pós-graduação (NETTO, 2005).

Assim, o quadro que se instaurou com a autocracia burguesa no país, conforme Netto (1996b) repercutiu significativamente no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Foram alteradas muitas das suas demandas práticas e a sua inserção nas estruturas organizacionais. A formação dos seus quadros técnicos foi profundamente redimensionada, bem como os padrões da sua organização como categoria. Seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros profundos, assim como as suas auto-representações.

Nesse contexto, o Serviço Social “tradicional”, fundamentado no funcionalismo, foi fortemente validado, visto que a ditadura militar buscou interditar qualquer segmento profissional de caráter combativo, garantindo o pleno exercício daqueles extratos profissionais adequados a manutenção do sistema. Ampliou o mercado empregador e consolidou a formação profissional através da incorporação do Curso de Serviço Social no nível universitário, passando a formação profissional a ser progressivamente submetida às exigências da pesquisa e da extensão (IAMAMOTO, 1998b).

Na medida em que o mercado de trabalho foi redimensionado, um novo padrão de exigência para o exercício profissional foi requerido. O mercado de trabalho, sob as condições postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa, passou a exigir um novo perfil profissional, “[...] um assistente social ele mesmo ‘moderno’, capaz de responder com competência às demandas colocadas no dia a dia” (NETTO, 1996b, p. 123). Competência que significava, em última instância, conhecer os princípios da administração burocrática e sua racionalidade subjacente, sem, contudo alterar os fundamentos ético-políticos e filosóficos pautados no positivismo, no ideário neotomista e nos valores da Doutrina Social da Igreja. Ao contrário, tratava-se de reatualizar a herança conservadora presente na profissão, tornando-a ainda mais funcional às exigências do capitalismo monopolista.

Para produzir o profissional “moderno” exigido nesse momento, segundo Netto (1996b), implicava uma significativa rotação nos mecanismos até então vigentes na formação profissional do assistente social. Implicava, pois, na refuncionalização das agências de formação, adequadas a romper definitivamente com o confessionalismo, o paroquialismo e o provincianismo que historicamente marcaram o surgimento e desenvolvimento do ensino do Serviço Social no Brasil, além da expansão quantitativa dessas agências.

De acordo com Netto (1996b, p. 126), o impacto operado no perfil da formação profissional do assistente social, quando do ingresso no circuito universitário, foi multifacetado e contraditório. Por um lado, possibilitou que a formação recebesse o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia, o que se traduziu em um fator positivo, visto que era evidente a ausência de fortes tradições intelectuais e de investigações na formação profissional. Todavia, não se pode omitir “[...] o largo flanco aberto na formação aos traços mais deletérios deste

influxo - residentes no viés tecnocrático e asséptico das disciplinas sociais possíveis na universidade da ditadura”. Por outro lado, a convivência de um novo corpo docente com o espaço acadêmico, dedicado ao aprimoramento intelectual, possibilitou, num lapso de tempo consideravelmente curto, a constituição de segmentos de vanguarda, inserida na vida acadêmica, com a produção de pesquisa e sem as necessidades imediatas da intervenção técnico-operativa. Ou seja, a germinação de uma massa crítica até então inexistente no âmbito da profissão, capaz de dinamizar o debate profissional, com a incorporação de matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo político na profissão e no plano da produção de conhecimento teórico a instauração de um pluralismo que permitiu evidenciar no estoque de referências cognitivas dos assistentes sociais concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das classes trabalhadoras, capazes de fazer a crítica das relações sociais e econômicas em vigência, vindo à tona quando foram superadas as constrictões ditatórias.

Não obstante tenha surgido no Brasil nos anos 1930 e se institucionalizado na década de 1940, apenas nos anos 1970, vigência da ditadura militar no país, é que a produção do conhecimento teórico no Serviço Social, de fato, inicia-se, justamente quando são criados os primeiros cursos de Pós-Graduação em Ciências Sociais e, particularmente, em Serviço Social<sup>33</sup>, oficialmente implantados na PUC-SP em 1972, na UFRJ em 1976 e na PUC-RS em 1977. Em 1978 e 1979 surgem, respectivamente, os mestrados da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da UFPE, abrindo novas possibilidades de titulação numa região geograficamente distante dos centros de pós-graduação até então existentes (KAMEYAMA, 1998).

Para o Serviço Social a criação da pós-graduação significou, pois, a dinamização da pesquisa, a aquisição de um acervo cultural que solidificou a teorização profissional e promoveu a sua visibilidade acadêmica. A partir daí o Serviço Social vem se debruçando sobre os desafios que a história do país tem descortinado à profissão, dialogando e se apropriando do debate intelectual da contemporaneidade no campo das Ciências Sociais do país e do exterior. Desenvolveu-se na pesquisa sobre a natureza de sua intervenção, de seus procedimentos, de sua história e, principalmente, acerca da realidade social, política,

---

<sup>33</sup> A criação da pós-graduação em Serviço Social se deu num contexto e conjuntura, vale lembrar, no marco do projeto e do processo de modernização conservadora que buscava desenvolver as forças produtivas e construir um perfil de profissional que lhe fosse funcional, com evidente perfil tecnológico e parametrizada pelo modelo norte-americano. Para maiores detalhes consultar Guerra (2011).

econômica e cultural onde se insere. Adquiriu o respeito de seus iguais no âmbito interdisciplinar e conseguiu visibilidade na interlocução com as Ciências Sociais (YAZBEK, 2000).

Assim,

[...] a primazia do estatuto interventivo da profissão não garantiu nem assegurou a consideração dos seus objetos de intervenção como constitutivos de uma área específica do conhecimento. Isso só veio ocorrer nos anos 80 do século passado com a institucionalização da pós-graduação e a consequente importância atribuída à elaboração teórica (MOTA apud CARVALHO; SILVA, 2005, p. 12).

Para Mota (2005), o processo que possibilitou a articulação entre a institucionalização do Serviço Social e o desenvolvimento da pesquisa e da Pós-Graduação foi fomentado pelas necessidades práticas-operativas da profissão, bem como pelos requerimentos da sistematização da intervenção, seja ela técnica, política e/ou institucional. Contudo, foi à ampliação dos objetos de conhecimento, determinada pelo aprofundamento das sequelas da “questão social” e por novos processos sociais ocorridos após 1964, aliados à complexificação das relações entre Estado, Sociedade e Mercado, que impulsionaram o Serviço Social a buscar aporte nas Ciências Humanas e Sociais, qualificando-se como parceiro intelectual, bem como protagonista da produção e pesquisa social no país.

Enfim, a instalação da pós-graduação na área de Serviço Social criou as bases para nutrir a produção científica e estruturar um mercado editorial até então praticamente inexistente (IAMAMOTO, 1998b, p. 216-217). Mercado esse no qual podemos destacar o lançamento, em 1979, da *Revista Serviço Social e Sociedade*<sup>34</sup>, veículo de difusão da produção teórica do Serviço Social até os dias atuais, constituindo-se “[...] num espaço privilegiado de abrigo e de impulso da renovação do Serviço Social brasileiro” (SILVA, 2009, p. 603).

No Brasil, o Serviço Social até meados de 1960 se constituía como uma instituição “[...] essencialmente conservadora” (IAMAMOTTO; CARVALHO, 1996, p. 365), não evidenciava polêmicas de relevo, pelo contrário, demonstrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma unidade nas suas propostas profissionais, expressava uma formal assepsia de participação político-

---

<sup>34</sup> Sobre o significado da Revista Serviço Social e Sociedade para a difusão da produção teórica do Serviço Social brasileiro, consultar Silva (2009).

partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia predominar, sem disputas importantes, uma consensual direção interventiva e cívica, embora com eventuais confrontos resolvidos diplomaticamente, escapando a visibilidade pública. A ruptura com tal quadro foi possibilitada pela laicização da profissão, que as condições postas à formação e ao exercício profissional pela autocracia burguesa conduziram ao ápice. Constitutivas dessa laicização a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias. Portanto, é esta laicização “[...] um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa” (NETTO, 1996b, p. 128).

Somente com a crise do Estado Novo, o fim da Era Vargas e o início do período denominado de “populista”, nos anos 1950 e 1960 foi que se deu a possibilidade concreta de renovação do Serviço Social, tanto no que se refere à formação profissional quanto ao mercado de trabalho.

Nos anos 1960, os países em desenvolvimento iniciaram um processo de ampliação da noção de desenvolvimento no contexto mais geral de questionamentos à ordem capitalista, para além do tecnicismo e da propaganda anticomunista defendido pelos EUA. A crise de acumulação capitalista a nível internacional nos anos 1930 foi remediada com o projeto fordista-keynesiano nos países capitalistas centrais e com a ideologia desenvolvimentista nos países do Sul, proporcionando aos países capitalistas altas taxas de crescimento. Tal período chegou ao seu esgotamento já no final da década de 1960, com nova crise de superprodução e subconsumo, a saturação dos mercados europeu e japonês, a desvalorização da moeda norte-americana, fortes insatisfações e lutas no plano mundial, como o Maio de 1968, as lutas feministas, dos imigrantes, do movimento estudantil associado ao movimento operário, às lutas por libertação nacional dos países de “Terceiro Mundo”, as críticas à sociedade de consumo, dentre outras (PEREIRA, 2007).

Foi nesse quadro conjuntural, no qual se evidenciou a crise dos padrões de acumulação capitalista e a necessidade de frear o avanço do comunismo na América Latina, que se iniciou no Serviço Social brasileiro manifestação de posições que questionaram o *status quo* e contestaram a prática institucional em vigor, não se caracterizando ainda como uma ruptura com a herança conservadora do Serviço

Social, visto que se situaram nos marcos do humanismo e do desenvolvimentismo, não indo até as bases da organização da sociedade (IAMAMOTO, 1997).

Ruptura essa que se

[...] expressa como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento 'interno' da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-la (IAMAMOTO, 1997, p. 37).

Se o Serviço Social nasceu e se desenvolveu na intimidade do poder dominante, por ele cooptado e a seu serviço, como observou Iamamoto (1997), foi no contexto dos anos 1960, no âmbito do Movimento de Reconceituação, que se observou a gestação de uma trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão. Buscou-se reorientar o potencial da prática profissional no horizonte dos interesses daqueles que são os reais produtores da riqueza na sociedade, através do seu trabalho. Procurou-se, portanto, atribuir à prática profissional outra qualidade, apontando novos rumos tanto no âmbito da análise teórica da sociedade e da profissão, em sintonia com o movimento histórico concreto da sociedade, quanto no exercício da prática cotidiana no contexto do mercado de trabalho. Busca essa que trataremos a seguir, embora a análise sobre esse processo já se encontre largamente difundida entre a categoria profissional, porém buscaremos ainda que brevemente resgatar alguns pontos considerados centrais para apreender os seus desdobramentos na produção teórica do Serviço Social brasileiro, em particular na sua direção social.

### 2.3 Trajetória de ruptura com as marcas de origem conservadoras da profissão e suas manifestações na produção teórica do serviço social brasileiro

É consenso entre os autores brasileiros da área de Serviço Social, a exemplo de Yamamoto (1998a), Netto (1996b), Faleiros (1987), dentre outros, que foi a partir das novas condições econômicas e políticas gestadas com a ditadura militar e sua crise que se tornou possível e se pôs como socialmente necessária uma renovação do Serviço Social, ampla e plural, expressa no campo da pesquisa, da formação profissional, da organização política-corporativa dos assistentes sociais e no mercado de trabalho profissional.

A busca pela superação do conservadorismo no Serviço Social se iniciou com o Movimento de Reconceituação que, enquanto um fenômeno internacional, gestou-se no caldo sociocultural da crise do Serviço Social “tradicional” e, conseqüentemente, na renovação do Serviço Social. Movimento que se iniciou numa conjuntura de mudanças econômicas, políticas e culturais, expressando as novas configurações que caracterizaram a expansão do capitalismo mundial, que impôs à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado, constituindo-se num processo datado, historicamente, de 1965 a 1975. Processo que se esgotou na década de 1970 em função da ascensão de ditaduras militares no continente e em virtude de sua própria heterogeneidade.

Movimento que se constituiu não como um processo isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social do continente latino-americano.

Como escreveu Faleiros (1987, p. 51),

A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora.

O referido Movimento enfatizou a busca de um marco teórico para a prática do Serviço Social latino-americano, de metodologias adequadas a essa realidade que possibilitasse a integração teórico-prática na intervenção profissional e a elaboração de uma literatura autônoma. Assumiu como eixos norteadores para sua contestação ao tradicionalismo fundamentos e ideias relativas ao pressuposto

teórico do Serviço Social, sua aparente neutralidade política, sua eficácia e resultados produzidos; a ordem burguesa; as instituições e organizações governamentais; as políticas sociais e a ideia de integração social. Foi, portanto, a expressão particular de um processo de renovação na profissão que englobou o Serviço Social em todos os lugares, impulsionado por circunstâncias históricas, sociais e políticas que abalaram o modo de produção capitalista na década de 1960. Momento em que se gestou um quadro favorável para a mobilização das classes sociais subalternas em defesa dos seus interesses, registrando-se a atuação de amplos movimentos que, nas suas expressões menos consequentes, puseram em questão a racionalidade do Estado burguês e suas instituições. E, nas suas expressões mais radicais, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida. Portanto, recolocou em pauta as ambivalências da cidadania pautada na propriedade e redimensionou a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e as suas arenas (NETTO, 1996b).

Para Yamamoto (1998a), o citado Movimento se moldou como uma unidade repleta de diversidades. Não foi nem unitário, tão pouco homogêneo, em função de suas gêneses sociais diferenciadas e da vinculação intelectual e política de seus protagonistas a perspectivas teóricas e societárias diversas. Como escreveu Netto (1996b) neste âmbito colidiam concepções de sociedade, de teoria e de profissão diversas, originando uma diversidade de posicionamentos frente à profissão.

Assim, criou-se em torno da crítica ao Serviço Social “tradicional” uma união de segmentos os mais diversos da categoria profissional latino-americana. A frente renovadora compunha-se de dois grandes segmentos, ou seja, aqueles que apostavam no agiornamento do Serviço Social, capaz de modernizá-lo e torná-lo compatível com as demandas macrosociedade; e outros, constituídos por segmentos mais jovens e radicalizados, que apostavam numa inteira ruptura com o passado da profissão, com o intuito de sintonizá-la aos projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação. União esta fraturada nos anos 1970 e 1971, dividindo os seus protagonistas. De um lado os reformista-democratas, particularmente desenvolvimentistas; e de outro, os radical-democratas que defendiam a ideia de que o desenvolvimento levaria a superação da exploração-dominação nativa e imperialista.

Logo, a heterogeneidade de seus protagonistas resultou na presença de um forte ecletismo. Ao refutar as denominadas teorias importadas como uma maneira

de interditar o fortalecimento da influência norte-americana sobre o Serviço Social, os citados protagonistas recorreram a uma relativização teórica, repondo uma tendência presente na profissão desde a sua gênese. Ou seja, equivaler aportes teóricos de diversas fontes. Para esses protagonistas as teorias eram boas e passíveis de complementação, desde que fossem autóctones.

Contudo, alguns eixos comuns podem ser observados no debate da Reconceituação no continente, conforme destacou Iamamoto (1998a, p. 209), quais sejam:

[...] o reconhecimento e a busca de compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino-americano em sua relação de dependência com os países 'cêntricos', para a contextualização histórica da ação profissional, o que redundou em uma incorporação das produções acadêmicas no vasto campo das ciências econômicas, sociais e políticas. [...] criação de um projeto profissional abrangente e atento às características latino-americanas, em contraposição ao tradicionalismo, envolvendo critérios teórico-metodológicos e prático-interventivos [...] uma explícita politização da ação profissional, solidária com a 'libertação dos oprimidos' e comprometida com a transformação social [...] a necessidade de se atribuir um 'estatuto científico' ao Serviço Social lança-o no campo dos embates epistemológicos, metodológicos e das ideologias. [...] a reestruturação da formação profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de seus vínculos com a sociedade.

Na sua especificidade foi um fenômeno tipicamente latino-americano, gestado num momento de profundas mudanças no continente, presidida pela efervescência das lutas sociais, marcadas por um período expansionista do capitalismo no âmbito nacional. Contexto este em que se observa um movimento de indagação no conjunto das Ciências Sociais, quanto ao seu papel e parâmetros teórico-explicativos, ou seja,

[...] o pensamento social latino-americano busca reconciliar-se com sua própria história, questionando as teorias exógenas e subordinando sua validação à capacidade que apresentem de explicar e iluminar os caminhos particulares trilhados pelo desenvolvimento na América Latina em suas relações com os centros avançados do capitalismo (IAMAMOTO, 1998a, p. 206-207).

Assim, o Serviço Social latino-americano, ao ser sensibilizado pelos desafios postos a prática social, responde com o Movimento de Reconceituação. Resposta esta considerada a mais significativa em toda história da profissão, consubstanciando-se na mais ampla revisão já ocorrida na trajetória do Serviço Social.

Desde o seu nascedouro, esse Movimento, perfilou-se

[...] como um movimento de denúncia - de autocrítica e de questionamentos societários- que tinha como contra face um processo seletivo de busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos (IAMAMOTO, 1998a, p. 207).

Portanto, a Reconceituação na América Latina, mesmo considerando a diversidade continental, “[...] se recobriu com um conteúdo nitidamente anti-imperialista e, nas suas correntes mais radicais, anticapitalistas”, sendo a crítica e denúncia dos valores do Serviço Social “tradicional” uma constante (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 22).

Foi nesse âmbito que a interlocução entre o Serviço Social e a teoria social de Marx, a qual se vincula a uma vertente revolucionária, cancelando qualquer lastro conservador vai se configurar justificada, por um lado, pela conjuntura histórica da época e, de outro, pelas próprias características desta matriz teórica, especialmente apta para subsidiar correntes socioprofissionais de sentido crítico. Interlocução que se configurou, a partir dos anos 1960, envolvendo diferencialmente segmentos profissionais, em particular docentes, na intercorrência de 03 (três) fenômenos, quais sejam, a crise do Serviço Social “tradicional”, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil, pondo a possibilidade da revolução socialista no cenário da época (NETTO, 1996b; 1998).

No entanto, não se pode omitir que tal interlocução se deu mediada por instâncias, essencialmente, prático-políticas recorrendo-se particularmente a fontes secundárias e pouco qualificadas e num registro de forte ecletismo, repondo também uma tendência presente na profissão desde suas protoformas. Interlocução esta designada por Netto (1989, p. 98) como sendo “[...] uma aproximação

enviesada de setores do Serviço Social à tradição marxista<sup>35</sup> - um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’”.

Para lamamoto (1998a, p. 211-212), uma

[...] aproximação a um marxismo sem Marx. O resultado foi um universo teórico presidido por fortes traços ecléticos, dando lugar a uma ‘invasão, às ocultas, do positivismo no discurso marxista do Serviço Social’. Traço eclético potenciado por uma herança intelectual e política de salientes raízes conservadoras e positivistas, da qual o Serviço Social é caudatário e contra a qual se insurgia o movimento de reconceituação.

A perspectiva teórico-metodológica inaugurada pela obra marxiana, com seu cariz ontológico, inclusivo, permite, arrancando dos fatos objetivados na empiria da vida social na sociedade burguesa, determinar os processos que os engendram e as totalidades concretas que constituem e em que se movem. Esta perspectiva propicia, necessariamente, apreender e desvelar os modos de ser e de reproduzir-se do ser social na ordem burguesa (NETTO, 2001b).

Portanto, abre um novo capítulo na história da produção de conhecimento teórico, colocando questões novas, as quais rompem claramente com a concepção positivista de ciência. É no clássico livro *A Ideologia Alemã* que Marx e Engels (1999, p. 14) explicitam as suas concepções sobre o conhecimento da realidade, ressaltando a sua função transformadora. “[...] os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras: o que importa é transformá-lo”. Assim, ao realizarem uma severa crítica a tradição filosófica ocidental, mostrando como ela sempre esteve alienada das condições históricas da civilização, afirmam que o conhecimento não é contemplativo, pois se refere ao real, que é síntese de múltiplas determinações, pressupõe, implica a possibilidade de transformação deste real. Um conhecimento, pois, comprometido com uma via de transformação.

Logo, o conhecimento adquire o caráter de ferramenta a serviço da compreensão do mundo para a sua transformação que deve ocorrer em função dos interesses daqueles que são os reais produtores da riqueza. Ou seja, dos trabalhadores que por sua própria condição histórica estão em antagonismo com os

---

<sup>35</sup> Para Netto (1989), a obra marxiana é o que de fato pertence à lavra de Marx, enquanto que a tradição marxista se refere ao elenco diferenciado de propostas, elaborações e contribuições concretizado pela reflexão das várias correntes marxistas.

donos do capital. Com esta concepção, perde-se a expectativa de se produzir conhecimento neutro, conhecimento que mantenha o mundo tal como é (ANDERY et al, 2006).

Marx (2008), na sua teoria, buscou caracterizar as determinações que o contexto social exerce sobre as formas de conhecimento, em contraposição à concepção inaugurada pelo Iluminismo francês, que concebia o conhecimento enquanto fenômenos universais, racionais e acessíveis a todos os homens. Neste caso, é impossível entender uma teoria, uma visão de mundo sem considerar o desenvolvimento das relações de classes.

As condições de produção de toda sociedade formam um todo e as relações materiais que os homens estabelecem, o modo como produzem seus meios de vida, constituem a base de todas as suas relações. A base da sociedade, assim como a característica fundamental do homem está no trabalho. É do e pelo trabalho que o homem se torna homem, constrói e transforma a sociedade e faz história.

Coutinho (1996) ressalta que a característica fundamental da reflexão marxista sobre o social é o princípio da totalidade. Neste sentido, identifica que a distinção básica entre o marxismo e a ciência burguesa é, sem dúvida, o princípio da totalidade, o que significa conceber a sociedade como uma realidade complexa e articulada, formada por mediações, contradições e processos. Razão pela qual, o método adequado para pensá-la em sua estrutura ontológica, é aquele que privilegia a totalidade.

Para Konder (1992, p. 68), “Somente, o ponto de vista da totalidade permite que se veja no real um ‘jorrar ininterrupto de novidade qualitativa’”.

A sua rigorosa análise da mercadoria, segundo Ianni (1988), passa, necessariamente, pela análise do seu fetichismo, razão pela qual anunciou que a ciência seria inútil se não desvendasse a essência das coisas, visto que aparência exterior e essência não coincidem diretamente. Afirmou categoricamente que o ponto de vista que defende é vinculado à classe trabalhadora. Assim, proclama o compromisso de sua teoria, considerando-se mesmo como representante científico do proletariado.

Nesse sentido, a sua obra, dotada de rigor e profundo conhecimento dos temas tratados “[...] não é um saber desinteressado”. Pelo contrário, é perpassada por um projeto político de classe, por juízos de valor, por uma projeção social que

supõe a transformação revolucionária da ordem social burguesa. Tal posicionamento é por ele assumido de maneira contundente (BARROCO, 2001, p. 196).

Na perspectiva marxiana, a transformação da base econômica provoca, necessariamente, mudanças em toda a sociedade, o que implica outro modo de produção, que altera tanto a base material quanto a base espiritual da sociedade, pois

[...] a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo, e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, portanto, as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 1999, p. 72).

Mas, o movimento de divulgação e expansão da contribuição da sua obra, de acordo com Quiroga (1991), significou, por um lado, uma possibilidade de enriquecimento de suas ideias e, por outro, em muitos casos, um empobrecimento originário de influências reducionistas, entre elas o positivismo, que penetraram as diferentes leituras de seus escritos.

A ideia positivista da naturalização da história penetrou de forma contundente o marxismo após a morte de Marx. No final do século IX e início do século XX o poder da ideologia positivista era tal que penetrou na doutrina do movimento operário, a época da Segunda Internacional, não somente nas correntes revisionistas, mas no seio do marxismo ortodoxo.

Nesse contexto, como analisou Löwy (1994), surgiu concepções que pretendiam fazer do marxismo uma teoria puramente científica livre das determinações sociais e das ideologias. Concepções tais evitadas de influências positivistas, das quais Karl Kautsky foi o seu principal representante.

No confronto com tais concepções surgem as ideias defendidas por Lênin e Rosa Luxemburgo, nas quais estão explícitas a revalorização da dialética e a defesa da unidade dialética entre ciência e revolução no marxismo e a oposição entre o método histórico e o método naturalista. Bem como uma corrente metodológica que se diferencia pela centralidade atribuída à historicidade dos fatos sociais e pelo

interesse em aplicar o materialismo histórico a si mesmo. Corrente esta que têm como expoentes máximos Lukács e Gramsci, caracterizando-se pela incorporação não eclética de certos temas do historicismo clássico.

Na esteira da tradição marxista se coloca também o marxismo racionalista da Escola de Frankfurt, no qual se destacam os escritos de Horkheimer, Marcuse no curso dos anos 1930 e os de Adorno no pós Segunda Guerra Mundial. A Teoria Crítica defendida por esses autores é radicalmente contrária aos preceitos positivistas de uma ciência social livre de julgamentos de valor, proclamando o seu caráter partidário na tentativa de superar os dilemas do relativismo. No entanto, na sua trajetória foi levada a se tornar socialmente desenraizada. Vertente que, segundo Frederico (2008), valorizou decisivamente as questões culturais em detrimento da economia política.

Nas análises de Löwy (1994, p. 169), foi com o stalinismo que surgiu um fenômeno novo no marxismo quando buscou a ideologização das próprias ciências da natureza, fato que ficou conhecido como sendo “um positivismo ao inverso”. Nesta corrente pode-se ressaltar a instrumentalização radical da ciência, a abolição da sua relativa autonomia, a distinção entre ciências naturais e ciências sociais, dando origem à noção de oposição entre ciência burguesa e ciência proletária. A doutrina das duas ciências comenta o autor, teve como resultado uma caricatura grotesca da sociologia marxista do conhecimento, a serviço dos interesses da burocracia stalinista. Enfim, a “deformação antidialética do marxismo” (KONDER, 1992, p. 73).

Foi no contexto de delírio ideológico desencadeado na Europa e, em particular, na França que o filósofo francês Louis Althusser, elaborou o seu conceito sobre ciência e sobre o marxismo como ciência, colocando em questão a possibilidade de relacionar ciência e luta de classes. Enfatizou a especificidade da prática científica e sua autonomia de forma quase que absoluta no que se refere à estrutura social, às condições históricas. A dimensão positivista do seu marxismo se manifesta, pois, no seu conceito de “corte epistemológico”, com a ideologia adotada pela economia política burguesa. Fato este que não corresponde à concepção de Marx de sua relação com os seus predecessores (LÖWY, 1994).

A abordagem positivista do marxismo por Louis Althusser confere uma leitura da realidade, através da imutabilidade das estruturas da sociedade e do Estado a serviço da exploração capitalista e da dominação de classe. Parte de uma posição determinista do ponto de vista econômico do marxismo e defende uma interpretação doutrinária e fatalista da realidade, surgindo, assim o marxismo-estruturalista<sup>36</sup> (FREDERICO, 2008).

Finalmente, no término dos anos 1970, conforme Frederico (2008) surge uma nova corrente que, em nome do empirismo das ciências sociais burguesas e da filosofia analítica passa-se a privilegiar o “individualismo metodológico” e a centralidade da ação do indivíduo, apartada das determinações sociais, ou seja, o marxismo analítico, inaugurado por G. A. Cohen, mais conhecido como marxismo da escolha racional.

Na tentativa de superar a hegelianização do marxismo e a influência estruturalista é que Raymond Williams busca integrar as esferas da produção e da reprodução e iluminar a presença da cultura na produção material. Nos seus estudos de temas culturais a esfera da produção permanece sendo determinante, vertente esta denominada de materialismo cultural. Contudo, posteriormente as suas elaborações, progressivamente a cultura vai sendo apartada da economia, principalmente quando o materialismo cultural passa a ser institucionalizado na Universidade. Nesse caso, transformaram-se nos denominados estudos culturais, numa eclética combinação de sociologia, antropologia, história etc., longe de qualquer “determinismo” da base material.

Enfim, com o exaurimento da experiência do “socialismo real” criou-se uma forte luta ideológica contra o marxismo. “Um coro fúnebre cantou a morte das ideias num tom cético celebrando o relativismo e a impossibilidade de se conhecer racionalmente a realidade”. Por outro lado, pois, observa-se a tentativa eclética de se rever a doutrina original, desnudando-a de seus aspectos revolucionários ou defendendo-a enquanto “utopia libertária a ser recuperada e não mais como pensamento científico” (FREDERICO, 2008, p. 187).

É certo que o positivismo e o marxismo são contemporâneos, são produtos históricos que surgem como respostas às exigências de forças sociais que emergem e se desenvolvem no contexto do século XIX. Mas são, pois, linhas de pensamentos

---

<sup>36</sup> Sobre o estruturalismo althusseriano consultar Coutinho (2010a).

opostas que informam maneiras opostas de se conhecer a realidade, conformando dois polos de uma mesma relação contraditória entre burguesia e proletariado. Convivem desde seu surgimento e se nutrem da influência recíproca dessa relação, em que um elemento é condição necessária da existência do outro (QUIROGA, 1991).

Desse modo, o diálogo do Serviço Social latino-americano com o marxismo, ressalta lamamoto (1998a), contribuiu para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional, porém as formas pelas quais se deu aquela interlocução com o amplo e heterogêneo universo marxista foram também responsáveis por vários equívocos e impasses de ordem teórica, política e profissional cujas consequências até hoje se fazem notar. Este diálogo se deu por meio do filtro da prática político-partidária, transferindo muitas inquietudes da militância política para o exercício profissional, estabelecendo entre ambos uma relação de identidade.

Diálogo esse que redundou no chamamento dos profissionais ao compromisso político, mostrando-se insuficiente para desvendar tanto a herança intelectual do Serviço Social como sua prática nas relações de poder econômico e nas relações do Estado com o movimento das classes sociais. Que se deu predominantemente por manuais de divulgação do “marxismo oficial”, em particular por contribuições de autores como Lênin, Trotsk, Mao, Guevara, cujas obras foram apropriadas de forma utilitária, prescindindo-se de avaliação crítica. A esse universo teórico eclético, somam-se, pela via predominantemente acadêmica, os fragmentos do estruturalismo marxista de Althusser, em particular suas observações sobre “aparelhos ideológicos do Estado” e sobre “prática teórica”.

Estabeleceu, portanto, uma tensão entre os propósitos políticos veiculados e os recursos teórico-metodológicos acionados para iluminá-los. O discurso que se pretendia marxista passou a conviver com uma bagagem teórica eclética, que não era capaz de efetivar as intenções declaradas, resultando na não concretização integral da ruptura anunciada. As tendências empiristas foram reforçadas, além da ilusão de que a consciência teórica resultaria direta e unilateralmente da luta de classe, impulsionada pela vontade política, dando origem ao fatalismo e ao messianismo<sup>37</sup>, dilema até hoje presente na prática do assistente social.

---

<sup>37</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre o fatalismo e o messianismo na prática profissional, encontra-se em lamamoto (1997), capítulo III - Dilemas e falsos Dilemas no Serviço Social.

No marxismo da reconceituação as antinomias entre estrutura e sujeito, determinismo e liberdade, como determinações unilaterais e polarizações excludentes, sobreposta paralelamente uma às outras reaparecem sob novas roupagens, mantendo com o conservadorismo profissional uma linha de continuidade.

Assim,

A junção de um marxismo positivizado e de uma ação política idealizada são as novas capas de um velho e sempre mesmo problema que perpassa a trajetória do Serviço Social, segmentando o campo cognitivo do campo dos valores implicados na ação profissional, redundando em uma atualização, às avessas, dos dilemas postos pela herança conservadora do Serviço Social (IAMAMOTO, 1998a, p. 224-225).

Enfim, segundo Netto (1989), o Serviço Social latino-americano desenvolveu com a tradição marxista uma relação sensivelmente instrumental, visto que extraiu desta somente os conhecimentos necessários para uma compreensão ídeo-política da sociedade. Buscava nesta tradição muito mais um suporte para sua prática político-partidária do que mesmo um referencial para o entendimento da realidade na sua totalidade. Para tanto, bastava o recurso a manuais e não as fontes originais.

Razão pela qual Quiroga (1991) comenta que a Reconceituação levou, de fato, a uma ruptura política que não foi acompanhada por uma ruptura teórica com a herança conservadora, de cunho positivista e irracionalista, historicamente predominante na profissão. Para a autora, considerando a diversidade de compreensões e incompreensões da obra de Marx que esta tradição reúne, visto que “[...] em várias de suas vertentes, referencia e incorpora elementos do positivismo, não os negando, mas assimilando-os como próprios” (QUIROGA, 1991, p. 124), não levou, necessariamente, a uma superação do conservadorismo na profissão.

Embora se registre remissão de setores do Serviço Social à tradição marxista, o seu contato com a obra marxiana permanece um desafio em aberto. “A riqueza e a complexidade do pensamento de Marx raramente tocaram as cordas do Serviço Social, substituída que foi a documentação primária por interpretes os mais desiguais.” (NETTO, 1989, p. 97).

Apesar de todas as críticas<sup>38</sup> dirigidas ao Movimento de Reconceituação, largamente discutidas na bibliografia profissional não cabendo aqui retomá-las, é inegável como já ressaltaram Netto (2005), Iamamoto (1998a), Silva (1995), Ortiz (2010), dentre outros, que mais importante que as lacunas, enganos, equívocos observados nesse Movimento, são as suas contribuições para a trajetória sócio-histórica do Serviço Social. Através da Reconceituação foi possível se firmar uma articulação da profissão em termos latino-americanos, da qual foram legatários a Associação Latino-Americana de Escolas de Trabalho Social (ALAETS) e o Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS).

Ademais, esse Movimento favoreceu o surgimento das bases necessárias, sobre as quais a profissão reuniu condições intelectuais e políticas para inaugurar uma relação com as Ciências Sociais, superando a posição de mero depositário de conhecimentos. Reivindicou o pluralismo entre os assistentes sociais, possibilitando assim o debate acerca das várias concepções de mundo, de homem e de profissão. A hegemonia entre um projeto de profissão fundado sob as bases do Serviço Social tradicional e outro alicerçado na sua ruptura dar-se-ia na disputa político-ideológica entre ambos, e não mais na defesa de uma suposta homogeneidade entre os assistentes sociais. Colocou na ordem do dia uma nova concepção de profissão, visto que negou a prática meramente executiva, burocrática, subalterna, enfim, funcional à ordem burguesa, desvendando a dimensão política da profissão, constitutiva de qualquer intervenção social.

Para Netto (2005, p. 12), portanto,

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: o da recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de política social). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção macrosocial, valorizando nas funções profissionais o estatuto intelectual do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da pesquisa como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para a requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os 'teóricos') e assistentes sociais (os profissionais da 'prática').

---

<sup>38</sup> Para conhecimento dos conteúdos das críticas dirigidas a Reconceituação, consultar Netto (1981).

Entre os equívocos e descaminhos, destaca-se, entre outros a denúncia do conservadorismo próprio do tradicionalismo, disfarçado em apolitismo que resultou em um ativismo político que ocultou as fronteiras entre a profissão e o militantismo. A recusa às teorias importadas que deram origem a uma relativização da universalidade teórica e o confucionismo ideológico, que procurava sintetizar as inquietações da esquerda cristã e das novas gerações revolucionárias “não ortodoxas” e “não tradicionais”, terminando por constituir uma eclética mistura de Guevara e Paulo Freire com Louis Althusser e Mao Tse-Tung.

No entanto, o certo é que depois da Reconceituação o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional. A partir de então se germinaram as bases para se pensar a profissão sob a perspectiva de correntes marxistas, inscrevendo-se como um dado da modernidade do Serviço Social essa interlocução, conclui Netto (2005).

Como escreveu Guerra<sup>39</sup> (2004), foi pelas conquistas impostas pelo referencial teórico marxiano que o Serviço Social passou a ser concebido como um campo plural de alternativas e lutas entre tendências, pluralismo que é expressão da convivência respeitosa entre diversas tendências teóricas e ídeo-políticas e que se constituiu numa das maiores realizações da profissão.

Foi exatamente a conjunção da crítica político-ideológica com a influência do marxismo, no âmbito da Reconceituação, que, segundo Escorssim Netto (2011), possibilitou a abertura do caminho para o tratamento histórico do Serviço Social.

---

<sup>39</sup> Vale destacar que, para Guerra (1997), a problemática central que historicamente vem se constituindo num dos maiores desafios à profissão, dada a sua inserção na ordem burguesa madura, diz respeito à incidência da racionalidade formal-abstrata, em contraposição à racionalidade dialética, que, enquanto um modelo prevaiente peculiar a esta ordem, vem exercendo predominância nas formas de ser e pensar do Serviço Social. A racionalidade formal-abstrata, que tem no positivismo sua expressão maior enquanto um modo de pensar típico da sociedade capitalista trata os fenômenos e os processos sociais como coisas, exteriores, superiores e anteriores aos homens e, por isto, independentemente da vontade dos sujeitos. Mistifica e nega os aspectos ontológicos da realidade e, conseqüentemente, a possibilidade do sujeito intervir sobre ela. Enfim, abstraem dos fatos seus conteúdos concretos e abstrai os fatos das condições e relações que os produzem. Por outro lado, a racionalidade dialética, que tem na ontologia marxiana sua expressão maior, busca os fundamentos ontológicos do ser social, repondo o protagonismo dos sujeitos. Visa apreender os aspectos ontológicos dos fatos, fenômenos e processos reais. Partindo do procedimento de abstrações, através de múltiplas e complexas determinações, procura alcançar os conteúdos mais concretos, os vínculos e mediações mais estreitos e as determinações mais predominantes dos fenômenos, em tempos e espaços historicamente situados, para com isto alcançar o concreto num processo de síntese.

Nesse sentido, cabe evidenciar o protagonismo institucional do CELATS<sup>40</sup>, criado em Lima no Peru, em 1974, por profissionais engajados na luta pela renovação proposta pela Reconceituação. Esta instituição foi a responsável, no período de 1975 e 1985, pela manutenção do espírito crítico típico da Reconceituação, no Serviço Social latino-americano. Coube a esta instituição, no período de 1978/1979, quando a pós-graduação no continente ainda estava em sua fase inicial e a tradição de pesquisa ainda não havia se consolidado nessa área, a construção de histórias nacionais do Serviço Social latino-americano, através de um fecundo projeto de pesquisa multinacional, sob a coordenação de Manoel Manrique Castro, o qual resultou em uma trilogia. Esta compreende os mais credibilizados compêndios da história profissional no continente latino-americano, quais sejam, os livros de Manuel Manrique Castro, *Historia do Serviço Social na América Latina*, editado originalmente em espanhol, em 1982, com o título *De Apostoles a Agentes de Cambio – El trabajo social em la Historia Latinoamericana*, o livro de Alexandrino Maguiña, *Desarrollo Capitalista y Trabajo Social: Peru, 1896-1979*, editado em 1979, e o de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil : esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, em 1982, expressando o surgimento de um tratamento histórico rigoroso do Serviço Social latino-americano, uma construção crítica da história da profissão, permitida pela contestação à constelação ídeo-política que enquadrava o Serviço Social desde a sua gênese, ou seja, uma constelação abertamente conservadora.

No Brasil, podemos citar o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS)<sup>41</sup>, principal veículo responsável pela elaboração teórica no Serviço Social e sua difusão, no período de 1965 a 1975, com publicações que abrangem um universo temático amplo, a exemplo dos “*Cadernos Debates Sociais*”, editados semestralmente a partir de 1965, como instrumento de divulgação do

---

<sup>40</sup> O CELATS foi criado com o objetivo de promover projetos de investigação e de ação para impulsionar a produção e divulgação do conhecimento científico, devendo dedicar-se a documentação e fomentar os contatos, assim como à preparação e realização de seminários internacionais. Além dos cursos, seminários e encontros, outros canais de circulação de materiais foram ativados a partir de 1977, através da Revista *Acción Crítica* (Publicação ALAESS/CELATS) e dos Quadernos de CELATS, que se propôs a divulgar estudos e investigações realizadas por docentes e profissionais engajados na reflexão da prática social na América latina. Ainda nesse contexto surgiu em Buenos Aires, na Argentina, a Editora ECRO, cujo estudo se remontava, entre outros, a uma análise da “[...] evolução do Serviço Social em suas conexões conjunturais e estruturais dentro do processo histórico em que ele aparece, desenvolve-se, questiona-se, rompe amarras e busca sua própria superação” (AMMANN, 1984, p. 152).

<sup>41</sup> Sobre a história do CBCISS, estatuto, linhas de atuação, pesquisas, publicações, dentre outras, consultar CBCISS (2011).

material acadêmico e/ou científico produzido no Brasil e no exterior por assistentes sociais e profissionais da área de Ciências Sociais. Os “*Cadernos da Serie Verde*”, editados a partir de 1968 com o objetivo de publicar trabalhos de autores nacionais e tradução de autores estrangeiros sobre o campo social, assim como relatar experiências e estudos sobre temáticas específicas, bem como textos de seminários, semana de estudo e conferência.

Assim, somente quando o Serviço Social “tradicional” foi colocado em xeque é que a perspectiva histórica crítica analítica emergiu no Serviço Social. Perspectiva esta que não se limitou a análise de sua gênese e da sua evolução, mas contemplou a abordagem da profissão como totalidade, o que demanda não somente a crítica e a denúncia ídeo-política do tradicionalismo profissional, mas, sobretudo, a crítica dos seus fundamentos teóricos. É na crítica teórica realizada por Iamamoto que se registra pela primeira vez uma referência que, superando as indicações anteriores da literatura reconceituada, se tornara imprescindível na análise do Serviço Social, ou seja, a sua genética vinculação com o pensamento conservador. A partir de então “[...] se tem reiteradamente afirmado que um Serviço Social crítico é função de uma inteira ruptura com o pensamento conservador” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 33).

As indicações bibliográficas sugerem que, no Brasil, um interesse sistemático pela história do Serviço Social se deu em decorrência dos impactos provocados, no seio da profissão, pelo Movimento de Reconceituação. Muito embora se constate que já havia a preocupação com o registro de eventos, com a narração de experiências e a periodização de processos de institucionalização profissional, pois uma das características do Serviço Social “tradicional” foi o seu cuidado com a documentação. Contudo, o acúmulo daí decorrente não resultou num tratamento histórico da profissão. Os profissionais comprometidos com o Serviço Social “tradicional” quando se voltaram para a reconstrução histórica, não ultrapassaram os limites “da crônica mais ingênua”, o que se constata na obra de Balbina Ottoni Vieira<sup>42</sup>, *Historia do Serviço Social*, publicada originalmente nos anos 1960, tendo o

---

<sup>42</sup> Sobre tal perspectiva de análise consultar Netto (1996a) e Montaño (2007). Nestas obras se encontram registros rigorosos sobre as duas teses, claramente oposta, sobre a natureza e processo da gênese do Serviço Social. Na primeira tese, perspectiva endogenista, na qual se inclui a obra de Balbina Ottoni Vieira, José Lucena Dantas, Herman Kruse, Boris Alexis Lima, dentre outros, o Serviço Social é visto, enfim, a partir de si mesmo, não considerando a história da sociedade como o fundamento e causalidade da gênese e desenvolvimento profissional. Já na segunda tese, perspectiva histórica-crítica, na qual se inclui, guardando as devidas diferenças, a obra de Marilda

mérito de ser o primeiro livro no Brasil que trata da história da profissão (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 19).

Nesse sentido, um elemento constitutivo da renovação do Serviço Social é a emergência de elaborações teóricas referidas à profissão e de um importante debate teórico-metodológico, elemento vinculado diretamente à inserção profissional no circuito universitário, criando condições para o surgimento de um padrão acadêmico para exercitar a elaboração profissional, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com o desenvolvimento de tarefas pragmáticas. Inserção esta que contribuiu para fornecer, no plano intelectual, um contra peso à histórica subalternidade profissional. “Começou a mudar, de fato, a posição do Serviço Social em face das ciências sociais: a condição de vazadouro das suas produções tende a ser deslocado por uma postura de crítica dos seus fundamentos, o que implica o seu conhecimento científico”. É, pois, um dos traços mais significativos de tais elaborações a ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social. A profissão se põe como objeto de pesquisa, o que até então não se registrava (NETTO, 1996b, p. 132).

No Brasil, a renovação do Serviço Social assumiu direções distintas em termos cronológicos e teóricos. Dos últimos anos da década de 1950 até o golpe militar em 1964 ocorreu à erosão do Serviço Social “tradicional”. Do pós-golpe até o início dos anos 1970 emergiu a perspectiva modernizadora e a partir de meados da década de 1970 formularam-se as perspectivas de reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura (NETTO, 1996b).

O processo de erosão das bases do Serviço Social “tradicional” ocorreu no cenário do desenvolvimentismo, quando quadros jovens da profissão, inseridos no trabalho com comunidades, questionaram a subalternidade da profissão, reivindicando um novo padrão cultural e teórico, tendo em vista as mudanças sociais que estavam ocorrendo. Observa-se nesse momento a busca de uma sincronia com as novas demandas da sociedade, a necessidade de um aperfeiçoamento teórico-metodológico na formação profissional e a superação da subalternidade da profissão ligada apenas ao nível de execução. Assim, teve-se o desprestígio do Serviço Social “tradicional” e a crescente valorização da intervenção no plano comunitário.

---

Vilela Iamamoto, Manoel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, dentre outros, o Serviço Social é considerado como produto da síntese dos projetos político-econômicos vigentes no desenvolvimento histórico, onde se reproduz materialmente e ideologicamente a fração de classe hegemônica, quando no capitalismo monopolista, o Estado assume as respostas à “questão social”.

Porém, esse processo foi abortado com o golpe militar em 1964, quando se instaurou no país o projeto político de modernização conservadora. Neste contexto emergiu no Serviço Social brasileiro a perspectiva modernizadora, que teve como marco inicial o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre - RS, em 1965, evento a que todos concedem o mérito de inaugurar o Movimento. No referido evento veio à luz a denominada Geração 65, composta de profissionais de diferentes países latino-americanos, cujos nomes mais relevantes foram os de Ezequiel Ander-Egg, Herman Kruse, Nátalio Kisnerman, Seno Cornely e Maria Lúcia Carvalho da Silva (ESCORSIM NETTO, 2011). Geração que expressou no seu interior perspectivas diferenciada, desde aquelas que tendiam para posições conservadoras, até aquelas que buscavam uma aproximação a tendências teóricas mais críticas.

O legado da Reconceituação, segundo Iamamoto (1998a), atingiu o Serviço Social brasileiro tardiamente, muito embora as primeiras iniciativas da renovação tenham ocorrido neste solo ainda nos anos 1960. Na verdade, verifica-se, que houve uma busca no sentido de redimensionar a profissão para garantir sua manutenção na ordem instituída e responder suas demandas.

Diferentemente da tônica predominante nos demais países, o embate com o Serviço Social “tradicional” no Brasil se reverteu em uma modernização da profissão que, na verdade, atualizou sua herança conservadora. Enquanto nos demais países latino-americanos a crítica ao Serviço Social “tradicional”, fundamentalmente, privilegiava a sua ruptura, aqui a superação do tradicionalismo inscreveu-se no marco da modernização. Observou-se uma mudança no discurso, nos métodos de ação e nos rumos da prática profissional, com o objetivo de reforçar a sua legitimidade junto às agências demandantes da profissão, em particular o Estado e as grandes empresas. Mudanças que se traduziram em uma tecnificação pragmática da profissão. No cenário repressivo da época os assistentes sociais se voltaram para “[...] uma discussão ‘interna’ sobre elementos que, por si, supostamente lhe confeririam um perfil peculiar - objetos, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção caindo nas amarras do fetiche do metodologismo”. As construções teóricas foram tomadas do estrutural funcionalismo e do discurso do positivismo. As preocupações voltaram-se, portanto, para o aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, manifestada na sofisticação dos modelos de diagnóstico e planejamento, com vistas à eficiência que se pretendia asséptico, nos

marcos de uma forte burocratização das atividades profissionais (IAMAMOTO, 1998a, p. 215).

Tal tendência, da qual Jose Lucena Dantas foi o intelectual mais expressivo, foi afirmada nos resultados do Seminário de Teorização, realizado em Araxá - MG, no ano de 1967 e cristalizada no de Teresópolis-RJ, ocorrido no ano de 1970, ambos promovidos pelo CBCISS<sup>43</sup>, dos quais resultaram os Documentos de Araxá e de Teresópolis, “[...] marcos canônicos da perspectiva modernizadora do Serviço Social em nosso país [...]” (NETTO, 1996b, p. 193). Nestes Documentos se evidencia a defesa de uma modernização do Serviço Social, entendido como instrumento interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento do país.

Para Netto (1996b, p. 197),

Com seus vieses, omissões e referências teóricas particularmente determinadas, as formulações de Araxá e Teresópolis eram contemporâneas de preocupações e vivências expressivas que compunham a atualidade dos debates teóricos, culturais e políticos do contexto brasileiro. Criticáveis em maior ou menor grau, o que importa é que eram objetivamente modernas no seu contexto histórico da angulação própria da perspectiva modernizadora, propiciavam um amplo espaço de diálogo e confronto com vertentes significativas do enfrentamento ideológico-cultural que estavam postas na polemização possível das ciências sociais e do Serviço Social ao seu tempo.

Assim, a perspectiva modernizadora não erradicou o lastro conservador do Serviço Social, explorou o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” pôs ao exercício profissional. Foi, a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa, entrando em crise em meados dos anos 1970, momento em que se observa o esgotamento do regime militar e a emergência de inúmeras contradições geradas pelo próprio processo de modernização capitalista no país.

---

<sup>43</sup> Segundo Netto (1996b), a renovação no Serviço Social brasileiro de fato se inicia mediante a ação organizadora do CBCISS, que então inaugura a série dos seus importantes “Seminários de Teorização”, aglutinando profissionais e docentes, além de desenvolver atividade editorial e a organização de vários cursos destinados a profissionais e docentes. Posteriormente, além desta entidade, observa-se a objetivação das inquietudes sistematizadas no contexto da recente criada pós-graduação. No terceiro momento, soma-se a estas fontes alimentadoras a intervenção de entidades ligadas às agências de formação, na ocasião a ABESS, ou diretamente a categoria profissional, a exemplo da Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) e da Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), respectivamente.

Fundamentada nas abordagens funcionalistas, estruturalistas e posteriormente sistêmicas, todas de matriz positivista, tal perspectiva, segundo Yazbek (2000), configurou para a profissão um projeto renovador tecnocrático, pautado na busca da eficiência e eficácia que norteou a produção do conhecimento teórico e a ação profissional. Direcionada a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema através do desenvolvimento social e do enfrentamento da pobreza na perspectiva de integração da sociedade, recorreu-se aos recursos da modernização tecnológica e a processos interpessoais.

O Documento de Araxá representa uma tentativa de construir uma racionalidade científica para o Serviço Social latino-americano, contudo com base no aperfeiçoamento da ordem vigente. O Documento de Teresópolis legitima as instituições, valores e explicações que se constituem ao longo do processo ditatorial, conferindo ao Serviço Social uma intervenção no sentido de reforçar projetos que modernizem a situação dos grupos atingidos sem, no entanto, atentar para os aspectos formativos da intervenção do assistente social (NETTO, 1996b). Enfim, explicitam e reafirmam a diretriz tradicional do Serviço Social em busca da integração social, incorporando a perspectiva de modernização colocada no contexto da sociedade brasileira como um todo (SILVA, 1995).

Os documentos acima referidos, em suas formulações, refletem a influência da ideologia das políticas de desenvolvimento em curso na época, as quais eram fortemente marcadas por linhas mestras teórico-ideológicas de organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). As produções teóricas de intelectuais brasileiros do Serviço Social e do desenvolvimento de comunidade, nesse período, expressaram a absorção da ideologia da integração, que teve em Talcott Parsons um dos seus mais significativos sistematizadores (AMMANN, 1997).

Logo,

[...] as formulações do Serviço Social resultantes dos encontros de Araxá e Teresópolis não ultrapassaram os traços conservadores que marcaram historicamente a profissão, uma vez que não tiveram como alvo as implicações sócio-políticas da profissão, seus valores teóricos e ideológicos, mas reforçaram o projeto profissional comprometido com a política de dominação e controle das classes subalternas, ditada pelo Estado autoritário (SIMIONATTO, 1995, p. 179).

Diante do exposto, conclui-se que nesse período, em que o Brasil se encontrava sob os ditames da autocracia burguesa e do modelo político desenvolvimentista, o Serviço Social não se desvinculou do pensamento conservador, porém filiou-se a uma nova vertente do conservadorismo, a tradição positivista, que tem em Durkheim um dos seus expoentes.

A perspectiva denominada por Netto (1996b) de reatualização do conservadorismo surgiu nos Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984), ocorridos no Rio de Janeiro, organizados pelo CBCISS, os quais não obtiveram a mesma repercussão dos seus dois precedentes. Demonstraram nas suas elaborações e preocupações uma enorme pobreza teórica, se comparados com as discussões ora em curso nos foros acadêmicos, culturais e políticos da profissão e fora dela, além de um tônus de anacronismo que as tornaram pouco sensibilizadoras para a polêmica mais calorosa.

A perspectiva que se colocou naquele momento objetivava deter a erosão do Serviço Social “tradicional”, configurando-se como uma alternativa neutralizadora das influências de referências marxistas. Revelou, “[...] sem dúvidas, um elenco de traços que conferem às suas concepções conservadoras do Serviço Social uma nova roupagem” (NETTO, 1996b, p. 203). A sua característica mais relevante foi à exigência e a valorização da elaboração teórica. Todos os seus documentos significativos ressaltam a necessidade de um esforço sistemático no sentido de produzir ou organizar conhecimentos para fundar as práticas profissionais, recaindo a ênfase na recusa ao empirismo, ao praticalismo e aos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista, em particular, a interpretação causalista da sociabilidade e a assepsia ideológica do conhecimento. Afirmou o Serviço Social como uma profissão de ajuda “psicossocial” à pessoa, reforçando a via de psicologização da “questão social” e sua transformação em problemas sociais individuais. Priorizou a ênfase no micro-social para a explicação do problema do indivíduo, não questionando as estruturas sociais, reatualizando, pois, a vinculação da profissão ao pensamento conservador.

A perspectiva de reatualização do conservadorismo surgiu, na verdade, de acordo com Netto (1996b), no sentido de deter e reverter à erosão do *ethos* profissional tradicional e as suas implicações sociotécnicas, bem como se configurar enquanto uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referências próprias da inspiração marxista. Nesta perspectiva,

vinculado a fenomenologia como aporte para a reelaboração teórica e prática da profissão, o Serviço Social se inscreveu rigorosamente nas fronteiras da ajuda psicossocial.

A fenomenologia, que vai ter em Edmund Husserl<sup>44</sup> grande expressão, se constitui em uma corrente filosófica puramente descritiva, que defende a utilização de um método voltado para a descrição da essência do fenômeno. Favorece a subjetividade e a anti-historicidade em detrimento do movimento do real. Segundo Triviños (2006), é uma corrente de pensamento que não considera a historicidade dos fenômenos. Estuda o universal, tendo como dado a essência do fenômeno. Exalta a interpretação do mundo que surge intencionalmente à nossa consciência, sem abordar conflitos de classes, e mudanças estruturais. Portanto, perspectiva lógico-formal, cara ao capital e à reprodução da ordem instalada sob seus desígnios, concebendo o real como construto da consciência, reflexo das subjetividades.

Logo, a fenomenologia “[...] é um instante do idealismo subjetivo, característico do período da decadência ideológica da burguesia” (CARLI, 2013, p. 47). Resumindo a realidade ao que se passa na consciência, resta a exposição do ser acerca dos sentidos que atribui à vivência. Ao abrir mão da concretude do real, prioriza-se a linguagem e por não se fundamentar e estabelecer como critério de verdade essa concretude, termina por substituir o real pelo que se relata sobre ele.

Vinculando-se à fenomenologia de maneira extremamente empobrecida, simplista, reducionista, eclética e sem a interlocução com suas fontes originais, como Husserl, Heidegger ou Schutz, conforme Netto (1996b), o grupo de assistentes sociais adepto dessa perspectiva desejava construir um “novo” referencial teórico-metodológico, sem, contudo, romper com a ordem social vigente. Afirmaram os valores cristãos e os objetivos profissionais foram direcionados para práticas que priorizavam a transformação social.

Netto (1996b, p. 230) destaca como marcos dessa perspectiva os Seminários de Sumaré e Alto da Boa Vista. A tese de livre-docência de Anna Augusta de Almeida, *Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social*<sup>45</sup>, publicada em 1978, texto básico nesta perspectiva e sua elaboração mais representativa, na qual

---

<sup>44</sup> Segundo Carli (2013, p. 43), ao contrário de Marx, Husserl retira da essência o seu caráter objetivamente ontológico, colocando-a a mercê das veleidades do indivíduo singular. “[...] entre consciência e realidade, Husserl agarra-se à consciência em prejuízo da realidade”.

<sup>45</sup> Para uma apreciação desta perspectiva é de valia consultar, dentre outras, as obras Almeida (1980), Pavão (1988) e Capalbo (1995).

aparecem como uma “nova proposta” as ideias constitutivas da programática teórico-profissional que desponta naqueles encontros e rebates, a partir de então, em textos voltados a categoria profissional, teses e cursos direcionados para a graduação, a pós-graduação e a reciclagem de assistentes sociais. Obra que revela “[...] o profundo conservadorismo de que é porta-voz”. A obra de Ana Maria Braz Pavão, publicada em 1981, *O Princípio de Autodeterminação no Serviço Social: uma visão fenomenológica*, a qual recupera os valores universais do Serviço Social relativos ao “cliente”, quais sejam: o respeito, a dignidade, a pessoa humana, a autodeterminação etc.. Além do ensaio de Carvalho, com forte influência do pensamento de Merleau Ponty, *Metodologia da Entrevista*, publicado em 1987, no qual a autora, ao apontar uma alternativa para o psicologismo da entrevista “clássica”, não supera o marco de uma relação profissional centrada sobre dinâmicas individuais, indo de encontro aos esforços de significativos segmentos profissionais, que naquela quadra buscavam superar tal centralização.

Portanto, nessa perspectiva observa-se “[...] um regresso ao que há de tradicional e consagrado na herança conservadora da profissão: a recuperação de seus ‘valores universais’ e a centralização nas dinâmicas individuais.” (NETTO, 1996b, p. 216).

A perspectiva de intenção de ruptura emerge via adoção do marxismo, no final dos anos 1970 e desenvolve-se na década de 1980, florescendo ainda na primeira metade dos anos 1970, com sua formulação inicial na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, com o desenvolvimento do “Método BH”<sup>46</sup>, sob a direção intelectual de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, [...] considerado um marco do projeto de Ruptura do Serviço Social no Brasil” (SILVA, 1995, p. 102). Surge como proposta alternativa ao denominado tradicionalismo no Serviço Social com uma preocupação com critérios teóricos, metodológicos e interventivos, explicitamente direcionada ao que entendia como interesses históricos das classes exploradas. As bases de legitimação da profissão são buscadas junto aos segmentos que compõem a própria clientela do Serviço Social, via implementação de políticas sociais, consideradas enquanto um direito, e o desenvolvimento de assessorias aos movimentos populares.

---

<sup>46</sup> Sobre o Método BH consultar Santos (1999).

O espírito crítico do “Método BH”, segundo Guerra e Ortiz (2009), extensivo a outros rincões da sociedade brasileira e latino-americana passou a estimular debates e a constituir grupos de profissionais que, inseridos no debate das ciências sociais à época, vão se tornando seus interlocutores qualificados. Aqui, sem sombra de dúvida, podemos localizar o germe da “virada” no Serviço Social brasileiro. Ou seja, a apropriação de um conhecimento que permite a crítica da sociedade burguesa, de suas relações sociais e sistemas institucionais, reconhecendo a necessidade de transformação desta sociedade.

“Virada” essa que tem como marco a realização do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), que ocorreu em 1979, conhecido como o “Congresso da Virada”<sup>47</sup>, no qual os assistentes sociais que buscavam a ruptura com o tradicional conservadorismo conseguiram obter hegemonia (NETTO, 2009). Este Congresso, marcado pelo adensamento da conjuntura nacional e latino-americana da época, de um lado; e do próprio acúmulo da profissão proporcionado pelo Movimento de Reconceituação, de outro, como observaram Guerra e Ortiz (2009), expressou a clara opção política do Serviço Social pelo compromisso com os interesses da classe trabalhadora, e, por conseguinte, a decisão pela construção de um novo projeto para o Serviço Social brasileiro, e a adoção de um novo perfil profissional para os sujeitos profissionais, sejam eles individuais ou coletivos. Representava-se ali a opção pelo claro compromisso com as lutas dos trabalhadores, e o reconhecimento de sua missão histórica e revolucionária.

Congresso que carrega as marcas dos avanços e conquistas sócio-profissionais, constituindo-se, como já ressaltou Guerra (2009a), no mais relevante marco sócio-histórico e político do Serviço Social brasileiro, a partir do qual a categoria profissional, dinamizada pelas lutas da classe trabalhadora, ao enfrentar a prevalência do conservadorismo, impulsiona a construção de um projeto profissional de ruptura.

Para Netto (1996b), um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que somente será recuperado no seu terceiro momento, ou seja, no seu espriar para o conjunto da categoria profissional, é a proposta de uma alternativa global que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico - metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissional, além do plano da formação.

---

<sup>47</sup> Sobre o “Congresso da Virada”, consultar Netto (2009), Braz (2009) e Guerra e Ortiz (2009).

Porém permanecerá nos pequenos círculos acadêmicos até a década de 1980, justamente em decorrência das suas dimensões ídeo-políticas. Nas suas expressões diferenciadas tal perspectiva no plano teórico-cultural colidia com a ordem instituída pela autocracia burguesa, visto que os referenciais nos quais se apoiava negavam as legitimações da autocracia. No plano profissional suas concepções de participação social e cidadania, além das suas projeções societárias eram radicalmente contrárias a institucionalidade da ditadura e no plano profissional os objetivos a que se propunha, chocavam-se com o perfil do assistente social demandado pela modernização conservadora. Enfim, portava um “[...] caráter de oposição em face da autocracia burguesa [...]” (NETTO, 1996b, p. 248).

Somente quando da exaustão da ditadura militar e as transformações realizadas no âmbito das relações entre Estado e classes sociais foi possível o seu espraiamento para além dos muros acadêmicos. O final dos anos 1970 e a década de 1980 foram politicamente marcados por inúmeras lutas dos movimentos sociais, populares, sindicais, pelo processo de redemocratização, por melhores condições de vida e de trabalho e uma significativa socialização da política conquistada pelas várias lutas sociais.

Conforme escreveu Iasi (2011, p. 123)

A classe trabalhadora entra em cena no final dos anos 70 fazendo greves gloriosas, que unificam os seus interesses apresentando-se com autonomia e independência frente aos patrões e ao Estado, tornando-se o principal ator da derrubada da Ditadura e do processo de democratização. Chegamos à Constituição de 1988 em uma correlação de forças que permitiu expressar no texto legal uma série de demandas que naquele momento se apresentavam como acúmulo da luta por educação, saúde, direitos previdenciários e outros.

Com a crise do governo autocrático burguês, no final da década de 1970, novas forças são colocadas à profissão, em decorrência das determinações do momento mais amplo vivenciado pela sociedade brasileira, conduzindo, segundo Guerra (1995), a rever os fundamentos teórico-práticos das suas ações, a refletir sobre os projetos sociais que mobilizam a intervenção profissional, as demandas contempladas nas respostas produzidas pela intervenção do conjunto da categoria profissional. Assim, o Serviço Social submete-se à autocrítica, colocando em xeque

os supostos teóricos que o informam, o conteúdo ideológico do seu sistema de saber e o significado social da sua prática.

Apesar da repressão dos regimes ditatoriais presentes em praticamente toda América Latina, quando o Serviço Social vive um período de grande efervescência política e Intelectual, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS)<sup>48</sup> protagoniza o debate sobre a formação do assistente social no Brasil, vinculando-o ao debate da conjuntura da sociedade brasileira sob uma perspectiva crítica fundamentada na teoria social marxiana, afirmando a centralidade da produção do conhecimento para o desenvolvimento do Serviço Social. Processo que articula outra direção social para a formação profissional (PEREIRA, 2007).

Segundo Kameyama (1998), a partir da década de 1970 a ABESS vem assumindo uma posição de vanguarda na tarefa de pensar a formação profissional, no que se refere à elaboração e reformulação do currículo dos cursos de Serviço Social, à capacitação docente, à criação da pós-graduação e à produção científica, especialmente a partir de 1987, quando da criação do Centro de Documentação e Pesquisas em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDEPSS) como órgão acadêmico, cujo objetivo principal era estimular a produção de conhecimento na área e criar espaços para divulgação das pesquisas.

A proposta de currículo mínimo, elaborada pela ABESS em 1979 e aprovada pelo Conselho Federal de Educação em 1982 e implementada a partir de meados da década, alterou substancialmente o debate no campo da história, teoria e método no Serviço Social, bem como permitiu avançar na análise das políticas sociais e dos movimentos sociais (IAMAMOTO, 1998b).

No processo de enfrentamento do contexto da crise da ditadura, o currículo de 1982, segundo Aranha (2007), reflete uma das direções existentes no seio da categoria, que aponta a necessidade de superação da “neutralidade” técnico-científica em nome de um projeto profissional conectado, prioritariamente, às demandas da classe trabalhadora, embora ainda tenha apresentado alguns problemas, especialmente no que se refere a uma apropriação “enviesada” e insuficiente da teoria social de Marx.

---

<sup>48</sup> A ABESS, entidade de natureza técnico-científica, foi fundada em 1946 e o CEDEPSS, na década de 1980, atendendo às novas demandas potencializadas com o surgimento dos Programas de Pós-Graduação, a partir de 1972 foram aglutinados em uma só entidade, a ABEPSS, criada em 1998. Para maiores informações consultar ABEPSS (2012).

No campo da organização político-cooperativa dos assistentes sociais, verifica-se a retomada das entidades organizativas da categoria, como a ANAS, a CENEAS, o conjunto composto pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESSs), e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Assim, a perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo profissional, gestada embrionariamente no período 1961/64, e interdita com o golpe militar, ressurgiu num contexto de crise do regime da autocracia burguesa, particularmente em meados da década de 1970. A sua direção caracterizou-se principalmente como uma crítica sistemática ao Serviço Social “tradicional”, aos seus aportes teóricos, metodológicos e ideológicos e recorreu progressivamente à tradição marxista. Teve forte vinculação acadêmica, visto que a universidade ainda se constituía como um espaço menos adverso, no contexto ditatorial, permitindo “[...] na conjugação da pesquisa e extensão o atendimento da necessidade de elaboração e experimentação - e estas eram absolutamente imprescindíveis ao projeto de ruptura” (NETTO, 1996, p. 250-251).

Portanto, a perspectiva de intenção de ruptura no Brasil, nas análises de Netto (1996b), teve a sua emergência nos anos de 1972 e 1975, com o desenvolvimento do “Método BH”, posteriormente a sua consolidação acadêmica no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, por meio da produção bibliográfica dos programas de pós-graduação e o seu espraiamento sobre o conjunto da categoria profissional no final dos anos 1980, até os dias atuais.

Na sua emergência verificam-se alguns limites próprios do contexto ditatorial, que dificultou o acesso às fontes marxistas originais. Ocorreu certo ecletismo, com a sobreposição de referenciais teóricos, concepções ideológicas e prático-profissionais, resultando numa visão reducionista da perspectiva marxista, com forte influência estruturalista, notadamente de Althusser, expressa através da concepção das instituições tidas como aparelho ideológico do Estado, numa clara sincronia com a tendência do Movimento de Reconceituação, em nível continental, que naquele momento negava a prática institucional e enfatizava a militância política. Os suportes do marxismo incorporados nesse momento foram alguns textos de Máo Tse-Tung, Louis Althusser e das teses de sua seguidora Marta Harnecker.

Nesse momento

Dada às circunstâncias da época [...] não é de estranhar, que a perspectiva de intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologismo de raiz estruturalista - donde a reiteração de discussões sobre 'idealismo' e 'materialismo', 'ciência' e 'ideologia' 'teoria' e 'prática', 'prática teórica' etc. (NETTO, 1996b, p. 268).

Na sua consolidação acadêmica, conforme Netto (1996b) são discerníveis 02 (dois) patamares. O primeiro, que se estende até inícios dos anos 1980, a referência à tradição marxista ainda apresentou fortes traços de redução epistemologista, com dominância do “marxismo acadêmico”. Registram-se estudos que resgatam o projeto de ruptura em formações latino-americanas e submetem à discussão propostas modernizadoras. São exemplos deste momento os estudos de Josefa Batista Lopes, Maria Guadalupe Silva, dentre outros, que são influenciados pelas ideias de Miriam Limoeiro Cardoso, que defendeu em 1972 sua tese de doutorado, baseada teoricamente em Althusser, com impregnações gramscianas (SIMIONATTO, 1995). Observada no seu conjunto, esta produção realiza uma análise textual de propostas profissionais, com claros objetivos de clarificação epistemológica e desnudamento ideológico, contribuindo para retomada no debate profissional do projeto de ruptura.

No segundo patamar, que cobre o primeiro terço da década de 1980, prolongam-se as incidências do “marxismo acadêmico” e se avança para elaborações mais abrangentes, que contemplam a historicidade, fundamentadas em concepções teórico-metodológicas buscadas em suas fontes originais, a exemplo da Dissertação de Mestrado de Marilda Vilela Iamamoto, *Legitimidade e Crise do Serviço Social*, defendida em 1981, sinalizando a maioria intelectual da perspectiva de intenção de ruptura, visto que foi a primeira incorporação qualificada da tradição marxista para a análise do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1996b).

Nessa tradição, segundo Yazbek (2000), o Serviço Social vai se aproximar do pensamento de Gramsci, particularmente de suas abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, da ideologia, da subjetividade, do mundo dos valores e da cultura das classes subalternas. Das formulações de Heller sobre o cotidiano, de Lukács e a sua ontologia do ser social fundada no trabalho, de Thompson e a sua discussão acerca das experiências humanas, de Hobsbawm um dos mais relevantes historiadores marxista da contemporaneidade e a tantos outros. A ontologia social de Marx se apresenta na literatura profissional, principalmente, através da obra de

Netto e da interlocução com cientistas sociais e filósofos estudiosos de Lukács, tais como Coutinho, Lessa, Antunes e Tonet (BARROCO, 2001).

Cabe destacar que no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, quando se observa um relativo distanciamento do pensamento althusseriano, Gramsci, como observou Simionatto (1995), passou a ser um marco teórico significativo nas elaborações do Serviço Social, extrapolando para os anos 1990. A busca por este referencial foi, inicialmente, como possibilidade para pensar a atuação do assistente social enquanto intelectual orgânico, ressaltando o seu compromisso com as classes subalternas. Muito embora tais reflexões tenham apresentado sérios problemas quanto à apropriação desse referencial, o que redundou na reedição de certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos extratos pauperizados da população.

Como notou Barroco (2001), a incorporação do pensamento de Gramsci por um lado tornou possível a superação de Althusser e a apreensão do movimento contraditório da profissão, abrindo caminho para novas práticas, por outro, ocorreu, em alguns casos, uma simplificação que reproduziu vários equívocos, em particular, a identificação mecanicista do assistente social como intelectual orgânico do proletariado, sem, contudo, apreender as mediações dadas pelo próprio Gramsci e pela profissão.

Simionatto (1995) destaca, dentre outras, a obra de Vicente de Paula Faleiros, *Trabajo Social, Ideologia y método*, publicada em 1972 e posteriormente editada no Brasil em 1981, com o título *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. Obra que fundamentada em Marx, Engels, Mao TseTung e Althusser, traz, embora de maneira pouco sistematizada, as primeiras referências a categorias gramscianas. A tese de livre docência, concluída em 1979 e publicada em 1980, com o título *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*, de Safira Bezerra Ammann, que constitui a primeira formulação que toma como referencial as ideias de Gramsci para analisar o processo sócio-histórico do DC no Brasil. Sendo a reflexão mais significativa a de Alba Maria Pinho de Carvalho, contida na obra *A Questão da Transformação e o Trabalho Social: uma realidade*, publicada em 1983, na qual realiza um estudo histórico-crítico do pensamento de Gramsci colhido em suas fontes originais, se constituindo junto com a obra de Yamamoto, acima referida, um marco no processo de intenção de ruptura.

Assim, o Serviço Social chega ao final da década de 1980 com a perspectiva de intenção de ruptura em seu terceiro momento, de seu espraiamento para a categoria profissional, favorecida pela conjuntura de transição democrática. Verifica-se a inserção e protagonismo das posições vinculadas à perspectiva de intenção de ruptura em todas as instâncias da vida profissional, penetrando e informando os debates da categoria dos assistentes sociais e orientando a sua produção teórica. Rebate na formação de quadros e atinge as suas organizações representativas.

As determinações internas e externas ao Serviço Social oxigenaram decisivamente a profissão no Brasil nos anos de 1980, favorecendo, de um lado, a superação dos equívocos e controvérsias da Reconceituação e, de outro, consolidando entre nós uma nova concepção de profissão e um renovado projeto profissional, vinculados à ruptura com o Serviço Social tradicional e à afirmação de uma determinada direção social, pautada em uma perspectiva universalista e emancipadora (GUERRA; ORTIZ, 2009).

Como já escreveu Iamamoto (1998b), os assistentes sociais emergem no cenário social no processo de “transição democrática” com um novo perfil acadêmico-profissional, que significa um salto de qualidade na trajetória do desenvolvimento profissional.

Portanto,

[...] os Assistentes Sociais responderam ativamente e de uma forma fértil aos novos desafios postos pelo novo tempo da sociedade brasileira, marcado pelas lutas democráticas e pela expansão monopolista, seja em termos de formação acadêmica, seja em termos do repensar de sua prática, contribuindo decisivamente para a conquista da maioria intelectual do Serviço Social, para a travessia de sua ‘cidadania acadêmica’ (IAMAMOTO, 1998b, p. 104).

Maioridade intelectual essa que, segundo Barroco (2001), se objetiva através da superação dos equívocos do marxismo vulgar, expresso nas leituras mecanicistas que marcaram a negação inicial da prática tradicional. Dentre elas destaca a ideologização do marxismo e o determinismo explicitado no voluntarismo ético-político e no econômicismo. Superação que implicou a retomada das fontes do pensamento de Marx e pela aproximação com Gramsci, cuja expressão mais relevante é a obra de Iamamoto e Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*, publicada em 1982.

Em síntese, nos anos 1980, a militância política-profissional alcançou a sua maturidade, expressa na organização sindical nacional dos assistentes sociais, na articulação com as lutas mais gerais dos trabalhadores e na inserção junto às demais entidades representativas da profissão, com destaque para a sua luta em prol de uma Constituição que incorporasse os interesses dos segmentos da classe trabalhadora, em especial, no que diz respeito à construção de uma concepção universal, pública e gratuita de política social, nomeadamente da Política de Seguridade Social, de sua formulação e de sua implementação. Os eventos nacionais demonstraram um cariz crítico e politizador e a produção marxista superou os equívocos das iniciais aproximações. O *ethos* profissional foi auto-representado pela inserção do profissional na divisão sócio-técnica do trabalho, como trabalhador e cidadão e a formação profissional passou por novos direcionamentos, contando com um currículo orientado para uma formação crítica comprometida com as classes trabalhadoras. Em 1981, mais precisamente no segundo semestre, foi implantado o nível de Doutorado em Serviço Social, junto a PUC - SP, tendo o mérito de ser o pioneiro na América Latina. Em 1984 foi inserido na área das Ciências Sociais, quando estas passaram a ser reconhecidas como um campo específico do conhecimento, e em 1986 inserido no Comitê de Psicologia Social e Serviço Social, sendo legitimado como área de produção de conhecimento pelo CNPq e pela CAPES, que passaram a impulsionar e apoiar o desenvolvimento acadêmico na área (BARROCO, 2001; IAMAMOTTO, 1998a).

A partir daí podemos dizer que temos no Serviço Social brasileiro a prevalência de um pensamento forjado na tradição marxista. Nas palavras de Netto (1996c, p. 112), “a década de oitenta assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica, e a tradição marxista se colocou no centro da agenda intelectual da profissão”.

A dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista ganhou tamanha credibilidade que seus oponentes foram compelidos a uma extrema cautela defensiva. O que não significa dizer que a resistência à tradição marxista arraigada em segmentos da categoria foi reduzida, porém não encontrou condições favoráveis para se manifestar abertamente (NETTO, 1996c).

Barroco (2001) destaca, por exemplo, nessa década a análise de Mota (1984) sobre o trabalho profissional na empresa capitalista e o debate acerca das políticas sociais realizado por Faleiros (1980), que, dadas as condições sociopolíticas e

econômicas típicas da crise da ditadura, evoluiu para a recuperação da assistência numa perspectiva antiassistencialista, envolvendo a discussão dos movimentos sociais, da cidadania e da democracia.

Ao realizar um levantamento sobre a trajetória da produção de conhecimento teórico em Serviço Social, no período de 1975 a 1997, a partir de dissertações e teses elaboradas no âmbito dos programas de pós-graduação da área, em diversas universidades do país, Kameyama (1998) constatou que o Serviço Social, a partir dos anos 1980, tornou-se produtor de conhecimento, adotando o mesmo rigor teórico-metodológico que as outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. Neste conhecimento foi observada a interlocução interdisciplinar com o conjunto de saberes das Ciências Sociais, em particular com a Sociologia, Antropologia, Teoria Política e a Economia, incorporando temáticas oriundas desses saberes, a exemplo do tema cidadania, processo de trabalho, identidades culturais, movimentos sociais etc., fazendo rebater neles as suas temáticas mais específicas, quais sejam: as novas formas de pobreza, a exclusão social, as políticas assistenciais, dentre outras. Observou ainda uma vasta e variada gama de temáticas e uma intensificação da pesquisa com aumento significativo no número de dissertações e teses produzidas.

Porém, no que se refere às dissertações, identificou, dentre outras, deficiências na delimitação dos objetos de pesquisa, dificuldades em realizar a mediação entre universalidade, singularidade e particularidade, enfim, tendência ao pragmatismo e certo ecletismo.

Iamamoto (1998a; 1998b) constatou nessa mesma década a proeminência que as interpretações de caráter histórico-crítico foram assumindo na liderança do debate profissional. Rumo intelectual e político este tributário das lutas acumuladas pela conquista e aprofundamento da democratização da vida social, que vem contribuindo, necessariamente, para a conformação de uma nova face para o Serviço Social, seja no campo da produção teórica, seja no campo do exercício profissional, na procura de ampliação de suas bases de legitimação para além das esferas patronais, incorporando interesses e necessidades dos segmentos populacionais que são alvos de seus serviços profissionais. A profissão evoluiu no sentido de ultrapassar a visão doméstica, familiar e consensual das relações profissionais. A polêmica teórico-política foi aquecida, contribuindo para uma visão crítica na explicação da sociedade e da prática profissional, desdobrando-se numa crítica marxista dos próprios marxismos presentes na profissão desde o Movimento

de Reconceituação. Os dogmatismos e a apologética no trato das teorias foram contestados, através da busca de aprofundamento de suas fontes clássicas.

Enfim, a aproximação ainda incompleta e necessitando ser impulsionada do Serviço Social às fontes clássicas e contemporâneas do pensamento social na modernidade. Foi desencadeado um esforço intencional por diversos pesquisadores e docentes de apropriação de referenciais teórico-metodológicos de diferentes matrizes intelectuais e sociais. Já no campo da tradição marxista verificou que havia uma forte preocupação em incorporar as contribuições de Marx não “evangelicamente”, mas como fonte inesgotável de sugestões, as quais necessitam ser atualizadas através da pesquisa histórica.

Assim, o debate nos anos 1980 no Serviço Social brasileiro, do ponto de vista teórico-metodológico avançou da mera denúncia do tradicionalismo profissional ao enfrentamento de seus dilemas, tanto na elaboração da crítica teórica, quanto na elucidação de seus limites socioculturais e políticos na condução da prática profissional. Avançou na tentativa de ultrapassar os metodologismos na direção de uma aproximação com as matrizes do pensamento social contemporâneo, delas retirando os fundamentos teórico-metodológicos para a explicação da profissão e para iluminar suas possibilidades de intervenção. Avançou, ainda, do ecletismo no trato das teorias para a busca de uma convivência plural de ideias no universo profissional.

A produção teórica nesse contexto, contudo, ainda apresentou alguns problemas, pois, de acordo com as análises de Yamamoto (1998a; 1998b), privilegiou a relação do Serviço Social com o Estado, no contexto da expansão monopolista, mediada pelas políticas sociais públicas, como mecanismos do bloco do poder no enfrentamento da “questão social”, em contrapartida obscureceu a sociedade civil, cenário de toda a história. Ou seja, se viu envolta a dilemas que redundou, por um lado, num relativo obscurecimento das transformações operadas na sociedade civil e, por outro lado, redundou numa relação mimética entre Serviço Social e política social. Fato este que dificultou a prévia e correlata identificação das formas específicas que vem assumindo o crescimento das desigualdades e do pauperismo na sociedade brasileira, bem como possibilitou, em certos espaços profissionais, a regressiva identificação entre Serviço Social e assistência social.

Se os acontecimentos deste período colocaram novas perspectivas ao Serviço Social, a ausência de compreensão das singularidades e particularidades desta temporalidade histórica, segundo Guerra (1995), contempladas nas análises sobre assistência social tendeu a reproduzir a visão racionalista e tecnicista que o Estado tentava imprimir às questões sociais.

A tendência predominante, no contexto da década de 1980, foi, pois, o aprisionamento da análise no campo da distribuição mais equitativa dos recursos sociais, circunscrita aos limites estabelecidos pelo ordenamento da produção capitalista. Portanto, passando o horizonte histórico máximo a ser a social-democracia, a qual vislumbra uma transformação nos marcos da sociedade burguesa.

Apesar do privilegiamento de aproximação à vida cotidiana das classes subalternas que dispõem a categoria dos assistentes sociais, pouco se soube, naquele contexto, sobre as formas particulares de subalternidade, de organização e de luta dos sujeitos sociais que são alvo dos serviços prestados pelos assistentes sociais. Os estudos sobre as classes subalternas foram subestimados em favor da análise dos recursos e iniciativas governamentais na esfera da assistência pública. A ênfase recaiu nas iniciativas governamentais para fazer frente ao pauperismo, sem a necessária e correlata identificação das formas específicas que vem assumindo o crescimento das desigualdades e do pauperismo na sociedade brasileira, o que somente na década de 1990 passou a ser revertido.

Enfim, a luta pela democracia na sociedade brasileira se fez ecoar na categoria profissional, criando, portanto, o quadro necessário para a quebra do quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social e, conseqüentemente, a condição política para a construção de um novo projeto profissional (NETTO, 1996b), que aglutina segmentos significativos de assistentes sociais no Brasil, largamente discutido e construído coletivamente ao longo das décadas de 1970 e 1980 (IAMAMOTO, 1998a).

Projeto que se caracteriza pela crítica teórica e oposição ética e política ao conservadorismo profissional, sendo fundamentais para o seu desenvolvimento a conjuntura favorecida pela democratização da vida política no Brasil, a organização política da categoria profissional e todo seu acúmulo teórico, em particular no campo da tradição marxista, o que será tratado no próximo tópico.

## 2.4 Projeto ético-político: defesa explícita de uma nova direção social para o conhecimento teórico produzido pelo serviço social

Uma incursão às bibliografias mais significativas da profissão nos possibilita observar que os anos 1980 assistiram os primeiros passos para o processo de constituição do que nos anos 1990 se convencionou chamar de “projeto ético-político” do Serviço Social brasileiro, embora os embriões já tivessem sido colocados com o chamado “Método BH”.

Com sua direção social e política vinculou-se a um projeto societário, com raízes na vida social brasileira, antagônico aos das classes exploradoras, tendo em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, se posicionando em favor da equidade e da justiça social. Assim, sob a orientação do pensamento crítico, articulado à perspectiva emancipatória dos trabalhadores e de toda a humanidade (NETTO, 1999).

A tentativa de rompimento com o conservadorismo engendrou, conforme Netto (1999), uma cultura profissional (princípios, valores, objetivos, concepções teóricas e instrumentos operativos) preñe de diversidade, mas que possibilitou, ao longo da década de 1980 e na entrada dos anos 1990, germinar e formular uma direção social estratégica que colide com a hegemonia política que o grande capital vem tentando construir. Direção esta ancorada na teoria social de Marx e claramente explicitada no Código de Ética Profissional em vigência desde 1993.

Código que, fundamentado na ontologia social marxiana, afirma o compromisso ético-profissional com valores emancipadores universais, situando-se como parte do processo de renovação profissional e como uma expressão significativa do acúmulo profissional e dos avanços teórico-políticos conquistados historicamente pelo Serviço Social brasileiro (BARROCO, 2001).

Ao colocar como valor centra a liberdade, fundada numa ontologia do ser social assentada no trabalho, esse projeto assume como princípios fundamentais à democracia e o pluralismo. E ao se posicionar em favor da equidade e da justiça social faz opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero (CFAS, 1993 apud NETTO, 1996c).

Comporta uma dimensão teórica, que envolve o conjunto da produção de conhecimentos no Serviço Social; uma dimensão jurídico-política, identificada no âmbito dos construtos legais da profissão (leis estritamente profissionais e legislação social mais ampla) e uma dimensão político-organizativa, ancorada nos fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social. E a sua vinculação histórica à proposta de sociedade, na época, aspirada pela classe trabalhadora colocou o Serviço Social em frontal oposição à concepção das classes dominantes, que vem atendendo as exigências do neoliberalismo mundial, liderado pelas forças do capital financeiro (BRAZ, 2007). Por essa razão é que, do ponto de vista neoliberal, defendê-lo e implementá-lo é marchar na contramão da história . E do ponto de vista estritamente profissional implica o compromisso com a competência, que tem como base o aprimoramento intelectual do assistente social (NETTO, 1999).

Contudo, considerando o Serviço Social brasileiro de sua gênese à atualidade, identifica-se uma trajetória que, conforme já observou Silva (1995), não nos permite situá-lo num terreno monopolítico. A laicização do Serviço Social e a própria diferenciação das realidades conjunturais não nos autoriza a pensar na possibilidade de uma homogeneidade do campo profissional, o qual é permeado pelos confrontos, conflitos e opções presentes na sociedade. Logo, não podemos acreditar na existência de uma prática unitária e num único projeto profissional. O que, de fato, se constata são concepções e práticas que dão origem a projetos profissionais diversos, os quais, no cruzamento e no confronto, buscam a hegemonia. Nesse embate, conclui a autora, não restam dúvidas de que o projeto profissional que expressa à tendência caracterizada como de ruptura, comprometido com as classes populares e fundamentado na teoria social de Marx, vem ganhando a adesão dos setores profissionais mais inquietos e combativos.

Corroborando com esse entendimento Netto (1999) comenta que apesar da hegemonia do aludido projeto, não significa afirmar sua completude e sua exclusividade no campo profissional. No domínio dos indicativos para a orientação de modalidades de prática profissional ainda há muito por fazer-se, bem como não suprimiu tendências conservadoras ou neoconservadoras no Serviço Social, o que se explica pela própria heterogeneidade da categoria que possibilita em condições de democracia política a existência e convivência entre projetos diferentes.

Na entrada dos anos 1990 o Serviço Social já se constituía uma profissão consolidada. Verifica-se um esforço na direção do resgate da herança filosófica de Marx, surgindo produções apoiadas em Lukács, Heller, Mészáros, Habermas, dentre outros. O recurso à ontologia social afirma-se como parte da trajetória de amadurecimento da tradição marxista na profissão, contribuindo para tanto a publicação da tese de doutoramento de José Paulo Netto, em 1991, intitulada originalmente *Autocracia Burguesa e Serviço Social*, elaborada no marco do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC - SP (BARROCO, 2001).

Logo, do ponto de vista da sua produção teórica mostrava um dinamismo estimulante, dispondo de uma bibliografia própria, alargada num fluxo constante, e mantinha publicações intermitentes e alguns órgãos universitários, além de uma revista circulando nacionalmente, a *Serviço Social e Sociedade* (NETTO, 1996c). Além dos *Cadernos de Pesquisa do CEDEPSS* e dos *Cadernos ABESS*, que foram publicados a partir de 1986 até 1998, sendo substituídos pela *Revista Temporalis*, em 1998, constituindo-se em mais um espaço de divulgação e socialização do conhecimento produzido no âmbito do Serviço Social, até os dias atuais (SIMIONATTO, 2005). Dispunha de um contingente de profissionais considerável, registrava ganhos nas suas representações junto aos organismos estatais, ganhos na regularidade, representatividade e abrangência de seus grandes encontros e abriu-se a amplo diálogo interdisciplinar, promovendo a interlocução com significativos teóricos e intelectuais do país e do exterior. Enfim, apresentava um quadro de maturação profissional (NETTO, 1996c).

Segundo Ortiz (2010), pôde o Serviço Social nesse período aprimorar a tendência de ruptura com o denominado Serviço Social “tradicional”, configurando-a em um projeto profissional com clara direção social e política, expressando não apenas o amadurecimento interno da profissão, mas sua posição de resistência em face ao contexto de crise do capital. Projeto este materializado a partir de conjunção de várias dimensões, as quais contemplam desde o efetivo reconhecimento da Teoria Social de Marx como substrato teórico e político-cultural capaz de fundamentá-lo, até a organização política da categoria e o conjunto de documentos que orientam política e juridicamente a profissão no país (Lei nº 8. 662/93 que regulamenta a profissão; o Código de Ética de 1993; e as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica).

Mas, esse cenário do Serviço Social é também carregado de problemas e questões, as quais exprimem a sua inserção na dinâmica societária brasileira. A não consolidação de uma nova legitimidade junto às classes subalternas, apesar do amadurecimento do vetor de ruptura com o conservadorismo. No campo da chamada prática profissional ainda eram visíveis os impasses e do ponto de vista dos parâmetros teóricos a emergência da crítica formal às correntes marxistas no campo profissional. Ou seja, uma crítica a ortodoxia dos marxistas brasileiros no Serviço Social, sugerindo uma flexibilização da perspectiva teórica, e uma crítica às lacunas e não equívocos nos seus trabalhos. A crítica formal às correntes marxistas no campo profissional, nesse contexto, se constitui enquanto uma crítica conservadora, não aparecendo como uma crítica antimarxista (NETTO, 1996c).

Nessa temporalidade histórica, período imediatamente posterior aos acontecimentos que marcaram a sociedade mundial e, particularmente a brasileira, no qual, no âmbito internacional com o esfacelamento do chamado “socialismo real”, observa-se um choque no universo ideológico daqueles que compõem o movimento das esquerdas e da classe trabalhadora, associado e reforçado a um amplo conjunto de transformações objetivas que já vinham sendo gestadas pelo capital como tentativa de responder à crise em que está imerso desde meados dos anos 1970. Na esfera da política tem-se a implementação do projeto neoliberal, na esfera da produção a reestruturação contínua do modelo de organização da produção e na esfera cultural a incorporação das “[...] características típicas da mercadoria – sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante” (NETTO, 1996c, p. 97).

Ou seja, nesse momento conjuntural, no mundo do conhecimento iniciam as interferências, não sem conflitos, do denominado pensamento pós-moderno, particularmente em sua versão neoconservadora que questiona e nivela as perspectivas marxista e positivista. Questionamentos que se voltam contra os diferentes modelos explicativos, dirigindo à crítica a razão, afirmada como instrumento de repressão e padronização. É proposta a superação das utopias e das análises totalizantes.

Com a declaração de uma crise nas Ciências Sociais, que na verdade é parte de uma crise maior da racionalidade e, mais amplamente, da própria forma atual do ser social anuncia-se a falência dos paradigmas teóricos elaborados no século XIX para dar conta da dinâmica e complexa situação do mundo atual. Além da sua

insensibilidade às mudanças que se operavam na realidade e sua oposição ao diálogo de uns com os outros. Propõe-se a busca de novos paradigmas, o entrecruzamento dos paradigmas.

Assim, sob a influência dessa conjuntura sobre a consciência dos sujeitos, conforme análise de Araújo (2000) forjou-se a necessidade de se pautar uma crise de paradigmas entre a intelectualidade brasileira e, em seu interior, entre os profissionais do Serviço Social. Embora, no nível internacional, a discussão paradigmática já vinha sendo travada desde a década de 1960, tendo em Tomas Kuhn um dos grandes elaboradores, quando há um refluxo na cultura francesa repondo um debate recorrente na história do conhecimento científico, ou seja, as possibilidades e viabilidade da razão moderna, culminando com a proposição de um novo paradigma: o pós-moderno.

A premissa, segundo Netto (1992), é que há uma crise de cultura e de civilização vinculada ao fracasso das promessas da modernidade, compreendida como o grande projeto histórico, social e cultural que, contido no iluminismo, vinculava a racionalidade do controle sobre a natureza à emancipação e à liberação dos homens. Diante deste quadro, anuncia-se que o desenvolvimento da ordem burguesa, no estágio monopolista, conduz à pós-modernidade, espaço de abortamento deste projeto.

Nesse contexto, constituído de ausência de determinações ontológicas, como ressaltou Zaidan Filho (1989) já não há o real, mas um discurso sobre ele, já não há uma totalidade da vida social, mas fragmentos, recortes, instantes. O racionalismo dialético, segundo Netto (1992) é posto no mesmo nível da razão positivista, sendo considerados paradigmas anacrônicos, o humanismo marxista tido como eurocêntrico, enfim, a perspectiva da totalidade equalizada à vontade totalitária. Ao rechaçar a racionalidade da modernidade ataca frontalmente o marxismo e tudo coloca em xeque com intenso esforço de erradicar a luta de classe e, por conseguinte, ocultar o movimento entre a produção e a reprodução da vida social sob o sistema do capital.

Do ponto de vista dos seus fundamentos epistemológicos e teóricos, esta perspectiva, conforme Netto (1992) é funcional à lógica cultural do estágio contemporâneo do capitalismo. Ela é, pois, um sintoma das transformações que veem sendo operadas na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua imediaticidade.

Se na década de 1980 foi incontestável a dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista, levando a uma intimidação das demais concepções presentes no âmbito profissional, em especial do conservadorismo, nos anos 1990, as bases dessa dominância teórico-cultural, como observou Netto (1996c), começa a ser deslocada. Fato que se explica pela concorrência de elementos diversos e de natureza variada, a exemplo da ofensiva neoliberal, do impacto nas esquerdas provocado pelo colapso do “socialismo real”, a reconversão no exterior e no país de inúmeros intelectuais ao ideário da ordem, os giros no processo político brasileiro e, sobretudo, “[...] a inflexão que se registra nos meios acadêmicos com a maré montante da pós-modernidade” (NETTO, 1996c, p. 114), particularmente em sua versão neoconservadora. Para o autor, é no espaço universitário, onde aquela dominância se afirmou que surgem os elementos que operam para desqualificá-la.

Assim, em tempos de pós-modernidade o Serviço Social é nuclearmente interpelado a aderir aos encantos desta perspectiva ou resistir mantendo a atual direção social estratégica do projeto ético-político da profissão. Direção esta sustentada em matrizes não apenas antagônicas ao conservadorismo, mas, sobretudo, expressamente, como disse Netto (1996c), colidentes com as bases epistemológicas do pensamento pós-moderno e conflitante com o quadro de referência cultural da pós-modernidade. Para o autor, o combate e a crítica ao ideal de sociabilidade colocado pelo programa da modernidade jogam claramente no sentido de desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo, razão pela qual investir nesta perspectiva é “também levar água ao moinho do conservadorismo” (NETTO, 1996c, p. 118).

Para Silva (1995), na metade dos anos 1990, em meio às perplexidades criadas pela anunciada crise contemporânea da vertente marxista e da utopia socialista, na sociedade brasileira verifica-se a crise das universidades, em cujo contexto se situa a produção acadêmica mais relevante do Serviço Social. O sucateamento do serviço público torna-se uma realidade, o qual representa maior espaço da prática profissional do assistente social. Observa-se ainda a redução dos programas sociais, conjuntura de recessão e arrocho salarial que tem limitado a ação organizada e reivindicativa dos trabalhadores, com quem os assistentes sociais vêm buscando estabelecer alianças.

As consequências da lógica excludente e destrutiva do capitalismo, agudizadas no processo de globalização neoliberal, como já comentou Barroco (2001), nos anos 1990 são notórias em todo o mundo, em particular nos países ditos do Terceiro Mundo. Dentre os vários aspectos, observa-se como consequências desse modelo político-econômico a desresponsabilização do Estado em face da “questão social”, privatizações de serviços públicos e empresas estatais, desmonte gradual do sistema de proteção social e do trabalho, o desemprego, o subemprego, a precarização dos contratos de trabalho e a repressão aos movimentos sociais e às organizações de classe dos trabalhadores.

Nesse lapso temporal o Brasil ingressa no mundo globalizado reatualizando as velhas estratégias de equacionamento moral da “questão social”. Surgem propostas e programas governamentais fundados em apelos ético-morais, envolvendo a sociedade civil, em nome da “solidariedade” e da “responsabilidade social”, no enfrentamento das expressões da “questão social”. O que vem permitindo a modernização de práticas filantrópicas e a desmobilização da sociedade civil, que passa a ser localizada num “terceiro setor”, cuja lógica de funcionamento seria a da solidariedade.

Portanto, contexto revelador, prossegue a autora, de um verdadeiro “esgarçamento” dos valores sociais, favorecido pela crescente corrupção e cinismo das elites governamentais. Desconstrói-se a cultura da cidadania para construir uma cultura do medo, da insegurança, do descrédito na política, nas leis e, sobretudo, na ética. Momento claramente facilitador de posicionamentos conservadores que, necessariamente, rebate na produção de conhecimento em todas as suas dimensões.

Trata-se, pois, de uma conjuntura bastante adversa para o projeto ético-político profissional, tendo em vista as demandas que se inscrevem no agravamento da “questão social”, particularmente, quando as consequências das mudanças na dinâmica do capitalismo, como as transformações do mundo do trabalho, evidenciam o aprofundamento da miséria, da exclusão social e perda de direitos. A falência do denominado “socialismo real” e a crise que se observa nos movimentos socialistas e da esquerda, em geral, colocam limites objetivos ao avanço das lutas gerais dos trabalhadores, o que repercute na consolidação da ruptura, no cerne do projeto ético-político profissional comprometido com os novos tempos (BARROCO, 2004).

No cenário mundial de crise estrutural do capital sem precedentes, a qual , segundo Meszáros (2004), explicita, de forma contundente, sua irreformabilidade, incontrolabilidade e destrutividade, se constata que a produção de conhecimento e o desenvolvimento tecnológico ocupam, cada vez mais, lugar de destaque no próprio centro do sistema produtivo. As Ciências Sociais e Humanas são alvo de redefinições, na tentativa de responder aos desafios que enfrentam.

Nas últimas décadas, a mundialização do capital, a qual Chesnais et al (2003) identifica com a consolidação de um regime de acumulação predominantemente financeirizado, a dimensão de cada país, seus recursos naturais e as diferentes trajetórias históricas trilhadas por cada um desenham situações variadas em relação ao novo regime de acumulação. No âmbito da produção, exacerba-se a busca por superlucros mediada por uma exploração cada vez mais intensa do trabalho vivo e por um alto investimento tecnológico, só possível pelo grande desenvolvimento das forças produtivas, paralelamente ao aumento do parasitismo e do desperdício, possibilitando uma exacerbação das contradições inerentes ao capital.

Grande parte das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) está sendo desenvolvida, principalmente, nos EUA, o que confere a esse país uma vantagem tecnológica sustentada e inclina a marcha global da mudança tecnológica para seus interesses (HARVEY, 2004). A indústria bélica aparece como um componente fundamental para resolver crises capitalistas de superprodução, sendo um locus privilegiado de desenvolvimentos científicos e tecnológicos, o que pode ser observado no crescimento exponencial da economia norte-americana no pós-guerra. Além do atual regime de proteção à propriedade intelectual que é traçado à imagem e semelhança do direito interno dos EUA, constituindo um poderoso bloqueio às inovações nos chamados países emergentes, recolocando, de forma ampliada, a inserção subordinada desses países na economia mundial (CHESNAIS, 2005).

O espetacular desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e as alterações introduzidas, parcialmente como decorrência do mesmo no mundo do trabalho, segundo Neves e Pronko (2008), levou, numa certa visão determinista, a recriar as utopias de uma sociedade capaz de superar as deficiências tanto do capitalismo quanto do comunismo, em uma nova forma social de produção caracterizada pela supremacia do conhecimento. Tem se popularizado a ideia de que estamos vivendo em uma nova forma de ordenamento social caracterizada pela importância crescente e irreversível da informação e do conhecimento.

Expressões como “sociedade da informação” ou “era do conhecimento” tornaram-se cada vez mais frequentes para a definição do mundo atual, numa clara demonstração de que o conhecimento está sendo considerada fonte de riqueza, bem como sinônimo de informação, sem, no entanto, ressaltar as suas marcantes distinções. Esta caracterização tem estado associada, particularmente, aos acelerados avanços e à ampla difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e à generalização da utilização diretamente produtiva da ciência e da tecnologia que permeiam, cada vez mais, as nossas atividades cotidianas.

Portanto, a ideologia da sociedade do conhecimento e da informação, adotada e difundida também pelos organismos internacionais vem se constituindo como a grande utopia dos novos tempos modernos. Uma utopia que oculta o caráter histórico da revolução tecnológica colocada na sua origem, da mesma forma que apaga as relações sociais concretas nas quais o conhecimento é produzido e utilizado, não sem contradições e conflitos, sob a direção e os imperativos da mundialização financeira. Essa ideologia e essa direção, tão mundializadas quanto às próprias finanças, assumem um caráter determinante na elaboração de políticas nacionais no Estado contemporâneo.

Nesse processo, ressaltam as autoras, o Estado exerce um papel fundamental para garantia tanto da valorização do capital na produção, quanto dos grandes níveis de lucratividade do capital portador de juros. Tendo em vista as novas necessidades de realização e valorização do capital, há uma perda acentuada da autonomia dos Estados Nacionais, em especial dos de países periféricos vulnerabilizados pela subalternização dos acordos de dívida externa, como o Brasil. As agências financeiras multilaterais representando os interesses do grande capital internacional pressionam estes Estados a executarem programas de ajuste estrutural, que desregulam, privatizam e ampliam os espaços do mercado privado, em especial o mercado de serviços sociais.

Enfim, o binômio ciência-tecnologia<sup>49</sup> caracteriza a ciência da atualidade. O conhecimento, nesta vertente, está fragmentado, especializado, sendo a própria expressão da fragmentação da realidade. Observa-se o crescimento das Ciências Naturais que, necessariamente, são voltadas para interesses práticos, ou seja, suas

---

<sup>49</sup>Do ponto de vista teórico, sobre as complexas relações entre ciência, tecnologia e produção, consultar Romero (2005) e Meszáros (2004).

pesquisas potencializam os desenvolvimentos industriais, tecnológicos e as ramificações do desenvolvimento do capital e, por conseguinte, negam radicalmente a condição do trabalho em favor da lógica do capital (NEVES; PRONKO, 2008).

Em solo brasileiro, em plena sintonia com o padrão atual de acumulação capitalista mundial, as inovações e os processos tecnológicos passam a ser condição de desenvolvimento econômico, e este, o impulsionador da própria produção do conhecimento. Assim, inaugura-se um novo modo de produção do conhecimento, marcado pela parceria entre Estado, Universidades e Empresas, onde as vantagens comerciais são os fundamentos do desenvolvimento científico-tecnológico (CARVALHO; SILVA, 2005).

Em atendimento a essa lógica o sistema educacional brasileiro vem passando por profundas alterações, de modo a adequar as políticas educacionais aos ajustes estruturais na esfera econômica, especialmente a partir dos anos 1990. Neste âmbito a produção de conhecimento é colocada em conexão estreita com as demandas da economia. A pós-graduação, espaço privilegiado para a construção do conhecimento, para a formação de docentes e pesquisadores, nesse contexto, vem experimentando alterações significativas, com o intuito de subordiná-la aos interesses dos mercados. Pela primeira vez no país fica claro a sua vinculação com o sistema produtivo brasileiro e com o setor privado da produção, transformando-se em mais um elo da cadeia produtiva. A perspectiva pragmática/ utilitarista aparece como uma das chaves deste conhecimento (YAZBEK; SILVA, 2005).

As Ciências Sociais têm um lugar particular reservado no âmbito das políticas de Ciência e Tecnologia (C&T) desenhadas nas últimas duas décadas. Em primeiro lugar, deverão provar seu valor em meio a uma onda de demanda por eficiência, lucratividade e resultados, em que o avanço tecnológico é a chave para o aperfeiçoamento do mercado e a criação de empregos. Em segundo lugar, serão desafiadas a enfrentar questões novas e prementes que estão surgindo no contexto de grandes mudanças sociais e econômicas, crescente interdependência entre países e pressões cada vez maiores sobre indivíduos e famílias. São instigadas a utilizar integralmente as novas tecnologias, que vêm permitindo o desenvolvimento de novas ferramentas e infraestrutura de pesquisa. Desta forma, estão chamadas a produzir também conhecimento útil e aplicável. Elas parecem se restringir, nesta política, à legitimação das políticas de desenvolvimento de capital social e de capital cultural necessário para a coesão social (NEVES; PRONKO, 2008).

Com o intuito de atender às demandas da produção industrial e aumentar o poder de competitividade dos produtos, o Estado brasileiro tem priorizado a canalização de investimentos para a produção de conhecimentos nas áreas consideradas estratégicas, as ditas Ciências Exatas. Tendência expressa com vigor no IV Plano Nacional de Pós-Graduação, PNPG (2005-2010) e retomada no VI PNPG (2011-2020), enquanto impacto da contrarreforma da educação superior em curso no país.

Assim, as Ciências Exatas e da Terra, as Engenharias, as Ciências da Computação, as Agrárias e as Biológicas são consideradas as áreas estratégicas para atender às demandas da produção industrial e aumentar o poder de competitividade dos produtos brasileiros, portanto, devendo ser expandidas e fortalecidas. É proposto o incentivo à formação de novos pesquisadores, bem como a ampliação de bolsas direcionadas para o empreendedorismo e a criação de novos negócios (CARVALHO; SILVA, 2005),

Sob a determinação dessa conjuntura, enfim, onde a “questão social”, constitutiva da sociedade capitalista amplia seu fosso de desigualdades e injustiças, como disse Yazbek (2004), assumindo novas configurações e expressões em um mundo globalizado pelo capital financeiro, pelos interesses das grandes corporações, das mídias, do conhecimento planetarizado, saturado, instrumentalizado e a serviço da minoria, compondo um labirinto de problemas de um país que não politiza a sua enorme desigualdade social, o Serviço Social vem sendo fortemente confrontado, em particular, com os processos de conhecimento que fundamentam os interesses dominantes.

Numa clara oposição a essa tendência e atentos aos riscos que ameaçam os avanços até então alcançados, no âmbito da profissão defende-se abertamente, pois, rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social. Bem como a adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (GUERRA, 1997).

Segundo Aranha (2007), as determinações da realidade brasileira no início dos anos de 1990 colocaram a necessidade de rever o projeto de formação profissional para dar conta das exigências postas à profissão nesse momento

histórico quando se agravou a inserção passiva e subordinada do Brasil na chamada nova ordem mundial. Em relação ao mundo do trabalho, a introdução de inovações passou a demandar um novo perfil de trabalhador, exigindo novos requisitos para a sua formação. Ou seja, um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais. Como escreveu Iamamoto (1998a), um profissional propositivo, com sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, munidos de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar no mundo globalizado.

A formação profissional em Serviço Social para se coadunar com a dinâmica da sociedade, propôs, através do processo de revisão curricular, as diretrizes gerais segundo uma nova lógica para orientar os projetos pedagógicos dos cursos, as quais introduzem uma lógica curricular, que parte da concepção ontológico-social de Marx, subvertendo a centralidade da teoria encontrada no currículo anterior, o de 1982, e substituindo-a pela centralidade da “questão social”, elemento fundante da profissão. De acordo com essa perspectiva, fica evidenciada a centralidade do trabalho, considerado como eixo central do processo de reprodução da vida social (ARANHA, 2007). Afirma-se a pesquisa como atividade privilegiada para solidificar as relações entre o ensino universitário e a realidade social e para o fortalecimento das dimensões teórico-metodológicas e prático-operativas do Serviço Social, indissociáveis de seus componentes éticos-políticos (IAMAMOTO, 1998a).

Formação essa generalista, apoiada num sistema categorial sólido, que possibilite tanto compreender as formas de produção e reprodução material e espiritual dos usuários de seus serviços quanto reconstituir a processualidade delas (GUERRA, 1997).

Na esfera da organização política da categoria registra-se o protagonismo das suas entidades representativas nacionais (ABEPSS, CFESS, ENESSO) na defesa da materialização do projeto profissional de ruptura, posicionando-se claramente a favor da superação do capitalismo e da elaboração de um projeto de emancipação humana. Ressalta-se, pois, a direção política que essas entidades veem imprimindo ao debate profissional, coordenando, de forma democrática e participativa, a construção coletiva das propostas curriculares de 1982 e 1996, e dos Códigos de Ética de 1986 e 1993, ícones do projeto profissional de ruptura, bem como na

participação efetiva nas lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores (RAMOS, 2007).

No que se refere à pós-graduação, observa-se o significativo papel desempenhado pela ABEPSS ao priorizar nos seus dois últimos planos de gestão<sup>50</sup> a construção de uma política de pesquisa para área e a constituição em rede de núcleos e grupos de pesquisa ressaltando a sua importância para a consolidação do projeto ético-político de ruptura do Serviço Social brasileiro e para o avanço da dimensão acadêmica da profissão.

Ciente da sua responsabilidade de preservar e aprofundar as conquistas da profissão vem buscando, portanto, o fortalecimento da pesquisa e da produção científica da área, socialmente relevante, articulada com as forças radicalmente democráticas da sociedade brasileira, marcada pelo rigor teórico, metodológico e compromisso ético, considerando a unidade com a graduação.

Nesse sentido, podemos destacar a criação dos GTPs, visando prioritariamente o fortalecimento do Serviço Social enquanto área de produção de conhecimento. A expansão da pós-graduação, que já vem contando, conforme dados disponibilizados pela CAPES<sup>51</sup>, agência responsável pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação em todo o país, com 30 (trinta) Programas de Pós-Graduação, com um total de 43 (quarenta e três) cursos, sendo 13 (treze) de doutorado e 30 (trinta) de mestrado, todos de caráter acadêmico. Bem como a realização do XII ENPESS, em janeiro de 2010, no Rio de Janeiro, com o tema *Crise do capital e produção de conhecimento na realidade brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?* Encontro este considerado o maior realizado até então em número de trabalhos enviados, aprovados e publicados, trazendo para o centro do debate da profissão o tema da produção de conhecimento e a defesa de sua direção social em conformidade com o projeto ético-político profissional.

Indiscutivelmente, o Serviço Social registra nos anos 2000 conquistas significativas no campo da pesquisa e da produção de conhecimento teórico. Sua produção bibliográfica circula nacional e internacionalmente. É também relevante a contribuição que essa produção vem trazendo para as Ciências Sociais, em geral, ao eleger temas de grande relevância na atualidade, tais como: trabalho,

---

<sup>50</sup>Sobre os referidos planos, acessar Brasil (2012; 2010).

<sup>51</sup>Para informações mais detalhadas sobre a quantidade de Programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social atualmente, consultar Brasil (2012). Para conhecimento da expansão da pós-graduação nos anos 1990 e 2000, buscar Brasil (2012).

reestruturação produtiva, seguridade social, avaliação de políticas e programas sociais, envelhecimento, terceiro setor, voluntariado, criança e adolescente, entre outros. Produção essa que também expressa crescente preocupação com os problemas sociais brasileiros, decorrentes dos elevados índices de desigualdade social e pobreza (CARVALHO; SILVA, 2005).

Observa-se a existência de pesquisas voltadas ao conhecimento dos usuários, o que demonstra a crescente superação da visão assistencialista e da ideologia da tutela nas relações profissionais, indicando ainda o reforço da direção social coletivamente proposta à profissão, conforme identificou Iamamoto (2007), quando analisou as sessões plenárias do XI CBAS e III Encontro de Serviço Social e Seguridade, ocorrido em 2004, em Fortaleza-CE.

No entanto, persiste a tendência em segmentar os sujeitos sociais a partir de necessidades, fato que além de expressar as fragmentações operadas pelas políticas no atendimento às necessidades sociais das classes subalternas e seus segmentos, restringe a visibilidade das demandas/necessidades coletivas de classe, favorecendo focalizações e desconectando-as das relações sociais que as constituem.

Política Social permanece sendo um eixo temático no qual a produção teórica do Serviço Social tem tido maior incidência até os dias atuais. A ênfase deste conhecimento tem recaído na implementação, gestão, avaliação de programas e projetos sociais, em especial nos âmbitos estaduais e municipais, contribuindo para qualificar o debate e o trabalho profissional. Privilegia a seguridade social, abrangendo também as políticas públicas e o poder local.

Apesar dos avanços, simultaneamente, observam-se silêncios e omissões no acúmulo dessa produção, conforme já dito anteriormente, a exemplo do tema raça que não tem tido visibilidade.

Para Iamamoto (2007), tendo por base os resultados da Avaliação Trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES/ MEC (2001-2003), realizada em 2004, são poucas as produções que têm o Serviço Social como objeto central de suas pesquisas. O trabalho aparece como tema bastante frequente, o que representa uma conquista recente nessa produção, condizente com o contexto de transformações societárias operadas na esfera da produção de bens e serviços, no bojo da reestruturação da produção e dos mercados no atual estágio de acumulação capitalista. Verifica-se o privilégio nas relações e processos de trabalho, no mercado

de trabalho, incluindo o mercado para o assistente social. Cultura, identidade e subjetividade dos sujeitos vêm tendo visibilidade importante, com ênfase nas representações sociais dos sujeitos individuais em relação às diversas dimensões da vida em sociedade. O estudo sobre a família foi retomado, em decorrência do seu lugar ocupado na maior parte dos programas previstos pelas políticas sociais públicas. Todavia, a área temática de menor investimento refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular.

No último lugar da agenda temática da pesquisa no Serviço social, está a formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social. Há uma significativa falta de visibilidade sobre ética no Serviço Social. O foco da abordagem tem sido os fundamentos do trabalho e / ou ação profissional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade. As competências profissionais e atribuições privativas do assistente social são temas quase que silenciados.

Com base nas mesmas fontes Carvalho e Silva (2005), analisando as temáticas priorizadas nas teses e dissertações defendidas no período de 1998 a 2002 no âmbito dos Programas de Pós-Graduação, verificou que infância, juventude, família e sociedade concentraram a maior parte dos estudos dos pós-graduandos. Em seguida aparece Serviço Social, trabalho e prática profissional, Política Social no contexto da relação Estado e sociedade, com forte incidência na política de saúde e de assistência social. Questão urbana, movimentos sociais e meio ambiente, trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza e exclusão social destacam-se também como eixo privilegiado nestas produções.

No Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, realizada pela ABEPSS, durante o ano de 2006, foi identificada dificuldades, principalmente, no que se refere aos conteúdos ministrados e as abordagens teóricas adotadas que, certamente, vem repercutindo negativamente na qualidade da formação profissional do assistente social, prevista nas Diretrizes Curriculares.

No eixo pesquisa, por exemplo, foi constatado um distanciamento dos conteúdos predominantes das disciplinas em relação à direção social estratégica fundada na referência da teoria social de Marx, bem como de fontes bibliográficas originais nos programas analisados, o que leva a inferir a pouca incidência desta perspectiva como orientação na organização dos conteúdos programáticos das disciplinas vinculadas ao referido eixo.

Nesse caso, ao que tudo indica essa formação não está fortalecendo uma compreensão teórica compatível com a direção social estratégica do projeto profissional de ruptura. Observa-se, pois, que permanece o desafio da apropriação dos fundamentos da obra marxiana pelos assistentes sociais, além do desafio para manutenção da hegemonia deste referencial (GUERRA, 1997).

Logo, constata-se que, nesse momento, o processo de formação do assistente social se defronta com os processos flexibilizadores do mercado de trabalho e com a contrarreforma do Estado brasileiro, em particular no âmbito social no qual, conforme Yazbek e Silva (2005), já se fazem perceber para a profissão os impactos do redesenho das ações sociais do Estado, com o fortalecimento do terceiro setor e a refilantropização da “questão social”.

Para as autoras, ao colocar em debate a produção de conhecimento teórico em Serviço Social, com suas particularidades e dilemas, observa-se que permanece a tensão entre essa produção e a intervenção profissional. Uma das questões mais cruciais tem sido o descompasso entre a apreensão mais ampla da realidade, fundamentada em referências ontológicas e o exercício profissional em seu tempo miúdo, com homens concretos, inseridas em dinâmicas singulares que trazem para a profissão situações diversificadas, como a precarização do trabalho, o desemprego, o trabalho infantil etc. Esse descompasso observa-se também na pesquisa que, muitas vezes não consegue trabalhar a universalidade contida no singular, que não faz os vínculos e as passagens da nossa compreensão teórico-metodológicas da realidade para situações singulares que configuram o exercício profissional.

O Serviço Social não passa alheio a todo o debate paradigmático em que mergulham as Ciências Sociais no Brasil, nos anos 1990.

Nessa quadra histórica, mais precisamente nos anos 2009, temporalidade em que se comemoram os 30 anos do "Congresso da Virada", marcado pela ousadia, coragem e compromisso político e profissional com as lutas da classe trabalhadora, em particular os 30 anos do projeto ético-político profissional, surge à polêmica entorno do debate que põe em xeque a hegemonia do referido projeto.

Para Braz (2007), a possível dissolução da hegemonia conquistada se deve a articulação de dois problemas centrais. O primeiro se refere à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais diferentes, relativos ao trabalho. A crise de projeto societário das classes

trabalhadoras impõe uma crise ao projeto profissional. O segundo problema diz respeito aos fatores objetivos que incidem sobre as bases materiais do projeto profissional. Ou seja, as condições atuais sobre as quais se efetiva o processo de formação profissional e o próprio exercício profissional. As condições objetivas da profissão impõem risco de rebaixamento de sua agenda política. Além disto, as condições de formação dos assistentes sociais são preocupantes, em meio à mercantilização do ensino superior no país. Fato que repercutirá negativamente na qualidade desta formação com desdobramentos para o âmbito do exercício profissional e da formação de quadros teóricos e políticos para o projeto profissional.

Netto (2007), por sua vez, à luz da conjuntura atual, sinaliza o quadro no qual a conversão do projeto ético-político vê-se nuclearmente problematizada. Para ele as incidências da conjuntura atual sobre este projeto contribuem decisivamente para a sua inviabilidade. Conjuntura tal, diferente daquela quando foi gestado, que não registra mobilizações e resistências expressivas à cultura neoliberal, mas sim cooptação de entidades e organizações que tinham peso sobre importantes movimentos sociais. Assim, indica dois níveis nos quais se observa mais nitidamente o processo de inviabilização do projeto ético-político que a atual conjuntura vem favorecendo. O primeiro se refere aos objetivos e funções profissionais e o segundo aos requisitos teóricos, práticos e institucionais para o seu exercício, no que insere a problemática da formação.

Para o autor, o elenco de objetivos do Serviço Social tem sido intencionalmente e acintosamente minimizado mediante a centralização das suas funções no plano assistencial. Ou seja, mesmo sob o paradigma dos direitos tem sido reduzido à assistência, o que configura uma considerável regressão. Além do aviltamento e degradação da formação profissional, em decorrência da agressiva política neoliberal expressa nas práticas de desregulamentação e de flexibilização da educação superior.

Enfim, diante das ameaças anunciadas anteriormente, quando se renunciava as dificuldades de condução do projeto, se tinha otimismo. Hoje, todavia, tais ameaças adquirem uma densidade que coloca em crise a implementação desse projeto. E para o seu enfrentamento se faz necessário mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas.

Por outro lado, Motta e Amaral (2009) argumentam que o Serviço Social tem um ideário que se revela no projeto ético-político profissional, responsável pela direção social que desejamos e lutamos para imprimir à nossa ação, mas a sua operatividade depende das condições objetivas. Se, nas condições objetivas vigentes, caminha a passos largos a construção de uma hegemonia das classes dominantes, ainda não temos indicações suficientes que nos autorizem a afirmar que este caldo da pequena política<sup>52</sup> se espalhou pelo Serviço Social, colocando a construção do seu projeto em xeque. Nesse sentido, não compartilham da ideia de que existe uma crise do projeto profissional, mas sim que é um projeto tensionado e determinado pela crise orgânica mundial do capital.

Na mesma linha de raciocínio Ramos (2009) argumenta que, na conjuntura atual, não temos elementos concretos para concluir que existe uma crise de hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social, visto que nas suas três esferas constitutivas não há indicativos para tal. Do ponto de vista da produção de conhecimento teórico nota-se que a predominância da teoria social de Marx permanece, a exemplo da Biblioteca Básica de Serviço Social e dos materiais do Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. No que se refere aos instrumentos normativos, não se constata mudanças regressivas e na dimensão da organização política permanece a direção política de sustentação ao projeto profissional hegemônico.

A partir da descrição aqui realizada, podemos afirmar que a trajetória histórica do Serviço Social brasileiro e, conseqüentemente, da sua produção teórica, como todo movimento dialético, apresenta avanços e recuos, continuidades e rupturas. Razão pela qual nos interessa apreender qual a relação que essa produção atualmente mantém com a direção social do projeto ético-político da profissão, pois há de se considerar que sofra os rebatimentos dos processos históricos da realidade social, que nesse momento são configurados por uma conjuntura de crise do capital em âmbito internacional, com desdobramentos para a sua direção social.

---

<sup>52</sup> A grande política, ou alta política, diz respeito às questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, a defesa, a conservação de certas estruturas orgânicas econômico-sociais. Enquanto que a pequena política, ou política menor, do dia-a-dia, de corredores, de intrigas, compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no âmbito de uma estrutura já estabelecida, em decorrência de lutas pela predominância entre as várias frações de uma mesma classe política. Para maiores esclarecimentos consultar Gramsci (1968).

Para o Serviço Social e seus sujeitos profissionais - individuais e coletivos - a crise por que passa o capitalismo na atualidade traz consequências deletérias que incidem sobre as diversas dimensões do projeto profissional. No plano político, apesar das conquistas obtidas com a promulgação da Constituição de 1988 na área da Seguridade Social, o processo de contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003) as tem descaracterizado a partir do fortalecimento de iniciativas como os programas de transferência de renda em detrimento das demais políticas de alívio à pobreza.

Na esfera da economia, a volatilidade do capital financeiro tem tornado as diversas economias nacionais ainda mais instáveis com consequências sobre as classes sociais, em especial os trabalhadores que vivenciam o desemprego, a precarização dos postos de trabalho e a informalidade. No campo cultural e ideológico, impera o presentismo, a apatia política, o neoconservadorismo e as diversas faces da violência e criminalização. Todos esses processos incidem diretamente sobre o Serviço Social, sua categoria profissional e entidades tanto no âmbito da formação, do exercício profissional, de sua organização política (GUERRA; ORTIZ, 2009).

Nesse sentido, as condições objetivas e subjetivas postas pela crise contemporânea, trazem desdobramentos importantes para a direção social do conhecimento teórico no Serviço Social. É necessário considerar os rebatimentos da crise capitalista na universidade brasileira, particularmente no que tange às condições atuais da pós-graduação, lugar precípua de produção de conhecimento e da decorrente centralidade da pesquisa, no qual majoritariamente é produzido o conhecimento teórico do Serviço Social brasileiro, que nessa conjuntura vem experimentando alterações significativas, com o intuito de subordiná-la aos interesses dos mercados. Bem como, nas interferências do pensamento pós-moderno no mundo do conhecimento, que busca desqualificar a teoria social de Marx, marco de referência intelectual da direção teórico-política que orienta o projeto profissional de ruptura, além das respostas dos sujeitos que vem protagonizando essa produção, visto que tais respostas, como disse Barroco (2010), são mediações que se estabelecem nas diferentes relações que envolvem a produção de conhecimento teórico, variando em relação ao sujeito e ao produto de sua ação. Ou seja, “[...] podem restringir-se à singularidade dos sujeitos e à reificação dos valores dominantes e podem aproximar-se de objetivações mais genéricas, permitindo a crítica e o desvelamento da realidade” (BARROCO, 2010, p. 161-162).

Enfim, nas mediações que se colocam na realidade da produção de conhecimento teórico no Serviço Social, que, em geral, interferem com maior ou menor incidência na sua direção social. Mediações aqui já destacadas, as quais serão tratadas no próximo capítulo.

### **3 Produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento defendidas nos programas de pós-graduação em serviço social e direção social: mediações que incidem nesta relação**

É um lugar - comum na bibliografia profissional afirmar que o Serviço Social, no contexto da crise estrutural contemporânea do capital, a qual impõe mudanças regressivas nas diversas dimensões da vida social, vem sendo confrontado com a ofensiva neoconservadora, representada na teoria social pela pós-modernidade, que tem como determinantes de sua emergência as profundas transformações processadas nas diversas esferas das relações sociais.

Como escreveu Escorsim Netto (2011), não são poucos os autores da área que, ao enfrentarem a conjuntura sociopolítica em meio a qual ruiu o Muro de Berlim, sinalizada pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo ou fazendo prospecção acerca do futuro imediato do Serviço Social no Brasil, fazem referência à emergência da reatualização do conservadorismo ou de um neoconservadorismo no Serviço Social.

Sabendo que temos uma herança conservadora na profissão, não poderemos desconsiderar que o momento atual poderá sim ser facilitador do revigoreamento desta herança na cultura profissional, rebatendo, necessariamente, na direção social do conhecimento teórico produzido no Serviço Social brasileiro. Direção social que é, fundamentalmente, conquista ídeo-política, não dada a priori. “Implica a processualidade de um debate necessário entre diferentes projetos e vertentes.” (ABESS; CEDEPSS, 1996, p. 147). Contudo, não poderemos omitir que temos uma história de ruptura, constituindo-se no mais significativo patrimônio da categoria profissional.

Nesse sentido, buscaremos sumariar neste capítulo a conjuntura que possibilitou a emergência da referida ofensiva neoconservadora, ou seja, a crise contemporânea do regime de acumulação capitalista para em seguida caracterizar o ideário pós-moderno e seus desdobramentos e as implicações da relação deste ideário com o Serviço Social brasileiro, especialmente na sua produção teórica. Para finalizar discutiremos a contrarreforma do Ensino Superior no Brasil e suas repercussões para a produção de conhecimento teórico, em particular, no que tange as condições objetivas e subjetivas postas aos pesquisadores.

Portanto, discutiremos as mediações mais significativas presentes no fenômeno aqui estudado, ou seja, a relação entre a produção de conhecimento teórico no Serviço Social brasileiro e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, considerando neste movimento a presença dos sujeitos que, sob determinações estruturais e suas expressões conjunturais, vem imprimindo uma direção social ao conhecimento teórico produzido. Como já ressaltou Lukács (1978 apud GUERRA, 1995), a operacionalização de qualquer proposta passa, necessariamente, pela existência de condições objetivas, determinadas pelas relações de causalidade entre os processos que movem os fenômenos postos na realidade. Condições estas que não dependem exclusivamente da postura teleológica individual dos sujeitos e de seus instrumentos de intervenção, contudo, o fator subjetivo, resultante da reação humana as tendências de movimento, em muitos casos comparece como um fator por vezes modificador e até mesmo decisivo. Assim, não poderemos omitir a capacidade que tem o ser social de fazer escolhas, dar respostas às demandas, embora sobre determinadas condições históricas. Sujeitos que misturam diferentes trajetórias, histórias e experiências profissionais e políticas. Demandas e respostas que tornarão inteligíveis os desdobramentos na direção social desse conhecimento teórico e da sua relação com o projeto ético-político profissional.

### 3.1 Crise contemporânea do capitalismo: transformações conjunturais diretamente relacionadas à estrutura vigente que possibilita a reatualização do conservadorismo

É consenso na vasta literatura especializada e disponível sobre o tema da crise contemporânea do capitalismo, que esta se originou a partir da transição dos anos 1960 a 1970, quando a economia mundial apresentou nítidos sinais de estagnação, com índices inflacionários altos e com mudança na distribuição do poder no cenário mundial, agravando-se, especialmente, com o desmonte do Leste Europeu na década de 1980, pondo fim aos “anos dourados”, etapa na qual o crescimento econômico e a taxa de lucro mantiveram-se ascendentes.

Nessa conjuntura, inaugurou-se, pois, a terceira fase do estágio imperialista, denominada de capitalismo contemporâneo, caracterizada por Harvey (2004) de novo imperialismo, em decorrência das profundas alterações experimentadas pela economia sob o comando dos monopólios.

Fase nomeada por Chesnais (2005) de mundialização do capital, na qual a forma predominante de acumulação é a do capital portador de juros. Ou seja, um processo de desenvolvimento capitalista sob o predomínio do capital financeiro no sentido de capital especulativo-parasitário que tende a imprimir sua marca sob as demais frações do capital (o capital industrial e o capital comercial), incidindo sobre a destruição de postos de trabalho.

Período denominado por Mandel (1982) de capitalismo tardio, a forma mais pura de capital com uma enorme expansão da capacidade produtiva, baseada no desenvolvimento tecnológico, resultando em superprodução. Contudo, com redução do emprego industrial mediante transferência de postos de trabalho para o setor terciário e precarização do emprego, deslocando-se o centro de gravidade da produção social da indústria para os serviços, os quais passam a obedecer a lógica industrial, desenvolvendo-se sob uma industrialização generalizada.

Nas palavras de Jameson (2006) etapa que marca a apoteose do sistema e a expansão global da forma mercadoria, na qual o capitalismo atingiu lugares até então não imaginados como a natureza, dada a destruição de formas antigas de produção agrícola ou o inconsciente constantemente bombardeado pela mídia e pela propaganda.

Como resposta á sua própria crise, que na verdade significa uma crise global que afeta tanto as formas de produção e valorização do capital quanto às de reprodução e regulação social dos dois sistemas sociais vigentes no século XX, ou seja, o “socialismo real” e o Estado de Bem-Estar Social iniciando-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais visíveis foram o advento do neoliberalismo, com seu teor fortemente antidemocrático, possibilitando as bases para o neoconservadorismo, visto que apresenta suas propostas de desconstrução de direitos sociais como “reformas”, quando na verdade se trata de “contrarreformas”, ocultando o novo pensamento conservador (COUTINHO, 2011a).

Com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a demolição do setor produtivo estatal, seguido de um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, buscou-se dotar o capital do instrumento necessário para repor os patamares de expansão de períodos anteriores (ANTUNES, 1999; NETTO, 1996c).

Na busca de romper as barreiras sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento o grande capital passou a adotar um conjunto ideológico, pautado nas teses conservadoras defendidas pelo economista Friedrich Von Hayek, pai do neoliberalismo, desde os anos 1940. Ideologia esta que comporta uma visão de homem possessivo, competitivo e calculista. Uma concepção de sociedade fundada na natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção de liberdade em função do mercado (NETTO; BRAZ, 2006). Ou seja, uma ideologia que inventa um mundo que parece integrado, com tendência a funcionar harmonicamente (IANNI, 2004).

Nesse sentido o capital objetivou enfrentar a crise na sua superfície, na sua dimensão fenomênica, visto que não transformou os pilares essenciais do modo de produção capitalista. Pelo contrário, buscou reestruturar o padrão produtivo assentado no binômio taylorista e fordismo, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de acumulação (ANTUNES, 1999).

Podemos ressaltar o que Harvey (2004) denominou de acumulação por espoliação, com a predominância de práticas predatórias típicas da acumulação primitiva, como sendo a característica fundamental da atual dinâmica histórica do capitalismo global. A mercadificação por atacado, ou uso lucrativo da natureza em todas as suas formas e a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala. Além disso, o processo de precarização dos estatutos salariais é um dos elementos compositivos da acumulação por espoliação. É ela que explica, por exemplo, as práticas neoliberais que utilizaram o poder do Estado para impor processos de flexibilização do trabalho, mesmo contrariando a vontade popular.

A acumulação predominantemente financeirizada e a acumulação por espoliação se tornaram hoje à forma dominante de acumulação, tornando-se cada vez mais aguda a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução ampliada. As práticas sociais da acumulação por espoliação, o conjunto de coerções e

apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos, pensamento e crenças, além da apropriação e a cooptação de realizações sociais e culturais as mais diversas, constituem hoje elementos das inovações sócio-metabólicas do capital. Elas sedimentam a sociabilidade da predação e a cultura do medo que constitui um ambiente social (e emocional) propício para os novos consentimentos espúrios pressuposto do novo modelo produtivo (ALVES, 2007).

Assim, na conjuntura na qual se constata uma crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas, efetivou-se a transição do padrão anterior para as novas formas de acumulação flexível, ou do modelo japonês ou o toyotismo, o qual objetiva flexibilidade no processo de trabalho, em contrapartida a rigidez da linha de produção; uma flexibilidade no mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos e uma flexibilidade dos padrões de consumo. Apoiada na robótica, na microeletrônica, na informática etc., essa reestruturação produtiva assentada nesse padrão afeta a produção de bens e serviços, a organização e gestão do trabalho, as condições e relações de trabalho, bem como o conteúdo do próprio trabalho (HARVEY, 1992).

O fordismo e o taylorismo mesclam-se com outros processos produtivos, sendo em muitas regiões como no caso da Alemanha e EUA, até substituídos pela experiência japonesa, ou seja, o toyotismo, o qual segundo Alves (2007) se constitui em um estágio superior de racionalização do trabalho que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo e fordismo. No campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho, desenvolvendo, sob novas condições sócio-históricas, as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que diz respeito à racionalidade tecnológica.

Portanto, é o modo de organização do trabalho e da produção capitalista adequado à era das novas máquinas da automação flexível, que constituem uma nova base técnica para o sistema do capital, e da crise estrutural de superprodução, com seus mercados restritos. É meramente uma inovação organizacional da produção capitalista sob a grande indústria, não representando, portanto, uma nova forma produtiva propriamente dita. Tende a mesclarem-se, em maior ou menor proporção, com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior

eficácia à lógica da flexibilidade. Tal como uma dialética integradora, que mescla o novo e o arcaico, o toyotismo aparece, pois, articulado com as formas tayloristas-fordistas restritas no processo de trabalho, sendo o momento predominante do novo processo produtivo, impondo, articulando e constituindo as novas qualificações.

A preocupação básica do toyotismo é com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista, isto é, com a “captura” da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a “manipulação” do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, caracterizadas pelos princípios de “autonomação” e de “auto-ativação”, ou ainda, pelo *just-in-time/kanban*, a polivalência do trabalhador, o trabalho em equipe, produção enxuta, os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’s), iniciativas de envolvimento do trabalhador, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo.

Enfim, tende a se distinguir do fordismo, pois agrega novas determinações concretas, de caráter organizacional, institucional e tecnológico, que tendem a promover um salto qualitativo na forma de subsunção real<sup>53</sup> do trabalho ao capital. Enquanto no fordismo tínhamos a subsunção formal-material, no toyotismo temos a subsunção formal-intelectual ou espiritual do trabalho ao capital. Razão pela qual exige para o seu desenvolvimento como nova lógica da produção capitalista, novas qualificações do trabalho que articulam habilidades cognitivas e habilidades comportamentais.

Netto e Braz (2006, p. 217) destacam como implicações imediatas decorrentes das novas condições postas ao processo produtivo a expansão das fronteiras do trabalhador coletivo, visto que se tornam cada vez mais amplas e complexas as operações e atividades intelectuais demandadas para a produção material. As exigências postas à força de trabalho diretamente envolvida na produção, a qual deverá ser qualificada e polivalente, ao mesmo tempo em que muitas atividades laborativas são desqualificadas. Bem como a gestão da força de trabalho que agora passa a ser fundamentada no apelo a participação e ao

---

<sup>53</sup> A subsunção real do trabalho ao capital, na perspectiva marxiana, aconteceu quando o capital, ao incorporar o trabalhador a uma máquina simples separou braços e mentes, tornando o conhecimento aplicado no processo de trabalho algo externo aos próprios agentes produtivos. Enquanto que a subsunção formal do trabalho ao capital limitou-se à expropriação dos meios de produção, não expropriando o saber-fazer do trabalhador. Consultar Marx (2008) e Romero (2005).

envolvimento dos trabalhadores, com forte empenho em “[...] quebrar a consciência de classe dos trabalhadores”.

Para Antunes (1995, p. 148),

[...] a crise atingiu também diretamente a subjetividade do trabalho, sua consciência de classe, afetando seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão. [...] os sindicatos foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatividade, a contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a ‘revolução técnica’ do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: o direito ao trabalho, ao emprego.

Desse modo, as mudanças que vem se processando no mundo capitalista contemporâneo determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma reforma intelectual e moral, com o objetivo de construir outra cultura do trabalho e uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade demandada pelo atual projeto do capital. Impera na ordem do dia a socialização de valores políticos, sociais e éticos, bem como a produção de padrões de comportamentos favoráveis as necessidades de mudanças na esfera da produção e da reprodução social. Para a burguesia este movimento se objetiva na defesa de um “pensamento único” que reclama a modernidade das mudanças e a irreversibilidade dos processos de ajustes, amparados no neoliberalismo, no pragmatismo econômico e no progresso técnico como motor da reestruturação produtiva. Por outro lado, para os trabalhadores, além dos impactos objetivos da crise (desemprego, precarização do trabalho etc.), observa-se a construção de outras formas de socialização demarcadas por iniciativas pragmáticas de enfrentamento da crise, quebrando, pois, suas históricas formas de organização e esgarçando uma cultura política que comporta alternativas à ordem do capital (MOTA; AMARAL, 1998).

Logo, nessa ofensiva do capital, compondo o cenário das novas necessidades de acumulação capitalista, surge no horizonte do trabalho uma fragmentação objetiva do trabalhador coletivo, ficando clara a brutal racionalização do trabalho vivo, potencializado como fonte produtora de valor e de mais-valia, concluem as autoras.

O ônus tem recaído sobre os trabalhadores, os quais vêm vivenciando redução salarial, precarização do emprego e desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Na verdade, tem impactado fortemente os trabalhadores, resultando no que Antunes (1995) caracterizou como “metamorfose no mundo do trabalho”, dentre as quais se destacam a crise do movimento sindical e a diminuição do contingente dos operários industriais. Além da redução salarial, da precarização do emprego, do desemprego estrutural, da reposição de formas de exploração próprias do passado, a exemplo do trabalho escravo ou semiescravo e, sobretudo, “[...] a exponenciação da ‘questão social’ [...]”, a qual permanece sendo naturalizada, contudo, acrescida da criminalização do pauperismo e dos pobres (NETTO; BRAZ, 2006, p. 220).

A guerra foi à forma primordial do enfrentamento contemporâneo das expressões da “questão social” ao longo do século XX, constituindo o que Netto (2010b) denominou como sendo uma resposta autorreprodutiva do capitalismo, que, além de operar como uma saída provisória para as suas crises, mediante a destruição massiva de forças produtivas, as atividades econômicas ligadas à guerra - a indústria bélica - sempre constituíram um elemento dinamizador da economia capitalista, sem o qual as taxas de ociosidade industrial seriam insuportáveis e o desemprego alcançaria índices altíssimos.

Para Netto (2010b), no tardo-capitalismo ou capitalismo contemporâneo, essa funcionalidade não somente se mantém, mas se acentua. Se a guerra, como tal, apresentou-se no século XX como um fenômeno que extrapolou completamente o teatro e o âmbito dos combates, envolvendo muito mais para além deles, o que nesse momento se observa é que o belicismo passa a incluir as políticas de segurança pública em períodos de paz formal e se estende como negócio capitalista privado à vida na paz e na guerra, configurando a emergência da militarização da vida social. A repressão estatal se generaliza sobre as “classes perigosas”, ao mesmo tempo em que avulta a utilização das “empresas de segurança” e de “vigilância” privadas, bem como a produção industrial, de alta tecnologia, ligadas a

esses “novos negócios”. A repressão deixou de ser uma excepcionalidade e vem se tornando um estado de guerra permanente, dirigido aos pobres, aos “desempregados estruturais”, aos “trabalhadores informais”. Estado de guerra que se instala progressivamente nos países centrais e nos países periféricos. Trata-se, pois, de um *estado* de guerra permanente, cuja natureza se exprime menos no encarceramento massivo que no extermínio executado em nome da lei.

A essa hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês soma-se o novo assistencialismo, a nova filantropia que satura as várias iniciativas - estatais e privadas, mediante as chamadas “parcerias público-privado” - que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980/1990 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea, isto é, da “questão social”. Porém, não se trata da tradicional filantropia que caracterizou os modelos de assistência social que surgiram no século XIX nem, muito menos, diante dos programas protetores ou de promoção social que vieram a institucionalizar-se a partir do Estado de Bem-Estar Social. A política social dirigida aos agora identificados como excluídos se perfila, reivindicando-se como inscrita no domínio dos direitos, enquanto específica do tardo-capitalismo, não tendo nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência, a miséria.

Desse modo, enfim, a articulação orgânica de repressão às “classes perigosas” e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da “questão social” constitui uma face contemporânea da barbárie, inscrevendo-se no fundamento do modo de produção capitalista desde a sua gênese, mas combinou-se em escala diferencial, ao longo da explicitação das suas possibilidades, com a dimensão civilizatória de que era originalmente portador. Quando tais possibilidades se explicitam plenamente - vale dizer, quando o sistema subsumido totalmente ao capital chega à sua curva descendente e objetiva a sua crise estrutural, expressando-se na efetividade do tardo-capitalismo -, a dimensão civilizatória se esgota e o sistema se revela como barbárie, torna-se bárbaro. Este é o estágio atual da ordem do capital, no qual se tem a administração tardo-capitalista da miséria (NETTO, 2010b).

Segmentos cada vez maiores da população tornam-se “sobrantes”, “desnecessários”, estando aí a raiz de uma nova pobreza de segmentos da população, cuja força de trabalho não tem mais lugar no mercado de trabalho, são

descartáveis. As lutas sindicais se fragilizam e a defesa do trabalho é dificultada em decorrência do crescimento dos índices de desemprego (IAMAMOTO, 2008a).

Pela primeira vez na história desse modo de produção as reformas, no sentido de conjunto de mudanças para ampliar direitos, adquiriram o status de contrarreformas, destinadas à supressão ou redução de direitos e garantias sociais, como observaram Netto e Braz (2006).

A palavra reforma sempre esteve organicamente vinculada às lutas dos subalternos para transformar a sociedade e, por conseguinte, assumiu na linguagem política uma conotação claramente progressista. Porém, na “época neoliberal” ou “época da servidão financeira”, o que antes significava ampliação dos direitos, proteção social, dentre outros, agora quer dizer cortes, supressão desses direitos e desse controle. Não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, mas de sua eliminação, de negação das reformas já conquistadas pelas classes subalternas na vigência da “revolução passiva<sup>54</sup>”, levada a cabo no Welfare States (COUTINHO, 2010b).

Uma das características da cultura política contemporânea, hegemônica e conservadora, é a resignificação de termos e expressões que trazem consigo uma carga histórica precisa, como o caso da palavra “reforma”, que, ao longo do século XX, sinalizou alguma ampliação ou instauração de direitos. O léxico político da era neoliberal ressemantizou a palavra, utilizando-a para denotar, na realidade, o recorte ou a supressão de direitos (NETTO, 2010b). Agora não se constata o acolhimento de parte das exigências das classes trabalhadoras, “dos de baixo”. Não estamos mais vivenciando uma revolução passiva, nos termos gramscianos, mas sim um contexto de contrarreformas que não anula a presença do novo, porém expressa a preponderância da conservação ou mesmo da restauração.

A contrarreforma neoliberal não tem como fundamento questões da grande política. Não está em jogo nenhuma opção entre diferentes modelos de sociedade, predominando a hegemonia da pequena política, a qual não coloca em questão os fundamentos da ordem social. Estamos, pois, diante da “[...] hegemonia da pequena

---

<sup>54</sup> Para Gramsci, de acordo com as interpretações de Coutinho (2010b), ao contrário de uma revolução popular, “jacobina”, realizada a partir de baixo, rompendo radicalmente com a velha ordem política e social, uma revolução passiva implica a presença da “restauração” e o da “renovação”. “Restauração” que implica em uma reação conservadora à possibilidade de uma transformação efetiva e radical proveniente de baixo. “Renovação” que implica no atendimento “pelo alto” de algumas demandas populares, através de concessão das classes dominantes. Ou seja, a revolução passiva significa, pois, “[...] um reformismo conservador e ‘pelo alto’”.

política e, portanto, do capitalismo em sua forma atual, a da servidão financeira” (COUTINHO, 2010b, p. 43).

Ao procurar enfrentar suas próprias contradições, o capital vem implementando estratégias que possibilitem a recomposição das suas taxas de lucro, ao tempo em que desenvolvem iniciativas que as legitimem socialmente. A partir das últimas décadas do Século XX, as classes dominantes e proprietárias ao necessitarem exercitar-se como classe dirigente, implementam seu projeto classista através de uma direção restauradora, reinventando iniciativas conservadoras sob o comando das ideias liberais, assegurando, portanto, a sua hegemonia (MOTA, 2010).

O Estado, mantendo o seu caráter de classe, passa a desempenhar um papel central neste projeto impulsionando o processo da sua contrarreforma, favorecendo os espaços para a produção de superlucros. Inova suas práticas ideológicas e produtivas, patrocinando uma série de transformações nos padrões de acumulação e reprodução em vigência (MARANHÃO, 2004 apud MOTA, 2010).

Sob os imperativos da ideologia neoliberal o Estado passou a ser “demonizado”. Proclama-se a necessidade de um Estado mínimo para o trabalho, porém máximo para o capital. Assim, o Estado vem experimentando um notável redimensionamento. A mudança mais premente é a diminuição da sua ação reguladora, especialmente o encolhimento de suas “funções legitimadoras”. É claro que o tardo-capitalismo não liquidou com o Estado nacional, mas vem operando no sentido de erodir a sua soberania, atingindo diferencialmente os Estados centrais e os periféricos. A desqualificação do Estado tem sido, portanto, a pedra de toque do privatismo da ideologia neoliberal (NETTO, 2010b).

No capitalismo tardio, segundo Mandel (1982), cabe ao Estado criar as condições gerais de produção que não são asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante. Reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção em vigência através do recurso a força policial, ao sistema judiciário e penitenciário. Integrar as classes dominadas, garantindo que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem com resignação sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas.

Desse modo, passa a desenvolver mecanismos eficazes para manter a reprodução da dominação, definindo políticas de limitação dos salários em patamares “ótimos” para o capital, deixando “livres” os preços das mercadorias necessárias tanto à sobrevivência/subsistência das classes dominadas, quanto à acumulação capitalista. Realiza investimentos em infraestrutura, em obras públicas e em pesquisas e investigações de interesses do capital.

Desmentindo a retórica neoliberal, as demandas do capital ao Estado permanecem incidindo no campo da pesquisa e da investigação, em particular no que tange à indústria bélica, que nos anos 1990, especialmente nos EUA mais de 80% da pesquisa em engenharia elétrica e 70% em materiais e metalurgia e 55% em ciência da computação foram realizadas por programas de pesquisa militar aplicada do governo (NETTO; BRAZ, 2006).

A sua função primordial nesse momento, conforme Mandel (1982) é minar a solidariedade de classes, inculcando na classe trabalhadora a ideia de “igualdade e liberdade” e de responsabilidade de todos pelo desenvolvimento do capitalismo. Ou seja, buscar o consenso em torno da ideia de que, para que a situação econômica e social melhore, é necessária à união de toda a população no sentido de contribuir para que o capital supere as situações que ele próprio gerou. Para tanto, sem ignorar a potencialidade da força organizada dos trabalhadores, desenvolve uma vasta maquinaria de manipulação ideológica para integrar o trabalhador à sociedade capitalista tardia como consumidor, parceiro social ou cidadão.

Enfim, o Estado neoliberal é o elemento político constitutivo da lógica da precarização do trabalho que hoje se impõe à reprodutibilidade capitalista. Ele incorpora em si elementos de crise de legitimidade, que possui como base material, a crise fiscal. É uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir com efetividade as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório. Ao tornar-se Estado máximo para o capital, torna-se Estado mínimo para os interesses da civilização do trabalho. Mesmo que assuma o papel de regulador social, ele não rompe seus laços orgânicos com o grande capital. Portanto, é sua forma “apodrecida” do capitalismo monopolista de Estado (ALVES, 2007).

Portanto, não restam dúvidas de que estamos diante da mais profunda crise do sistema capitalista, a qual traz à tona as contradições da dinâmica da acumulação, manifestando-se em todas as esferas da vida social. Crise que supera,

como escreveu Mota (2010, p. 14), em muito os comentários da mídia, posto que não se resume às oscilações do dólar e das bolsas de valores etc. Muito embora sinalizem certa instabilidade econômica, a menção desses indicadores tem a finalidade última de disseminar, “[...] socializar uma dada concepção da crise, desistoricizando a sua relação com o desenvolvimento capitalista” (MOTA, 2010, p. 14).

Na verdade, conforme a autora citada, estamos diante de uma crise estrutural do capital sem precedentes, o que não se confunde com a versão catastrófica sobre o fim do capitalismo, visto que as crises são inerentes ao desenvolvimento desse modo de acumulação. Crise que tem como característica, como adjetivou Meszáros (2004) o seu caráter global, seu alcance mundial e sua extensão temporal, apresentando-se como uma crise de longa duração.

No atual contexto de hegemonia ídeo-cultural do capitalismo, temos uma consciência da crise como algo anárquico e disforme. Existe uma consciência correspondente à dinâmica contemporânea da sociedade, na qual a produção em função dos lucros permanece como o princípio organizador primordial da vida econômica. Diluí-se a distância entre crise e normalidade, visto que a existência normal torna-se crítica em razão de um cotidiano de miséria material e moral que atinge a todos. Sucumbe a ideia de que a vida pode e deve ter um horizonte sólido, predominando a sensação de desgoverno das expectativas. Tudo se torna precário. Prevalece o sentimento do frágil, do especulativo (BEJAMIN, 1998 apud SANTOS, 2007).

Assim, em fase de acumulação flexível corresponde uma consciência que tende a ser fugidia e efêmera. Em tempos de crescente insegurança provocada pelo desemprego, pela precarização das relações de trabalho ela é marcada pela incerteza. Necessita ser cada vez mais descartável e capaz de absorver novidades, em decorrência do acelerado ritmos das inovações no mercado. Portanto, nada mais adequado para a manutenção da lógica de valorização do capital nesse contexto, do que a ofensiva ideológica que impera, a qual ao reforçar os valores do antigo liberalismo como o individualismo e a competição mistura-os com as características necessárias ao sucesso nos níveis de distribuição e consumo do padrão de acumulação flexível (SANTOS, 2007).

A lógica da mercadoria invadiu todos os espaços da vida societária. Tudo passou a ser mercantilizado, num claro reforço da “cultura da crise” e de seus valores.

Como escreveu Chauí (2006, p. 324),

Em sua forma contemporânea, a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por organizações particulares e programas particulares, competindo entre si.

O mundo todo se transformou num enorme mercado, que opera segundo “leis eternas”, e às quais todos estão acorrentados. Tudo é tão igual, repetitivo, apressado, pois tudo parece se reduzir a momentos, que somente duram enquanto um novo modelo de mercadoria entra no mercado, para em seguida ser substituído por outro, também com data de vencimento marcada. Tudo e todos são atirados ao redemoinho do mercado mundial, do qual não podem mais fugir, porque não há mais portas de entrada e saída. “O mundo todo virou um grande supermercado” (TEIXEIRA, 2008, p. 38).

Os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do seu *ethos*, como o consumismo e a competição, apoiados no princípio da propriedade privada, são incorporados pelos indivíduos hoje, mais do que nunca, como sinônimo de felicidade, liberdade e realização pessoal. “[...] o consumismo adquire contornos exacerbados, o individualismo se expressa de modo privatista, voltado para o intimismo”. O Shopping é a Igreja, seu reino é o mundo virtual, seus mitos são imagens que desmaterializam o mundo real, criando outra vida onde os desejos consumistas podem ser atendidos sem a presença do outro. Ídolos e mitos são constantemente reproduzidos pela indústria cultural. Incentiva-se o consumismo e tudo que desvie os indivíduos da vida pública e da política, configurando uma cultura claramente conservadora (BARROCO, 2011, p. 209).

Cultura essa que, como já destacaram vários autores, ao incorporar as características próprias da mercadoria germina uma “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais. Parece vigorar a máxima segundo a qual não mais existe sociedade, somente indivíduos. Nela a diferenciação entre realidade e representações é esfumada, visto que se promove uma semiologização do real, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais.

Enfim,

A imediatividade da vida social planetariamente mercantilizada ganha o estatuto da realidade – e, não por acaso, a distinção clássica entre aparência e essência é desqualificada. O efêmero, o molecular, o descontínuo tornaram-se a pedra-de-toque da nova ‘sensibilidade’: o dado, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de ‘totalitarismo’ (NETTO, 1996c, p. 97).

Nessa conjuntura, o conservadorismo, segundo Barroco (2011), tem encontrado um terreno fértil para se reatualizar, apoiando-se em mitos, estimulando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionistas, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade.

Uma das expressões da ideologia neoliberal tem sido a reprodução do medo social, medo de algo real ou imaginário, levando

[...] ao reforço de antigas instituições, sobretudo a família e o clã como refúgios contra um mundo hostil, ao retorno de formas místicas e autoritárias ou fundamentalistas de religião e à adesão à imagem da autoridade política forte ou despótica. Dessa maneira, bloqueia-se o campo da ação intersubjetiva e sociopolítica, oculta-se a luta de classes e fecha-se o espaço público, que se encolhe diante do espaço privado (CHAUÍ, 2006, p. 325).

Logo, não é somente no âmbito das necessidades materiais que essa crise se manifesta, mas também, nas atividades espirituais, como a filosofia, a ciência, a educação, a religião, valores, comportamentos e relações sociais. No âmbito do conhecimento, por exemplo, especificamente das Ciências Sociais e da Filosofia, nenhuma corrente atual, a fora aquelas que têm Marx como referência, embora nem todas as suas expressões, pensa o mundo através do trabalho como solo ontológico, fundante do mundo social. Assim, não aponta a questão da exploração

do homem pelo homem, cuja fonte está no trabalho abstrato<sup>55</sup>, como o impedimento para a construção de uma sociedade emancipada. A preocupação central é com a reforma, o aperfeiçoamento da ordem burguesa, distanciando-as cada vez mais da realidade concreta (TONET, 2009).

Concomitantemente ao enorme investimento nas inovações tecnológicas e organizacionais veicula-se a ideia do fim da centralidade do trabalho e do consenso entre as classes, conseguido por um “envolvimento manipulado dos trabalhadores” (SANTOS, 2007, p. 19). Ou seja, as transformações ocorridas no mundo do trabalho têm sido comumente utilizadas para se anunciar o fim da centralidade ontológica do trabalho e a “morte do sujeito revolucionário”, posto que as propostas mais consequentes de transformação socialista da sociedade tenham considerado o proletariado a classe capaz de promover a superação da ordem capitalista (NETTO; BRAZ, 2006, p. 219).

Teóricos, na tentativa de apreender as particularidades do capitalismo no seu estágio atual, no qual se observa a desmobilização política da classe trabalhadora, a expansão do setor de serviços e o uso exacerbado de tecnologia, de informação e da ciência na produção, ou mais precisamente, a importância da nova base científico-técnica no processo produtivo, em particular Gorz (1987), Offe (1989), Lazzarato e Negri (2001) dentre outros anunciam o fim da sociedade do trabalho.

Em seus estudos, esses teóricos, em que pesem as diferenças entre eles, todos comungam com a ideia de que o trabalho, nos termos de Gorz (1987), não é mais a categoria sociológica central, que possibilita pensar os conflitos sociais na atualidade. A luta de classes perdeu sua centralidade, em particular se for considerando-se que o preço da força de trabalho está sendo determinado por

---

<sup>55</sup> Para Marx (2008), o trabalho é o processo de que participam o homem e a natureza, em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Neste processo o homem põe em movimento as forças naturais de seu corpo - braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. É uma atividade exclusivamente humana, dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas. É condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. Nas suas análises faz uma distinção entre o trabalho enquanto intercâmbio orgânico eternamente necessário do homem com a natureza e o trabalho produtor de mais - valia. Ou seja, do trabalho concreto como categoria ontológica do ser social, como condição essencial da existência humana do trabalho estranhado como trabalho histórico das sociedades da propriedade privada e da divisão hierárquica do trabalho. Trabalho abstrato, alienado, subordinado ao capital e mensurado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Portanto, entre uma categoria universal e uma sua particularização histórica.

critérios meramente políticos. Ou seja, dão ênfase à crise da sociedade do trabalho, abordam a crise do trabalho assalariado (trabalho abstrato), o desaparecimento das classes sociais e as perspectivas de superação do capitalismo.

Gorz (1987, p. 94), ao ocultar a relação entre a esfera política e a econômica, anuncia o desaparecimento do operariado e, conseqüentemente, a impossibilidade da concretização do projeto socialista. Para ele o trabalho operário não mais comporta poder, tornando-se uma atividade passiva, pois apenas a máquina controla a produção. O trabalho deixa de ser a ocupação principal, para se tornar um tempo morto à margem da vida. A história perdeu o sentido e o reino da liberdade não resultará jamais dos processos materiais. “[...] a sociedade que se decompõe diante de nossos olhos não está grávida de nenhuma outra”.

Offe (1989), adotando uma perspectiva sociológica justifica a não centralidade do trabalho, obscurecendo a sua dimensão ontológica em decorrência do alto índice de desemprego observado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Nega a possibilidade de uma revolução proletária, a teoria do valor e desloca a discussão para o campo do indivíduo. A rigor, anuncia o fim da sociedade do trabalho, desconsidera a sua dimensão ontológica e a sua importância enquanto categoria de análise das relações sociais.

Corroborando com essa perspectiva, Lazzarato e Negri (2001), ao defenderem a centralidade do “trabalho imaterial” na sociedade da grande indústria, argumentam que a criação da riqueza real depende do estado geral da ciência, do progresso da tecnologia e da sua aplicação à produção. Assim, a quantidade e o tempo de trabalho empregado deixam de ser fonte de riqueza.

Lazzarato e Negri (2001), numa postura eminentemente subjetivista, idealista, sem fundamento material, ao introduzirem no debate uma nova categoria sociológica- filosófica: a do “trabalho imaterial” acaba desconsiderando a distinção entre trabalho e trabalho abstrato, atribuindo ao conhecimento, à informação o papel de gerador de riqueza na sociedade em rede. Ou seja, na sociedade onde, por um lado a autovalorização do capital tem levado ao fechamento de postos de trabalho, por outro lado há formas mais intensas da exploração do trabalho pelo capital.

Para esses teóricos o “trabalho imaterial” é aquele que produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. Portanto, diferente daquele que produz coisa útil, sendo um trabalho que gera imediatamente serviço útil. Não se reproduz na forma de exploração, mas na forma de reprodução

da subjetividade. É este tipo de trabalho que tende a tornar-se hegemônico, base fundamental da produção e a força de trabalho em intelectualidade de massa. De um lado, o capital reduz a força de trabalho a capital fixo, subordinando-o mais e mais no processo produtivo e, de outro, ele demonstra, através desta subordinação, que o ator principal do processo social de produção é o saber social geral. Enfim, o trabalho em forma imediata cessou de ser a grande fonte de riqueza e o tempo de trabalho deixou de ser a sua medida.

A tese acerca do “trabalho imaterial” defendida por Lazzarato e Negri, na concepção de Prado (2005), é equivocada e expressa uma significativa incompreensão teórica. Para o autor, Lazzarato e Negri elaboram um conceito de trabalho adequado ao entendimento das transformações recentes na história do capitalismo. Consideram o trabalho não apenas como trabalho concreto, mas também como trabalho abstrato, o qual abstrai o gasto de força humana. Portanto, negam o conteúdo do trabalho abstrato que é social.

A referida tese, para Lessa (2005) baseia-se na concepção da difusão do poder na sociedade, expressando um teor político compatível com a manutenção do controle da produção pela burguesia. Há uma identidade absoluta entre capital e sociedade. Todos os indivíduos e todas as suas atividades são produtivos. Tese esta que comporta uma função ideológica visto que confere uma aparência de ciência à ideia de que atualmente não mais existe proletariado nem burguesia, não tendo mais sentido considerar-se a luta de classes e o projeto revolucionário de transição para uma sociabilidade para além do capital na acepção marxiana.

Logo, esse tipo de análise é um dos artifícios ideológicos conservadores na avaliação do momento histórico que estamos vivenciando, visto que resgata o aspecto positivo da crise convertendo-a em transição para um novo momento de prosperidade. A ideia subjacente não é ocultar os sofrimentos e descaminhos do presente, mas apresentá-los como inevitáveis à transição para um novo período de crescimento econômico e redenção das nossas misérias cotidianas, de um ponto de vista aparentemente de esquerda (LESSA, 2005).

Como escreveu Teixeira (2008), os teóricos do fim da sociedade do trabalho são unânimes em defender que o trabalho, tanto na sua dimensão geral, trabalho concreto, quanto na sua dimensão particular, trabalho abstrato, não é mais a categoria central, para pensar o desenvolvimento das sociedades hoje. São unânimes, pois, em afirmar que não somente o trabalho abstrato perdeu sua

centralidade, bem como o trabalho em geral, isto é, como atividade independente de qualquer forma histórica de produção, não é a condição eterna da existência humana.

Na contramão do que afirmam esses teóricos, pesquisas e estudos vem demonstrando que nunca se trabalhou tanto como nos dias atuais, o que atesta que as análises que decretam o falecimento da força estruturadora e socializadora do trabalho abstrato são impróprias, equivocadas (TEIXEIRA, 2008). O que, de fato, está ocorrendo é a subordinação completa do “processo de trabalho” ao “processo de produção” e a consequente ofensiva contra o emprego (FREDERICO, 2008).

Netto (2010b), referindo-se a tendência prevaiente nas reflexões da intelectualidade acadêmica no atual estágio do capitalismo, com notoriedade comenta que a mesma que em boa parte considera Marx<sup>56</sup> o criador de um “paradigma em crise”, descobriu a “nova pobreza”, os “excluídos”. Em suma, a nova “questão social”. Descoberta que, na sua avaliação, a despeito da sua eventual credibilidade acadêmica, revela-se com uma anemia teórico-analítica que somente é comparável à anemia das intervenções sócio-políticas que propõe como alternativas.

Podemos citar, nesse caso, o pensador social-democrata Rosanvallon (1998), para quem o aumento do desemprego e das novas formas de pobreza, ao mesmo tempo em que são responsáveis pela destruição dos modelos de proteção social, a exemplo do Welfare States, são também pela configuração de uma “nova questão social”. Assim, defende a ideia de que para enfrentar a “nova pobreza” ou a “nova questão social” se faz necessário restituir o Estado Providência, aquele que assumiu e reconheceu direitos sociais como sendo de sua responsabilidade, germinando novas bases de solidariedade e definindo novos direitos sociais, responsáveis pela elaboração de um novo contrato social.

Portanto, ancorado na perspectiva de restauração da sociedade, de manutenção das relações capitalistas Rosanvallon (1998) busca a reinvenção do Estado. Apartando a “questão social” das suas determinações históricas, conforme observou Mota (2007), o citado autor deposita em um novo “contrato social”, ou seja, na esfera cultural e superestrutural, os mecanismos de seu enfrentamento, ressaltando a renda mínima de inserção como expressão do que nomeia de direito individual de inserção.

---

<sup>56</sup> Para conhecimento dos fundamentos teóricos da crítica do marxismo, consultar, dentre outros, Evangelista (1997).

Nessa mesma trilha argumentativa lamamoto (2007, p. 181) nos chama a atenção para o fato de que a afirmação da existência de uma “nova questão social” se fundamenta na negação da existência das classes sociais, na naturalização da desigualdade social, cujas manifestações são remetidas para a esfera da gestão social. “A sociedade é isentada de responsabilidades na produção da ‘questão social’, cujas raízes devem ser identificadas nas diferenças das biografias individuais”.

Nesse caso, a ideia de “nova questão social”, do ponto de vista teórico, não apresenta determinações que resista ao exame rigoroso fundamentado na crítica da economia política marxiana. Do ponto de vista sociopolítico, retroage ao nível das utopias conservadoras do século XIX, proponentes de novos “contratos sociais” que restabeleçam vínculos de solidariedade no marco de comunidades ilusórias, como destacou Netto (2010b).

Para o autor, inexistente qualquer “nova questão social”. O que, na verdade, se deveria pesquisar para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, é, portanto, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a superação da ordem do capital. Pois, o movimento peculiar da sociedade capitalista não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui como a cada novo estágio do seu desenvolvimento instaura expressões sociopolíticas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser. Logo, o verdadeiro problema teórico consiste em caracterizar a “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, considerando as particularidades histórico-culturais e nacionais e as profundas transformações societárias emergentes desde a década de 1970 que redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo. Transformações que desbordam amplamente os circuitos produtivos, envolvendo a totalidade social e configurando a sociedade tardo-burguesa que surge da restauração do capital.

Desse modo, a cientificidade<sup>57</sup> atual no âmbito social, tem assumido um caráter eminentemente manipulatório. Tem se manifestado incapaz de compreender

---

<sup>57</sup> O cientificismo se refere à crença infundada de que a ciência pode e deve conhecer tudo, que conhece tudo e é a explicação causal das leis da realidade tal como esta é em si mesma. Tal crença desemboca numa ideologia e numa mitologia da ciência. Ideologia que diz respeito à crença no progresso e na evolução dos conhecimentos que, um dia, explicarão plenamente a realidade e permitirão manipulá-la tecnicamente, sem limites para a ação humana. Mitologia que significa a crença na ciência como se fossem magia e poderio ilimitado sobre as pessoas e as coisas, concedendo-lhe o lugar que comumente se confere às religiões (CHAUÍ, 1999a).

a realidade como uma totalidade articulada em processo e de ir até a essência dos fenômenos sociais. Ou seja, tem priorizado os aspectos singulares das relações sociais, os elementos fenomênicos que constituem a sua superficialidade, não ultrapassando a imediaticidade do fenômeno, não desvelando a sua essência, sendo, pois funcional a positividade da ordem burguesa (TONET, 2009).

Na medida em que o conhecimento, a ciência não busca desvendar a realidade na sua essência, superando a sua fenomenalidade, a sua atividade se transforma em uma manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática. Sem a descoberta dos fundamentos reais da situação histórico-social, não há, portanto, análise científica possível, como já alertou Lukács (1988; 1976 apud FORTI; GUERRA, 2010).

É bem verdade que como classe dominante a burguesia historicamente vem tentando mistificar e justificar a realidade social do modo de produção capitalista. Com o domínio das bases materiais, econômicas e das ideologias e conhecimentos produzidos sobre essas bases, vem produzindo teorias e métodos que distorcem a realidade social, ocultando os seus fundamentos ontológicos.

Pois, no capitalismo os produtos da criatividade humana tendem a ser mercantilizados, desde a produção material, até a produção intelectual. Enfim, cria-se um mundo à sua imagem e semelhança, um *ethos* fundado na posse privada dos objetos. Ao mesmo tempo em que se universalizam às relações de produção, generalizam-se à alienação e o antagonismo que lhes são peculiares (IANNI, 1988).

Os indivíduos que constituem a classe dominante na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é bem verdade que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de ideias; que controlem a produção e a distribuição das ideias de seu tempo e que estas sejam por isso mesmo, as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 1999).

Não se pode omitir que a sociedade burguesa moderna, capitalista, se apresenta como uma complexa, surpreendente e assustadora fábrica, onde se processam coisas, gentes, ideias, sentimentos, atividade, ilusões, modos de ser e estilos de vida. Ao mesmo tempo em que se processam greves e revoltas, guerras e revoluções, como engrenagem do mesmo jogo de forças sociais, da mesma fábrica da sociedade, da mesma máquina do mundo (IANNI, 2004).

Como escreveu Martins (1982), o modo capitalista de produção é também modo capitalista de pensar e deste não se separa. Enquanto modo de produção de ideias marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias a produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e, portanto, da desumanização do homem.

Na disputa ideológica entre as diversas formas de conhecer e interpretar a realidade na sociedade capitalista, a hegemonia tem sido daquelas correntes que não superam as evidências, a forma, a empiria, o dado imediato. Enfim, que não levam em conta as mediações, a negatividade, equalizando fenômenos sociais e naturais e, sobretudo, operando com procedimentos abstrativos, ou seja, que lhes abstraem os seus conteúdos concretos e os abstraem das relações que os engendram. Este modo de conhecer não se respalda no modo de ser, de se constituir e de se movimentar do ser social, pelo contrário, se fundamenta em modelos, regras, fórmulas e técnicas predeterminadas (GUERRA, 1995).

Buscar apreender a totalidade pela qual o movimento histórico da realidade social se constitui e a lógica específica que a rege, por meio da captura da sua gênese, necessidade e desenvolvimentos, conclui Guerra (1995), requer a realização da crítica à racionalidade dominante, do padrão e dos critérios de cientificidade e de objetividade que informam o paradigma hegemônico nas Ciências Sociais. Necessita, também, nada conceder às correntes irracionistas que, por seu turno, respondem por uma fratura ontológica na relação totalizadora entre o sujeito e a realidade objetiva.

Marcada pelo exaurimento do projeto societário que se contrapôs historicamente ao capitalismo, essa conjuntura vem forjando novas formas de sociabilidade e tendências de interpretar o capitalismo como o último e único modo de vida em sociedade. Passam a figurar tanto perspectivas que defendem fervorosamente o capitalismo, quanto aquelas que reivindicam a sua suposta humanização (GUERRA, 2007).

Na esteira desse entendimento Braz (2012) comenta que no momento atual do desenvolvimento capitalista prevalecem as análises catastróficas acerca da crise contemporânea. Análises que, com sua forma a-história de apreender a realidade, indubitavelmente somente conduzirá a “saídas” também a-históricas que podem se expressar em promessas voluntaristas, ou em “soluções” fatalistas que podem dar

tanto nas promessas que promovem a ruptura com a ordem burguesa baseada em prognósticos fantásticos sobre o futuro, ou, de outro modo, podem resultar no mais absoluto niilismo, inofensivo e inepto. Análises que, não compreendendo a natureza da crise contemporânea, terminam por entendê-la como sendo mais uma crise do capital, passível de solução, regulação ou medidas anticíclicas, quando na verdade as consequências sociais do sistema do capital são inadmissíveis.

Tal equívoco, conforme o autor, se expressa com vigor nas correntes que advogam uma “terceira via tardia”, nas saídas neokeynesianas, que no Brasil tem sido denominada de neodesenvolvimentismo<sup>58</sup>, expressando-se como um arremedo do modelo desenvolvimentista, ou no sonho de uma nova edição do Welfare States.

Nesse sentido é que Escorsim Netto (2011, p. 17) destaca como uma das características deste momento histórico, a postura de apologia direta ou indireta da sociedade burguesa nas Ciências Sociais que adquiriu vigor renovado, mesmo sabendo que nelas o componente crítico sempre foi residual. “O próprio destes tempos conservadores é que esta residualidade tem sido levada ao extremo”.

Para a autora, o pensamento conservador contemporâneo volta-se para a construção de um corpo de conhecimento que, favorecendo a gestão da ordem burguesa, possibilita controlar e regular suas crises e, desse modo, superar a ameaça revolucionária.

Assim, podemos afirmar que estamos imersos num contexto histórico abertamente, mais do que nunca, desfavorável às perspectivas teóricas e políticas que reivindicam o princípio de entendimento metodológico da totalidade social e a ruptura com a ordem social burguesa. Tempo histórico que quer nos conduzir á capitulação, que nos convida ao desencanto, que deseja nos seduzir com o facilitismo e com o possibilitismo, que nos apresenta o “canto da sereia” da vida acadêmica, que nos oferece a prostituição do dinheiro e que busca nos fazer acreditar no fim das ideologias, das lutas de classes, do partido e da revolução. Tempos que abriu as portas para uma onda conservadora na qual navegam um conservadorismo de direita, o qual afirma o fim da história e um conservadorismo de esquerda que naufraga no “possibilitismo pragmático que namora o capital” (BRAZ, 2012, p. 479). Contexto que encerra, sobretudo, embates teóricos e políticos, favorecendo, pois, uma potencialização da denominada “batalha das ideias”.

---

<sup>58</sup> Para uma maior aproximação a discussão sobre o neodesenvolvimentismo consultar Revista Serviço Social e Sociedade (2012).

O desafio mais profundo da humanidade nesse momento adverte Antunes (2010), é a construção de outro modo de vida e de produção voltado para o atendimento das reais necessidades humano-sociais. Não cabe a ilusão quanto às possibilidades de reforma e humanização desse sistema, que tem uma lógica intrinsecamente destrutiva, traço que vem se acentuando, principalmente a partir da reestruturação produtiva do capital em escala global. É, pois, o grande desafio da esquerda atualmente recolocar a grande política na ordem do dia, único modo de fraturar a hegemonia da pequena política e do capitalismo em sua forma atual (COUTINHO, 2010b). É, enfim, avançar na compreensão teórica do momento histórico para acertar, necessariamente, na prática política (BRAZ, 2012).

Todos esses processos aqui sumariados se acirram nos países considerados de “Terceiro Mundo”. A generalização de seus fetichismos espraia-se em todas as esferas da vida social, impregnando a sociabilidade e impulsionando um desmonte nunca observado das conquistas civilizatórias dos trabalhadores. Cenário adequado à objetivação de ideias e práticas neoconservadoras e individualistas, mas que coexistem com formas de resistência e de oposição (BARROCO, 2011). Conjuntura adversa para os trabalhadores, sim, contudo, não eliminou as resistências e lutas travadas no dia -a- dia, a exemplo da luta dos trabalhadores sem teto nas cidades, o movimento das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural, as lutas dos trabalhadores sem terra pela reforma agrária, dentre outras, as quais ainda necessitam de maior organicidade para terem força no cenário político (IAMAMOTO, 2007).

No Brasil, por exemplo, país de industrialização tardia, o quadro atual de reorganização do capitalismo assume conotações particulares e mais graves, visto que ao desemprego decorrente da utilização de novas tecnologias soma-se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho escravo, dentre outros, que passam a adquirir uma “máscara de modernidade” (IAMAMOTO, 2008a, p. 33-34).

A “Modernidade à brasileira” contem as desvantagens do subdesenvolvimento, que não chegou a vivenciar o Welfare State, acrescidas da selvageria do capitalismo financeirizado. A crise de acumulação, vivenciada pelo sistema mundial de mercadorias, acena para um longo tempo de barbárie na periferia, cuja face mais visível é o desemprego e suas sequelas, ou seja, a marginalidade e a violência urbana. A competição desenfreada pelos postos de

trabalho gerou um achatamento generalizado dos salários. Trabalha-se muito mais e se ganha muito menos. Aposentados voltam ao mercado de trabalho e o trabalho infantil passa a ser o sustentáculo da subsistência das famílias pobres. A informática permite ampliar o trabalho para fora da unidade produtiva, numa clara demonstração de que as jornadas de trabalho estão sendo prolongadas. A subordinação de todos ao capital atesta a inevitável polarização das classes sociais. A palavra reforma, em tempos de “pirataria semântica”, é empregada para justificar o desmonte da rede social montada após a Revolução de 1930 (FREDERICO, 2008, p. 179). Como escreveu Rouanet (1993, p. 1.) “[...], estamos vivendo a revolta antimoderna que hoje grassa no mundo sem jamais termos vivido a modernidade”.

Para Yamamoto (2008a), acompanham as transformações no mundo do trabalho as profundas alterações na esfera do Estado, consubstanciadas na reforma do Estado, reclamadas pelas políticas de ajustes recomendadas pelo Consenso de Washington<sup>59</sup>. A crise fiscal do Estado impõe a redução de financiamentos dos serviços públicos, ao tempo em que se recomenda a diminuição dos gastos governamentais, como sugere a ideologia neoliberal. As políticas sociais cada vez mais se tornam focalizadas, mais privatizadas. Trata-se, portanto, na linguagem governamental e empresarial, de reduzir o “Custo Brasil”, em contrapartida tem-se a canalização do fundo público para interesses privados, o que é compatível com as particularidades da formação social brasileira, a qual, como já ressaltou Chauí (2007) é marcada por uma tradição autoritária e excludente, pelas relações de favor e de dependência.

Alves (2007), com a mesma linha de argumentação, adverte que o processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços do novo sócio-metabolismo do capital nas condições da mundialização financeira. Ela atinge tanto países capitalistas centrais, como países capitalistas periféricos, como o Brasil, onde o processo de precarização do trabalho assume dimensões complexas, articulando tanto dimensões histórico-genéticas originárias da nossa formação colonial, quanto dimensões histórico-sociais vinculadas à nova ordem da mundialização do capital.

---

<sup>59</sup> Em terras brasileiras, foram os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que aplicaram com mais precisão o receituário do “Consenso de Washington”. Uma análise de seus resultados acha-se em Lesbaupin (1999).

Aqui, onde a efetivação dos direitos sempre foi residual a programática compatível com a flexibilização e desregulamentação mascara-se com uma retórica de solidariedade e não de individualismo. De competência e não de rentabilidade. De justiça e não de redução de coberturas (NETTO, 1996c).

O neoliberalismo tem investido na destruição da utopia, da esperança que se construiu nos anos mais duros. Ataca o vigoroso movimento popular, que noutros tempos se ergueu e forçou o governo a rever políticas. Transforma esse movimento de esperança em movimento derrotista, abrindo caminho para uma ofensiva conservadora de que o Brasil não tem memória. Constata-se nessa conjuntura conservadora o enfraquecimento do Estado, da organização dos trabalhadores e a conversão de intelectuais progressistas ao ideário da ordem e a ideologia da estabilidade que se expande num cenário de crise infirmo toda e qualquer tentativa de mudança (OLIVEIRA apud SADER; GENTILI, 1998).

Esses processos, não somente afetam a economia e a política em termos mundiais, mas, sobretudo as formas de sociabilidade. Os critérios de racionalidade do mercado, considerado como eixo regulador, invadem as esferas da vida social, as quais passam a ser analisadas conforme uma lógica pragmática e produtivista que erige a competitividade, a rentabilidade, a eficácia e eficiência como critérios para referenciar as análises sobre a vida em sociedade. Forja-se, pois, uma mentalidade utilitária, que reforça o individualismo. Ao lado da naturalização da sociedade retomam-se os apelos morais à solidariedade, na contra face do aumento da degradação das condições de vida das maiorias. Cenário de claro teor conservador que afeta as formas culturais, a subjetividade, a sociabilidade, as identidades coletivas, erodindo projetos e utopias, estimulando um clima de incerteza e desesperança (IAMAMOTO, 2008a).

Desse modo, podemos dizer que a crise estrutural do capital e suas diversas manifestações no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, resultam em mudanças regressivas em todas as esferas da vida social. Acentua-se a desigualdade social, a destituição dos direitos, a criminalização da pobreza e, sobretudo, a violência, revelando o esgotamento daquelas possibilidades civilizatórias identificadas por Marx no capitalismo do século XIX.

Esgotamento esse que, como já ressaltou Netto (2010b), incide sobre a totalidade da vida social, manifestando-se na barbarização que se espraia nas formações econômico-sociais tardo-capitalistas. Em todos os níveis da vida social, a

ordem tardia do capital não tem mais condições de oferecer alternativas progressistas para os trabalhadores e para a humanidade, enfim. São muitos os fenômenos contemporâneos que revelam o exaurimento das possibilidades civilizatórias dessa ordem que apenas tem a dar, atualmente, soluções barbarizantes para a vida social, a exemplo da financeirização especulativa e parasitária e sua economia do desperdício e da obsolescência programada, passando pelas tentativas de centralização monopolista da biodiversidade e pelos crimes ambientais, atingindo a esfera da cultura com uma imensa manipulação das consciências pela mídia.

Contudo, adverte o autor, a humanidade não está irremissivelmente condenada a sucumbir à barbárie. Ela pode superar a barbárie, superando as formas de sociabilidade fundadas no modo de produção capitalista. O estoque de conhecimentos e a massa crítica acumulados não são meros instrumentos da dominação do capital, eles podem ser mobilizados para a sua ultrapassagem.

No capitalismo contemporâneo, constata-se que o neoliberalismo, enquanto uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social (ANDERSON, 1998), provocou o desemprego e a desigualdade social, atestando a sua vitória. Conseguiu obter uma hegemonia ideológica mundial, porém não foi capaz de alavancar a produção e aumentar as taxas de crescimento econômico. Os Estados nacionais foram levados a renunciar a qualquer pretensão à soberania.

Enfim, nesse cenário de crise do capitalismo, que na verdade tem sua matriz geradora nos problemas advindos do processo de acumulação do capital, são requeridas estratégias para a recuperação dos níveis de acumulação necessários para a sua manutenção e desenvolvimento, tornando-se imperativo a germinação de uma cultura que favoreça a manutenção da ordem capitalista. Vem sendo veiculado o ideário de que as mudanças operadas nas sociedades capitalistas são de tal monta que deram origem a novos fenômenos sociais, resultando numa suposta “crise da Modernidade” e das clássicas representações teóricas da realidade que foram elaboradas em seu âmbito.

Assim, estaríamos numa sociedade “pós-moderna”, marcada por uma nova modalidade de cultura e de racionalidade. Pós-modernidade que, enquanto um subproduto da ideologia neoliberal exerce a função social de justificação das transformações processadas na vida social pela ofensiva do capital (BARROCO, 2011). Que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e

objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação proclamados pela Modernidade. Apreende o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas, germinando um determinado grau de ceticismo acerca da objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiossincrasias e a coerência de identidades (EAGLETON, 1998). Nas palavras de Chauí (1995), que privilegia a heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras da cultura. Afirma o pluralismo contra o fetichismo da totalidade, ressaltando a fragmentação, a indeterminação, a descontinuidade e a alteridade e a recusa das metanarrativas, isto é, filosofias e ciências com pretensão de oferecer uma interpretação totalizante do real.

O ideário “pós-moderno”, conforme Sousa (2004, p. 17), desse modo, significaria uma crítica e uma ruptura com a Modernidade, com implicações que atingiriam desde a vida cotidiana, até a produção do conhecimento social. Está posto, com isso, no debate contemporâneo o fim da Modernidade e de suas articulações fundamentais, estando-se, pois, em “tempos de uma pós-modernidade”, o que discutiremos no próximo item.

### 3.2 O ideário pós-moderno e seus desdobramentos

Na farta bibliografia existente sobre a Modernidade é consensual que esta somente poderá ser entendida considerando o período histórico de transição do século XVIII ao século XIX. Ou seja, lapso temporal de vigência da ordem burguesa, na qual se gestou a sociedade moderna, constituída de rupturas e continuidades com períodos históricos anteriores.

Berman (1986, p. 15), ao explorar e mapear as aventuras, os horrores, as ambiguidades e ironias da vida moderna, chegou à conclusão de que a Modernidade é um tipo de experiência vital compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo. Experiência ambiental que anula fronteiras territoriais, religiosas etc., unificando a espécie humana. Contudo, esta unidade é paradoxal, é “uma unidade de desunidade”, visto que despeja a todos num turbilhão de desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Assim, “Ser moderno é

fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é solido desmancha no ar”.

Nas análises de Berman (1986), a aventura da Modernidade, a qual ainda não acabou, pode ser dividida em 03 (três) fases. A primeira fase compreende o período entre o início do século XVI até finais do século XVIII quando as pessoas estão apenas iniciando a experimentar a vida moderna, sem terem ideia do que as atingiu. Será Rousseau a voz arquetípica que, nesse momento, inaugura o termo modernista no sentido em que os séculos XIX e XX a usarão.

A segunda fase irrompe com a imensa onda revolucionária de 1790. Com a Revolução Francesa e suas reverberações, ganha vida, de forma abrupta e dramática, um enorme e moderno público. Público esse que partilha o sentimento de viver em uma era que desencadeia explosivas convulsões em todas as esferas da vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo em que guarda a lembrança do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que ainda não é totalmente moderno. Dessa sensação de viver em dois mundos simultaneamente, que surge e se desdobra a ideia de modernismo e modernização. Modernismo que significa a cultura mundial em desenvolvimento que atinge grandes triunfos na arte e no pensamento. Já a modernização seria os processos sociais que dão vida ao turbilhão da vida moderna, mantendo-o num permanente estado de vir-a-ser. Turbilhão este que vem sendo alimentado pelas descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que nele ocupamos; pela industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, gera novos ambientes humanos e elimina os antigos, acelera o ritmo da vida, cria novas formas de poder corporativo e de luta de classes; pela explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas expulsas de seu habitat ancestral, levando-as pelos caminhos do mundo em busca de novas vidas; pelo acelerado e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; pelos sistemas de comunicação de massa, que amarram, no mesmo pacote, os mais diversos indivíduos e sociedades; pelos Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que buscam a todo custo à expansão de seu poder; pelos movimentos sociais de massa e de nações, que lutam por algum controle sobre suas vidas, desafiando seus governantes políticos ou econômicos; Enfim, pelo mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante e em permanente expansão, dirigindo e manipulando pessoas e instituições.

Na terceira e derradeira fase, que compreende o século XX, o processo de modernização abarca virtualmente todo o mundo e a cultura do modernismo triunfa na arte e no pensamento. Por outro lado, à medida que se espalha, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos e a ideia de modernidade perde muito de sua nitidez, ressonância, profundidade e sua capacidade de organizar e dar sentido à vida das pessoas. Razão pela qual “[...] encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade” (BERMAN, 1986, p. 17).

Sabemos que, historicamente, a burguesia desempenhou um papel revolucionário, pois é próprio do seu domínio romper com todo o tipo de mistificação anterior, ou seja, o que em ordens pretéritas estava relacionado a características naturais e sobrenaturais, surge, então, como resultado da ação dos homens.

É um dado de realidade que

A burguesia, onde conquistou o poder, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem compunção todos os diversos laços feudais que prendiam o homem aos seus ‘superiores naturais’ e não deixou entre homem e homem outro vínculo que não o do frio interesse, o do insensível ‘pagamento em dinheiro’. Afogou a sagrada reverência da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia sentimental do burguês filisteu nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e, no lugar de um sem-número de liberdades legítimas e duramente conquistadas, colocou a liberdade única, sem escrúpulos, do comércio. Numa palavra, no lugar da exploração velada por ilusões políticas e religiosas, colocou a exploração seca, direta, despudorada, aberta (MARX; ENGEL, 1998, p. 7).

Com o desenvolvimento do mundo burguês germinou-se uma capacidade de se criar uma massa de bens e serviços em qualidade e quantidade possível de suprir todas as necessidades de reprodução da sociedade. Com o processo de modernização realizado pela burguesia na sua fase revolucionária, conforme Guerra (1995, p. 90), um novo conteúdo será introduzido na vida cotidiana dos indivíduos, ou seja, “[...] o princípio da atividade, que subjaz às possibilidades de transformação da sociedade”.

Ao ascender ao poder enquanto classe universal produziu um mundo à sua imagem e semelhança, tendo na atividade seu fundamento e meio de realização. “Foi ela quem primeiro provou o que a atividade dos homens pode realizar: Criou maravilhas maiores que as pirâmides egípcias, os aquedutos romanos e as catedrais góticas [...]” (MARX; ENGELS, 1998). Transformam-se as formas de exercício do poder, as relações sociais são alteradas e, dessa maneira, o conteúdo das representações da consciência. O paradigma da atividade, agora,

institui o protagonismo dos sujeitos no enfrentamento das conexões causais naturais e uma forma de ver o mundo que, se não se descarta da racionalidade objetiva imanente à realidade social, tampouco menospreza a posição teleológica dos sujeitos na transformação desta realidade, transformação esta que se realiza pela mediação da consciência (GUERRA, 1995, p. 91).

As revoluções ocorridas no processo de trabalho, a exemplo do desenvolvimento do sistema de manufaturas e em seguida o industrial, a divisão do trabalho nas oficinas, o desenvolvimento do mercado mundial, a criação das grandes cidades, as estradas de ferro etc., “[...] fundam o reconhecimento das condições e possibilidades da contradição” (GUERRA, 1995, p. 89). A transformação material e espiritual que se objetiva subvertendo a antiga ordem, colocou o velho e o novo modo de vida no centro da história. Percepção esta que vai aparecer com nitidez no modernismo, que busca traduzir esteticamente a transformação como aspiração na vida dos homens modernos. A arte traduz não simplesmente uma humanidade apta a estas transformações, mas, sobretudo, sujeitos históricos que buscam e conduzem as transformações adiante. Como já ressaltou Berman (1986) a Modernidade conduz os indivíduos a não se lamentar nostalgicamente acerca da segurança e rigidez das relações do passado, mas, pelo contrário, estimula a viver a mobilidade das condições de vida e das relações sociais com outros indivíduos.

Desse modo, a contradição da realidade e a perspectiva revolucionária passam a ser portador de uma forma nova de inteligir o mundo (GUERRA, 1995). Forma esta que se expressa na Modernidade como programa sócio-cultural da Ilustração, expressão hegemônica da burguesia em seu processo revolucionário, expresso nos valores de que era portadora nesse momento. Ou seja, a afirmação da universalidade, da individualidade e da autonomia, compondo o que Rouanet (1993, p. 9) denominou como “projeto moderno de civilização”.

Universalidade que visa todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. Individualidade que considera os seres humanos pessoas concretas e não apenas como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. Autonomia que credita aos seres humanos a capacidade de pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a atuarem no espaço público e a obterem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material.

O projeto civilizatório da Modernidade expresso no Iluminismo apresentava, portanto, a pretensão de germinar uma nova ordem social e política guiada pela razão universal. Razão esta que fundamentaria uma ciência capaz de assegurar o conhecimento das leis objetivas da natureza e da sociedade, conduzindo a humanidade ao esclarecimento, à autonomia, à liberdade, ao progresso.

Segundo Harvey (1992), o esforço intelectual dos pensadores iluministas se voltou para o desenvolvimento de uma ciência objetiva, que possibilitasse um conhecimento seguro e verdadeiro da natureza e do mundo humano, assegurado pelo princípio do método científico. Para a criação de uma moralidade fundada em escolhas racionais, para a construção de leis universais à luz de princípios racionais, que garantissem a legitimidade da nova ordem social e para a criação de uma arte autônoma, independente do contexto religioso e do caráter sagrado até então lhe conferido.

Assim, a Ilustração, enquanto matriz histórica do Iluminismo, um momento da história cultural do Ocidente, conforme Rouanet (1993, p. 132), deu um impulso extraordinário à modernização cultural, em decorrência da sua contribuição ao processo de desencantamento, de secularização do mundo. Sua batalha mais decisiva foi à crítica da religião, e todas as outras vieram no âmago dessa crítica. Para germinar um mundo humano, regido pela razão, era imprescindível limpar o terreno até então impregnado pelo fanatismo e pela superstição. “[...] derrubar os altares e instalar no mundo o reino da razão. Era um mundo sem mitos, sem bruxas e sem fantasmas: um mundo desencantado no sentido Weberiano”.

O racionalismo presente no movimento Ilustrado, o qual creditava a razão uma dimensão instrumental e uma dimensão emancipatória, visto que ao conhecimento racional caberia não somente potencializar a exploração da natureza pelo homem, mas, sobretudo, contribuir para organizar a sociedade, estabeleceu uma tensão que procurava superar qualquer limitação do conhecimento. Era

necessário conhecer a natureza tal qual ela se apresentava, sua estrutura, seus fenômenos físicos, químicos e biológicos. Interessava, pois, conhecer e criar um conjunto de instrumentos intelectuais e materiais que fossem capazes de potencializar a exploração da natureza pelo homem e organizar a sociedade, sem a interferência dos mitos, da religião e da superstição. Enfim, “[...] a Ilustração queria uma modernização que abrangesse a dimensão da eficácia, mas também a da autonomia” (ROUANET, 1993, p. 143).

A ciência, nesse movimento, era a mais significativa arma de luta antirreligiosa. Dai a relevância estratégica da física de Newton, alicerçada na observação e na experiência e cujos resultados, empiricamente verificáveis, podiam ser utilizados como contraprova para desqualificar as especulações da apologética cristã, fundadas na Revelação e justificadas por um método dedutivo.

A Ilustração, assim, contribuiu significativamente para o progresso e libertação da ciência. A campanha antirreligiosa favoreceu a libertação da atividade científica dos entraves impostos pela religião, inscrevendo-a em complexos institucionais apropriados, onde foi possível pesquisar, ensinar e debater as ideias novas. “[...] a Ilustração empurra a ciência para a modernidade, como ‘esfera de valor’ independente”, como um saber “[...] utilitário, sim, mas não para dominar os homens e sim para emancipá-los do reino da necessidade” (ROUANET, 1993, p. 135; 178).

No cerne do projeto civilizatório da Ilustração estava a autonomia intelectual. O objetivo maior era libertar a razão do preconceito, da opinião sem julgamento, isto é, tratava-se de sacudir todos os jugos que tolhiam a liberdade de pensar. Portanto, “O ideal da autonomia intelectual é o mais alto que nos legou a Ilustração” (ROUANET, 1993, p. 16).

Seguindo essa linha de argumentação concluímos que é com a Modernidade que se institui um novo modelo explicativo do real, fundado na primazia da razão. Na capacidade de o homem elaborar teorias científicas a partir de leis objetivas que expliquem o seu funcionamento. Logo, temos a partir daí uma nova ciência, uma razão moderna. Razão que indica ao homem seu horizonte e limites, comportando a capacidade de explicar os processos que constituem e são constituintes e constitutivos da estrutura social, iluminando suas condições e possibilidades de autonomia (GUERRA, 1995).

Período bastante explosivo em que se têm profundas transformações, marcado por novas formas de se conceber o mundo pautado no desenvolvimento da ciência, ou seja, num conhecimento cada vez mais desantropomorfizador, portanto, capaz de reproduzir idealmente e de maneira mais exata possível a realidade objetiva.

As antigas formas de interpretação do mundo, pautadas nas concepções religiosas, reiteramos, foram derruídas, valorizando-se, então, a importância da observação e da experimentação para o desenvolvimento científico, representando uma verdadeira revolução no conhecimento, com repercussões não apenas no campo epistemológico, mas também na economia, na política, na ética e na estética.

Conforme Andery et al (2006), o Deus todo poderoso foi substituído pelo homem todo poderoso. A crença no poder do homem passou a ser intensa em função da crença no poder razão, seja como instrumento de produção de conhecimento, seja como guia das ações humanas. Inter-relacionada a essa crença na razão está à ideia de progresso, visto que a razão passa a ser concebida como agente do progresso humano. Progresso este que ocorre na medida em que existe a aplicação crescente da razão no controle do ambiente físico e cultural.

Pela via da razão, situada como oposição à ignorância do homem sobre sua história, diz Guerra (1995), foi possível uma nova maneira de conceber o mundo, o qual passou a ser entendido como sendo regido por leis que lhe são imanentes. Legalidade esta que não depende somente do conhecimento, nem da pura ação dos homens. É possível a estes, sim, através do pensamento científico, reproduzir idealmente tais leis e delas se apropriar em seu benefício.

Construída na interseção de várias tradições culturais essa razão e com ela seus atributos vem recebendo distintos tratamentos na trajetória histórica da humanidade, pelas diferentes correntes do pensamento filosófico. Por um lado temos a tradição racionalista iniciada com Descarte, cuja noção é de que a razão produz conhecimento e, por outro lado o empirismo de Francis Bacon, no qual o conhecimento é resultado da experiência. Assim, temos as matrizes que caracterizam a era moderna. Porém os dois suportes do pensamento filosófico da Modernidade se encontram na filosofia clássica alemã, com o sistema ético filosófico kantiano e a filosofia especulativa de Hegel (GUERRA, 1995).

Kant buscou superar as concepções dogmáticas de seus antecessores, discutindo a vinculação entre razão e experiência e as possibilidades de cada uma no processo do conhecimento. Deslocou o eixo central da discussão filosófica, enquanto ciência que estuda o ser, para a epistemologia, em que o momento predominante é produzido pelo pensamento e não pela realidade, por entendê-la como a ciência que porta os princípios do conhecimento. No seu trabalho de fundamentação do padrão científico-filosófico moderno destacou o fato de que é o objeto que desencadeia a ação do pensamento, porém o sujeito não é capaz de conhecer a “coisa em-si”, apenas captar a sua aparência, sua expressão fenomênica (GUERRA, 1995).

Desse modo lançou as bases fundamentais da razão fenomênica, que parte dos dados empíricos e acaba também nos dados empíricos, embora agora organizados e sistematizados. A tarefa de transformar esses dados em uma totalidade organizada cabe, portanto, ao sujeito do conhecimento. Posta entre parêntese a categoria ontológica da essência, dilui-se, junto com ela, a categoria fundamental que é a da totalidade, a qual passa a existir simplesmente como um construto mental e não como uma determinação da própria realidade (TONET, 2006).

Portanto, segundo Guerra (1995, p. 49),

O que se coloca de maneira reiterativa nas formulações kantianas é o atributo prático-moral da razão; prático, no sentido de que a razão tem que se plasmar em atos, e, moral, porque estas ações devem ser amparadas por critérios volitivos. Os homens possuem uma natureza moral e, portanto, racional. A razão em Kant é moral e a moral é racional.

Na verdade, conforme a autora, essas formulações buscam explicar um tipo de conhecimento que provem não de juízos puros, mas resultantes da experiência e, dessa forma, obtidos pela via do entendimento. Busca, com isto, encontrar os fundamentos das possibilidades da experiência. Essa forma de pensar, embasada na capacidade da consciência individual e autônoma para o conhecimento do mundo, prosseguiu durante o século XVIII e em todo o período do chamado Iluminismo, movimento que atribuía à razão, sobretudo, capacidade emancipatória, ou seja, através do conhecimento racional da natureza e de seu controle os homens iriam alcançar o progresso social e emancipar-se. Contudo, foi no início do século

XIX que se terá o questionamento mais contundente a esse modo de pensar subjetivista, o qual foi realizado por Hegel, que buscou reestabelecer a cisão entre ser e pensamento, razão e realidade Na sua polêmica com o sistema kantiano, Hegel buscou estabelecer a distinção entre razão de ser e razão de pensar, ou seja, objetividade e subjetividade no processo do conhecimento e reafirmou a razão como base absoluta da existência humana (GUERRA, 1995).

A “razão fenomênica” ou a crítica presente em Kant é substituída, em Hegel, pela razão dialética<sup>60</sup> capaz de captar a processualidade dos fenômenos sociais para além de sua mera aparência (SIMIONATTO, 1999). Hegel recuperou o protagonismo da realidade no processo do conhecimento, bem como atribuiu a razão, compreendida na sua vinculação com os fatos reais, uma função totalizadora, importante no estabelecimento da continuidade na mudança. A razão dialética, nessa perspectiva é considerada como o mais alto nível das possibilidades do conhecimento, ou seja, como a síntese de diversos níveis do conhecimento (GUERRA, 1995).

Em Hegel, sabemos, no processo do conhecimento há uma relação intrínseca entre sujeito e objeto, o que impede ao sujeito hegeliano (pensamento) ultrapassar a simples constatação da história. O conhecimento aparece como conteúdo e resultado de tal união. Em seguida há uma fratura entre o sujeito e o objeto e a consciência reflete a dimensão da diferença, por separar-se do seu conteúdo. A dúvida extrapola os limites do saber imediato e a relação entre sujeito e objeto passa a ser mediada pela experiência. A consciência aliena-se de si mesmo e a experiência constitui-se no conteúdo do conhecimento. O sujeito é o movimento da sua autodeterminação. Conhecê-lo é apreender as suas determinações. Assim, em decorrência do logicismo do referido sistema, a crítica filosófica termina por encerrar-se em si mesma. O conceito é o seu conteúdo, incorpora o objeto, sendo imanente a ele. Hegel situa a razão de existir da ciência no automovimento do conceito, não sendo importante o resultado, mas o processo, visto que é ele que aponta o caminho e o meio do conhecimento (GUERRA, 1995).

É no sistema hegeliano, sim, que a razão moderna encontra a sua codificação mais conclusa. É nele que estão alguns dos dilemas cruciais que sinalizam a tensionalidade de tal codificação. Hegel diferenciou as formas pelas quais a

---

<sup>60</sup> Um lapidar desenvolvimento teórico elaborado sobre a dialética encontra-se em: Marx (2008), Coutinho (1996), Konder (1992), Moura (1977), Prado Junior (1980) e Lukács (2003).

consciência conhece o mundo. Ou seja, a intuição, da qual deriva um saber imediato, a intelecção ou entendimento, pertinente à razão analítica ou abstrata, e a razão dialética. O conhecimento parte da percepção imediata sobre o mundo, balizada pela intuição. O sujeito empreende o entendimento do mundo no nível da razão analítica, ao qual é possível operar, diferenciar, classificar, decompor o todo em suas partes para posteriormente recompô-las de forma lógica. O entendimento é colocado como um modo operativo da razão, que não critica os conteúdos dos materiais sobre que incide, conferindo relevância às suas dimensões formais. À razão analítica escapa o fluxo, a processualidade contraditória de seus objetos. “[...] as operações de síntese que realiza lavram sobre as mesmas bases positivas dos seus procedimentos de análise, redundando na mera recomposição sistêmica dos conjuntos objetos da desconstrução por meio da intelecção [...]” (NETTO, 1994, p. 29).

Desse modo, conforme Netto (1994), o tratamento conferido por Hegel aos procedimentos intelectivos, resulta numa modalidade operativo-racional essencialmente limitada, visto que não envolvendo o aspecto negativo e, portanto, crítico da razão, específico da sua dimensão dialética, esgota e reduz a racionalidade aos comportamentos manipuladores dos sujeitos frente ao mundo objetivo.

Não obstante, no dizer de Coutinho (2010a), é a partir de Hegel que se tem uma nova maneira de se apreender o real, posto que sua capacidade de sintetizar e elevar a um nível superior todos os momentos progressistas do pensamento burguês revolucionário, que se ergue na síntese orgânica das suas categorias nucleares, ou seja, no humanismo, no historicismo concreto e na razão dialética. Forma de apreensão da realidade que contribuirá para a formação teórica de pensadores como Marx, Engels e toda a tradição marxista (SIMIONATTO, 1999).

Para Coutinho (2010a) o humanismo remete à teoria de que o homem é produto de sua própria e coletiva atividade, ou seja, autocriou-se. O historicismo afirma o caráter ontologicamente histórico da realidade, que da base e suporta a viabilidade do desenvolvimento e do aperfeiçoamento do gênero humano. Por fim, a razão dialética refere, concomitantemente, certa racionalidade objetiva imanente ao processo da realidade e um sistema categorial capaz de reconstruir ideal e subjetivamente esta processualidade advinda da intuição e do intelecto analítico.

É com Hegel, pois, que se tem pela primeira vez na história da filosofia uma grandiosa síntese, embora idealista (atividade da consciência, do espírito), da dialética racional e da economia, o que lhe possibilitou formular a teoria humanista de que o homem é produto da sua atividade histórica e coletiva, assim como a tese racionalista de que essa autoprodução é um processo submetido a leis objetivas e dialéticas.

Apesar dos limites e contradições do sistema hegeliano, não se pode omitir, conforme salienta Lukács (1978), que Hegel é o primeiro pensador a por no centro da lógica a questão das relações entre singularidade, particularidade e universalidade como momento determinante de todas as formas lógicas, do juízo, do conceito e do silogismo. Naturalmente que em seu tratamento, revelam-se as distorções impulsionadas pelo idealismo objetivo, pela contradição entre sistema e método<sup>61</sup> e pela identidade sujeito-objeto, que o conduz a considerar que o pensamento movimenta-se num mundo que ele mesmo germinou, concebendo a história como momento de objetivação do Espírito Absoluto. Em Hegel a dialética de universal e particular na história se apresenta num nível muito mais elevado do que em qualquer predecessor. Os seus pensamentos fundamentais não são absolutamente puros esquemas formalistas, mas sim sérias tentativas de captar os momentos reais do desenvolvimento histórico.

Portanto, Hegel resgatou a dimensão da historicidade, da temporalidade, reconhecendo que o real não está elaborado de forma definitiva, existindo como um monobloco acabado e criado por um Deus todo poderoso. Para ele o real é um processo permanente de um vir a ser, a realidade, dialeticamente em movimento, está em continuo devir. A partir de Hegel já não é mais possível explicar os fenômenos sem, necessariamente, considerar o seu processo de transformação. Assim, foi o derradeiro grande pensador, ligado ao ponto de vista da burguesia, a colocar de maneira clara o princípio da totalidade no centro de suas reflexões (COUTINHO, 1996).

A constituição da razão moderna, é certo, como já ressaltou Netto (1994), é um processo que surge no Renascimento e culmina no Iluminismo, desenvolvendo a sua unidade na perspectiva antropocêntrica que a germina. Ou seja, numa

---

<sup>61</sup> Se por um lado o sistema hegeliano porta uma perspectiva restauradora da ordem, por outro, o seu método revoluciona as maneiras de a filosofia apreender as contradições da realidade no processo do conhecimento (GUERRA, 1995).

concepção de homem capaz de se autocriar, visto que é portador de racionalidade e teleologia e que a partir das condições concretas é capaz de fazer história, a sua história. História dotada de racionalidade objetiva, que a torna passível de ser apreendida pelos sujeitos, por meio das categorias da dialética que possibilita transcender a aparência fenomênica e captar a lógica que move os fenômenos.

Para o autor, o humanismo, o historicismo e a razão dialética ao mesmo tempo em que balizam certa concepção de razão, a razão moderna, garantem-lhe uma estrutura inclusiva parametrada pela objetividade e processualidade que ela verifica e reconstrói na realidade. Estrutura inclusiva posto que o ser e o pensamento encontram-se organicamente vinculados. A razão é o meio através do qual se funda a unidade entre sujeito e objeto, sujeito que conhece e o objeto que é conhecido, o que supõe uma unidade não identitária entre sujeito e objeto, visto que entre a consciência e o mundo objetivo não existe fratura ontológica, pois a realidade é sempre mais rica de determinações do que a capacidade do sujeito de apreendê-las. O sujeito, em decorrência das possibilidades da razão, porta a capacidade de reconstruir pela via do pensamento o movimento da realidade por aproximações.

Razão que é objetiva visto que considera que a racionalidade é um princípio inerente à realidade. A ela é tributada a possibilidade de conceder o arsenal necessário ao conhecimento da realidade objetiva, pois concebe que os processos sociais podem ser racionalmente apreendidos pelos sujeitos.

Enfim, a constituição da razão moderna é um processo imbricado na socialização da sociedade burguesa. É esta sociedade que vai reclamar saberes necessários a um crescente controle da natureza, pois instaura o patamar histórico social no qual é possível apreender a especificidade do ser social. É no capitalismo que a produção e a reprodução da vida social podem aparecer aos homens como resultados das suas relações com a natureza e consigo mesmos, sendo possível a emergência de teorias especificamente sociais (NETTO, 1994).

Nesse sentido podemos afirmar que a emergência da sociedade burguesa representou, não apenas no plano econômico-social, mas também no cultural, uma extraordinária revolução na história da humanidade. O caráter objetivamente progressista do capitalismo permitiu aos pensadores que se colocavam do ângulo do novo a compreensão do real como síntese de possibilidade e de realidade, como totalidade concreta em constante evolução. Ou seja, esses pensadores não

reduziam a razão à classificação do existente, afirmavam, pois, o seu ilimitado poder de apreensão do mundo em permanente movimento (COUTINHO, 2010a).

No entanto, quando a burguesia se converteu em classe dominante, conforme já sinalizado no capítulo anterior, deixando de representar os interesses do conjunto da sociedade passou a negar os traços progressistas constitutivos da vida moderna e a difundir uma ideologia reveladora de uma interpretação da realidade que inviabiliza a perspectiva de totalidade. Tornou-se, conforme Escorsim Netto (2010), classe conservadora, interessada na manutenção e na justificação do existente, renunciando a sua herança cultural.

A rigor, a cultura moderna, ilustrada deixou de ser funcional a burguesia, agora classe dominante, devendo, pois, ser redimensionada para servir aos seus interesses. Trata-se, assim, de uma refuncionalização com o objetivo de neutralizar os conteúdos subversivos dessa cultura, especialmente aqueles vinculados à sua dimensão emancipadora. Ou seja, a burguesia rompeu com a tradição progressista, com o pensamento de Hegel, enfim. Pressionada pelo movimento operário e socialista, necessitou abrir mão dessa cultura e da preocupação em conhecer efetiva e verazmente a sociedade, substituindo-as por construções ideológicas racionalizadoras e legitimadoras de seu domínio (COUTINHO, 2010a), iniciando-se assim a denominada decadência ideológica (LUKÁCS, 1968 apud NETTO, 2010a). Período esse marcado por uma negação da realidade com o intuito de manter a ordem instaurada pela burguesia, rompendo com as categorias fundamentais da razão moderna.

Para Marx (2008, p. 23-24),

A burguesia conquistou poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classe adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente, o que contrariava ou não a ordenação policial. Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, à investigação científica imparcial cedeu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética.

Logo, lhe coube, segundo Coutinho (2010a), negar ou limitar o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens. Estreitar a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade. Encará-la com um ceticismo cada vez maior, ou renegá-la como instrumento do conhecimento ou reduzida a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade.

Agora, expressando nitidamente a tendência ideologizante da decadência, em lugar do humanismo surge ou um individualismo que refuta a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma “coisa”, ambas as posições levando a uma ocultação da capacidade criadora da práxis humana. O historicismo é substituído por uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real em algo irracional. Em lugar da razão dialética que afirma a cognoscibilidade, a possibilidade de conhecer, a essência contraditória do real, tem-se o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um agnosticismo<sup>62</sup> decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas.

Tem-se, pois, “a miséria da razão”, o processo de constituição da “razão miserável”, de que o estruturalismo<sup>63</sup> francês dos anos 1960 será emblemático (COUTINHO, 2010a), um deliberado empobrecimento da razão dialética em direção à razão instrumental, manipulatória que, no âmbito ídeo-cultural, assegura as ações instrumentais (GUERRA, 1997). Razão que “[...] nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é **dominar e controlar** a Natureza e os seres humanos” (CHAUÍ, 1999a, p. 283, grifos do autor). Enfim, a destruição da razão na direção do irracionalismo, sendo reduzida a um conjunto de regras formais subjetivas, desligadas do conteúdo objetivo daquilo que se aplicam. Tal fato transforma em algo irracional todos os momentos significativos da vida humana.

Enquanto o racionalismo da época clássica vislumbrava conquistar terrenos cada vez mais largos para e por meio da razão humana, o “miserável racionalismo da decadência” volta-se preponderantemente para o estabelecimento de limites para o conhecimento. Ou seja, enquanto a filosofia clássica era eminentemente

---

<sup>62</sup> O agnosticismo se constitui numa tendência filosófica que duvida de todo conhecimento que supere a experiência sensível, razão pela qual porta um total desinteresse pelas causas última dos fenômenos (GUERRA, 1995).

<sup>63</sup> Para Coutinho (2010a) o estruturalismo surge no Brasil em finais da década de 1960, mais acertadamente em 1968, manifestando o irracionalismo e o racionalismo formalista, que leva a uma burocratização da vida social. Por distorcer a concepção de razão termina por reforçar a lógica do capital.

ontológica, preocupada com o conteúdo objetivo do mundo, “o agnosticismo decadente pretende-se simples epistemologia, simples análise formal dos ‘limites do conhecimento’”. A razão, portanto, deixa de ser a imagem e semelhança da legalidade objetiva da totalidade real, passando a confundir-se com as regras formais que manipulam dados arbitrariamente retirados da totalidade objetiva (COUTINHO, 2010a, p. 51).

Não obstante, é imperativo considerar que embora a filosofia da época clássica se constituísse enquanto uma forma de conhecimento aberta para a construção de um saber verdadeiro, desantropomorfizador, científico, não estava completamente isenta de deformações ideológicas. A burguesia mesmo enquanto classe progressista, funda objetivamente uma ordem de exploração e é limitada pelas formas de divisão do trabalho que essa ordem introduz na vida social. Razão pela qual ao mesmo tempo em que constrói um conhecimento objetivo de aspectos essenciais da realidade tende a deformar ideologicamente diversas categorias desse processo. Exemplo disso é o idealismo objetivo de Hegel com sua teoria do “fim da história” e a mística afirmação de uma absoluta identidade entre sujeito e objeto, numa clara demonstração de que são posturas ideológicas a serviço da justificação da positividade capitalista. Mesmo no período de ascensão da burguesia permanecem momentos ideológicos no interior de uma posição eminentemente voltada para a representação científica do mundo. Ao contrário, na filosofia da decadência se observa “[...] um abandono mais ou menos integral do terreno científico” (COUTINHO, 2010a, p. 29).

Desse modo, a “miséria da razão” é a expressão teórica deformada e deformante do mundo burocratizado do capitalismo, no qual o conceito de racionalidade que lhe é peculiar vincula-se à burocratização da práxis (COUTINHO, 2010a). Burocratização essa que ocorre, Segundo Vázquez (1968), quando o formal se converte em seu próprio conteúdo, ou mais exatamente, quando o conteúdo é sacrificado em detrimento da forma, o real ao ideal e o particular concreto ao universal abstrato. Quando, como escreveu Netto (1994), certos procedimentos práticos são coagulados, formalizados e repetidos mecanicamente, empobrecendo a ação humana que se desvincula de sua relação tanto com a realidade, quanto com sua finalidade, imperando uma racionalidade formalista, parcial, como observou Weber (1982), que desempenha importante papel na práxis técnica, na dominação da natureza. Através, inicialmente, das leis do mercado e em seguida da

manipulação das consciências, o capitalismo tende a utilizar essa racionalidade também à vida social. Tendência espontânea, concomitantemente à fetichização de todas as relações humanas no âmago da sociedade burguesa (NETTO, 1994).

A reflexão de cunho filosófico instaurada até a passagem para o século XVIII tinha como preocupação fundamental a apreensão da essência das coisas. Os pensadores deste momento, para além do conhecimento da forma, da aparência fenomênica, debruçavam-se não somente sobre como funcionavam as coisas, mas principalmente buscavam apreender o porquê dessas coisas. Com o século XVIII, as preocupações desses pensadores se voltam para a intervenção sobre os fenômenos. Torna-se mais urgente a compreensão de como atuar sobre tais, e com isso, como controlá-los, havendo, pois, “um afastamento da reflexão ontológica” (GUERRA, 1995, p. 55).

A resposta burguesa aos eventos revolucionários de 1848, expressando claramente o esgotamento de seu papel historicamente progressista e seu trânsito no campo do conservadorismo, evidencia que, enquanto classe, ela já não pode mais enfrentar teoricamente os problemas da vida social. Agora, necessariamente, o pensamento funcional aos seus interesses deve resvalar para a apologia direta ou indireta da ordem estabelecida, expressando-se nos marcos do racionalismo ou do irracionalismo. Esta direção teórico-filosófica revela, necessariamente, a decadência ideológica, consistente na ruptura com a herança cultural do período anterior, na negação do caráter contraditório e transitório da sociedade regida pelo capital e no evasão em face das questões importantes da vida social, em particular, a exploração do trabalho pelo capital. Do ponto de vista da filosofia, esta decadência ideológica se manifesta pela assunção do ecletismo, do relativismo e pela dissolução das elaborações sistemáticas. Na estética se evidencia na substituição do realismo pelo naturalismo como método de figuração artística. Contudo, é imperioso lembrar que as determinações de tal decadência dizem respeito à burguesia como classe, o que significa que indivíduos desta classe podem com ela romper e lutar contra as limitações que ela lhes impõe (NETTO, 2010b).

Em nível histórico universal a experiência de 1848 revelou os limites reais do projeto sociopolítico levado adiante pela burguesia. Os ideais da revolução burguesa foram redimensionados. A liberdade, agora deve se limitar à liberdade de concorrer livremente no mercado, a igualdade esgota-se na formalidade jurídica, a fraternidade se resolve na retórica do moralismo e o projeto de emancipação humana não

ultrapassa o terreno da emancipação política. No plano prático político foi possível à emergência de um projeto sociopolítico autônomo, específico do proletariado. Ou seja, proporcionou a autopercepção classista do proletariado. Nesse contexto, o proletário se investe, em nível histórico universal, como o legítimo herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador (NETTO, 2004).

Depois de Hegel, quando se consolida o capitalismo, para os pensadores que se colocavam no horizonte da burguesia a adoção do ponto de vista da totalidade tornou-se problemático. Nesse período, uma nova classe, o proletariado se consolida cujos interesses particulares identificam-se com os interesses universais. Na sua atuação política, essa classe não defende somente os seus interesses particulares enquanto classe, mas tem como missão histórica a construção de uma sociedade sem classes, uma sociedade igualitária, capaz de produzir a verdadeira emancipação humana. Razão pela qual o ponto de vista do proletariado era nesse momento o mais favorável à apreensão da sociedade como totalidade. Melhor dizendo, o ponto de vista das classes trabalhadoras historicamente tornou-se o mais favorável à apreensão da sociedade como totalidade (MARX, 1987 apud COUTINHO, 1996; LOWY, 1994).

Instaura-se, então, um impasse que evidencia a crise cultural que tem por marco 1848. A solução histórica deu-se, portanto, em duas direções. De uma parte, com a teoria social de Marx, os componentes emancipatórios são criticamente reelaborados numa perspectiva de classe proletária; de outra, com o pensamento da ordem dividido entre um anticapitalismo romântico e um positivismo prisioneiro de um racionalismo formal, em cujo berço nascem as ciências sociais (NETTO, 2004).

Para Coutinho (2010a; 1996), é precisamente no momento em que ocorre o ocaso, o eclipse da visão totalizante do social no horizonte do pensamento burguês que nascem as denominadas ciências sociais particulares, cada uma constituindo uma especialidade dotada de um pretense objeto próprio.

Desse modo,

[...] o nascimento das 'ciências sociais' é um dos momentos constitutivos da atual ideologia burguesa precisamente na medida em que essa especialização, ao dificultar ou mesmo bloquear a reflexão sobre a sociedade em seu conjunto, dificulta também, em consequência, a captação das contradições antagônicas e das tendências evolutivas gerais da vida social, que apontam para a

construção de uma outra ordem social. Independentemente das posições concretas que seus representantes possam assumir, as ciências sociais particulares tendem ao positivismo, ao imediatismo, à aceitação da realidade social como um agregado de 'dados' insuperáveis (COUTINHO, 1996, p. 96).

Nesse sentido, enfim, os eventos de 1848, como disse Netto (2010b) fecha o ciclo progressista da ação de classe da burguesia, impedindo, desde então, aos intelectuais a ela vinculados, o entendimento dos nexos entre economia e sociedade e, conseqüentemente da relação entre desenvolvimento capitalista e pauperização. A "questão social" perde gradativamente sua estrutura histórica determinada, sendo crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional. Para os ideólogos conservadores laicos, as manifestações da "questão social" passam a ser vistas como o desdobramento de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada, capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista, a exemplo do pensamento durkhemiano e sua "escola" sociológica. No caso do pensamento conservador confessional, reconhece-se a gravitação da "questão social" e se apela para medidas sociopolíticas para reduzir os seus gravames, insistindo-se em que apenas o seu agravamento contraria a "vontade divina", como se pode observar na lição de Leão XIII, de 1891. Ou seja, o trato das manifestações da "questão social" será desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida, tratando-se de combater as suas manifestações sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Logo, tem-se, evidentemente, um reformismo para conservar.

Além disso, a explosão de 1848 feriu substantivamente as bases da cultura política que calçava até então o movimento dos trabalhadores, trazendo à luz o caráter antagônico dos interesses das classes sociais fundamentais e, conseqüentemente, fazendo emergir o proletariado como uma classe em si e para si, capaz de solucionar em sentido progressista as novas contradições germinadas pelo capitalismo triunfante (COUTINHO, 2010a).

Portanto, o mundo moderno, assentado sobre a contradição entre capital e trabalho e em meio a uma crise teórico-social, conforme as análises de Simionatto (1999) dará origem a duas grandes matrizes teóricas da razão moderna: o positivismo de Comte e a teoria social de Marx.

O Sistema comteano será, pois, o ideário necessário para a perpetuação da burguesia no poder, na medida em que naturaliza a ordem estabelecida, afastando qualquer possibilidade de mudança. Dessa matriz derivam as vertentes denominadas de funcionalismo, estruturalismo e estrutural-funcionalismo, fundadas na abordagem instrumental e manipuladora da realidade. Forma de conhecimento do real que fundamenta a denominada “racionalidade formal-abstrata” ou “razão instrumental”, que refuta a dimensão dialética, histórica e humana da práxis social, conforme já descrita no capítulo anterior.

A Teoria Social de Marx, por outro lado, tem como objeto a sociedade burguesa, com vistas a sua superação, portanto, uma perspectiva revolucionária. A “razão instrumental” ou “fenomênica”, presente nas formulações anteriores é substituída pela “razão dialética” ou “razão ontológica”, a qual tem como traço fundamental o ponto de vista da totalidade. “[...] forma de racionalidade que tem como ponto de partida uma teoria do ser social, tendo na realidade objetiva o polo resolutivo das questões relativas ao conhecimento” (TONET, 2006, p. 15-16).

A crítica contida nesta perspectiva, por ser uma crítica revolucionária, por ser expressão teórica da luta de classes do proletariado, é uma crítica imanente da totalidade das relações capitalistas de produção (TEIXEIRA, 2008).

Marx, vivendo num contexto socioeconômico bastante explosivo, num clima teórico marcado, fundamentalmente, como nos lembra Tonet (1998), pela centralidade epistemológica do sujeito, na qual a verdade não é concebida como a representação intelectual do objeto, mas como resultado do trabalho intersubjetivo, luminosamente resgata do pensamento hegeliano a dimensão da historicidade, da temporalidade, remetendo a dialética para a dimensão da história, ou seja, encarnando-a na realidade histórica e consciência dos homens. Desse modo, assegurando a primazia dos conteúdos materiais sobre a consciência, realiza a inversão da dialética, tomando como ponto de partida para a crítica da sociedade burguesa os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, ponto de partida este imprescindível para o entendimento da história da humanidade.

Instaura, portanto, um novo patamar científico-filosófico, que rompe radicalmente com o pensamento tradicional. Ruptura esta que está justamente na descoberta da radical historicidade e socialidade do ser social, conferindo ao seu pensamento um caráter eminentemente ontológico. Ou seja, “[...] um pensamento

para o qual a determinação do que é o ser social é o problema central e fundante”. Instaure, enfim, um caráter radicalmente crítico. Uma criticidade fundada na realidade objetiva e não no sujeito (TONET, 1998, p. 7).

Para Prado Junior (1980, p. 513), Marx, aproveitando-se das comportas abertas pelo pensamento hegeliano e do terreno desembaraçado que se estendia à sua frente, “[...] empurra o pensamento filosófico para fora do seu isolamento idealista e introspectivo, passando o mundo das ideias a ter o sentido de mundo material, transposto e traduzido no espírito humano”.

É um dado histórico o fato de o marxismo ter nascido e se afirmado na sequência imediata da constituição do pensamento conservador. É no período clássico do conservadorismo que o marxismo surge, ganha os setores mais combativos do proletariado europeu e experimenta a sua fase áurea. Paralelismo histórico este que vem marcado por uma crítica mútua e bastante áspera. A mudança de função do conservadorismo, conforme já apresentado no capítulo anterior, acarretará as suas primeiras cruzadas contra o marxismo, o qual, no embate político, não poupará as correntes conservadoras das mais fortes denúncias. E no plano teórico, na obra dos seus fundadores – Marx e Engels – já comporta elementos de crítica às bases do pensamento conservador, o qual recusa de princípio a Modernidade e os fundamentos democratizantes (ESCORSIM NETTO, 2011).

Assim, a guisa de uma síntese, podemos considerar, levando em conta as análises de Coutinho (2010a), que até 1848, quando se desenvolveu a filosofia burguesa clássica, o pensamento filosófico da época era uma forma aberta para a construção de um saber verdadeiro, científico. A burguesia nesse momento encarnando os ideais de progresso de toda a sociedade proclamava a plena cognoscibilidade do mundo e seus pensadores mantinham independência face às exigências ideológicas de sua própria classe.

Como escreveu Marx (1998), enquanto a burguesia se manteve como classe revolucionária, a pesquisa científica e o processo de produção de conhecimento puderam se desenvolver separados do seu conteúdo ideológico. Contudo, quando a luta de classes ameaça os seus interesses, esta introduz a má consciência e a má intenção da apologética.

Quando atravessa momentos de crise, de acordo com Coutinho (2010a), a burguesia aprofunda ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista. Quando enfrenta momentos de estabilidade prestigia as orientações fundadas no racionalismo formal. Posições estas que abandonam os três núcleos categoriais que o marxismo herdou da filosofia clássica, construídos pela própria burguesia em sua fase ascendente, quais sejam, o historicismo concreto, a concepção do mundo humanista e a razão dialética.

Enquanto na primeira época da decadência predominou o irracionalismo, o abandono da categoria razão, com a entrada do capitalismo na sua fase imperialista, quando leva ao ápice a contradição entre socialização da produção e a apropriação privada, já sinalizado no capítulo anterior, o projeto da burguesia combina organicamente conservantismo e reformismo. As estruturas nucleares da sociedade burguesa são declaradas o ponto final do processo histórico e reconhecidas como sendo passíveis de aperfeiçoamento. Desse modo, “o reformismo para conservar é entronizado como estratégia de classe da burguesia – e nunca sem tensões intra-classes - no capitalismo dos monopólios.” (NETTO, 1996a, p. 58).

Nesse período percebe-se o renascimento do anticapitalismo romântico, ou seja, de uma crítica irracionalista de teor pessimista. Ao mesmo tempo em que se tem a criação de novas filosofias “existencialistas”, ressurgem visões niilistas de Kierkegaard e Nietzsche, oferecendo respostas aos novos problemas colocados pela crise. Um profundo pessimismo envolve a filosofia do homem e da história. Propõe-se uma terceira via, ou seja, nem capitalismo nem socialismo. “deste modo inaugura-se no patamar epistemológico a pseudo-objetividade dos mitos e a intuição como instrumento do conhecimento verdadeiro” (SOUSA, 2004, p. 42).

Enfim, considerando que a lógica do desenvolvimento do capitalismo, segundo Netto (1994, p. 31-32), é propiciadora do surgimento da razão moderna, a partir de um dado padrão de desenvolvimento acaba por incompatibilizar-se com a sua integralidade. Logo, tende a estimular a razão analítica (intelecção) e obstaculizar os desdobramentos da sua superação crítica (dialética). Melhor dizendo, a socialização da sociedade que possibilitou a emersão da razão moderna, também deflagrou “um desenvolvimento inaudito da intelecção”. “[...] a consolidação da ordem burguesa tende a identificar razão com razão analítica, tende a reduzir a racionalidade à intelecção”.

A modernidade que anuncia a razão e o esclarecimento, pronunciando o desencantamento do mundo, revelando a alienação e divulgando a emancipação, essa mesma modernidade carrega consigo a barbárie e a danação. Modernidade capitalista da razão instrumental, pragmática, sistêmica, que se desenvolve e se generaliza como técnica de mundo, de apropriação e dominação, com a qual se consolidam e espraiam as estruturas de poder, por meio da quais as elites governantes e as classes dominantes administram as coisas, as gentes e as ideias, as formas de sociabilidade e os jogos de forças sociais, os modos de ser e os estilos de vida (IANNI, 2004).

Nessa mesma trilha argumentativa Rouanet (1993) ressalta que o Projeto da Modernidade, programa sociopolítico da Ilustração, portava, é certo, uma racionalidade tensionada pela razão instrumental e pela razão emancipadora. Mas, com o desenvolvimento do capitalismo haverá uma hipertrofia da razão instrumental em detrimento da razão emancipadora.

As potencialidades emancipatórias da modernidade, como ressaltou Zaidan Filho (1989), foram inibidas pela crescente expansão de seu vetor manipulatório, instrumental, sistêmico, cuja expressão maior é o positivismo, o qual define a razão precisamente pela sua capacidade de controlar, prever e supervisionar, para intervir na realidade. No seu polo oposto tem-se o marxismo como uma vertente emancipatória, que, sob a influência positivista, em alguns momentos esteve a ponto de comprometer-se como projeto teórico-político de transformação social.

É esse o caldo cultural que antecede o denominado pensamento pós-moderno na atualidade, o qual traz à tona a crítica da Modernidade, não obstante dirigida ao conjunto de sua racionalidade, impulsionando uma nova onda irracionalista (ZAIDAN FILHO, 1989), ou, neoconservadora, como escreveu Santos (2007).

Se no século XX ocorreu uma forte denúncia da razão como aliada do poder, especialmente contra a razão instrumental, a razão operativa, a razão positiva, na atualidade a crítica, segundo Zaidan Filho (1989), vem assumindo o aspecto de cruzada contra a razão em geral.

Conforme Guerra (1995) é, pois, com a visão de modernidade enquanto processo permeado de contradições, avanços e recuos, continuidades e rupturas que o ideário pós-moderno busca romper.

Ideário esse que se constitui na lógica cultural do capitalismo tardio (JAMENSON, 2006). É a linguagem que a legitima e reforça (SANTOS, 2007). É uma arma contrarrevolucionária da burguesia em sua defesa da sociedade regida pela lógica do capital financeiro, visto que refuta a razão e a objetividade na compreensão da realidade social (TRISTÃO et al, 2009).

Para Coutinho (2010b), os teóricos dessa perspectiva defendem a morte das grandes narrativas, e, no lugar de um ponto de vista totalizante e universal, devem-se buscar as diferenças, as identidades, a defesa do multiculturalismo etc., além da hegemonia da pequena política, a aceitação resignada do existente como algo natural e o fim das ideologias.

Sabemos que a crítica ao Projeto da Modernidade se reporta ainda ao século XIX, não sendo, pois, prerrogativa do atual ambiente cultural. Segundo Harvey (1992) o Projeto da Modernidade nunca deixou de ter seus críticos, a exemplo de Edmund Burke e de Max Weber no início do século XX. Edmund Burke que tem como alvo de ataque a Ilustração, não omitiu as suas dúvidas e o seu desgosto com os excessos da Revolução Francesa. Max Weber, conforme Bernstein (1985 apud HAVEY, 1992), também demonstrava preocupações frente ao ideário moderno, visto que para ele a esperança e a expectativa dos pensadores iluministas era uma amarga e irônica ilusão. Mantinham um forte vínculo necessário entre o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal. Porém, quando desmascarado e compreendido, o legado do Iluminismo foi o triunfo da racionalidade proposital-instrumental, que afeta e infecta todos os planos da vida social e cultural, contemplando as estruturas econômicas, o direito, a administração burocrática e até mesmo as artes. O desenvolvimento da racionalidade proposital - instrumental não conduz à realização concreta da liberdade universal, mas à criação de uma 'jaula de ferro' da racionalidade burocrática da qual não há como fugir.

Enquanto um pensador atuante na produção cultural de sua época Weber partilhava a visão do avanço da racionalidade como sendo uma decadência geral da cultura clássica, em particular, da alemã. O processo de evolução se dá de maneira que reduz cada vez mais o alcance das escolhas efetivas abertas aos homens, os quais não somente possuem poucas alternativas como vão se tornando cada vez mais medíocres. Tudo isso em decorrência do que ele designou como desencantamento do mundo. A humanidade ao abandonar o mundo habitado pelo sagrado, pelo mágico, excepcional e adentrar num mundo racionalizado, material,

manipulado pela técnica e pela ciência, ou seja, despovoou um mundo de deuses e mitos, substituindo a sua magia pelo conhecimento científico e pelo desenvolvimento de formas de organização racionais e burocratizadas, o que não passou de uma grande ilusão ou de um otimismo ingênuo. (BARBOSA; QUITANEIRO, 1995).

Assim, para Weber (1982), a ordem social construída sob a égide da proposta iluminista, capitalista, terminou por se traduzir no seu oposto, visto que ao invés de libertar o homem, o processo de racionalização da sociedade o aprisionou numa verdadeira jaula de ferro, numa sociedade administrada, sob o imperativo do poder da burocracia. O triunfo da racionalidade objetivista, instrumental, pragmática e burocrática nas instituições e nas relações sociais entre os indivíduos modernos, os conduziu à condição de prisioneiros.

Mas, a reedição do sentimento antimoderno e a desilusão perante o projeto iluminista ocorrerá, fundamentalmente, na década de 1960, marco histórico no qual se observam significativas alterações sociopolíticas, econômicas e culturais e os primeiros sinais da emergência do ideário pós-moderno, do pensamento pós-moderno.

Década na qual os “nativos”, tanto da Europa, quanto do Terceiro Mundo se autoexpressaram como sujeitos políticos. Foram deflagrados movimentos de descolonização interna e externa. Internamente, na Europa e nos EUA, emergiram os movimentos contestatórios das mulheres, das minorias, constituindo novas categorias sociais: o colonizado, a raça, a marginalidade, o gênero, dentre outras. Externamente, no Terceiro Mundo, efervesceram os movimentos de descolonização na África Inglesa e Francesa, paralelamente ao surgimento de modelos políticos-culturais apresentados como alternativas ao capitalismo, influenciados pela Revolução Cubana (1959), além de subseqüentes tentativas de libertação nacional no Chile e em outros países latino-americanos (JAMENSON, 2006).

Assim, o questionamento aos pilares da razão moderna foi retomado num ambiente cultural assentado numa prática política que priorizou o cotidiano, o aqui e agora, aflorando a importância da dimensão subjetiva como reconhecimento da autonomia dos mais diversos interesses presentes na sociedade civil e de seus determinados grupos sociais. Deflagrou-se, pois, uma dada concepção de política direcionada para o cotidiano, para a prática diária dos sujeitos (SOUSA, 2004).

Desse modo, os anos 1960, em meio à “[...] cortina de fumaça [...]” que gerou, em meio à “[...] ilusão histórica [...]”, por sobre as suas reais possibilidades enquanto momentos históricos revolucionários, necessariamente, representaram um período de transformação e de reestruturação sistêmica do modo de produção capitalista, em escala global. Emergiu a naturalização da ideia de inviabilidade histórica do comunismo, a inaplicabilidade das análises marxianas sobre as novas realidades instauradas, bem como a ideia de fim da era moderna, tornando-se funcional para a nova e ampliada escala assumida pelo capital (SOUSA, 2004, p. 127).

Porém, o debate acerca da pós-modernidade, tal como este tem se propagado atualmente, se reporta aos anos 1979, com a publicação em Paris do livro intitulado *A condição pós-moderna*<sup>64</sup>, de autoria do francês Jean-François Lyotard, o qual traz para o campo da filosofia um debate que foi originado no campo da estética, ainda nos anos 1930, designando um refluxo conservador no âmbito do modernismo. Foi, pois, “[...] o primeiro livro a tratar a pós-modernidade como uma mudança geral na condição humana” (ANDERSON, 1999, p. 33).

Inicialmente a ideia de pós-modernidade apareceu ligada às questões estéticas, arquitetônicas e urbanistas voltadas à ruptura com o modernismo, dando origem a um ambiente cultural que nos anos 1970 vai incidir na elaboração teórico-social e na reflexão filosófica.

Como escreveu Sousa (2004, p. 131),

No campo do pensamento, o pós-moderno se afirma a partir da naturalização da ideia do mesmo constituir-se como a expressão intelectual de uma suposta nova ordem societária que se estaria formando, desde os anos 60, em contraposição à modernidade em crise. Logo, o pensamento pós-moderno seria a expressão teórica e cultural de uma nova situação sócio-histórica: a condição pós-moderna.

Para Lyotard (2008, p. 4-5), o qual considera falsas as promessas da Modernidade e propõe a substituição da razão moderna, a chegada da pós-modernidade se relaciona a constituição de uma sociedade pós-industrial, informatizada, na qual o conhecimento tornou-se a principal força econômica de

---

<sup>64</sup> Essa obra é “[...] um escrito de circunstância”. Uma exposição sobre o saber nas sociedades mais desenvolvidas, proposto ao Conselho das Universidades junto ao governo de Quebec, a pedido de seu presidente (LYOTARD, 2008, p. xvii).

produção. “o saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado”.

Nas suas considerações, o saber muda de estatuto ao tempo em que as sociedades adentram na era pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna. Tais mudanças, originadas de uma crise das ciências ocorridas no final do século XIX, são tão profundas que deslegitimaram os dispositivos modernos de explicação da ciência causados pelo impacto das tecnologias sobre o saber.

Logo, para Lyotard (2008, p. 3) “O saber científico é uma espécie de discurso”, não podendo vislumbrar qualquer superioridade cognitiva em relação a outros saberes. Na sua concepção a Ciência Moderna entra em conflito com os relatos, visto que segundo suas próprias regras e critérios os relatos são tidos como fábulas, cuja linguagem é narrativa. No seu entender, a filosofia e principalmente as filosofias da história são espécies de metarrelatos que foram utilizados para legitimar a Ciência Moderna, a partir do Iluminismo. Exemplos de metarrelatos ou grandes narrativas ressalta a Dialética do Espírito, numa clara referência a Hegel; a hermenêutica do sentido, numa alusão a Dilthey, Gadamer, dentre outros; a emancipação do sujeito racional, remetendo-se a Kant ou do trabalhador, referindo-se a Marx. Assim, considera pós-moderna a incredulidade em relação aos metarrelatos e defende a hipótese de que há uma mudança no estatuto do saber nas sociedades informatizadas, que adentram na era pós-industrial e suas culturas na idade pós-moderna.

Se para Lyotard, conforme observou Anderson (1999, p. 32), a sociedade agora é considerada não como um todo orgânico nem como campo de conflito dualista, mas como uma rede de comunicações linguísticas, a própria linguagem - ‘todo o vínculo social’ - compunha-se de uma multiplicidade de jogos diferentes, cujas regras não se podem medir, e inter-relações agonísticas, a ciência virou apenas um jogo de linguagem dentre outros, não podendo reivindicar o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento, que pretendia nos tempos modernos. Ou melhor, a ciência passa a ser considerada como mais um dos jogos de linguagem, que fazem parte da sociabilidade humana e que garantem os vínculos sociais, em sua dimensão agonística. Jogos tais que portam enunciados diversos, sendo impossível unificá-los numa linguagem universal.

Desse modo, conforme Netto (2004), a ciência posta como discurso, o estatuto de sua verdade encontra-se na retórica. Não existe verdade, mas verdades. Não há um referencial objetivo da verdade e a ciência não mais reflete a realidade. O conhecimento é tido como a principal força produtiva, sugerindo um esvaecimento da distinção entre produção e consumo.

Portanto, é a partir da obra referida que o pensamento pós-moderno assume grande importância na cultura do Ocidente capitalista. Surge nos domínios do saber e invade as manifestações estéticas e contagia as práticas políticas, constituindo posteriormente um campo teórico diferenciado, desencadeando uma produção bibliográfica muito mais apologética do que crítica. Enquanto um movimento intelectual bastante diferenciado, não constitui um campo teórico e ídeo-político homogêneo. Do ponto de vista ídeo-político se tornou comum fazer uma distinção entre os pós-modernos de “oposição”, os quais se pretendem críticos a ordem do capital e os de “celebração”, ou neoconservadores, convencidos de que a sociedade capitalista é o fim da história (NETTO apud COUTINHO, 2010a).

Na busca de explicação do esgotamento da era moderna e da constituição de uma “nova” realidade, os pensadores pós-modernos advogam a recusa das clássicas representações teóricas da realidade construídas na Modernidade. Ou seja, anunciam à crise das metanarrativas como forma de legitimação do discurso científico, atestando a crise da Ciência Moderna e seus padrões de análises. Melhor dizendo, entendem a sociedade contemporânea como marcada decisivamente por uma transição que se observa no nível social e epistemológico.

Santos (1999; 1989), por exemplo, autor de significativo trânsito e representatividade no debate acadêmico contemporâneo, considera os valores da Modernidade válidos, contudo os meios modernos incapazes de levá-los adiante. Assentado na pós-modernidade de oposição defende a ideia de que nos achamos hoje numa verdadeira fase de transição “paradigmática”, entre o “paradigma” da modernidade e um novo “paradigma” com um perfil ainda não descortinável, denominado de pós-modernidade. Transição esta que se evidencia no domínio epistemológico, bem como no plano societal global.

A Ciência Moderna é considerada um modelo totalitário, visto que refuta o caráter racional das diversas formas de conhecimento que não se fundamentam nos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas. Portanto, jamais

reconheceu outras formas de conhecimento, deslegitimando as práticas sociais que a legitima e, nesses termos, promovendo a exclusão social dos que a promovem.

Desse modo, para os pós-modernos, de um modo geral, como bem resumiu Sousa (2004), a Ciência Moderna por estar ancorada num padrão de análise e num “paradigma” de cientificidade que pretende a padronização, universalidade, regularidade, previsibilidade e, assim, de verdade, exclui de seu campo cognitivo outras dimensões da esfera humana a exemplo do sentido, da imaginação e da intuição. O que se depreende que a Ciência Moderna estaria considerando como anticientífico o particular, o fragmento, o acaso.

Razão pela qual elegem em troca da racionalidade moderna e seus grandes temas, quais sejam, a ciência, a revolução, o progresso, a verdade, a felicidade etc., a valorização do particular, do fragmentário, do efêmero, do microscópio etc. Decretam o fracasso do projeto iluminista de emancipação, pois para eles o controle da natureza foi seguido pelo controle sobre os homens.

Nesse sentido, a pós-modernidade refuta decididamente a predileção pelas grandes sínteses, pelo conhecimento das causas primeiras, pela busca do sentido da História. O processo histórico passa a ser o domínio da indeterminação, do sujeito constituinte, da criação absoluta (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 16).

A reflexão própria a essa pós-modernidade pretende a apreensão do dado imediato, do molecular, do vivido, o qual ganha status de realidade, desqualificando, portanto, a clássica distinção entre a aparência e a essência, tão cara as análises que priorizam o princípio da totalidade. Santos (1999) é emblemático neste sentido quando anuncia que o novo “paradigma”, ou melhor, o pós-moderno, tem dúvidas quanto a essa distinção, exaltando o cotidiano que é um dos níveis constitutivos dos processos históricos e suas expressões fenomênicas, limitando-se a lógica da singularidade.

Assim, a racionalidade capaz de apreender a dinâmica desse tempo não pode mais ser a racionalidade de um discurso centrado na dialética do trabalho. Deve ser, portanto, a de um discurso que a combine com a dialética de outras relações sociais. Desse modo, não está em jogo apenas a infirmação do positivismo, mas também as demais racionalidades que matizaram a pesquisa social clássica. A solução proposta é a abertura a novas categorias analíticas, apoiadas no cotidiano, na subjetividade, negando as proposições da razão moderna. Nesta perspectiva resta a tarefa de interpretar as representações simbólicas dos sujeitos, construindo uma versão

possível sobre a realidade. Resta, pois, trabalhar o micro, o pontual, o dado, o singular (NETTO, 1992).

O abandono da dimensão ontológica do real ressalta Evangelista (1997, p. 35-36), faz com que as teorias sociais não consigam ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos sociais, fugindo-lhes a integralidade do seu ser social. Quando o fragmentário, o microcosmo e o fatural, que abundam na cotidianidade, não são considerados como produto da reificação das relações sociais no capitalismo, instala-se a irrazão. “O mediato foge à percepção da consciência, restando, exclusiva ou principalmente, o imediato. Essa é, no essencial, a origem do irracionalismo contemporâneo”.

Portanto, por mais distintas que sejam às teoria pós-modernas, segundo Netto (2010a apud COUTINHO, 2010a), um denominador comum pode ser ressaltado. Em todas elas há uma clara aceitação da imediaticidade dos fenômenos sociais, supressão da distinção entre essência e aparência e a dissolução da diferença entre ciência e arte e a equalização do conhecimento científico ao não científico. A total recusa da categoria da totalidade tanto no plano filosófico, quanto no teórico. A negação no plano filosófico se refere à recusa de sua efetividade e no plano teórico a recusa de seu valor heurístico frente às transformações societárias em curso. A semiologia da realidade social, na medida em que privilegia as dimensões simbólicas na vida social, reduzindo-a a pura discursividade ou ao domínio do signo. A entronização do ecletismo como regra geral e o relativismo que dissolve a ideia clássica de verdade. Enfim, uma clara concepção idealista do mundo social com a entificação da razão moderna, obscurecendo, pois, a ordem do capital e a dominação de classe própria desta ordem.

Com a declaração de uma crise nas Ciências Sociais, que na verdade é parte de uma crise maior da racionalidade e, mais amplamente, da própria forma atual do ser social (TONET, 1997) anuncia-se a falência dos “paradigmas” teóricos elaborados no século XIX para dar conta da dinâmica e complexa situação do mundo atual. Além da sua insensibilidade às mudanças que se operavam na realidade e sua oposição ao diálogo de uns com os outros. Propõe-se a busca de novos “paradigmas”, o entrecruzamento dos “paradigmas”. Como disse Netto (2010b), assim estaríamos diante de uma “crise de paradigmas”, sendo necessária a superação das “metanarrativas” e das abordagens teóricas ancoradas na categoria

de totalidade. Estaria, pois, posto à alternativa de só pensar a micropolítica ou de encontrar novos referenciais para a ação sociopolítica.

Do exposto, concordamos largamente com as análises de Sousa (2004), especialmente com aquelas que atribuem ao pensamento pós-moderno um viés epistemológico que falseia a ciência e a problemática das ciências sociais. A apropriação de uma suposta crise de “paradigmas” pelos pós-modernos, nos chama a atenção à autora, apresenta um inaceitável equívoco visto que tal apropriação ainda que referencie às transformações na realidade tornam-nas apenas como responsável por uma determinada influência por sobre a esfera das ideias. A crise é apreendida como sendo decorrente da inadequação dos “paradigmas” a realidade atual. Inadequação que decorre, pois, do caráter totalizante e de auto-suficiência assumido pela ciência, agora considerada dogmática.

Desse modo, o que caracteriza a ambiência cultural pós-moderna, apologética, além do banalismo nas suas formulações, é, segundo Netto (2004), o antiontologismo associado a uma concepção grosseiramente idealista do mundo social. Antiontologismo que não se constitui em nenhuma novidade, visto que as tendências neopositivistas típicas do século XX já o expressavam com bastante nitidez e o estruturalismo dos anos 1950 e 1960 o assumiam explicitamente.

Tem-se, pois, uma regressão teórica que se expressa na entificação da razão moderna pelos pós-modernos, entificação que a torna um demiurgo onipotente. Ao creditar à razão a realidade histórico-social contemporânea, o que fica obscurecida é a ordem do capital e a própria dominação da classe burguesa. Como implicações políticas também se observa regressão, uma vez que as alternativas à sociedade capitalista ou não são colocadas, ou quando são não ultrapassam o nível das utopias. Dai que essas construções pós-modernas em face da ordem burguesa são inofensivas, mesmo naqueles comprometidos com uma ação política de esquerda, a crítica às limitações da política derivada do campo pós-moderno é frágil, débil. Ou seja, ainda que afirmem sua filiação à tradição política de esquerda, tais construções se aproximam e fortalecem posições conservadoras (NETTO, 2004).

Do ponto de vista dos seus fundamentos teórico-epistemológicos, afirma Netto (2010b), esse ideário é funcional à lógica cultural do tardo-capitalismo, na medida em que cauciona acriticamente as expressões imediatas da ordem burguesa contemporânea e rompe com os vetores críticos da Modernidade, cuja racionalidade é reduzida à dimensão instrumental, abrindo a via aos mais diversos irracionalismos.

Ele é, pois, um sintoma das transformações em curso na sociedade tardo-burguesa, tomadas na sua epidérmica imediatividade. Funcionalidade que está em marémontante nos dias atuais porque a dissolução de antigas identidades sociais (classistas), a atomização e a pulverização imediatas da vida social, as novas “sensibilidades” produzidas pelas tecnologias da comunicação, além das transformações societárias em curso, destruiu os sistemas constituídos de vinculação e inserção sociais. Enfim, é um ideário que, segundo Harvey (1992) está relacionado com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação capitalista, repercutindo significativamente na construção de explicações sobre a realidade e na definição de caminhos para a ação.

A postura pós-moderna, para Araújo (2000), se equivoca quanto à compreensão que tem da razão moderna, ao reduzi-la à racionalidade formal; ela se torna responsável por uma postura que beira o irracionalismo e que, assim procedendo, interdita aos homens o processo ontocrítico de enfrentamento e transformação da realidade social. Portanto, repõe tendências conservadoras, alinhadas à ordem do capital, na medida em que pauta-se numa compreensão reformista-conservadora da realidade social e, por este motivo, está em confronto direto com a racionalidade dialética, com a perspectiva de classe e com os projetos de transformação da sociedade.

A partir da sua específica forma de entendimento, adverte Sousa (2004), os pós-modernos apreendem as transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas como uma crise de cultura e civilização que marca o fim das promessas da Modernidade. Colocam em questão as clássicas noções de verdade, razão, identidade e objetividade, progresso ou emancipação universal e a libertação dos homens, as grandes narrativas. Logo, realizam uma crítica caucionada em argumentos que se distanciam da abordagem ontológica de totalidade da vida social, que rompem com a razão objetiva, que transferem a análise das ciências naturais para a análise da sociedade, falsificando a realidade objetiva. A Modernidade é vista apartada da emergência e consolidação do capitalismo, portanto, na sua generalidade, sem, contudo, considerar os problemas e desigualdades próprias às contradições da sociedade burguesa moderna, os quais são atribuídos à Modernidade sem referência às contradições historicamente específicas e objetivas desse sistema. É proposta a sua superação, mas sem a destruição da ordem social burguesa.

Nas suas críticas a razão moderna, as quais não se reportam a ordem do capital, está o positivismo enquanto um “paradigma” germinado por esta mesma ordem, o que expressa, conforme observou Santos (2007), um conservadorismo de outro tipo, ou seja, um neoconservadorismo. Muito embora, para a autora, a crítica mais contundente seja dirigida ao marxismo enquanto teoria social que leva adiante a racionalidade dialética da ilustração, com todo o seu potencial totalizante. Não obstante as críticas à perversidade da razão sejam direcionadas a razão instrumental, manipulatória, própria do positivismo, o embate pós-moderno com este “paradigma” é superficial, em decorrência do seu caráter particularmente epistemológico. Apesar da formalidade da racionalidade positivista, ela identifica no objeto as substâncias analisadas pelo sujeito pensante, enquanto que para os adeptos das perspectivas irracionistas, como já advertiu Guerra (1995), a substância da realidade são simplesmente atributos dos sujeitos individuais.

Nesse sentido, prossegue Santos (2007), limitando-se ao campo epistemológico, as críticas terminam por não contemplar os fundamentos conservadores do positivismo, reivindicando o aparente, a imediaticidade, fundamentos com os quais o positivismo conviveu e convive pacificamente.

Enfim, para a autora, a construção teórico-metodológica desse ideário surge a partir de certa interpretação da realidade contemporânea, marcada por profundas transformações, as quais são apreendidas na sua imediaticidade, o que resulta numa superficialidade analítica com caráter conservador, visto que acaba por afirmar a positividade da sociedade burguesa. Além da constituição epistemológica da sua leitura da realidade social, que o afasta de uma perspectiva ontológica.

Ao modo de síntese, podemos dizer, compartilhando das análises de Tonet (2006), que a Modernidade dá origem a duas formas de racionalidade, ou seja, da origem a razão fenomênica e a razão ontológica. A razão fenomênica durante todo o período que perdurar a vigência do mundo regido pelo capital será sempre a forma dominante da racionalidade desse mundo. Razão pela qual o chamado pensamento pós-moderno, embora apresente diferenças, guarda uma linha de continuidade com a razão fenomênica, visto que se fundamenta nos mesmos pressupostos: os dados empíricos, fenomênicos, a concepção fragmentária da realidade, dissolução da unitariedade ontológica da realidade, afirmando-se como uma negação dos ideais mais caros à Modernidade, tais como a racionalidade, sujeito, história, humanidade e progresso.

Por outro lado, a razão ontológica, expressão da perspectiva posta pela classe trabalhadora, é a forma de racionalidade autenticamente pós-moderna, pois que aporta para um mundo verdadeiramente para além do capital. Ela apreende o mundo como produto da práxis humana, na qual a objetividade é o polo regente, embora sem desconsiderar a subjetividade. Portanto, é a razão genuinamente emancipatória, que apreende a conexão entre o momento da materialidade e o da subjetividade, constatando os limites e as possibilidades postas á emancipação humana pela sociabilidade capitalista.

Enfim, numa clara tomada de posição na “batalha das ideias<sup>65</sup>” travada no atual momento histórico, reivindicar como base as manifestações fenomênicas das atuais mudanças ocorridas na sociedade para afirmar ou a incompletude e os extravios da Modernidade ou a transformação do mundo, e, portanto, a obsolescência de todas as perspectivas postas pelo mundo moderno é, necessariamente, apropriar-se de uma apreensão superficial da atual realidade, e, sendo assim, contribuir para a permanência dessa mesma ordem social.

Partindo do suposto que as questões aqui apresentadas rebatem nas mais distintas esferas da vida social, procuraremos, no tópico a seguir, problematizá-las em relação ao Serviço Social, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, que em tempos de pós-modernidade é nuclearmente interpelada a aderir aos encantos desta perspectiva ou resistir mantendo a atual direção social estratégica do seu projeto ético-político. Direção esta sustentada em matrizes não apenas antagônicas ao conservadorismo, mas, sobretudo, expressamente, como disse Netto (1996c, p. 118), colidentes com as bases epistemológicas desse ideário e conflitante com o quadro de referência cultural da pós-modernidade. Para o autor, o combate e a crítica ao ideal de sociabilidade colocado pelo programa da modernidade jogam claramente no sentido de desqualificar a direção social que se construiu contra o conservadorismo, razão pela qual investir nesta perspectiva é “também levar água ao moinho do conservadorismo”.

---

<sup>65</sup> Expressão extraída da obra de Konder (2009).

### 3.2.1 Pós-modernidade e o Serviço Social: implicações dessa relação sobre a produção de conhecimento teórico

É bem verdade que as alterações ocorridas na atual conjuntura vêm sendo atravessadas pelo ideário pós-moderno. Conjuntura que requisita do Serviço Social não apenas o reconhecimento das possíveis ameaças para a consolidação e implementação do projeto ético-político profissional, mas, no dizer de Ortiz (2007, p. 3), sobretudo, sob pena de francos retrocessos, “[...] a reafirmação do caminho da ‘intenção de ruptura’, percorrido por esta profissão até aqui”, o qual abriu a possibilidade da superação da herança conservadora da profissão.

Na bibliografia profissional, notadamente naquelas fundamentadas na teoria social de Marx, vem sendo ressaltado que o ideário pós-moderno tem se constituído um processo que atravessa a profissão nas suas diversas esferas e formas de intervenção, entre elas a da produção de conhecimento teórico.

Na sua produção teórica muitos dos pesquisadores da área constataram que a discussão acerca de uma pós-modernidade vem se entranhando cada vez mais, implicando um distanciamento da direção social estratégica do projeto ético-político profissional. Distanciamento este que encontra condições de materialização na objetividade da sociabilidade burguesa, como ressaltou Sousa (2004).

Como já observado as implicações desse ideário no Serviço Social despontaram, visivelmente, a partir da década de 1990, quando se iniciaram os debates travados no decorrer da revisão curricular de 1993, nos quais as polêmicas giraram em torno, principalmente, da pertinência ou não do marxismo para explicar as novas configurações da sociedade contemporânea, bem como na defesa do pluralismo metodológico fundamentada nas proposições pós-modernas de superação da Modernidade, redundando num questionamento da direção social estratégica norteadora da profissão, pelo pressuposto da “crise de paradigmas”.

Argumentos esses que não se limitaram aquela conjuntura, o que revela continuidade da presença das polêmicas pós-modernas no âmbito da profissão, a exemplo das críticas dirigidas ao marxismo.

Num cenário onde as transformações societárias rebatem consideravelmente na materialização do projeto ético-político profissional, nos chama a atenção Sousa (2004), os campos políticos e ocupacionais da profissão, bem como a formação

profissional tem sido palco de disputa por e pela hegemonia, donde uma das polarizações mais significativas tem sido a da pós-modernidade versus marxismo.

Diante de tais constatações, autores, na tentativa de desvendar as razões pelas quais esse ideário tem encontrado terreno fértil para sua expansão nos meios profissionais, investindo, como ressaltou Netto (1996c) na desconstrução e deslegitimação da direção social estratégica de ruptura com o conservadorismo, acreditam que os substratos ídeo-teóricos do Serviço Social, o conservadorismo e o sincretismo se constituem em vias de aproximação entre a profissão e a pós-modernidade, visto que ambos se coadunam em sua antimodernidade (SANTOS, 2007).

Conservadorismo que, conforme já discutido no capítulo primeiro deste trabalho, não tem tido peso nada residual na constituição ídeo-teórica do Serviço Social, pois que enquanto uma modalidade específica de intervenção da divisão social e técnica do trabalho na era dos monopólios foi dinamizada por esse pensamento, que vem sendo consideravelmente reatualizado nas diversas esferas da vida social, porém com sua forma clássica marcando as suas versões contemporâneas que irromperam na década de 1980, vinculadas às transformações estruturais no âmbito do capitalismo.

Portanto, para Santos (2007) o conservadorismo tanto em sua versão restauradora, quanto reformista, cujos indícios de epistemologismo e refutação ontológica travejam fundamente as construções próprias de uma dada legitimidade profissional, e o sincretismo que na elaboração do saber, no dizer de Netto (1996 a, 145) “é a face visível do ecletismo; ou, se se quiser, o ecletismo é o sincretismo do Serviço Social no nível do seu (de segundo grau) sistema de saber”.

Desse modo, esses traços da profissionalidade do Serviço Social, enraizados no seu substrato ídeo-teórico e cultural, perfilam a antimodernidade enquanto um componente propício à influência pós-moderna nessa especialidade do trabalho.

Não obstante, é fato que com o processo de renovação profissional o pensamento conservador no Serviço Social sofreu consideráveis abalos, não sendo, pois, suficiente para suprimir os seus vestígios na profissão. Contribui, sim, para o desvendamento das relações entre esse pensamento e o Serviço Social. Apreendeu, portanto, que o pensamento conservador é um dos referenciais possíveis para fundamentar o exercício profissional, não sendo o único, visto que a mediação do mercado de trabalho que expõe o Serviço Social às contradições da

sociedade burguesa também o expõe a outras demandas<sup>66</sup> portadoras de uma legitimidade própria, para a qual o pensamento conservador é impróprio, particularmente pela sua filiação teórica, que omite os processos ontológicos do ser social (SANTOS, 2007).

Renovação que, contraditoriamente, conforme já discutida nesse trabalho, também ofereceu suporte para duas vertentes, a modernização conservadora e a reatualização do conservadorismo, que repôs o pensamento conservador sob novas bases na trajetória dessa profissão.

Nesse sentido, tomando como suporte as análises dos autores acima referidos, enquanto a demanda que dar sustentação ao Serviço Social existir, o pensamento conservador se fará presente, ora mais fortalecido, ora menos, mas sempre se atualizando para com isso responder adequadamente às requisições que lhes são formuladas. O papel da perspectiva crítico-dialética nesse caso é alargar as fragilidades do projeto conservador, desenvolvendo a outra legitimidade também constitutiva do tecido profissional, contudo não eliminado a sua oponente, pois que nos marcos da ordem capitalista isto não é possível.

Somado ao pensamento conservador, elemento societário ontologicamente central, enraizado na cultura profissional, o sincretismo comparece como um traço constitutivo da dimensão ídeo-teórica do Serviço Social.

Sincretismo que , segundo Netto (1996a, p. 88)

[...] se constitui o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social.

Sincretismo ideológico que se refere ao arcabouço ideológico da profissão ao *ethos* burguês, ressaltando a sua matização pelo pensamento conservador e a sua determinação pela influência católica romana. Fato constatado nas interações realizadas entre as duas vertentes cultural-ideológicas - a tradição europeia e a tradição norte-americana. O conservadorismo norte americano, sincrético

---

<sup>66</sup> Demandas que, segundo Motta e Amaral (1998), são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Comportam uma "teleologia" dos requisitantes a cerca das modalidades de atendimento de suas necessidades. Razão pela qual, a sua identificação não encerra o desvendamento das reais necessidades que as determinam.

essencialmente, uma vez que em relação ao Serviço Social observam-se influências do personalismo, corrente ideológica que moldura as expressões da 'questão social' no âmbito da personalidade, adquiriu tons psicologizantes nos anos 1930 e 1940, numa evidente aceitação da concepção europeia, mais ancorada numa individualização moralizante da "questão social". Por sua vez esta tradição, movida pelo legado de Tomás de Aquino, o neotomismo, buscou oferecer um apoio mais consistente à igreja nos seus confrontos com a Modernidade. Assim, capturou a necessidade de uma intervenção tecnicamente mais qualificada para o militantismo do laicato católico, encontrada nos desenvolvimentos do Serviço Social norte-americano. E sincretismo científico designação esta que aponta para a recorrência com que, no envolver histórico da profissão, os seus agentes incorporaram ecleticamente novas teorias para fundamentar não apenas o exercício profissional, mas também a sua produção teórica.

No Brasil, tal fenômeno pode ser localizado claramente no momento em que o DC começa a ser incorporado pela profissão, entre as décadas de 1940 e 1950. Momento este em que seu referencial cultural-ideológico estava travejado pela consolidação da interação entre a tradição europeia e norte-americana, bem como no Movimento de Reconceituação.

Nesse sentido, nos chama atenção Santos (2007), a mescla de diferentes matrizes teóricas para potencializar o poder de desvelamento da teoria sobre o real, não é prerrogativa exclusiva da pós-modernidade, visto que é um procedimento teórico próprio das ciências sociais particulares, que responde pelo ocultamento das relações constitutivas do capitalismo, conforme já discutido anteriormente, especialmente quando tratamos daquilo que Coutinho (2010a) denominou de miséria da razão, de um deliberado afastamento da perspectiva de totalidade como um recurso metodológico privilegiado na apreensão do movimento do real.

Assim, o conservadorismo e o sincretismo impregnaram o Serviço Social. A sua posição de receptor do conhecimento produzido nas ciências sociais deu origem a uma postura passiva que o absorvia sem, no entanto, questionar criticamente a sua validade. Razão pela qual em sua produção teórica ocorria não uma síntese, mas um agregado, apresentando-se como uma estrutura reiterativa, expressando um claro sincretismo científico, como evidenciou Netto (1996a).

Contudo, o sincretismo científico possui outras determinações para além da filiação teórica do Serviço Social às ciências sociais e sua intencionalidade em relação a tais conhecimentos. Pois, este é antecedido pelo próprio sincretismo derivado da configuração do espaço sócio-ocupacional da profissão. Antes mesmo de reproduzir-se no plano ídeo-teórico ele já era constitutivo da profissionalidade do Serviço Social, revelando-se no cerne do seu universo problemático original - a “questão social”-, no horizonte do exercício profissional e nas modalidades de intervenção.

Afirma Netto (1996a, p. 91) que

[...] a problemática que demanda a intervenção operativa do assistente social (ou seja, a "questão social" – CHM) se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético; a sua fenomenalidade é o sincretismo – deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade.

Nesse sentido o objeto de intervenção do Serviço Social se configura como uma rede multifacetária de demandas que obscurece os nexos que este estabelece com a totalidade social. Ou seja, a “questão social” mais oculta do que evidencia os seus variados nexos com a totalidade social.

Assim, as demandas que originalmente estruturam a requisição profissional, conforme já salientado no primeiro capítulo deste trabalho, são oriundas da premente necessidade de intervenção do Estado nas refrações da “questão social” na era dos monopólios. Momento em que a expansão da “questão social” tomou forma cada vez mais complexa, perpassando todas as esferas da vida social. Fato que, ao mesmo tempo em que teve o mérito de evidenciá-la, também ofereceu fundamentos para a manipulação das respostas do Estado pela via da fragmentação.

Logo, com a setorialização das políticas sociais, as expressões da “questão social”, tomadas na sua fenomenalidade, na sua imediaticidade, transmutam-se em diferentes problemas tratados de maneira isolada pelas diversas especializações da divisão sociotécnica do trabalho, dentre elas o Serviço Social. Desse modo, estando inseridos na lógica da singularidade, evidenciam-se os aspectos sincréticos da problemática polivalente que requisita a intervenção do assistente social.

Soma-se a isso outro elemento de sincretismo, que é o solo em que se move essa profissionalidade. Ou seja, o cotidiano<sup>67</sup> que, segundo Netto (1996d, p. 65), numa clara adesão ao pensamento lukacsiano, é um espaço insuprimível da vida em sociedade, pois “Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana”. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável.

Todavia, prossegue o autor, não lhe confere caráter meta-histórico, visto que esse espaço não se descola do histórico, pois é um dos seus níveis constitutivos, no qual a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais. Sua dimensão é a singularidade, tendo como determinações fundamentais a heterogeneidade, a imediatez e a superficialidade extensiva, fazendo com que os indivíduos se percebam como seres singulares, subsumindo a dimensão genérica, humano-genérico.

Portanto, a cotidianidade impõe aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, ancorado em características específicas que cristalizam uma modalidade de ser do ser social no cotidiano, figurada num pensamento e numa prática peculiares. Ambos se revelam num materialismo espontâneo e num tendencial pragmatismo. Os constrangimentos da dinâmica da vida cotidiana exigem, pois, que os indivíduos a eles respondam sem, contudo, colocar em causa a sua objetividade material. Requisita, assim, respostas funcionais às situações, que não exigem o seu conhecimento interno, mas a manipulação de variáveis para obterem-se resultados eficazes.

Desse modo, com sua heterogeneidade, faz com que o indivíduo atue como uma unidade, mas sempre no âmbito da singularidade. Comportamento este que interdita o acesso à consciência humano-genérica, pois esta somente se realiza quando a singularidade é superada. Superação que se dá através do trabalho criador, da arte e da ciência.

Enfim, para Netto (1996d), o cotidiano assume funcionalidade própria na sociedade regida pelo capital, sendo potencializado do ponto de vista produtivo e ideológico no desenvolvimento histórico dessa sociabilidade. As suas determinações são parte da legitimidade que conforma o mercado de trabalho do assistente social,

---

<sup>67</sup> Para aprofundamento sobre o tema consultar Heller (2000).

requisitado a intervir de maneira a ordenar a ampliação da heterogeneidade na era dos monopólios.

A instrumentalidade (GUERRA, 1995) posta nessas requisições se constitui em mais um dos elementos que compõem o sincretismo, em face da polivalência das demandas a que responde, faz uso da manipulação abstrata de variáveis empíricas apanhadas dos processos sociais concebidos setorialmente. Instrumentalidade esta que, segundo Guerra (1995), é a mesma posta na relação entre o homem e a natureza, passando a dominar as relações dos homens entre si e, assim, cria-se um terreno fértil para as práticas pragmáticas e burocráticas que tendem simplesmente a reproduzir o ambiente institucional.

Para Netto (1996d, p. 93), no cerne da intervenção dos assistentes sociais situa-se uma espécie de modelo recorrente de atuação profissional baseado preponderantemente pela manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado. Toda a operação do assistente social que não se coroa com uma alteração de variáveis empíricas, (sejam elas situacional-comportamentais, individuais, grupais, dentre outras), é concebida como inconclusa, ainda que se valorizem seus passos prévios e preparatórios. “O curso da intervenção profissional está dirigido para ela e deve resultar nela.”

Assim, o conservadorismo, articulado no interior do sincretismo que marca o Serviço Social, responde, segundo Netto (1996a), pela sua tendência antimoderna. Além da sua própria relação com a Modernidade que é eivada de incompatibilidades, visto que, como bem sintetizou Santos (2007), se o sincretismo, por um lado, se sintoniza com a modernidade burguesa e sua concepção de ciência, em termos ideológicos, por outro, o Serviço Social se aproxima do conservadorismo antimoderno.

Para Santos (2007), portanto, as influências da crítica pós-moderna ao projeto da Modernidade tendem, assim, a encontrar um terreno propício no Serviço Social, pois que sua profissionalização foi saturada de elementos antimodernos que, do ponto de vista ídeo-teórico, se evidenciam no conservadorismo. Componente este que se constitui, portanto, no fio condutor da aproximação pós-moderna, orquestrada pelo sincretismo e sua habitual ausência de reservas críticas. Característica esta que, na atual crise do capitalismo, soma-se ao aprofundamento das requisições do mercado de trabalho no sentido do reforço a setorialidade e a um tratamento acríptico de tais requisições, tendendo a fortalecer a procura por

atualização teórico-instrumental relativa aos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social considerados isoladamente, o que poderá levar ao revigoramento das microintervenções e de um perfil profissional tecnicista e, do ponto de vista ideológico, conservador, com uma clara aceitação da positividade capitalista. Do ponto de vista da sua produção teórica tende a ser reforçado com o ideário pós-moderno as vulgarizações das teorias originais.

Nessa mesma linha argumentativa Maranhão (2006) comenta que atualmente no discurso dos profissionais de Serviço Social percebe-se certa inclinação a supervalorizar os tipos de conhecimento que redundam em um resultado prático imediato. Ou seja, nota-se que está em curso o fortalecimento da lógica do “saber prático” no interior da profissão, através da qual o pensamento instrumental e empirista, em detrimento de qualquer operação teórica que se proponha ir além da manipulação imediata de aspectos do cotidiano.

Logo, tendência que condiz com o pensamento pós-moderno, na medida em que valoriza o imediato, a aparência, em detrimento da essência dos fenômenos sócias, da sua lógica interna, aspectos fundamentais para uma análise fundada na Teoria Social de Marx. Assim, podemos dizer que no Serviço Social constatam-se manifestações dessa programática.

Observou Santos (2007) que essas manifestações na produção teórica do Serviço Social da década de 1990 consistem na revitalização do conservadorismo através da absorção sincrética do irracionalismo pós-moderno, bem como pela apropriação epistemológica da Teoria Social de Marx. Ou seja, o principal combate travado é contra essa teoria e seu ponto de vista é o epistemológico, com o intuito de demonstrar a sua insuficiência heurística na atualidade, com uma considerável simplificação desta teoria potencializada pela tendência do sincretismo ideológico constitutivo da estrutura da profissão, bem como pela histórica afeição pelas dimensões microssociais da realidade. Assim, tem-se uma crítica à totalidade vista como totalitarismo, a ortodoxia<sup>68</sup> tida como dogmatismo e à universalidade como estruturalismo e, conseqüentemente, a negação do sujeito. Além do mais se registra uma verdadeira mutilação do acervo ontocategorial desta teoria, visto que se

---

<sup>68</sup> Para Lukács (2003), a ortodoxia em matéria de marxismo se refere, exclusivamente, ao método. Implica a convicção científica de que, com o marxismo dialético, se encontrou o método de investigação adequado, de que este método somente poderá ser desenvolvido, aperfeiçoado, aprofundado no sentido dos seus fundadores; mas que todas as tentativas para superá-lo ou aperfeiçoá-lo levaram apenas à sua vulgarização, a fazer dele um ecletismo.

reclama por complementações, reconstruções, típicas da racionalidade formal, absorvendo como um dado de realidade a “crise de paradigmas”.

Nesse sentido, detectou posturas que ao rejeitarem o marxismo absorvem numa moldura sincrética as proposições do ideário pós-moderno, bem como críticas que embora o reivindicam em alguns aspectos, reclamam a superação das suas lacunas, advogando para tanto a absorção de abordagens pós-modernas para potencializar o seu poder explicativo.

Críticas essas que se fundamentam geralmente em autores alinhados a pós-modernidade, ao irracionalismo, à fenomenologia e à sociologia compreensiva, a exemplo de Habermas, Giddens, Claus Offe, André Gorz, Michel Foucault, Boaventura de Sousa Santos, Nietzsche, Weber etc.

Portanto, mais uma vez fica evidenciado a presença da epistemologia pós-moderna, ou seja, a forma de análise da realidade própria dessa perspectiva e derivações para o cerne da relação sujeito/objeto e concepções acerca do Serviço Social. Advoga-se a falência da Modernidade e, conseqüentemente, a emergência de fenômenos novos, numa clara apologia a singularidade, a imediaticidade da vida social. Para os autores que se consideram marxistas, mas que incorporam essa epistemologia observa-se uma concepção do Serviço Social cada vez mais endógena.

Enfim, para a autora, diante de tais constatações, o lastro conservador da profissão encontra na descredibilização da vertente crítico-dialética com a incorporação das críticas pós-modernas ao marxismo, um privilegiado pré-requisito para se robustecer e do ponto de vista ídeo-político, investir na deslegitimação do projeto ético-político da profissão.

Lastro esse que na atualidade, segundo Maranhão (2006), tem como fontes que irradiam obstáculos para o seu rompimento justamente esse caráter sincrético da profissão que, dentre as suas conseqüências, é responsável em repor através da razão instrumental o sincretismo da profissão sob a forma de ora um ecletismo teórico, ora um pragmatismo empirista, bem como a apreensão débil pelo Serviço Social dos aspectos ontológicos e teórico-metodológicos da Teoria Social de Marx, somando-se a atual ampliação das características reificadas e manipulatórias do capitalismo maduro, que agrega graus de dificuldade e complexidade à elaboração de um conhecimento que busca a totalidade social e que se proponha ir além dos aspectos cotidianos e da mera manipulação de variáveis empíricas.

Para o autor, portanto, a estrutura atual do capitalismo, somada as características sincréticas da profissão, constitui terreno fértil para uma reação conservadora na profissão. Dito de outra forma, as determinações que dificultam a fluidez das análises críticas no interior da profissão deitam raízes num terreno singular, ou seja, na própria constituição do ser sócio-profissional do Serviço Social, na sua estrutura sincrética.

O sincretismo profissional com todas as suas características peculiares no interior da profissão reproduz sérias implicações e desdobramentos para a prática do Serviço Social e, particularmente, para o conhecimento da realidade que essa prática exige.

Pois, as características sincréticas da profissão demanda um conhecimento do social que possa mostrar-se capaz de ser diretamente instrumentalizável. Ou seja, qualquer ação do assistente social desde o planejamento à execução de suas atividades tem que se mostrar imediatamente eficaz e eficiente para responder as demandas cotidianas que chegam à instituição. O que significa dizer que o assistente social deve responder quase que mecanicamente aos múltiplos problemas que chegam a todo o momento no local de trabalho.

Para aqueles que requisitam a intervenção do assistente social, comenta Maranhão (2006), as suas ações devem estar voltadas para a organização de variáveis empíricas que possibilitem a intervenção imediata sobre determinado fenômeno. Contudo, a sistematização de variáveis empíricas, apesar de ser o início de qualquer investigação, não possibilita, por si só, o conhecimento das múltiplas determinações que compõem o fenômeno, pois esta apenas reproduz no plano intelectual a sua aparência imediata. Razão pela qual limitar-se aos processos de sistematização da empiria resulta em desconsiderar as mediações que possibilitam ao sujeito a aproximação às múltiplas determinações do fenômeno.

Desse modo, diz Netto (1996a), a intervenção manipuladora reclama necessariamente paradigmas explicativos aptos a permitirem um direcionamento de processos sociais tomados segmentariamente e não uma reprodução veraz do movimento do ser social, extraída da análise concreta de formas sociais determinadas.

Então, conclui Maranhão (2006), as análises lógico-formal-abstratas e os procedimentos técnico-burocráticos se legitimam facilmente no arcabouço ideológico da profissão. O próprio estatuto profissional tende a reconhecer como legítimas as

análises lógico-formais e a razão instrumental como sendo a forma mais adequada para se apreender o movimento do real. Tendência essa que ao legitimar a razão instrumental e lógico-formal como válida para a intervenção profissional germina uma espécie de reposição intelectual do sincretismo. Ou seja, as análises formal-abstratas ao reporem no plano intelectual a imediaticidade do fenômeno empírico decisivamente reconstruem no patamar abstrato o sincretismo inerente à profissão. Sincretismo que na sua reposição intelectual traz como inevitável parceiro o ecletismo e o pragmatismo teórico.

Enfim, para o autor, fica claro que o sincretismo profissional, abre caminhos largos para que as análises teóricas dos profissionais não ultrapassem a mera aparência dos fenômenos, dificultando o surgimento de uma prática profissional crítica e ao mesmo tempo criando condições para a reposição intelectual do sincretismo profissional, ou seja, o ecletismo e o pragmatismo teóricos.

Contudo, sabemos que se registra na história dessa profissão tentativa de superação das implicações práticas e ideológicas dessa característica do Serviço Social, que foi a aproximação com o marxismo. Muito embora tenha apresentado diversos problemas, como já demonstrado anteriormente.

É certo que essa aproximação<sup>69</sup> embora inicialmente tenha sido “enviesadas” (NETTO, 1989), mas posteriormente se registra estudos ancorados na teoria social de Marx e nos “clássicos” do marxismo, revelando a superação dos equívocos anteriores cometidos. Não obstante alguns obstáculos permaneceram impedindo o espraiamento da influência do pensamento crítico nos espaços de atuação profissional, para além dos espaços acadêmicos. Segundo Maranhão (2006), verifica-se a reposição contínua de uma dificuldade na relação das vanguardas acadêmicas com o “grosso” da categoria profissional, dificultando a construção de propostas críticas que intervenham diretamente no campo de atuação profissional

---

<sup>69</sup> Santos (2007), ao tratar das sucessivas aproximações entre o Serviço Social e a tradição marxista identificou 03 (três) momentos distintos, quais sejam: a apropriação ideológica do marxismo por ocasião do Movimento de Reconceituação com o recurso a uma literatura de divulgadores dessa tradição intelectual, a partir da militância política. Momento em que se capturaram os elementos ideopolíticos do marxismo, como aportes para a ruptura, resultando na constituição de posturas fatalistas e messiânicas no interior da profissão, sustentadas em uma concepção abstrata de homem e sociedade. O segundo momento caracteriza-se por uma apropriação epistemológica, ao longo dos anos 1980, pois, apesar de se ter o debate com as fontes marxianas e marxistas clássicas, predominou uma leitura nos segmentos de vanguarda da categoria uma marcante influência epistemológica. Enfim, o terceiro momento, caracterizado por uma apropriação ontológica da vertente crítico-dialético, em meados dos anos 1990, permitindo o desvelamento de questões fundamentais para a ruptura com o conservadorismo, intervindo de maneira qualitativamente superior na garantia da direção social estratégica.

concreta e, por outro lado, têm distanciado os profissionais do desafio diário de refletir sua prática visando à ultrapassagem do sincretismo próprio dos espaços institucionais.

O que vem se confirmando na dinâmica histórica do Serviço Social é que apesar da ampliação e aprofundamento nos espaços acadêmicos dos estudos referentes à tradição marxista, nos espaços profissionais não se têm desenvolvido estratégias de atuação crítica que visem à superação do sincretismo e, por consequência, também do conservadorismo e do imediatismo presentes nas práticas cotidianas de amplos setores profissionais. Paradoxalmente, o que se tem percebido é a ampliação do pragmatismo profissional e a exaltação do “saber prático” enquanto forma de atuação mais eficaz e eficiente para a prática do assistente social. Saber esse que oscila entre o racionalismo formal-abstrato, ancorado na divulgação do saber puramente instrumental e técnico e o puro irracionalismo com sua exaltação de um tipo de conhecimento que não tem qualquer compromisso com a sistematização e análise de dados da realidade (MARANHÃO, 2006).

Paradoxo esse que, segundo Netto (1996b) tem como pano de fundo, por um lado, um descompasso entre o universo simbólico a que a produção teórico-metodológica e profissional das chamadas “vanguardas acadêmicas” produziu e aquele que parece pertinente à massa da categoria. Por outro lado, à pobreza de indicativos prático-profissionais de operacionalização imediata que a perspectiva crítica vem proporcionando aos profissionais. Ou melhor, à inadequação entre muitos dos seus indicativos e as condições objetivas da prática profissional pela massa da categoria.

Soma-se a tudo isso, ressalta Maranhão (2006), o espraiamento na sociedade atual da “cultura do imediato” que, ao negar a diferença entre aparência e essência e exaltar a impossibilidade de se ultrapassar através da análise do pensamento a atual fragmentação da realidade social, advoga soluções que se limitam a espaços de atuação locais e imediatos e rapidamente vêm adquirindo corpo em amplos setores institucionais, inclusive na academia. Cultura essa que deu origem a uma nova corrente de pensamento acadêmico ou “novo paradigma”, o pós-moderno, que vem refutando todo o arcabouço teórico-cultural construído sob as bases do iluminismo e do racionalismo moderno. Para além das escolhas individuais a dinâmica cultural pós-moderna encontra seu fundamento último nas determinações materiais do

capitalismo maduro, constituindo, pois, um desafio à renovação do pensamento crítico-dialético.

Para o autor, embora sejam visíveis, nas últimas duas décadas, avanços significativos em relação à aproximação do Serviço Social com a Teoria Social de Marx, bem como a defesa das “vanguardas acadêmicas” da profissão de que a tradição marxista é a vertente teórico-metodológica que comporta a chave heurística mais adequada para a construção de alternativas concretas de atuação profissional, isto não tem sido a realidade no restante das ciências humanas. Enquanto no Serviço Social busca-se ultrapassar o pensamento conservador e as vulgatas marxistas-leninistas, a maioria dos estratos acadêmicos, que compõem o amplo universo das ciências sociais e humanas, tem negado radicalmente, sobretudo, a vertente teórica marxista, ganhando relevo uma acirrada batalha contra o racionalismo moderno. Instaurou-se, pois, no interior das ciências humanas uma hegemonia de pensamento antimoderno e, por isso também, antiontológico que rivaliza com a tradição marxista se colocando no polo oposto a seu pensamento.

Em resumo, podemos dizer que, apesar do rebatimento do ideário pós-moderno no Serviço Social, em particular na sua produção teórica, observa-se também posturas que a esse ideário resiste. É notório a defesa da direção social estratégica fundamentada na Teoria Social de Marx, de uma produção de conhecimento teórico na perspectiva de apreensão da totalidade social. Enfim, de uma densa retomada do procedimento de ir aos fundamentos ontológicos, de recuperar a essência das coisas. Pois, como ressaltou Maranhão (2006), recuperar e defender o caráter ontológico da investigação e da pesquisa social em contraposição ao imediatismo, subjetivismo e pragmatismo das teorias pós-modernas que renovam as formas de repor intelectualmente o sincretismo profissional caracterizando-se como uma espécie de renovação das teorias conservadoras sob o prisma do irracionalismo, é condição necessária para quem busca conhecer as formas de produção e reprodução do capitalismo maduro e ampliar as proposições de um Serviço Social crítico no século XXI.

Portanto, o que está em jogo nesse momento é o acirramento da disputa entre a possibilidade de conhecer ou não a coisa em si, de ir aos seus fundamentos e superar o sincretismo ou permanecer na reprodução da mera empiria e, por isso, também na reposição intelectual do sincrético. O que se observa é uma batalha no interior da profissão de uma teoria social que defende a capacidade da abstração

superar o abstrato através da procura pelas múltiplas determinações do concreto e de uma teoria do conhecimento que acredita haver na consciência uma limitação que apenas nos permite recortar e apartar o objeto de seus nexos categoriais com o conjunto da totalidade social (MARANHÃO, 2006).

Nas palavras de Simionatto (1999), o Serviço Social hoje está imerso numa disputa entre duas grandes tendências teóricas, uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que apreende a ação profissional como um espaço de fragmentos, limitada as demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requisita a mobilização de um corpo de conhecimento e técnicas que não possibilita superar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que entende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico. Diante disso, o fortalecimento de uma ou de outra perspectiva depende, necessariamente, da qualificação teórico-metodológica e prático-operativa dos assistentes sociais e de suas escolhas ético-políticas no sentido de compreender o significado e as implicações de tais propostas para o futuro da profissão diante dos enormes desafios postos pelo século XXI.

Com efeito, o que se põe hoje para a categoria profissional, no dizer de Ortiz (2007), é a clara escolha em manter a prevalência da direção social estratégica do projeto ético-político ou aderir às tendências fundamentadas em abordagens comportamentais, voluntaristas, holistas, dentre outras. A escolha consciente somente poderá ocorrer a partir de um rigoroso investimento numa formação profissional crítica, sendo imprescindível o papel da universidade e das entidades representativas da categoria.

Nesse sentido é que se põe como fundamental pensar sobre o solo em que ocorre a formação profissional, bem como majoritariamente a produção de conhecimento, ou seja, a academia que, na conjuntura atual, se insere no projeto de contrarreforma do Estado. Nele, a educação superior está submetida à lógica empresarial e mercadológica. A tendência prevalecente é a privatização do ensino, a desobrigação do Estado para com o funcionamento das instituições públicas de ensino superior e o redirecionamento da produção de conhecimento para atender as demandas emergentes do mercado, com desdobramentos negativos para as condições objetivas e subjetivas postas aos pesquisadores, o que será discutido no próximo item.

### 3.3 A contrarreforma do ensino superior no Brasil e suas repercussões para a produção de conhecimento teórico

Na literatura consultada sobre a contrarreforma do ensino superior no Brasil é recorrente a discussão acerca dos rebatimentos negativos desta na produção de conhecimento teórico.

Leher (2010), rigoroso estudioso do assunto, nos chama a atenção para o fato de que a contrarreforma que ora vem sendo processada no ensino superior no país se inclui no processo mais amplo de contrarreforma do Estado implementada no âmbito das políticas sociais, ressaltando a urgente necessidade de se combater o projeto de nação que preconiza um lugar subordinado à universidade.

Contrarreforma essa que, conforme observou Chauí (1999b), busca modernizar e racionalizar as atividades estatais, redefinidas e distribuídas em setores dentre os quais se encontra o setor dos serviços não exclusivos do Estado, os quais podem ser realizados por instituições não estatais, cabendo ao Estado prover tais serviços, contudo não os executando nem desenvolvendo uma política reguladora dessa prestação. Nesses serviços se inclui a educação, dentre outras, entendidas como “organizações sociais” prestadoras de serviços que firmam contratos de gestão com o Estado.

Assim, a universidade, instituição social de cunho republicano e democrático por excelência, passa a ser transformada em uma organização, uma entidade administrada na qual sucesso e eficácia são mensurados em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho. Colocada no setor de prestação de serviços a ideia de autonomia universitária passa a assumir um novo sentido, ou seja, se reduz a gestão de receitas e despesas. A flexibilização passa a ser o seu corolário, significando, sobretudo, a eliminação do regime único de trabalho, o concurso público e a dedicação exclusiva, substituindo-os por contratos flexíveis, precários, temporários; a adaptação dos currículos de graduação e pós-graduação às demandas das empresas locais e separar docência e pesquisa, deixando para a universidade a docência e a pesquisa para centros autônomos. A qualidade passa a ser definida como competência e excelência, cujos critérios da produtividade são quantidade, tempo e custo, em detrimento do que se produz, como se produz, para

que ou para quem se produz, ocorrendo uma inversão eminentemente ideológica da qualidade em quantidade.

Em suma, conclui a autora, submetida à lógica gerencial, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade e pensada para ser flexível, a “universidade operacional” estrutura-se por estratégias e programas de eficácia organizacional, sendo definida e estruturada por normas e padrões alheios ao conhecimento e à formação intelectual, estando, portanto, pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências alheias ao trabalho intelectual. Desse modo, instala-se, pois, uma heteronomia na universidade, visível no aumento exacerbado de horas-aulas, na diminuição do tempo para mestrados e doutorados, na avaliação pela quantidade das publicações, colóquios etc., o que poderá ocasionar na sua desmoralização pública e na sua degradação interna.

Nessa mesma linha argumentativa, Netto (2000) ressalta que a reforma da educação superior no país que ora vem sendo implementada se constitui como uma política de governo, fundamentalmente afinada com o aprofundamento das reformas estruturais orientadas pelos organismos internacionais do capital, a qual envolve traços que já são realidade, tais como o favorecimento da expansão do privatismo, ou seja, a transformação do ensino superior em área de investimento de capital, envolvendo um nível que até então não era capturado pelo mercado, a pós-graduação, a qual seguindo uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, é instrumentalizada para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado. A liquidação da relação ensino, pesquisa e extensão, visto que remete a pesquisa para institutos, centros, transformando a universidade em escola de 3º grau. A supressão do caráter universalista da universidade, a subordinação dos objetivos universitários às demandas do mercado, a redução do grau de autonomia vista simplesmente como autonomia financeira e a supressão da autonomia docente.

Enfim, trata-se de um modelo de política que resulta na liquidação do sistema universitário público, visto que suprime o papel democratizante da universidade, a qual apesar de todos os seus problemas “[...] é uma escola de cidadania, ela inquieta, ela agita, ela subverte, ela faz germinar” (NETTO, 2000, p. 29). Além do mais, no fim da pretensão de qualquer pesquisa acadêmica, autônoma, pois que o

trato acadêmico da pesquisa, da investigação e da produção de conhecimento vem se dando de maneira subordinada aos interesses do capital.

É um dado de realidade que as principais medidas governamentais para a realização de reformas educacionais resultam de interferências do BM nos rumos do desenvolvimento do país, e principalmente na formulação das políticas educacionais em curso. Tais interferências caracterizam-se, pois, pela prevalência da lógica financeira sobre a lógica social e educacional; pela falácia de políticas que declaram o objetivo de elevação da qualidade de ensino, enquanto, por outro lado, implementam a redução dos gastos públicos para a educação e mantêm-se indiferentes à carreira e ao salário do magistério (YAZBEK; SILVA, 2005).

Como reitera Siqueira (2004), baseado no discurso da sociedade do conhecimento, segundo o qual níveis mais elevados de educação seriam imprescindíveis para o desenvolvimento e competitividade das nações num mundo cada vez mais globalizado, bem como para contribuir para a coesão social, em fins do século XX e início do século XXI, o ensino superior voltou a fazer parte das prioridades do BM. Porém, não mais a partir de uma oferta pelo setor público, e sim, para a sua total abertura ao setor privado internacional e a grandes empresas nacionais a ele associados. Prioriza-se, assim, não apenas a necessidade de diversificação das instituições, mas, sobretudo, o estabelecimento de um sistema estratificado, com um pequeno número de universidades de pesquisa no topo, seguidas por aquelas destinadas a formação profissional de 04 (quatro) anos, e institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de 02 (dois) anos. Por um lado, as universidades de pesquisas deveriam atender prioritariamente a elite intelectual do país, dispor de verbas públicas, ser gratuita, mas utilizar seu potencial para o desenvolvimento econômico do país e a competitividade das empresas. Por outro, o nível mais baixo no *ranking*, aqueles cursos pós-secundários elevados à categoria de nível superior, voltados aos mais pobres, devendo ser pagos e oferecidos pelo setor privado. Reforçam-se ainda novas modalidades de oferta do ensino superior, como o ensino à distância, o semipresencial, bem como a sua oferta em blocos sequenciais.

Enfim, para a autora, a ênfase do BM consiste, necessariamente, na eficiência gerencial do setor público, na abertura dos “serviços” educacionais ao mercado global e na escandalosa transferência de recursos públicos para o setor privado como forma de atender a baixo custo os seguimentos populacionais mais empobrecidos.

Seguindo a vertente liberal que concebe o Estado e a sociedade como coisas distintas, tendo sua concepção de desenvolvimento sustentada na divisão do trabalho e, desse modo, partindo o homem e os apartando (TAVARES, 2011), o BM vem, reiteradamente, recomendando para os países latino-americanos que os governos abandonem a irrealista e ineficaz perspectiva da universalização da educação como direito do cidadão e dever do Estado e priorizem ações focalizadas, tais como a alfabetização para determinados segmentos da população, através de ações da sociedade civil (LEHER, 2005).

São pressupostos desse modelo à redução de recursos, o aumento de estudantes sem investimentos no patrimônio físico, a perspectiva da eficiência e o atrelamento da autonomia à reforma administrativa por meio de contratos de gestão. A atual direção dessa política educacional vem possibilitando o crescimento de instituições privadas que, de modo geral, não priorizam o ensino, a pesquisa e a extensão fora dos interesses do mercado. As Universidades são regidas pela perspectiva utilitária e pragmática, típica de uma “universidade operacional”, como denominou Chauí (1999b), estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos a serem alcançados.

Portanto, estimula-se o estreitamento de laços da universidade com o mundo empresarial, (financiamentos de pesquisas, laboratórios, dentre outros), além da venda de serviços a organismos governamentais. Institui-se o “empresariamento” dos docentes e pesquisadores, postos à disposição das demandas dos “clientes”, numa típica relação de mercado. As entidades contratantes passam além de beneficiar-se dos resultados das pesquisas, a interferir na definição de temas e no seu processamento, imprimindo a investigação e a produção de conhecimento um caráter imediatista e instrumental, operativo, produzido sob encomenda, para que as coisas funcionem como já alertou lamamoto (2000).

A venda de serviços realizada pela universidade ao mercado, que antes era motivo de constrangimentos, agora é parâmetro da excelência acadêmica. Logo, instala-se um “capitalismo acadêmico”, no qual o reconhecimento do professor é mensurado pela sua capacidade empreendedora, ou seja, pela sua capacidade de captar recursos junto às agências de fomento à pesquisa ou a iniciativa privada, através de projetos de pesquisa ou o estabelecimento de acordos (LEHER, 2005).

Nesse sentido, procede-se a transferência dos mesmos padrões que orientam a compra e a venda de mercadorias para o mundo acadêmico, estimulando o individualismo e a competição entre os professores, ao mesmo tempo em que se caminha em direção ao ensino pago, indo de encontro à educação enquanto direito social.

De forma sagaz e brilhante, Marx (2003 apud TAVARES, 2011), nos mostra que em se tratando do Estado burguês, não provoca estranheza a mercantilização da educação, principalmente no setor público, pois na sociedade capitalista não importa a qual necessidade a coisa satisfaça, se elas decorrem da necessidade do estômago ou da fantasia, pois tudo é mercadoria.

Nesse modelo, ardorosamente defendido pelo grande capital e prontamente adotado pelo governo brasileiro nos últimos anos, diz Chauí (1999b), a docência é compreendida como transmissão rápida de conhecimentos, adquiridos em manuais de fácil leitura para os discentes. Pensada como habilitação rápida para graduados, os quais necessitam entrar rapidamente no mercado de trabalho, do qual logo serão considerados descartáveis<sup>70</sup>. Ou como elo de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores, desaparecendo, portanto, o essencial da docência que é a formação. E a pesquisa não é conhecimento de algo, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Nesse ambiente não há tempo pra reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos já elaborados, sua mudança ou sua superação.

Logo, na “universidade operacional”, sintetiza a autora, não existe pesquisa, visto que esta requer reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta e invenção. Uma visão de totalidade e sínteses abertas que suscitam o

---

<sup>70</sup> Vale lembrar que nessa conjuntura de crise do capital, observa-se forte investimento ideológico na criação de consenso para o exército de reserva, internalizando nessa massa de trabalhadores o discurso da qualificação como via de inserção no mercado. O apelo ao “capital humano” surge para de fato responsabilizar o indivíduo e justificar o desemprego e o subemprego como uma questão individual (ABEPSS; CFESS, 2011).

questionamento e a procura, portanto, uma ação civilizatória contra a barbárie social e política. “Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva” (CHAUÍ, 2003, p. 11).

Com esse mesmo entendimento ressalta Tonet (2001), no âmbito da educação não há mais lugar para a produção de um tipo de conhecimento filosófico e científico, voltado para os interesses mais gerais e não diretamente mercantis; para uma formação de personalidades humanamente mais amplas, críticas e multifacetadas.

Para Chauí (1995; 2003), a universidade ao nascer dá início a sua luta por autonomia, diante das ameaças do poder temporal e espiritual. O conflito com a Igreja expressava-se na tensão entre fé e razão e na procura de produzir explicações racionais às verdades reveladas. Com sua incorporação como parte constituinte do Estado, lhe imprimindo um caráter público, rompe-se a heteronomia do saber, em prol do trabalho autônomo e da autonomia criadora. Nos tempos atuais verifica-se uma regressão conservadora, visto que se tem a submissão da produção de conhecimento a uma transcendência profana, a do mercado, guiado por princípios liberais. Desse modo, afirma-se o fetichismo da mercadoria, mantendo o princípio da heteronomia do conhecimento e não mais a alienação religiosa. Logo, a ação criadora do trabalho intelectual é minimizada a executar uma rotina cujo sentido e finalidade não lhe dizem respeito, aniquilando uma das conquistas democráticas mais significativas da Modernidade, ou seja, a dimensão pública da pesquisa em sua realização e em sua destinação.

Em síntese, estamos vivenciando a mais ampla e profunda reforma do ensino superior no país, desde a ditadura militar, que alarga a esfera privada em detrimento da pública, tendo seu arcabouço legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996, que traz um conjunto de medidas, com destaque para a autonomia universitária, os cursos sequenciais, o mestrado profissionalizante, a regulamentação do ensino à distância e os processos de avaliação, eixo axial desse modelo de política educacional.

Autonomia que é tratada restritivamente enquanto autonomia gerencial e financeira. Os cursos sequenciais como uma modalidade de ensino que envolve um claro aligeiramento da formação, voltada ao preenchimento de “nichos de mercado de trabalho”, visando flexibilizar o ensino, de modo a atender de forma imediata as demandas do mercado. Os mestrados profissionalizantes, distintos dos cursos

tradicionais, visam articular o ensino com a aplicação profissional, numa clara resposta ao atendimento das necessidades do mercado de trabalho, e uma secularização da pesquisa na pós-graduação *stricto sensu*, que fica limitada aos mestrados acadêmicos e doutorado, constituindo-se importantes nichos de mercado.

No documento (GUERRA, 2013) elaborado pela Coordenadora Nacional de Pós-Graduação da ABEPSS, gestão 2011-2012, professora Yolanda Guerra (2012), visando fomentar e subsidiar o debate sobre a temática está claro que o mestrado profissional confronta as diretrizes ético-políticas profissionais, pois estabelece uma capacitação meramente instrumental em detrimento dos fundamentos, aportes teórico-metodológicos e ético-políticos, construídos historicamente, separando o fazer do pensar. Promove o aligeiramento e a precarização da formação de pós-graduação. Fragmenta a pós-graduação, formando mestrados com exigências rebaixadas com consequências desastrosas para o futuro da formação profissional em todos os níveis, com destaque para a docência na graduação. Nestes cursos, em razão da sua natureza, formato e objetivos, a pesquisa inovadora e autônoma desaparece. A educação se realiza cada vez mais conectada com a lógica do mercado, como um bem de consumo imediato. Há o interesse no aproveitamento de mestres nos setores produtivos e de doutores na pesquisa. Enfim, é uma forma de mercantilização, já que impõe taxas aos estudantes ou capta recursos junto ao mercado e governo, o que compromete também a autonomia da pesquisa e da produção de conhecimento.

Nesse sentido, comenta a autora, fica evidenciado que estamos vivenciando o aprofundamento de uma histórica política de fomento voltada a atender aos interesses da indústria brasileira, operando na direção de formar recursos humanos para o mercado, através de parcerias com empresas. Pautada em um modelo de gestão empresarial direcionada às necessidades do processo produtivo, a política de pós-graduação atual é regulamentada pela Lei de Inovação Tecnológica (BRASIL, 2013) que busca promover a inovação por meio da articulação entre os diversos setores. Visa uma maior interação universidade/empresa e a participação de pesquisadores no desenvolvimento de novas tecnologias sempre direcionadas às empresas. Prevê a participação do docente na captação de recursos no mercado oferecendo serviços de inovação tecnológica, convertendo-o em empreendedor, mero prestador de serviço ao mercado e/ou captador de recursos, novas funções

assumidas por docentes na mesma lógica da polivalência que orienta o mundo do trabalho.

Portanto, com a vigência dessa Lei, se põe em andamento uma política de pós-graduação adequada e atrelada aos interesses da política industrial brasileira, assim como aos do comércio exterior, para o que a área das ciências sociais aplicadas, com sua postura crítica a esta política, pouco tem a contribuir, sendo colocada a reboque de outras e apreendida como rígida, engessada e por vezes até démodé.

O PNPG - 2011-2020, ora em vigência, é explícito quanto à priorização de estratégias para superar a defasagem do Brasil em relação a outros países no que tange à formação pós-graduada, através, principalmente, de investimentos na pós-graduação à distância, nos mestrados profissionais e na interdisciplinaridade, numa clara sintonia com as demais políticas introduzidas pelos governos denominados neodesenvolvimentistas.

Quanto à educação à distância<sup>71</sup>, conforme salienta Pereira (2008), reconfigura completamente a formação, pois que descentra a figura do professor e germina um novo sujeito, o tutor. Bem como anula a vivência acadêmica do discente, não abarcando as dimensões da pesquisa e da extensão e a sua aproximação com o movimento estudantil.

Modalidade de ensino essa que se constitui em uma das faces mais marcantes da mercantilização e precarização da educação brasileira. Uma estratégia rentável para o mercado que acessa o fundo público com a intensificação dessa política de governo. Sob o aspecto ilusório da expansão do acesso, essa estratégia tem sido defendida por setores dominantes da sociedade, que obtêm lucro imediato nessa configuração de adestramento da força de trabalho (ABEPSS; CFESS, 2011).

Enfim, que vem sendo apresentada como elemento significativo para a criação de fetiche da ampliação do acesso e do aumento no índice de escolarização, mascarando os fenômenos do aligeiramento da formação profissional e o processo de certificação em larga escala, que vêm ocorrendo nos países periféricos. Nesse mesmo sentido, esse projeto omite que essa "expansão/democratização" deverá ocorrer por meio da ampliação da participação dos setores privados no

---

<sup>71</sup> Acerca do ensino a distância e a posição das entidades representativas da categoria profissional sobre o assunto, consultar ABEPSS e CFESS (2011).

financiamento e na execução da política educacional, ou seja, trata-se da busca incessante do empresariado internacional e brasileiro por lucratividade (LIMA, 2008).

No que se refere aos processos de avaliação, vários especialistas no assunto vem ressaltando que esses tem se pautado por uma lógica eminentemente empresarial de retorno ao nível de curto prazo. Tem se constituído, portanto, numa proposta visivelmente de caráter autoritário, quantitativo, descontextualizada e vinculada a um único propósito, financiamento das instituições, ancorada numa concepção privatista, declaradamente neoliberal.

Segundo Guerra (2010), a avaliação da pós-graduação<sup>72</sup>, embora tenha registrado mudanças significativas no seu direcionamento com a introdução do Qualis periódico e em algumas áreas, entre elas o Serviço Social, do Qualis Livro, no entanto não se pode omitir que cada vez mais a avaliação vem sendo equalizada, burocratizada, uniformizada, suprimindo as diferenças entre as áreas. Enfim, uma avaliação pautada numa lógica que valoriza mais a produção em pesquisa do que a atividade de ensino, bem como a redução do tempo médio para titulação de mestres e doutores.

Em suma, ao discutir os efeitos imediatos da contrarreforma do ensino superior ora em curso no Brasil, Tonet (2001) comenta que tais efeitos se expressam, notadamente, na privatização do ensino superior e na intensificação do caráter mercantil da educação. No setor público, em particular, se manifesta, dentre outras, sob a forma da diminuição dos recursos destinados a universidade, do que resulta um sucateamento geral. Pela introdução progressiva de cursos pagos e pela crescente parceria entre universidade e empresas privadas, submetendo a estas a direção da produção do conhecimento.

Trata-se, portanto, de uma clara direção política de destruição da universidade pública e gratuita, em sintonia com a proposta dos organismos internacionais.

Nesse contexto, o projeto de formação do assistente social e a produção de conhecimento teórico na área se defrontam com esse perfil da Política Educacional implantada no país.

---

<sup>72</sup> A Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende os processos de acompanhamento anual e de avaliação trienal do desempenho dos programas e cursos que fazem parte do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), implantado pela CAPES em 1976, abrangendo 02 (dois) processos conduzidos por comissões de consultores, vinculados a instituições de ensino das diferentes regiões do país. Consultar: Brasil (2012).

Como já alertou Simionatto (2005), há que se considerar que as condições da pesquisa na área não podem ser remetidas apenas ao âmbito interno da profissão, mas também ao quadro da crise geral em escala internacional, seu agravamento no momento atual e sua incidência no ensino superior brasileiro. Pois, a redução de investimentos bem como o empresariamento da educação embaraça, cada vez mais, o desenvolvimento científico e tecnológico que tende a ocupar um lugar preponderante na esfera da produção. A pesquisa e a investigação estão sendo consideradas como os principais motores da inovação para o aumento da competitividade e da produtividade das economias, tanto em nível internacional, quanto nacional.

A mercantilização da ciência prossegue Dantas (2004 apud SIMIONATTO, 2005), prevê uma política de esvaziamento da universidade, de fomento ao “capitalismo acadêmico” e o direcionamento da produção docente à lógica da rentabilidade. Compromete, pois, os princípios constitucionais de autonomia didático-científica das universidades e de liberdade de produção, expressão e veiculação de conhecimentos e saberes. Submete os docentes, os recursos e a instalação pública ao controle direto das empresas privadas, que poderão inviabilizar a pesquisa básica, em particular nas áreas humanas e sociais, assim como toda a produção científica que não atenda aos interesses imediatos do mercado.

Desse modo, conclui afirmando que o futuro é desafiador, a consolidação da pesquisa, da produção de conhecimentos no Serviço Social dependerá, necessariamente, das condições objetivas das nossas instituições e da potencialização das forças críticas e criativas aglutinadas em torno da produção de conhecimentos que possibilitem subsidiar a análise dos processos sociais e impulsionar ações e projetos profissionais voltados para o fortalecimento da emancipação humana.

Contra-pondo-se ao que está posto o Serviço Social vem, aguerridamente, defendendo uma formação de graduação e pós-graduação que substancie e respalde cada vez mais a plataforma emancipatória da profissão, na resistência às várias formas de exclusão, opressão e violência que nos tempos atuais se adensam e atualizam como demanda privilegiada ao ensino de qualidade e à pesquisa na profissão. Formação pautada nos princípios, dentre outros, de adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, bem como na indissociabilidade nas

dimensões de ensino, pesquisa e extensão (ABESS/CEDEPSS, 1996). E a produção de um conhecimento teórico crítico, com rigor teórico-metodológico, que porte relevância social e contribua efetivamente para o desvendamento da realidade social. Como recomendam Yazbek e Silva (2005), um conhecimento “contra-hegemônico”, ou seja, em sintonia com a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão.

Com certeza, diante do quadro de sucateamento das universidades públicas, o Serviço Social vem, enfim, defendendo uma universidade pública, laica, democrática, presencial, de qualidade e referenciada socialmente.

Lutar por uma universidade pública e gratuita, pela sua ampliação, pela sua melhoria e pelo acesso cada vez mais amplo da população a ela é, necessariamente, diz Tonet (2001), lutar pelos interesses daqueles que realmente produzem a riqueza, os trabalhadores. É, pois, lutar por uma vida efetivamente digna para a imensa maioria da população brasileira.

Considerando o exposto, no capítulo que segue, buscaremos evidenciar as implicações desses processos no fenômeno aqui tratado.

#### **4 A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do projeto ético-político**

Neste capítulo, o principal desafio a ser enfrentado é desvendar a relação entre o conhecimento teórico produzido nas teses de doutoramento defendidas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social selecionados/estudados e a direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

A relação envolve um conjunto de determinações, dimensões e situações, impostas por condições objetivas e subjetivas a que os sujeitos que a protagonizaram estavam submetidos, e o espaço de sua realização. Sujeitos que, parafraseando Netto (1999), possuem origens, situações, posições e expectativas sociais diversificadas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas os quais, sob determinadas condições históricas, ao se depararem com as atuais demandas postas a produção de conhecimento teórico responderam, configurando uma determinada direção ao conhecimento produzido.

O papel do sujeito na produção de conhecimento teórico é fundamental. Já nos alertou Marx (2008) que sendo a teoria uma reprodução do movimento real do objeto, no plano do pensamento, o papel do sujeito é de extrema importância para apreender não a aparência do objeto, mas a sua essência, sua estrutura e dinâmica. Enfim, para apreendê-lo como um processo, lhe é exigido, sobretudo, criatividade, imaginação e capacidade para mobilizar conhecimentos, criticá-los e revisá-los. Sujeito que deve apoderar-se da matéria em suas particularidades, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e buscar a conexão que existe entre elas.

Para Tonet (1998), numa clara adesão ao pensamento marxiano, a construção de teoria requer um sujeito e um objeto. Sujeito que implica o momento da individualidade e o da universalidade. Individualidade esta que na sua composição já se encontra presente o momento da universalidade, melhor dizendo, das objetivações que a humanidade elaborou no curso de sua trajetória histórica, as quais poderão em momentos distintos impulsionar ou dificultar o avanço do conhecimento. Quanto ao objeto é necessário que este se ponha de maneira adequada, explicitado em seus elementos essenciais, como condição de

possibilidade de sua apreensão, pois não basta o esforço de uma individualidade ainda que qualificada, para que se produza conhecimento teórico.

Com esse entendimento buscaremos, inicialmente, apresentar um breve perfil dos sujeitos responsáveis por essa produção, considerando o que relataram sobre esse processo, as suas escolhas por determinados campos de investigação e as suas expectativas acerca do conhecimento que produziram. Em seguida, apresentaremos os temas tratados e, para finalizar, destacaremos a perspectiva teórico-metodológica prevalente anunciada pelos autores para referenciar as suas análises e as interferências do pensamento pós-moderno, com o propósito de desvendar o mais aproximadamente possível à relação que essa produção mantém com a direção social do projeto ético-político da profissão.

#### 4.1 Elementos do perfil profissional dos protagonistas da produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento defendidas nos programas de pós-graduação em serviço social, universo da pesquisa

Na tentativa de identificarmos o perfil dos sujeitos que protagonizaram o conhecimento teórico aqui tratado e, conseqüentemente, imprimiram certa direção social a esse conhecimento recorreremos a Plataforma Lattes/ CNPq (BRASIL, 2012), especialmente, aos Currículos Lattes de cada um deles, disponíveis na referida plataforma.

Constatamos que nesse universo, quanto ao gênero, predomina o feminino. Dos 42 (quarenta e dois) sujeitos, autores das teses, 36 (trinta e seis) são do sexo feminino e 06 (seis) do sexo masculino. Fato que reafirma a nítida marca de gênero apresentada ao longo da trajetória do Serviço Social, que se expressa na sua composição majoritariamente feminina tanto da categoria profissional quanto de seu público usuário. Marca essa que, segundo Cisne (2010), não se desenvolveu naturalmente, pelo contrário, foi e é determinada por construções sociais e ideológicas concretas, eivadas de interesses de classe. Desde as protoformas da profissão há, pois, uma clara marca de gênero como construto do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996).

Em pesquisa (CFESS, 2005) já realizada foi constatado que 97% dos assistentes sociais no país são do sexo feminino e apenas 3% do sexo masculino. Prevalência esta evidenciada desde a formação acadêmica, conforme Censo do Ensino Superior, realizado em 2003, no qual os cursos de “Serviço Social e Orientação” lideram os de maior percentual feminino, perfazendo um total de 93,8% de mulheres matriculadas, o que faz da questão de gênero um dos determinantes relevantes para decifrar o trabalho do assistente social, a exemplo do mercado e as condições de trabalho, a imagem social da profissão etc. (IAMAMOTO, 2007).

É fato que as transformações societárias, típicas da sociedade tardo-burguesa, convulsionaram os padrões de sociabilidade, trazendo como consequência, dentre outras, a emergência de protagonistas sociais, a exemplo das mulheres. Nesse tempo sócio-histórico, as demandas femininas ganharam força emancipatória, atravessando as práticas sociais como questões que não podem mais ser obscurecidas, como observou Netto (1996c).

Contudo, o capitalismo, ao transitar para um regime de acumulação flexível, reestruturou de maneira radical o mercado de trabalho. Introduziu novas modalidades de contratação, criou novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham a exemplo da idade, do sexo, da etnia etc., coroando uma reestruturação que conserva e acentua os padrões de exploração, os quais incidem fortemente sobre o elemento feminino que se tornou um componente fundamental da força de trabalho.

Para Iamamoto (1998a, p. 104), no Serviço Social hoje se tem um contingente profissional proveniente de segmentos médios pauperizados, com um evidente recorte de gênero. “[...] uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres”. Com tal perfil, alerta a autora, o assistente social absorve a imagem social da mulher, bem como as discriminações a ela impostas no mercado de trabalho, tais como diferenciais de remuneração e renda em relação aos homens, de níveis de formação em relação às exigências tecnológicas, maior índice de desemprego, dentre outros.

Traço esse que, somado à herança de uma cultura profissional que carrega marcas confessionais em sua formação histórica, tem possibilitado que alguns de seus elementos sejam atualizados no atual contexto histórico, através de um discurso laico que reatualiza a herança conservadora na profissão. É possível observar, conclui a autora, em alguns segmentos profissionais a presença do

messianismo e voluntarismo no trato da profissão e da “questão social”. É também frequente o sentimento de auto-cupabilização na abordagem dos limites da ação profissional, metamorfoseados em responsabilidade do sujeito.

Quanto à formação acadêmica verificamos que no conjunto dos 42 (quarenta e dois) sujeitos, 33 (trinte e três) possuem a Graduação em Serviço Social, 01 (um) em Administração de Empresas, 02 (dois) em Direito, 02 (dois) em Ciências Contábeis, 02 (dois) em Ciências Sociais, 01 (um) em Psicologia e 01 (um) em Biblioteconomia.

No que diz respeito à titulação de mestre, 25 (vinte e cinco) são titulados em cursos de Mestrado em Serviço Social, 03 (três) em Direito, 01 (um) em Extensão Rural, 01 (um) em Gestão e Políticas Públicas, 01 (um) em Economia, 03 (três) em Sociologia, 02 (dois) em Psicologia Social, 01 (um) em Ciências Contábeis, 01 (um) em Educação, 01 (um) em Ciências Sociais, 01 (um) em Odontologia, 01 (um) em Ciências da Informação e 01 (um) em Desenvolvimento Social e Sistemas de Produção Agrícola Familiar.

Assim, esses sujeitos, majoritariamente, possuem uma formação acadêmica na área de Serviço Social. Contudo, não poderemos desconsiderar o razoável percentual de 7,65% referente àqueles oriundos de áreas afins, o que nos remete para a credibilidade adquirida pelos Programas de Pós-graduação na área. Foi possível identificar no material pesquisado o interesse desses sujeitos pelo debate crítico que se faz acerca do capitalismo na contemporaneidade e suas formas de enfrentamento às expressões da “questão social”, travado no âmbito dos citados Programas.

É necessário lembrar que a formação da maioria desses sujeitos, considerando aqui aqueles formados em Serviço Social, particularmente, ocorreu num período histórico que compreende os anos 1990 e 2000, no qual o Serviço Social, como evidenciou Netto (1996c), já se apresentava no Brasil como uma profissão consolidada. Já dispunha de um currículo mínimo nacional e largamente inserido no nível superior. Com uma pós-graduação afirmada em diversas universidades do país, reconhecido como área de conhecimento pelas agências oficiais de fomento e uma bibliografia própria circulando nacional e internacionalmente. Enfim, período de maturação profissional, no qual o projeto ético-político, fundamentado teórica e metodologicamente, conquistou hegemonia no interior do corpo profissional, porém com sua implementação ameaçada em

decorrência da cruzada antidemocrática do grande capital expressa na cultura do neoliberalismo.

Portanto, período também carregado de questões e problemas, que expressa à inserção do Serviço Social nas concretas relações da sociedade brasileira. Problemas e questões que dizem respeito, entre outros, a legitimidade social da profissão, pois, embora tenha ocorrido um amadurecimento no âmbito profissional de um vetor de ruptura com o conservadorismo, ele não consolidou uma “nova legitimidade” para a profissão junto às classes subalternas. Além da disputa de papéis e tarefas, colocando em xeque a legitimidade anteriormente conquistada.

No campo da formação constatou-se que o protagonismo dos docentes, no caso da universidade pública se deu de maneira limitada pelo sucateamento da instituição e, sobretudo, pelo burocratismo, parasitismo e pela inoperante concepção da relação ensino-pesquisa-extensão, traços, obviamente, oriundos da ditadura militar no país. Bem como aqueles gestados nos anos 1980, a exemplo do populismo acadêmico e o corporativismo, embora as condições de trabalho tenham sido ainda menos constrangedoras que as da maioria das universidades privadas, onde a lógica da rentabilidade capitalista prevalece.

Naquele contexto, pois, o protagonismo desses docentes foi, necessariamente, condicionado por uma clara mudança no perfil socioeconômico dos alunos, cada vez mais oriundos de extratos médios baixos urbanos, constituindo-se em trabalhadores que estudam, trazendo um evidente empobrecimento no seu universo cultural. Fato que se constituiu e vem se constituindo, como um grande desafio para o enfrentamento da problemática da formação, somado ao perfil econômico-social e cultural dos próprios docentes, pois dada a precarização da formação e das condições de trabalho vem se modificado significativamente.

O elemento mais crucial presente naquele cenário foi, portanto, o deslocamento das bases da dominância teórico-cultural, ou melhor, da dominância das correntes profissionais inspiradas na tradição marxista, na qual está ancorada a direção estratégica do projeto ético-político profissional.

Deslocamento que foi impulsionado, particularmente, pela inflexão registrada nos meios acadêmicos com a presença do ideário pós-moderno, notadamente na sua versão neoconservadora.

Desse modo, contexto sócio-histórico e ídeo-cultural que, segundo Guerra (2004) houve um revigoramento de velhas polêmicas do pensamento ocidental, as quais foram reeditadas à luz dos argumentos sobre a suposta crise dos projetos societários germinados na modernidade. A polêmica decisiva se deu e vem se dando entre razão e desrazão, entre modernidade e neoconservadorismo, redundando no abandono da dimensão ontológica do real, da história como substância, permitindo que certas correntes afirmem a destruição do passado, o fim da história e, pois, das grandes narrativas.

No Serviço Social naquele período, como já dito no capítulo primeiro, emergiu uma crítica formal às correntes marxistas. Crítica a ortodoxia dos marxistas brasileiros no Serviço Social e uma crítica as lacunas e não aos equívocos nos seus trabalhos. Crítica que se dirigiu, sobretudo, no sentido de flexibilizar a perspectiva teórica, incorporando autores ao gosto do crítico e as tendências mais valorizadas nos círculos acadêmicos e na indústria cultural pós-moderna (NETTO, 1996c).

Mas, é um dado de realidade que o Serviço Social no Brasil, conforme lamamoto (1998a), acompanhando a dinâmica do capitalismo, vem passando por mudanças expressivas e fortalecendo-se cada vez mais como uma especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho. Necessariamente a formação profissional tem sido alvo de revisões para compatibilizar-se com as determinações societárias, principalmente a partir da segunda metade do século XX, momento em que se constata o desenvolvimento áureo de acumulação de capital, e, em seguida, a mais uma de suas crises, a que se desencadeou no pós 1970.

Crise do capital que, conforme Guerra (2010), com suas novas e velhas determinações provoca metamorfoses no mundo do trabalho como condição básica para elevação das taxas de lucro e do processo de financeirização do capital, exigindo um novo perfil de profissional funcional a essa fase do capitalismo. Como resposta às exigências dessa etapa do capitalismo o ensino superior no país foi reconfigurado, orientando-se pelas demandas do mercado de trabalho, pelo padrão de acumulação vigente. Ou seja, formar profissionais sob o imperativo do capital financeiro, da sociedade dos imediatismos, do salve-se quem puder e da razão instrumental. Enfim, de uma cultura do trabalho adaptada às normas da sociedade flexível que busca a todo custo fragilizar a organização dos trabalhadores e aprofundar o controle sobre elas.

A Universidade se tornou “fábrica de diplomas”, sendo necessário forjar um perfil de estudante adequado à lógica da banalização, do aligeiramento e precarização do ensino e da educação superior. Estratégias essas que, necessariamente, se confronta com os princípios básicos da formação profissional do assistente social, fundamentados na qualidade, rigorosidade, publicidade e gratuidade.

O Serviço Social, conforme Guerra (2010), não passa incólume às iniciativas que ora vem sendo implementadas no âmbito da contrarreforma do ensino superior no país. Os cursos de Serviço Social tendem a ser um importante nicho para o mercado educacional. Acompanhado da precarização do ensino na área tem-se a precarização das políticas sociais e das condições de trabalho. O perfil de profissional exigido nesse contexto é, necessariamente, avesso ao exposto nas atuais Diretrizes Curriculares.

Assim, para a autora, podemos dizer que a formação vem sendo impactada por essa conjuntura, ao mesmo tempo em que a impacta, responde e a ela resiste. Resposta e resistência expressas, dentre outras, no processo de revisão curricular, que culminou nas “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social”, instrumento legal que orienta a formulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em questão, aprovadas em assembleia geral em 1996 pela ABESS e estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da Resolução CNE/CES 15, em 13 de março de 2002, já discutida no primeiro capítulo.

No Serviço Social busca-se, conforme Iamamoto (2000, p. 72), uma formação ampla e densa, que possibilite ao assistente social situar-se no mundo contemporâneo, fazer a leitura dos processos sociais e apropriar-se das possibilidades neles existentes, transformando-as em propostas e frentes de trabalho. “Enfim, indagar a realidade, produzir conhecimentos significativos para a sociedade e projetar ações pertinentes”.

Porém, sabemos, conforme já realçado anteriormente, dos problemas que ocorreram na implementação das referidas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, resultando no descompasso entre o preconizado e o implementado. Aranha (2007), por exemplo, observou que na grande maioria das vezes não houve uma devida apreensão da lógica curricular, uma adequada apropriação da perspectiva ontológico-social a ela subjacente, redundando em equívocos e possíveis prejuízos à formação e ao exercício profissional.

Não obstante, não se pode desconsiderar, como ressaltaram Mota e Amaral (2009), o evidente esforço para fortalecer a qualidade do ensino de graduação, através da pesquisa avaliativa da implementação das Diretrizes Curriculares, contrapondo-se ao aligeiramento da formação, à massificação do ensino privado mercantil, presencial e a distância. Bem como o curso de atualização “As Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional de Serviço Social” (ABEPSS Itinerante), aqui já destacado.

No que se refere à pós-graduação é importante ressaltar que no lapso temporal em que esses sujeitos foram titulados os rebatimentos do processo de sucateamento do ensino em todos os níveis colocaram em risco o padrão de qualidade acadêmica da pós-graduação no Brasil. Seguindo uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental a pós-graduação foi instrumentalizada para atender diretamente às necessidades do capital e dos serviços ofertados no mercado.

Não restam dúvidas que na atual agenda do desenvolvimento econômico, está na ordem do dia à reestruturação dos sistemas de ensino superior. O modelo de universidade que vem sendo configurado, como destaca Tavares (2010), marxistas são pensadores anacrônicos que em nada contribuem para a ordem capitalista e, por conseguinte, suas análises críticas da realidade são consideradas perda de tempo.

Guerra (2011), ao analisar criticamente a pós-graduação no país nos chama a atenção para o fato de que essa, submetida a uma racionalidade produtivista, vem formando e conformando um sujeito muito jovem e muitas vezes inexperiente, com perfil empreendedor, que se orienta pela relação custo-benefício, sendo convencido de que o seu sucesso se deve ao seu individualismo, ao seu esforço isolado.

Para a autora, esse modelo traz a reboque, dentre outras, um perfil de docentes, muitos deles incapazes de serem aprovados em concursos públicos, sem aptidão para a docência. Portanto, imprime uma mudança considerável na lógica da pós-graduação, visto que passa a enfatizar a formação de pesquisadores e não de quadros para a docência. Pesquisadores que, sob novas exigências, são submetidos a processos de prolongamento e intensificação do seu trabalho intelectual e, conseqüentemente ao adoecimento e processos de sofrimento.

Enfim, um modelo que toma os resultados quantitativos como critério para a distribuição de recursos. Limita a dedicação à pesquisa, premiando os que produzem provas do seu trabalho e não aqueles que investem na formação de profissionais e pesquisadores. Além de reduzir o tempo médio para a titulação de mestres e doutores.

No Serviço Social, ressalta a autora supracitada, apesar do acúmulo de potencialidades resultantes das 03 (três) décadas de implantação da Pós-Graduação *Stricto sensu*, nas quais a área buscou construir um espaço que se encontra em franco crescimento, detendo vitalidade e possibilidades, dadas particularmente pelo seu caráter interdisciplinar e sua perspectiva crítica, os rebatimentos do citado modelo reverberam na área em vários aspectos: fragilidade da formação de pesquisadores e no tratamento dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão; isolamento das investigações, visto que predomina uma produção individual fruto de monografias, dissertações e teses; consolidação de uma cultura de cooperação e intercâmbio, vivendo-se num ambiente de competitividade entre áreas, programas, docentes e pesquisadores, o que vem nos tornando cada vez mais segmentados, individualizados e fragilizados. Enfim, não obstante os esforços coletivos dos editores e pesquisadores para a qualificação de periódicos e revistas científicas da área, no sentido da sua indexação em bases nacionais e internacionais, a produção ainda padece de questionamento, ou seja, qual é a produção e qual a sua abrangência.

Assim, podemos inferir que o Serviço Social, ao acompanhar o movimento do real e dele receber influxo, vem dando as suas respostas. São inegáveis os esforços que vem sendo desprendidos para formar quadros teóricos e políticos qualificados, orientados por uma formação que lhes possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade, e a produção de um conhecimento teórico capaz de romper com os condicionamentos impostos pelo imediatismo e praticismo do pensamento conservador dominante.

Muito embora, ainda são inúmeros os desafios que se apresenta na cena contemporânea ao Serviço Social, os quais exigem da categoria profissional mais do que nunca coragem cívica e intelectual (NETTO, 1996c), ou seja, não ter medo de estar contra a direção política do tempo presente e não aderir aos encantos da pós-modernidade.

No dizer de Guerra (2010), exige clareza teórica e política no que tange à crise capitalista na atualidade e aos mecanismos políticos para seu enfrentamento, reconhecendo as formas de resistência e combate da classe trabalhadora e seus desdobramentos. Nesse contexto em que se acirram as disputas entre os projetos profissionais, nos cabe, pois, capturar a história na perspectiva de amplos horizontes históricos, para não cairmos no limite da imediaticidade. Investir em uma racionalidade que possibilite entender que a luta por direitos não pode prescindir da luta pela socialização da riqueza.

Para Tavares (2008), o “vir a ser possível” para o projeto ético-político do Serviço Social não é assegurado por uma mera aproximação ao marxismo. Ou os fundamentos do capitalismo são apreendidos desde a sua gênese, garantindo, portanto, a formação de novos quadros teóricos e políticos para o projeto profissional, ou cairemos numa mera petição de princípios.

Incorporar a direção que se quer, comenta a autora, não se trata tão somente de uma opção política, tampouco é só um ato de vontade. A nossa opção política, muitas vezes, ainda não é compreensão teórica e nessa transposição não se podem minimizar as determinações objetivas do capital. Compreensão teórica, portanto, é a meta a ser perseguida.

Em relação às atividades profissionais, verificamos que 39 (trinta e nove) desses sujeitos encontram-se no exercício da docência, com maior concentração nas universidades públicas do país. Ou seja, 22 (vinte e dois) com vínculo institucional em universidades federais, 04 (quatro) em universidades estaduais, 13 (treze) em universidades privadas, destas 07 (sete) são universidades católicas. Somente 03 (três) estão como assistentes sociais, em instituições do âmbito federal, estadual e municipal.

Mais uma vez fica confirmada a tendência já identificada por diversos estudiosos da área. Ou seja, são os assistentes sociais no desempenho da atividade de docência que majoritariamente vem produzindo o conhecimento teórico na área. Como ressaltou Netto (1996c), a partir da década de 1980 desenvolveu-se uma divisão de trabalho, uma especialização no interior da categoria profissional própria das profissões amadurecidas. Ergueu-se um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimento, constituindo-se numa intelectualidade, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o mercado de bens simbólicos da profissão.

A divisão de trabalho no interior das profissões é fundamental, ressalta Montaño (2007). Seus membros fazem e devem fazer coisas diferentes, em lugar de todos seguirem o mesmo ritual. No Serviço Social deve-se reconhecer como prática profissional não simplesmente aquilo cujo processo completo é desenvolvido pelo mesmo sujeito. Portanto, não se pode desprezar a atividade do profissional de campo por imaginá-la limitada teoricamente, nem tão pouco deslegitimar as elaborações teóricas de um profissional acadêmico acusando-o de não estar fundamentada na experiência prática. Caso contrário, reproduziremos a velha lógica positivista da gênese da profissão, na qual a produção de conhecimento é de competência das ciências e ao assistente social caberia a sua aplicação na prática.

Os assistentes sociais no Brasil, como ressalta Iamamoto (1998b), são “jovens intelectuais”, o que não significa subalternidade intelectual. A tardia familiarização com as exigências do mundo científico vem sendo assumida como desafio, no sentido de superar as limitações do passado.

Na conjuntura atual, em decorrência à tendência ao desemprego e à precarização do mundo do trabalho, os assistentes sociais vêm se inserindo em relações e condições de trabalho cada vez mais débeis. Em todos os espaços sócio-ocupacionais vivenciam as tendências de precarização das relações de trabalho, bem como o processo de deteriorização das condições de trabalho, que produzem instabilidade e insegurança, além de lidarem com indivíduos inseridos em situações de violação de direitos, de violência e de desigualdade social.

Desemprego, inserção precária no universo do trabalho, diversas formas de violência na vida cotidiana, criminalização dos movimentos sociais e suas lideranças, criminalização da pobreza, judicialização da “questão social” e a institucionalização do “Estado penal” conformam, segundo Santos (2010), o cenário onde se movem os sujeitos profissionais nos distintos espaços sócio-ocupacionais.

As pesquisas realizadas sobre o assunto revelam, dentre outras, as tendências a baixos salários, contratos temporários, pluriempregos, desqualificação do profissional, as quais, de acordo com Guerra (2010), reforçam a inserção subalterna da profissão na divisão sócio-técnico do trabalho, seu modo de fazer emergencial, pontual e fragmentário, limitando o exercício profissional às ações instrumentais. Bem como a fragmentação da categoria e o reforço ao caráter missionário, à falsa auto-representação da profissão como vocação, tendendo a

substituição da atividade profissional por atividades meramente voluntárias, desprofissionalizadas.

Para a autora, registra-se no interior da categoria, enfim, um movimento de avanços e retrocessos que, de certa forma, segue a dinâmica espaço-tempo identificada por Harvey (1992) no atual estágio do capitalismo, que vem germinando uma sensação de que os espaços se estreitaram e que o tempo se contraiu, reduzindo-se ao presente, ao imediato, ao fortuito. Sensação essa que, nas análises da autora, se por um lado possibilita aos assistentes sociais a se dedicarem a outras atividades, por outro, em virtude dos baixos salários, necessitam estabelecer outros vínculos de trabalho, levando-os ao aumento da jornada de trabalho e ao pluriemprego. Além da sensação de presentismo, tão demandada pelo ideário pós-moderno, ajusta-se ao imediatismo das respostas profissionais, seguida da percepção de instabilidade e insegurança no emprego.

Assim, nesse ambiente, conclui Guerra (2010), a racionalidade instrumental passa a ser o principal critério para atribuir competência aos profissionais. Em decorrência da relativa fragilidade teórica e analítica da profissão, restaura-se a queixa da ausência de “criatividade” e de instrumentos técnicos para a ação. A inserção dos assistentes sociais em relações informais os vulnerabiliza, levando-os, em diversos casos, a compartilhar com a ideologia do empreendedorismo, em outros casos, reduzido a intervenção profissional à condição de profissional do “cuidado”. A escassez de recursos materiais tem facilitado o predomínio de intervenções subjetivistas, em detrimento de mudanças estruturais, ou seja, restaura-se aquilo que Netto (1992) denominou de psicologização das relações sociais, agora atualizada pelas estratégias de empoderamento dos sujeitos. Enfim, o modelo de execução da política social, no qual fica evidente um padrão que destrói as conquistas históricas dos trabalhadores, concorrendo para a assistencialização da pobreza, da política e do próprio Serviço Social, vem dinamizando a tendência mais conservadora da profissão, com o retorno das práticas assistencialistas, caritativas, imediatistas, etc.

Somado a todos esses aspectos acima assinalados temos as implicações na subjetividade desses sujeitos, em particular os processos de adoecimento, reveladores, como ressaltou Santos (2010), de indivíduos vivendo em situações agudas de competitividade, burocratismo e violação de direitos, colocando-os diante de situações de medo, pânico e desesperança quanto à possibilidade do futuro.

Uma vez que predomina no conjunto dos sujeitos que protagonizaram a produção teórica aqui tratada a atividade de docência, não poderemos deixar de ressaltar as condições desfavoráveis em que essa atividade vem sendo desenvolvida, ao que tudo indica, com repercussões negativas sobre o processo de produção de conhecimento teórico. Se não necessariamente sobre a direção desse conhecimento, mas sobre as condições objetivas e subjetivas nas quais estão inseridos os sujeitos responsáveis por essa produção.

Mancebo (2011), ao analisar uma das dimensões da atividade de docência, ou seja, a produção de conhecimento, destaca que seguindo a tendência predominante no mundo do trabalho, sob o imperativo da acumulação flexível do capital, essa atividade além de precarizada, foi também flexibilizada e intensificada, diante ao aprofundamento de uma sociabilidade produtiva que alcança o limite extremo da autoexploração.

O docente vem sendo submetido a novos parâmetros para exploração da sua força de trabalho, particularmente a partir de sua subjetividade criativa e participativa no processo de produção. Para a autora acima referida, os docentes, constrangidos às pressas e ao atarefamento diário, o tempo fundamental para a reflexão e a pesquisa de fato inovadora vem sendo proscrito como inatividade. A redução dos prazos tem implicado na intensificação e extensão da jornada de trabalho dos pesquisadores. A incorporação de novas bases tecnológicas nessa atividade reduziu o tempo de trabalho necessário para levar adiante uma série de tarefas, liberando mais tempo para mais trabalho, ou trabalho excedente.

Indiscutivelmente nesse contexto, enfim, prossegue a autora, tem sido enorme o sofrimento físico e emocional dos pesquisadores e dos demais envolvidos com a produção de conhecimento no país. O ritmo, a intensidade, os valores competitivos e o clima de animosidade com que se tem convivido no âmbito dos programas de pós-graduação são, pois, responsáveis por numerosos casos de sofrimentos mentais, alienação e adoecimento físico.

Em resposta a essa conjuntura podemos destacar, no âmbito do Serviço Social, as ações que vem sendo desenvolvidas pelo conjunto CFESS/CRESS, sujeito coletivo que já completou cinquenta anos de existência, voltadas para o enfrentamento da degradação das relações e condições de trabalho do assistente social, destinando-se a fortalecer o processo de materialização do projeto ético-político profissional.

Como exemplos podemos ressaltar a luta empreendida pela aprovação do Projeto de Lei nº 152/2008 (BRASIL, 2013) que define a jornada máxima de trabalho do assistente social em 30 horas semanais sem redução salarial, sancionado em 26 de agosto de 2010. Bem como a trincheira de luta pela defesa de concurso público, por salários compatíveis com a jornada de trabalho, funções e qualificação profissional, estabelecimento de planos de cargos, carreiras e remuneração em todos os espaços socio-ocupacionais, estabilidade no emprego e todos os requisitos inerentes ao trabalho, apreendido como direito da classe trabalhadora. Enfim, lutas e resistências à barbárie imposta pela lógica degradante do capitalismo.

No que diz respeito ao trabalho docente podemos destacar o Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior, do CFESS (2012), que tem como objetivo empreender uma grande movimentação nacional do Serviço Social em torno da qualificação do trabalho e da formação profissionais. O CFESS vem reiterando o apoio à luta dos/as trabalhadores/as brasileiros/as por condições mais dignas e igualitárias, reforçando que, embora represente o Serviço Social, se solidariza com a ABEPSS e com o Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) na luta contra a precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior de todo o país.

Assim, como escreveu Santos (2010), nos espaços de representação onde se insere o conjunto CFESS/CRESS, sua atuação vem sendo marcada pela defesa dos interesses do trabalho. Tem sido radicalmente contrária às formas de fazer políticas fundadas na judicialização das lutas sociais, no desrespeito aos instrumentos normativos da profissão, na criminalização dos movimentos sociais e suas lideranças. Na atual gestão, que assumiu em maio de 2011, no contexto do governo Dilma, o qual segue o mesmo projeto econômico e social dos governos anteriores, 02 (dois) grandes eixos podem ser destacados: a luta contra a precarização da formação profissional e a defesa intransigente das condições de trabalho da categoria (RAMOS, 2012).

Não há como não fazer referências aos registros dos autores nos elementos pré-textuais das teses analisadas, principalmente, de alguns sobre o que vivenciaram durante o processo de produção de conhecimento teórico no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. É merecedor de destaque a ênfase dada às exigências de prazos, a falta de liberação das suas atividades

docentes para cursar o doutorado, a fragilidade quanto ao uso de certas metodologias, as lacunas teóricas, dentre outras, o que, a nosso ver ecoa muito mais como denúncia e contestação do que simplesmente um lamento, uma lamúria.

Esses sujeitos têm queixas a fazer. Queixam-se das angústias e desespero de prazos e tempos, pois, “[...] afinal, havia que levar em consideração o prazo final de conclusão estabelecido pelos rígidos critérios da CAPES” (TESE 01, EIXO 01, p. 17).

Queixam-se da difícil tarefa que foi desenvolver o trabalho sem que estivessem liberados das suas atividades docentes, conforme registro a seguir:

[...] para nós, o trabalho desenvolvido e ora apresentado renova-se na sua atualidade e importância, muito embora saibamos que realizá-lo não tenha sido uma tarefa simples e da qual tenhamos passado incólumes. Ao contrário, a pesquisa desenvolvida ao longo dos últimos quatro anos foi, absolutamente, visceral. Isto porque permanecemos desenvolvendo nossas atividades docentes, algo que é cada vez mais comum na formação de pós-graduação *strictu sensu*, e as demais atividades como profissional. Essa permanência foi o motor que ora acelerou, ora desacelerou a elaboração deste trabalho [...] (TESE 05, EIXO 02, p. 16 – 17).

Bem como de terem vivido momentos de isolamento, “[...] momentos extremamente difíceis neste percurso” (TESE 02, EIXO 01). De terem se deparado com lacunas teóricas, constituindo-se em enormes “[...] desafios no processo de construção do conhecimento” (TESE 01, EIXO 10, p. 445). Do desafio que tiveram que enfrentar no uso de certas metodologias na coleta e análise dos dados lhes impondo o cuidado rigoroso para não incorrer nas análises pontuais da realidade, ou seja, aquelas privilegiadas pelos defensores da pós-modernidade, como revela o registro a seguir:

[...] desafio foi a utilização da metodologia da História Oral na coleta e análise das entrevistas, sem caricaturas, tomando cuidado para não mergulhar nas idiosincrasias, no privilégio das análises pontuais e dos significados particulares [...] (TESE 02, EIXO 4, p. 14 – 15).

Enfim, esses sujeitos registraram as dificuldades por eles enfrentadas durante o processo de produção do conhecimento teórico decorrentes das condições objetivas e subjetivas nas quais estavam inseridos, chegando muitas vezes a pensarem em recuar, desistir, como um deles registrou: “[...] quase não suportei, quase desisti [...]. Prolonguei o trabalho, intensifiquei ações, serviços e vida [...] tive

medo, receios [...]” (TESE 03, EIXO 02). Além daquelas inerentes ao processo de produção de conhecimento teórico, pois, como escreveu Marx, (2008, p 15; 31) “[...] todo começo é difícil em qualquer ciência” [...] “não há estrada real para ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a cansa para galgá-los por veredas abruptas”.

Assumem claramente a produção de conhecimento teórico como uma contribuição valiosa do Serviço Social para compreensão de problemas sociais que afetam a maioria da população brasileira e para subsidiar a intervenção na realidade social, expressando uma postura ética sobre o papel do conhecimento na sociedade contemporânea, como já detectaram Carvalho e Silva (2005).

Pois, as motivações que circunscreveram esse conhecimento dizem respeito, majoritariamente, às demandas da prática profissional. Esses sujeitos produziram conhecimentos teóricos motivados pelo ideal de contribuir para uma intervenção qualificada na realidade social. Como diz Baptista (1992), a especificidade que particulariza o conhecimento produzido pelo Serviço Social é a inserção do assistente social em práticas concretas e a sua preocupação com a incidência deste saber elaborado sobre a sua intervenção profissional.

Como já vem sendo destacado na bibliografia profissional, para o Serviço Social, inserido na contradição capital x trabalho e norteado por um projeto ético-político que faz opção pelos interesses da classe trabalhadora, o conhecimento da sociabilidade capitalista torna-se decisivo para uma atuação profissional consequente em favor dos sujeitos a quem são dirigidos os serviços sociais.

Não há dúvidas, segundo Tonet (1998), sobre a imperiosa necessidade de se conhecer a realidade, não somente para poder transformá-la, mas também para delinear os traços gerais do objetivo a ser atingido e os meios a serem empregados. Sendo a realidade um complexo de essência e fenômeno é indiscutível a relevância do trabalho científico-filosófico no processo de conhecê-la.

A elaboração teórica é imprescindível para que ocorra uma prática lúcida. No momento atual, no qual a sociedade encontra-se dilacerada, imersa em uma crise do capital que põe a humanidade diante de problemas de uma magnitude jamais vista, querer lutar contra o capital, que se vale de um grande aparato científico, querer transformar o mundo sem um consistente conhecimento da realidade é, sem dúvidas, candidatar-se antecipadamente ao fracasso, conclui o autor acima referido.

Para Leher (2010), dialeticamente o conhecimento forjado nas lutas de classes pode propiciar condições para que se façam avançar conhecimentos que ultrapassem o mundo fenomênico, imediato, e que permita apreender, em pensamento, as determinações mais significativas do devir, a dialética entre essência e aparência no quadro de condições históricas, sociais e ideológicas determinadas, contribuindo, necessariamente, com as lutas dos trabalhadores em favor de uma hegemonia dos que vivem do próprio trabalho e que são explorados.

Nesse sentido, ressalta, o conhecimento teórico pode, é fato, fortalecer a intervenção lúcida no real, combinando tática e estratégias, com o intuito de enfrentar as contradições do capitalismo. Porém, a grande dificuldade é que atualmente são poucos os intelectuais orgânicos presentes aos movimentos dos trabalhadores ou, se não orgânicos, ao menos praticante da independência intelectual em face dos dispositivos centrais de poder e que guiam suas pesquisas por princípios éticos. Conjunturas de crise são, por conseguinte, ricas em termos culturais, simbólicos, científicos, tecnológicos, enfim. Contudo, os subalternos somente poderão ampliar sua hegemonia com a formação de novos intelectuais dentro e fora da universidade.

Portanto, esses sujeitos produziram um conhecimento teórico decorrente, majoritariamente, de pesquisas bibliográficas, documental e de campo, na perspectiva de fornecer subsídios à análise do movimento do real e, assim, contribuir na instrumentalização do assistente social para a intervenção na realidade.

Enfim, foi numa conjuntura bastante adversa, na qual cada vez mais o conhecimento da realidade e os modelos clássicos de interpretação do mundo vêm sendo desafiados, conformando um cenário propenso à reposição de perspectivas fundadas no pragmatismo, voluntarismo e no teorismo (SIMIONATTO, 2005), que esses sujeitos produziram conhecimento, definiram os temas dos quais extraíram os seus objetos de estudo, temas estes que serão apresentados a seguir.

## 4.2 Temas prevalecentes

A diversidade de temas verificada nas pesquisas na área de Serviço Social tem sido ressaltada por diversas pesquisadoras de reconhecidas competências e profissionalismos, a exemplo de Iamamoto (2007), Yazbek (2005), Carvalho e Silva (2005), Simionatto (2005), que impulsionadas pelos compromissos éticos e políticos que informam as suas trajetórias profissionais buscam, com seus protagonismos, em especial, nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social e na CAPES e CNPq, contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento e consolidação do Serviço Social brasileiro como área de produção de conhecimento.

O privilégio da categoria profissional, socialmente convocada a atuar transversalmente nas múltiplas expressões da “questão social”, na defesa dos direitos sociais e humanos e das políticas públicas que o materializam explica essa diversidade que vem comparecendo nas pesquisas realizadas no âmbito do Serviço Social. O que indica uma profissão com profunda vocação histórica, atenta ao ambiente das transformações operadas nas relações entre o Estado e a sociedade no Brasil, no marco das relações internacionais. Essa inquietante agenda de questões denota, pois, a intensa interlocução da profissão com o movimento da sociedade, permitindo compreendê-la densa de historicidade (IAMAMOTTO, 2007).

Nessa direção, Simionatto (2005) argumenta que o amplo arco de temas priorizado na produção teórica do Serviço Social nos autoriza a afirmar que avançamos no trato teórico e metodológico da realidade social e do próprio Serviço Social, de maneira crítica, na apreensão dos inúmeros problemas e desafios com os quais vem se defrontando a profissão. Alargaram-se os conhecimentos acerca dos processos sociais contemporâneos, das particularidades da constituição e do desenvolvimento do capitalismo, do Estado, do trabalho, da sociedade civil, da pobreza, da cidadania, das políticas sociais, do Serviço Social, enfim.

De fato, constatamos nas teses de doutoramento que compõem o universo da nossa pesquisa essa diversidade de temas que vem circunscrevendo o interesse dos pesquisadores na área de Serviço Social, resultante, como já destacado por Iamamoto (2007) de uma série de determinantes históricos, sociais e políticos, relacionados com o próprio desenvolvimento da sociedade, que define demandas concretas para o Serviço Social e exige respostas profissionais.

São temas que vem compondo a agenda de debates no âmbito da categoria profissional, sob a direção das suas entidades representativas, justamente no contexto histórico onde as bases de produção da “questão social” sofrem profundas transformações com as inflexões verificadas no padrão de acumulação e a propalada crise da sociedade do trabalho, com a crescente redução da capacidade de absorção do mercado de trabalho e a ampliação do desemprego estrutural.

Como diz lamamoto (2001), contexto adverso, mas decisivo para o Serviço Social e para a sociedade. Momento de acumular forças políticas e fôlego acadêmico diante das investidas conservadoras que naturalizam o ordenamento capitalista e as desigualdades e contradições que dele emanam.

Cenário marcado, como escreveu Netto (1996c), por profundas transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, enfim.

Nas expressões de Barroco (2009), conjuntura favorável à revitalização do conservadorismo e do individualismo, os quais nas relações institucionais reproduzem formas de pensar burocráticas, legitimadoras das normas institucionais, modos de comportamento competitivos, despolitizados e individualistas que empobrecem o conhecimento crítico da realidade e, necessariamente, alienam as relações cotidianas. No Serviço Social, tal conjuntura, favorece a emersão de práticas e posicionamentos tradicionais com novas roupagens através da combinação entre ideias pós-modernas, irracionalistas e, sobretudo, valores conservadores que, ora nega a universalidade dos valores com base no agnosticismo e em um relativismo ancorado na defesa de um pluralismo eclético, ora, pois, reeditando os postulados tradicionais da profissão mesclados a referências marxistas abstratas ao tempo em que são refutados os fundamentos ontológicos da teoria marxista, ou seja, a perspectiva de totalidade e o seu caráter revolucionário, a luta de classe e a centralidade do trabalho na vida social.

Logo, cenário que exige do pesquisador colocar-se criticamente em face do significado social do seu trabalho. A pesquisa social não é desinteressada, ela implica mediações valorativas que incidem sobre sua direção social, demandando posicionamentos éticos e políticos. No Serviço Social a produção de um conhecimento crítico, através de uma pesquisa desveladora da realidade em suas diversas dimensões e determinações que as funda, é parte das conquistas inscritas

na trajetória do projeto ético-político, não se perdendo na história. Contudo, poderá sofrer significativas regressões nesse contexto, constituindo um enorme desafio político para profissão, o qual não poderá ser enfrentado sem considerar as lutas sociais mais gerais na direção da superação de suas determinações, conclui a autora.

Assim, foi possível constatar no conjunto das teses mapeadas que os assistentes sociais vêm se debruçando sobre questões que se articulam com suas áreas de interesse. Prevaecem os temas que historicamente têm sido privilegiados nas pesquisas na área. Ou seja, os grandes temas, conforme o quadro apresentado a seguir, a exemplo da política social, dos direitos humanos, do trabalho, da prática profissional etc., o que, de imediato, expressa uma tendência contrária ao que apregoa o ideário pós-moderno, com o seu culto as abordagens micros, pontuais, fragmentadas, e, conseqüentemente, uma relação de aproximação com a direção social estratégica do projeto ético-político profissional, ancorada numa perspectiva teórica que prioriza as análises macro, regidas pelo princípio da totalidade.

Quadro 01 - Agrupamento das teses a partir dos eixos temáticos

EIXOS TEMÁTICOS	PROGRAMAS				
	UFRJ	UFPE	PUC-RS	PUC-SP	TOTAL
1 - Trabalho, Questão Social e Serviço Social	06	05	04	01	<b>16</b>
2 - Política Social e Serviço Social	12	14	16	25	<b>67</b>
3 - Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional	09	03	10	18	<b>40</b>
4 - Movimentos Sociais e Serviço Social	05	01	-	02	<b>08</b>
5 - Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	06	04	-	02	<b>12</b>
6 - Classes Sociais, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social	05	01	06	08	<b>20</b>
7 - Ética, Direitos e Serviço Social	03	02	05	05	<b>15</b>
8 - Educação, Comunicação e Cultura	04	03	01	05	<b>13</b>
9 -Capitalismo e Pobreza	02	02	03	02	<b>09</b>
10 - Outros	04	-	01	03	<b>08</b>
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>35</b>	<b>46</b>	<b>71</b>	<b>208</b>

Fonte: Dados da pesquisa documental

No conjunto dessa produção o eixo temático referente à política social lidera em termos de número de teses, reunindo 67 (sessenta e sete), das quais 25 (vinte e cinco) foram defendidas no PPGSS - PUC-SP.

Em seguida comparece o eixo temático Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, congregando 40 (quarenta) teses, com maior incidência no PPGSS-PUC-SP, que reuniu 18 (dezoito) teses.

O eixo temático Classes Sociais, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social, reuniu um total de 27 (vinte e sete) teses, destas 08 (oito) defendidas no PPGSS - PUC-SP, ocupando a terceira posição em número de teses.

No eixo Trabalho, Questão Social e Serviço Social, foram congregadas 16 (dezesesseis) teses, das quais 06 (seis) foram defendidas no PPGSS - UFRJ.

Com 15 (quinze) teses reunidas segue o eixo temático Ética, Direitos e Serviço Social, com maior concentração no PPGSS-PUC-SP, com 05 (cinco) teses.

O eixo temático Educação, Comunicação e Cultura ocupa a sexta posição, congregando 13 (treze) teses, das quais 05 (cinco) foram defendidas no PPGSS-PUC-SP, o qual reuniu o maior número de teses nesse eixo.

O eixo temático Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, congregaram 12 (doze) teses, destas 06 (seis) foram defendidas no PPGSS-UFRJ.

Logo em seguida comparece o eixo temático Capitalismo e Pobreza, com 09 (nove) teses, das quais 03 (três) foram defendidas no PPGSS-PUC-RS.

O eixo temático Movimentos Sociais e Serviço Social reuniu 08 (oito) teses, das quais 05 (cinco) são oriundas do PPGSS-UFRJ.

Enfim, ocupando a última posição no conjunto dos eixos temáticos temos aquele, no qual foram reunidas as teses que não se enquadraram nos demais. Neste foram agrupadas 08 (oito) teses, as quais versam sobre variados temas, a exemplo da subjetividade, identidade, dentre outros, bem ao gosto das análises pós-modernas.

Para o nosso estudo foram selecionadas 42 (quarenta e duas) teses, as quais estão distribuídas conforme o quadro a seguir:

Quadro 02 - Apresentação da amostra

<b>AMOSTRA 20%</b>					
<b>EIXOS TEMÁTICOS</b>	<b>PROGRAMAS</b>				
	<b>PUC-RS</b>	<b>UFPE</b>	<b>UFRJ</b>	<b>PUC-SP</b>	<b>TOTAL</b>
1 - Trabalho, Questão Social e Serviço Social	01	01	01	-	<b>03</b>
2 - Política Social e Serviço Social	03	03	02	05	<b>13</b>
3 - Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional	02	01	02	03	<b>08</b>
4 - Movimentos Sociais e Serviço Social	-	-	01	01	<b>02</b>
5 - Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social	-	01	01	-	<b>02</b>
6 - Classes Sociais, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social	01	-	01	02	<b>04</b>
7 - Ética, Direitos e Serviço Social	01	-	01	01	<b>03</b>
8 - Educação, Comunicação e Cultura	-	01	01	01	<b>03</b>
9 -Capitalismo e Pobreza	01	-	-	01	<b>02</b>
10 - Outros	-	-	01	01	<b>02</b>
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>07</b>	<b>11</b>	<b>15</b>	<b>42</b>

Fonte: Dados da pesquisa documental

O eixo Política Social e Serviço Social congregou um total de 13 (treze) teses, defendidas nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010, sendo 02 (duas) oriundas do PPGSS -UFRJ, 03 (três) do PPGSS-UFPE, 05 (cinco) do PPGSS- PUC-SP e 03 (três) do PPGSS- PUC-RS.

É notório o privilégio concedido ao tema das políticas públicas nessa produção teórica, em especial as políticas sociais, espaço em que se inscreve majoritariamente a atuação do assistente social. Sobressai-se o interesse pela seguridade social, em especial saúde e assistência, campo tradicionalmente importante para o Serviço Social. Na área da saúde o foco recai sobre a Reforma Sanitária Brasileira, a promoção da saúde e a Reforma Psiquiátrica no Brasil. Com relação à assistência destacam-se os estudos sobre as políticas sociais destinadas ao adolescente que comete ato infracional, as práticas dos Conselheiros Tutelares, a Adoção internacional e a Gestão da Política de Assistência Social. No campo de geração de trabalho e renda merece atenção às abordagens sobre as políticas sociais ativas, com destaque para a economia solidária como alternativa às

transformações no mundo do trabalho e para a avaliação de programas sociais, uma das competências do assistente social, conforme a Lei de regulamentação da profissão - Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Comparece estudo sobre as políticas sociais para o novo milênio, sobre a responsabilidade social das empresas e sobre a legislação brasileira antirracista - A Política Social das Quotas.

Quanto ao eixo Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional verifica-se que este reúne 08 (oito) teses defendidas nos anos 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, sendo 02 (duas) oriundas do PPGSS-PUC-RS, 03 (três) do PPGSS-PUC-SP, 02 (duas) do PPGSS-UFRJ e 01 (uma) do PPGSS - UFPE, ocupando a segunda posição nas prioridades temáticas desta produção. Os temas versam sobre a formação profissional, o projeto ético - político profissional, o ensino da pesquisa e a desregulamentação do mercado de trabalho e seus impactos no Serviço Social.

O eixo Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social, no qual estão agrupadas 04 (quatro) teses, ocupa a terceira posição na eleição de temas nessa produção. São teses que foram defendidas nos anos de 2006, 2007 e 2008, no PPGSS-PUCRS, PPGSS-PUCSP e no PPGSS-UFRJ, versando sobre transexualidade, violência de gênero, relações sócioafetivas e geração.

No eixo Trabalho, Questão Social e Serviço Social foram reunidas 03 (três) teses, defendidas, respectivamente, nos anos de 2005, 2007 e 2008 nos PPGSS-UFRJ, PPGSS-UFPE e no PPGSS-PUC-RS. O trabalho, considerado a categoria estruturante da vida em sociedade pela tradição intelectual que informa a direção social estratégica do projeto ético político da profissão, e a “questão social”, objeto do trabalho profissional, alçaram a quarta posição na eleição dos temas. O foco recai sobre as particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro, com destaque no desemprego e seus determinantes históricos e contemporâneos; sobre o trabalho infanto-juvenil na área rural e sobre a jornada de trabalho dos docentes do ensino superior.

No eixo Ética, Direitos e Serviço Social, que reúne 03 (três) teses defendidas nos anos 2006, 2007 e 2009, no PPGSS-PUC-RS, PPGSS- PUC-SP e no PPGSS-UFRJ, a ênfase recai, principalmente, sobre a bioética no exercício profissional e sobre Direitos Humanos.

No eixo Educação, Comunicação e Cultura, que reúne 03 (três) teses, defendidas nos anos de 2006, 2007 e 2009, no PPGSS- PUC-SP, PPGSS- UFPE e

PPGSS-UFRJ, os temas contemplados são o uso social da informação, globalização e cultura.

No eixo Movimentos Sociais e Serviço Social estão agrupadas 02 (duas) teses, as quais foram defendidas nos anos 2006 e 2007, respectivamente no PPGSS - PUC-SP e no PPGSS- UFRJ, recaindo a ênfase nos temas movimentos sociais e sindicalismo.

No eixo Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, comparecem 02 (duas) teses, defendidas no ano de 2007, respectivamente no PPGSS-UFPE e PPGSS-UFRJ. A ênfase recai sobre os temas da apropriação dos espaços públicos pelos trabalhadores de rua como contra uso na construção do direito ao trabalho e à cidade e sobre os fluxos migratórios que vem se intensificando com a globalização.

No eixo Capitalismo e Pobreza, que reúne 02 (duas) teses, defendidas nos anos 2006 e 2009, no PPGSS-PUC-RS e PPGSS-PUC-SP, o foco recai sobre a pobreza, a fome e segurança alimentar.

E finalmente o eixo Outros reúne 02 (duas) teses defendidas nos anos de 2005 e 2007, no PPGSS- PUC-SP e no PPGSS- UFRJ com ênfase na identidade social e na subjetividade.

Partindo do suposto de que o Serviço Social acompanha o movimento do capitalismo contemporâneo e dele recebe influxos, explicitando-se na cultura profissional, podemos dizer que a eleição desse amplo arco temático na agenda dessa produção teórica guarda íntima relação com essa contextualidade histórica.

Em concordância com as análises de Simionatto (2005), podemos inferir que a eleição de determinados temas nessa produção, bem como os avanços , continuidades e descontinuidades da pesquisa na área decorre não simplesmente de questões internas da profissão, mas, também daquelas originadas pela crise estrutural do capitalismo e sua incidência nas diversas dimensões da vida social.

Em virtude da inserção dos assistentes sociais nos processos sócio-históricos reais e concretos, bem como pelo investimento teórico-intelectual que um significativo segmento da profissão vem realizando, o Serviço Social , segundo Guerra (2010), detém hoje um largo conhecimento sobre as políticas sociais, especialmente a de seguridade social, que vem nos habilitando a intervenção político-acadêmica e socioprofissionais em vários setores da sociedade. Além disto, a categoria profissional vem protagonizando diversos movimentos em defesa de

uma determinada concepção de política social, constituindo um incomensurável patrimônio.

Na conformação da particularidade brasileira, no atual contexto de contrarreforma do Estado, de acentuada desigualdade social e perdas de direitos historicamente conquistados, as políticas sociais vêm sendo cada vez mais caracterizadas como paternalistas, geradoras de desequilíbrios, devendo ser acessadas via mercado. A grande orientação é a focalização das ações, com estímulo a fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferências de renda, a mobilização da “solidariedade” individual e voluntária, bem como das organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil (BEHRIG, 2009).

Como bem destacaram Mota, Amaral e Peruzzo (2012), observa-se o alinhamento do combate à pobreza com a defesa do crescimento econômico, protagonizado pela burguesia e o seu Estado. Com sua postura contrarreformista, buscam a todo custo apagar as referências do trabalho, seja pelo desemprego, seja pelas novas e precárias formas de trabalho e pela supressão das conquistas dos trabalhadores nos anos 1980. O atendimento de parte das reivindicações e necessidade das classes “subalternizadas” vem sendo realizado apartado dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida. Ou seja, desistoricizando a pobreza vem sendo atendidas algumas necessidades das classes trabalhadoras, sem, contudo, romper com os interesses das classes dominantes.

Não resta dúvida de que as transformações que vem ocorrendo no nível social se expressam, também, no perfil demográfico das populações com um considerável aumento da média de vida, e na emergência de protagonistas sociais, a exemplo das mulheres e dos jovens. As demandas femininas ganharam força emancipatórias, passando a atravessar as práticas sociais como questões que não mais podem ser obscurecidas. A juventude, na medida em que as relações geracionais foram redimensionadas, passou a constituir uma categoria social específica, gerando inovações valorativas e rupturas com padrões de comportamentos (NETTO, 1996c).

Nesse contexto, porém, coexistindo com formas de resistências e de oposição, registra-se um aumento significativo da violência contra as mulheres, idosos, crianças etc., bem como a ascensão do racismo, da xenofobia e da

homofobia, o que certamente vem despertando o interesse desses pesquisadores pelos temas da transexualidade, violência de gênero, relações sócioafetivas e geração. O tema gênero vale lembrar, na década de 1990 já ocupava um lugar de destaque na agenda acadêmica do Serviço Social, chegando aos anos 2000 como um dos mais desenvolvidos em teses e dissertações da área (SILVA FILHO, 2006).

Nesse lapso temporal se observa o acirramento dos antagonismos de classes na sociedade brasileira, bem como no mundo do conhecimento um acirrado debate acerca do estatuto de centralidade do trabalho no universo da práxis humana, da perda da centralidade das lutas de classes, bem como sobre uma suposta “nova questão social”, levado a cabo pelos ideólogos pós-modernos.

Enquanto isso, a exploração do trabalho infantil vem ocorrendo de maneira assustadora, tendo por base, entre outras, o desemprego, a flexibilização do trabalho e a terceirização. A atividade docente tem sido alvo de degradação e exploração numa escala surpreendente, com fortes repercussões, inclusive, para a saúde dos professores.

No âmbito da profissão, especialmente na esfera acadêmica, tem-se a vigência e a publicização do Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aqui já referidas, as quais concebem a “questão social” como a base de fundação do Serviço Social, colocando em relevo a centralidade da categoria trabalho como dimensão distintiva e constitutiva do ser social.

Como já observou Antunes (1995), a expressão mais evidente da crise do capitalismo na contemporaneidade é a tendência de redução das taxas de sindicalização. A fragmentação, heterogeneização e complexificação da “classe-que-vive-do-trabalho”, além de questionar na raiz o sindicalismo tradicional, dificultar a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora, dificulta, sobretudo, o desenvolvimento e consolidação de uma consciência de classe dos trabalhadores, fundada em um sentimento de pertencimento de classe. Fato que aumenta os riscos de expansão de movimentos xenofóbicos, corporativistas, racistas, dentre outros, no interior do mundo do trabalho.

Esse quadro de múltiplas tendências e direções atingiu fortemente o movimento sindical, originando a crise mais contundente em toda a sua história, atingindo os países de capitalismo avançado, bem como os países do denominado Terceiro Mundo, como o Brasil, México etc., dada a dimensão mundializada dessas

transformações. Possibilitou a reorganização dos movimentos de direita, em particular na Europa, Implicou no empobrecimento e na desmobilização política dos trabalhadores, contribuindo para a crise dos partidos e das entidades de classe dos trabalhadores.

Surgem, então, análises, que ao dirigir as suas críticas as insuficiências das grandes teorias sociais, especialmente, ao marxismo, argumentam que as rápidas transformações por que passa a sociedade conduziram à emergência de uma pluralidade de “novos sujeitos políticos” e que as velhas estratégias de conquista do “poder do Estado” tem que dar lugar à contestação direta de toda e qualquer relação de dominação vigentes nas relações sociais (EVANGELISTA, 1997).

Para o autor, contrariamente às teses da politização do social e o conseqüente estilhaçamento do campo da política, como o surgimento de uma pluralidade de “novos sujeitos políticos”, o que se tem, na verdade, é a ampliação do campo da política, são sujeitos políticos renovados pluridimensionalmente, são espaços políticos esquecidos na cotidianidade e que necessitam ser conectados à totalidade concreta, para que, assim, possam ser apreendidos.

Conjuntura, portanto, como escreveu Barroco (2011), que favoreceu a reorganização dos movimentos de direita. As guerras, os conflitos etnoracistas e religiosos, bem como o fim das experiências socialistas, impulsionando êxodo por todo o mundo, o que expressa um fenômeno contemporâneo vinculado diretamente a barbarização da vida. O discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade, da pobreza e do pobre.

Desse modo, acreditamos que as escolhas por esses temas acima elencados guardam uma íntima relação com as alterações que ora vem ocorrendo no mundo do trabalho e o aprofundamento das expressões da “questão social”. Conjuntura que, segundo Mota, Amaral e Peruzzo (2012), expõem as contradições da dinâmica da acumulação, manifestando-se em diversas frentes, como a financeira, a ambiental, a urbana e a do emprego, dentre outras, que, necessariamente, vem colocando para o Serviço Social complexos desafios de ordem teórica, ética, política e prático-operativa.

Está posto para o Serviço Social, diante da magnitude das transformações que ora vem sendo processadas na sociedade, o desafio de apreender o movimento do real na perspectiva da totalidade. Enfim, o desafio de consolidar e efetivar o projeto ético-político profissional.

Diante do exposto podemos observar que são, pois, relevantes às temáticas priorizadas na produção teórica dos assistentes sociais. No entanto, acreditamos que o exame de temáticas não é suficiente para identificar a relação dessa produção teórica com a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão. Este deve ser tomado apenas como ponto de partida para ressaltar as preocupações que ora circunscreve o campo de produção teórica no Serviço Social. Há de se considerar, além disto, a perspectiva teórico-metodológica prevalecente nessa produção, a presença ou não do ideário pós-moderno e suas implicações, elementos significativos na conformação da relação entre essa produção e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, o que será tratado no tópico que se segue.

#### 4.3 O conhecimento teórico produzido e sua relação com a direção social estratégica do projeto ético-político profissional

Nosso propósito, no presente tópico, consiste, através da identificação da perspectiva teórico-metodológica prevalecente e das manifestações do pensamento pós-moderno na produção teórica aqui tratada, evidenciar a relação que se configura entre esta produção e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão.

Tomando como ponto de partida o agrupamento do material coletado em eixos temáticos e o quadro elaborado para realizarmos as sucessivas aproximações ao objeto de estudo, procuraremos expor os resultados da análise realizada, seguida das nossas considerações.

Nas teses agrupadas no eixo temático Trabalho, Questão Social e Serviço Social, é unânime o anúncio do referencial teórico-metodológico de base marxista/marxiana como sendo o mais adequado para referenciar as análises, conforme registros, apresentados a seguir:

[...] a teoria social marxiana aparece como referência fundante desse processo de pesquisa. A escolha não foi fortuita decorrendo, em primeiro plano, da avaliação de que tal perspectiva é a que melhor responde às exigências descritas acima (TESE 01, p. 16).

Escolhi, como referência básica para o desenvolvimento deste estudo, os trabalhos de Karl Marx (1989) e Friedrich Engels (1985), analisados por intelectuais contemporâneos [...] (TESE 02, p. 15).

Enquanto que a tendência hoje predominante nas ciências sociais, em particular nos estudos que tratam dos fenômenos que ora vem ocorrendo na sociedade, notadamente naqueles de corte pós-moderno, que diante da complexificação do capitalismo contemporâneo questionam implacavelmente a validade do marxismo como teoria social e como práxis política, é merecedor de destaque a não adesão a esse tipo de entendimento pelos sujeitos que produziram o conhecimento teórico agrupado nesse eixo, numa clara defesa da perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana, e, conseqüentemente, a reafirmação da direção social estratégica do projeto ético-político da profissão. Além de, indiscutivelmente, refutarem as análises que, diante das transformações no mundo do trabalho, advogam a perda de centralidade do trabalho enquanto eixo estruturador da vida social e a defesa da emergência de uma suposta nova “questão social”, o que se constata nas seguintes afirmações:

O desemprego nessa tese não chegou a ser uma escolha. Ele se impôs como expressão a ser priorizada na medida em que é resultante do mecanismo básico de reprodução da “questão social”: a lei geral da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, é a partir dele, considerando-se a centralidade do trabalho na constituição da vida social, que se gestam uma série de repercussões na esfera da sociabilidade (TESE 01, p. 203).

[...] não tenho a pretensão de estabelecer unidades conceituais sobre o mundo do trabalho, mas de reiterar a fundamental importância dessa categoria para a compreensão do núcleo central deste estudo [...] (TESE 02, p. 22).

Alguns fundamentam as suas análises nos autores clássicos dessa tradição, a exemplo do próprio Marx, Engels, Otávio Ianni, Chesnais, Antônio Gramsci, Lênin, Lukács, Mészáros, Hobsbawm, Yamamoto, José Paulo Neto, Ivo Tonet, Carlos Nelson Coutinho etc., estabelecendo um debate de ideias com autores de filiações teóricas distintas, com destaque para Robert Castel e Rosanvallon, dentre outros, no sentido de demonstrarem a inviabilidade, impossibilidade de tais ideias para apreender as manifestações do objeto de estudo, adotando o pluralismo das ideias, princípio adotado no projeto ético-político da profissão.

Nesse sentido, vale observar o registro que se segue sobre tal inadequação:

[...] no nível teórico - porque fundadas em matrizes que ignoram a centralidade das lutas entre capital e trabalho para a constituição da “questão social”; 2) a inadequação histórica - que se deve ao fato destas concepções estarem referidas à realidade dos países cêntricos, não podendo ser trasladada, mecanicamente, para a análise de países de capitalismo periférico, como o Brasil (TESE 01, p. 143-144).

No tratamento conferido aos seus objetos de estudo buscam os fundamentos, pois que adotam a perspectiva ontológica, capturando o movimento do real na sua dimensão da singularidade, particularidade e universalidade. Enfatizam a teoria do valor-trabalho na medida em que resgatam os fundamentos do trabalho na sociabilidade capitalista e adota a perspectiva da luta de classe, cujo fim último é a possibilidade da transformação da realidade. Ou seja, seguem a arquitetura teórica marxiana, a qual se funda no tripé: método dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da revolução, pois, sem a presença simultânea destes componentes, como escreveu Netto (1998), a construção teórica dessa tradição desaba.

Contudo, foi possível também perceber em algumas teses agrupadas neste eixo, apesar do anúncio da adesão à perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana, ainda certa dificuldade no trato de tal perspectiva, visto que se constata, não majoritariamente, ainda a presença do ecletismo, o qual como já alertou Coutinho (1995), representa a degradação teórica do pluralismo. Como disse Netto (1996a), expressão científica do sincretismo, traço ídeo-teórico constitutivo do Serviço Social, já discutido anteriormente. .

É evidente a apropriação por alguns do conceito marxiano de fetiche da mercadoria, associado à ideia de sociedade salarial defendida por Castel (1998), bem como aquelas veiculadas por Gorz (1987), autor que advoga a perda da materialidade do trabalho no atual momento histórico, numa clara oposição ao pensamento marxiano e suas pretensões.

Assim procedendo, de forma consciente ou não, um traço da herança conservadora da profissão foi repostado, aproximando-se da epistemologia pós-moderna que ao recusar as análises pautadas no princípio da totalidade, recomenda o entrecruzamento de “paradigmas”, a mescla de diferentes matrizes teóricas, sendo funcional a positividade do capitalismo e, dessa maneira, afastando-se da direção social estratégica do projeto ético político da profissão.

Vale lembrar que, conforme Mota (2007), as análises realizadas por Robert Castel (1998) e Rosanvallon (1998) porta um caráter culturalista dos processos sócio-históricos, expressando o referencial ídeo-político por eles adotados. Refutam do horizonte histórico e teórico qualquer possibilidade de superação da ordem burguesa, dotando a crise capitalista de um caráter genérico, sem classes. Reduzem, pois, a “questão social” às manifestações da pobreza, considerando o seu enfrentamento como um problema que diz respeito às políticas de inserção. Análises essas que se afastam radicalmente das referências à “questão social” inscritas no texto das Diretrizes Curriculares para a formação profissional do assistente social, as quais conferem materialidade à direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

Diretrizes que considera a “questão social” como base de fundação sócio-histórica do Serviço Social, a qual é entendida

[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998a, p. 27).

Para Tonet (1995) não é nova a ideia de completar o marxismo, pois já na Segunda Internacional e posteriormente com o existencialismo, a hermenêutica e o estruturalismo, tal postura já era observada. Porém, a novidade atual é que está ocorrendo uma febre de casamentos entre novos produtos metodológicos que vem sendo lançados no mercado sistematicamente, expressando de maneira contundente o sintoma da decadência ideológica da perspectiva burguesa, que se encontra, hoje, interditando a trilha para a compreensão integral do objeto de estudo.

Para o autor, o progresso do conhecimento se torna impossível onde impera o dogmatismo e a recusa ao debate, o que não significa a aceitação da relatividade dos métodos e da verdade. A abertura ao debate não é conflitante com o privilegiamento de determinado método como o mais adequado para a apreensão da realidade. Tomar ideias de vários autores e articulá-las segundo a conveniência do sujeito pesquisador, sem o devido cuidado de verificar com bastante rigor a compatibilidade de ideias e “paradigmas” diferentes, certamente dará origem a uma

verdadeira “colcha de retalhos” (TONET, 1995, p. 36), não ultrapassando o nível da aparência dos fenômenos.

Nas teses agrupadas no eixo temático Política Social e Serviço Social são também anunciados, majoritariamente, à utilização da perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana, para fundamentar os estudos, conforme registros a seguir:

É com base nessas qualidades e, em especial, nos pressupostos metodológicos empregados por Marx ou, em outros termos, no marxismo ortodoxo, que buscamos apreender a função social da “economia solidária” (TESE 01, p. 80).

A pesquisa realizou-se na perspectiva dialético-crítico através de um conjunto de técnicas quantitativas e qualitativas. A inspiração na produção de Marx, de concepção materialista histórica e dialética, deve-se a consideração do movimento contraditório presente na história do desenvolvimento da humanidade e na produção das relações econômicas e sociais (TESE, 03, p. 169).

Para a realização desta tese foi utilizado o método científico dialético crítico, que consiste em realizar uma análise crítica da realidade com o objetivo de conhecê-la, e também, de transformá-la (TESE 05, p. 62).

Optamos por referenciar o caminho teórico-metodológico no resgate de episódios que evidenciaram o protesto da classe trabalhadora, a partir da generalização da ordem capitalista, seguido da recuperação do debate teórico sobre reformismo, reforma e revolução em Marx e Engels e na tradição marxista clássica, por considerar presentes suas repercussões na direção das lutas atuais, em particular, na luta social pela saúde no Brasil (TESE 10, p. 18).

Mesmo declarando-se adeptos de tal perspectiva alguns desses sujeitos não se reportam às fontes marxianas, fundamentando as suas análises apenas nos seus intérpretes, os mais variados possíveis, a exemplo de Karl Kautsky, o qual, segundo Konder (1992), não era um autêntico dialético, chegando a ser mais um discípulo de Darwin do que mesmo de Marx. Fato este que demonstra um traço de continuidade da herança conservadora da profissão, pois, como já discutido anteriormente, a aproximação inicial de setores do Serviço Social à tradição marxista se deu sem o recurso as fontes clássicas, derivada, como ressaltou Neto (1998), dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes clássicas.

É evidente a presença do ecletismo, pois não são poucos os que recorrem aos autores filiados à tradição marxista/marxiana, a exemplo de Antonio Gramsci, com destaque para os seus conceitos de Estado ampliado e de hegemonia, associados às ideias acerca do poder, dos micropoderes defendidas por Michel Foucault, bem como a sua discussão sobre a loucura.

Rodrigues (2006), no seu competente estudo acerca da obra de Michel Foucault<sup>73</sup>, busca elucidar a existência de um projeto teórico-político foucaultiano coerente, demonstrando a possibilidade de este ser caracterizado de proto pós-moderno. Para a autora, mesmo não portando os argumentos pós-modernos utilizados na produção acadêmica e cultural da virada do século XX para o XXI, a exemplo da defesa de uma transição paradigmática societária e epistemológica, a celebração do sujeito descentrado, o apelo ao irracionalismo, à ênfase no caráter retórico da verdade, dentre outros, a obra foucaultiana, antecipa, em mais de uma década, o duplo caráter regressivo da lógica do capitalismo contemporâneo.

Apesar de ter sido um pensador autêntico e importante de seu tempo, não se pode omitir que é o precursor de um novo irracionalismo, que encarna aspirações progressistas e de esquerda. Realizou com maestria ímpar uma desconstrução racional da razão moderna e formulou certa proposição política transgressiva viável à intervenção social de uma esquerda que no período posterior a 1968 passou a desacreditar no socialismo, mas mantendo uma postura rebelde e transgressiva contra o sistema vigente. Sua obra pode ser concebida como uma resposta reacionária à fase mais desenvolvida da dialética do seu tempo, tendo como principal alvo o núcleo revolucionário produzido durante a etapa progressista do pensamento filosófico do século XX, o humanismo, o historicismo e a razão dialética. Assim, expressa o conservadorismo presente na sua obra, bem como a sua afinidade com o pensamento autodenominado pós-moderno de contestação ou inquietação.

Enfim, para a autora, esse pensador combateu fervorosamente a pseudoneutralidade do positivismo, não obstante acolheu sua racionalidade miserável, manipuladora, fundando um positivismo pelo avesso. Em todas as suas

---

<sup>73</sup> Vale consultar também Coutinho (2010a), especialmente o capítulo IV que trata da evolução do estruturalismo como concepção de mundo, no qual o autor discute a filiação teórica de Michel Foucault a essa perspectiva, ressaltando o anti-humanismo tão presente na sua obra.

fases, estruturalista<sup>74</sup>, pós-estruturalista etc. detecta-se o germe da proposição política pós-moderna, visto que forjou um amálgama entre poder e saber. Portanto, considerado um legítimo representante do neoconservadorismo pós-moderno.

Vale ainda ressaltar que em algumas teses analisadas, mesmo tomando como suporte para a análise a tradição marxiana/marxista, observa-se o comprometimento do acervo categorial desta tradição, pois, constatamos a ausência da perspectiva da revolução, da possibilidade da construção de outro ambiente social. Pelo contrário, numa aproximação ao reformismo conservador, advoga-se a união entre sociedade, Estado e mercado para solucionar os problemas sociais, conforme registro a seguir:

A sociedade deve buscar o entrosamento entre o Estado e o mercado, para, com essa confluência de forças, conseguir dirimir os problemas sociais, ou, pelo menos, amenizá-los: o Estado legislando e colocando em prática as políticas públicas, e o mercado desempenhando o papel de parceiro, ao fornecer o capital e até o material humano para disponibilizar a execução dessas ações. (TESE 04, p. 122).

Diante disso fica evidente uma concepção de sociedade, de Estado e de mercado funcionais a positividade do capitalismo, pois que os toma como entidades abstratas, sem considerar os antagonismos de classes que regem o envolver da sociedade capitalista, na qual a lógica do mercado perpassa por todas as suas dimensões e o Estado porta um caráter classista, sendo uma instância que tem sua raiz nos antagonismos de classe. Sendo, pois, uma expressão e um instrumento de reprodução e de defesa dos interesses das classes dominantes.

Segundo Coutinho (2011b), a extraordinária descoberta de Marx e Engels, no campo da teoria política, foi, com certeza, a compreensão do caráter de classe de todo fenômeno estatal. O Estado, nessa vertente, tem sua gênese na divisão da sociedade em classes, sendo sua função conservar tal divisão, assegurando que os

---

<sup>74</sup> Para Coutinho (2010 a) igualmente ao positivismo clássico e o neopositivismo, o estruturalismo combate a razão dialética, sendo o reflexo ideológico do mundo manipulado, pois que capta a aparência imediata da sociedade. Assume a racionalidade burocrática e as devastações humanas que ela impõe ao seu objeto como premissas de seu sistema teórico. O homem passa a ser considerado um puro dado passivo de estruturas apriorísticas. A liberdade é simplesmente uma "ilusão". Ao advogar a "morte da ideologia", busca decretar como irracionais, como problemas alheios à ciência e à razão, as questões do sentido da vida, da batalha por uma nova sociedade, da real liberdade humana. Assim, contribui, ainda que não seja a intenção dos seus idealizadores e adeptos, para reforçar nas consciências a certeza de que a atual manipulação dos homens, com todos os seus desdobramentos, é um dado ontológico eterno e imutável.

interesses particulares de uma classe se imponham como o interesse geral da sociedade.

Enfim, é merecedor de destaque, ainda, o comparecimento de estudos voltados para as representações sociais, denominadas de Teorias do Senso Comum, orientadoras dos comportamentos dos homens. Estudos estes que se fundamentam, predominantemente, no conceito marxiano de práxis e nas análises de Serge Moscovi, autor ligado ao campo da psicologia social. Compartilha da ideia de que não há incompatibilidade dessa teoria com os diversos métodos de pesquisa, num claro sincretismo científico expresso no ecletismo teórico, além do subjetivismo da análise, o que pode ser constatado nos registros que se seguem:

O estudo das representações sociais nos últimos anos surge com muita frequência em áreas diversas do conhecimento e o seu conceito é considerado híbrido, não pertencendo a uma única área do conhecimento. Tem raízes na sociologia, antropologia e psicologia social, onde ela ganha de fato uma teorização que tem como figura central Serge Moscovici. Desse modo, as discussões que retratamos nesta tese envolvem a proposta teórica desenvolvida por esse autor, em que as representações sociais são traduzidas pelo senso comum, pela existência de um pensamento social que é fruto de crenças, experiência e trocas de informações que fazem parte da vida cotidiana. E como as representações sociais se constituem em uma das formas de compreensão da realidade, do mundo concreto, elas nos permitem encontrar elementos do discurso social, da riqueza de material simbólico que são trazidos pelos sujeitos sociais. Portanto, tomamos a teoria da representação social como recurso para compreendermos as representações sociais das práticas dos conselheiros tutelares [...] (TESE 10, p. 14-15).

Resta-nos apontar que, no estudo das representações sociais, não há exclusividade na utilização de um método específico de pesquisa. Alguns autores chamam atenção para o caráter multimetodológico, sendo esta teoria, compatível com diferentes métodos (TESE 10, p. 55).

É bem verdade que o ideário pós-moderno busca desconsiderar as diferenças existentes entre o senso comum e o conhecimento científico, colocando-os no mesmo patamar. Assim, toma a cotidianidade como sendo o aspecto privilegiado da realidade social, “o fermento da história”. Como escreveu Zaidan Filho (1989), a realidade deixa de ser a referência para a produção de conhecimento e a representação simbólica do real ocupa o lugar da denominada realidade objetiva.

Como consequência, a preocupação intelectual desloca-se para o discurso e o sujeito histórico perde qualquer substrato ontológico que o constitui.

Para Evangelista (1997), o desprezo pela dimensão ontológica do real faz com que determinadas teoria sociais não consigam ultrapassar a superfície aparente dos fenômenos societários, escapando-lhes a integralidade do seu ser social. Quando, pois, o fragmentário, o microcosmo e o factual, que abundam na cotidianidade, não são considerados como produtos da reificação das relações sócias no capitalismo, instala-se, assim, a irrazão.

Corroborando com as análises de Araújo (2000), podemos inferir que esse tipo de análise, ao debruçar-se sobre as representações simbólicas dos sujeitos, está, necessariamente no nível da fenomenalidade, desconsiderando o distanciamento qualitativo existente entre representação e conceito, entre fenômeno e essência, distinção cara a dialética. Limitar-se ao nível da fenomenalidade é imputar-se a impossibilidade de uma crítica que possibilite aos homens transformar a realidade. Desse modo, reforçam e fortalecem a ordem capitalista, revelando-se como uma perspectiva conservadora e como elementos positivos à funcionalidade dessa sociedade.

Nas teses agrupadas no eixo Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional, é anunciado à opção pela perspectiva teórico-metodológica de base marxiana/marxista, conforme os registros apresentados a seguir:

Temos clareza de que a reflexão sobre questões conjunturais apresenta desafios e não podemos enfrentá-los de modo reducionista, com referências apenas do presente. A compreensão das dimensões que as constituem são fundamentais para o deciframento da realidade e a apreensão do movimento histórico em uma perspectiva dialética, imprescindível para situarmos tendências e desafios em momentos históricos determinados (TESE 05, p. 12).

Ao considerar o método dialético no processamento deste estudo, sobre o ensino da pesquisa nos cursos de graduação em Serviço Social, têm-se, não apenas uma leitura do seu tempo cronológico, mas do seu movimento nos processos que foram (e, estão sendo) desencadeados profissionalmente, de diferentes modos e contextos conjunturais e, por diferentes sujeitos que, nas relações contraditórias estabelecidas socialmente, lhe dão concretude (TESE 03, p. 29-30).

Do legado marxiano, apreendemos seus elementos constitutivos - a teoria do valor-trabalho, o materialismo histórico-dialético e a perspectiva da revolução sócia - constituindo a teoria social de totalidade, a qual Lukács denomina de ontologia do ser social (TESE 04, p. 96).

No elenco dos autores referenciados estão, no geral, os clássicos da tradição marxiana/marxista, a exemplo de Marx, Engels, Gramsci, Lukács etc., bem como os autores contemporâneos filiados a essa tradição, como Meszáros, Karel Kosik, Hobsbawm, Octavio Ianni, Ernest Mandel, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Ricardo Antunes, Celso Frederico, Perry Anderson, Carlos Nelson Coutinho, dentre outros, e aqueles da área de Serviço Social, com destaque para José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Lúcia Barroco, Yolanda Guerra, Ana Elizabete Mota, Marina Maciel Abreu etc.

Nesses estudos o Serviço Social é tratado em conformidade com as concepções defendidas por Iamamoto (1998a), ou seja, como uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Portanto, imerso na história da sociedade da qual é parte e expressão, o que se pode constatar no registro que se segue:

Partimos neste texto de um eixo de análise bastante recorrente no campo científico do Serviço Social que busca estabelecer a relação entre a profissão e a realidade como uma possibilidade para deciframento dos fenômenos com os quais intervém e, no nosso caso, investiga (TESE 01, p. 19 - 20).

Observa-se a busca pela apreensão do movimento do real, numa perspectiva de totalidade, na atual crise de acumulação capitalista e os seus influxos na profissão, com destaque para o mercado de trabalho profissional, as demandas e as respostas profissionais, os desafios que ora se apresentam para a formação profissional e para a consolidação e efetivação do projeto ético - político profissional, além da consideração dos retrocessos e avanços até aqui conseguidos.

Nesse eixo, portanto, não identificamos influências do pensamento pós-moderno, bem como problemas no trato com a perspectiva teórico-metodológica tomada para fundamentar as análises, o que expressa à aproximação desse conhecimento com a direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

No eixo Movimentos Sociais e Serviço Social, identificamos diferenças substanciais no tratamento conferido pelos autores aos seus objetos de estudo.

No estudo sobre sindicalismo e cidadania fica evidente a opção que o autor fez pela tradição marxista, referenciando a análise em autores clássicos dessa tradição, a exemplo de Marx, Engels, Gramsci, Leandro Konder, Lukács, Hobsbawm, Mandel, Marshall, Mészáros, dentre outros. Reafirma o caráter ontológico do trabalho. Problematiza os determinantes que incidem sobre o objeto, ou seja, a crise do capital, a reestruturação produtiva e o ideário neoliberal, adotando a tríade categorial singularidade, particularidade e universalidade. Portanto, assume como princípio metodológico a perspectiva de totalidade, numa clara adesão ao método dialético, a teoria do valor-trabalho e a luta de classe e, assim, reafirma a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão.

Nesse sentido vale observar os registros a seguir:

[...] afirmo a centralidade do trabalho na construção da sociabilidade e como categoria central para se analisar os processos sociais sob o capitalismo. A corrente negação desta centralidade (e conseqüente desvalorização do sindicalismo) pode ser explicada por um pressuposto marxiano: as ideias dominantes em cada época nada mais são que a expressão das relações materiais dominantes (TESE 02, p. 17).

Assim, baseando-me nas indicações de Marx e Gramsci, procedo a esta discussão, no sentido de reafirmar o movimento sindical como relevante instrumento tanto de contraposição à usurpação do capital, quanto de emancipação da classe trabalhadora (TESE 02, p. 24).

Conforme venho sustentando, é no contexto de crise estrutural do capitalismo, que se deve visualizar as características assumidas pelo movimento sindical (TESE 02, p. 66).

A cidadania é tema central do segundo capítulo. Aqui procedo a uma longa (porém, necessária) descrição e análise crítica do pensamento social que se inicia na Grécia, passa pelas concepções gramscianas e chega à sua incorporação contemporânea no Brasil. O intuito é o de retirar dessa história um fio condutor que leve à crítica às limitações da cidadania enquanto atributo que se circunscreve à sociedade do capital. Considerar esse limite significa apontar os impasses a que chegam o sindicalismo quando adota a perspectiva cidadã (TESE 02, p. 24).

Enquanto que no estudo acerca dos movimentos sociais, para o qual o autor anuncia a adoção da “[...] perspectiva analítica inserida na abordagem histórica, sócio- crítica, realizando sucessivas aproximações ao objeto de pesquisa “(TESE 01, p. 13), observa-se manifestações da ofensiva pós-moderna, visto que recorre às ideias de autores de diversas filiações teóricas para o tratamento do tema em estudo, a exemplo de Carlos Nelson Coutinho e Francisco de Oliveira, filiados a tradição marxista, bem como Claus Off , sociólogo alemão vinculado à Escola de Frankfurt , que advoga a necessidade da construção de uma teoria sociológica que explique as mudanças sociais, incluindo-se no rol dos críticos da sociedade do trabalho. E Boaventura de Sousa Santos, renomado sociólogo lusitano que vem intervindo civicamente no interior do campo democrático e progressista e com uma vasta produção teórica, compondo o leque de autores considerados pós-modernos de celebração, ou seja, como escreveu Netto (2004), que defendem a ideia de uma nova epistemologia e uma nova sociabilidade, considerando no plano epistemológico que o marxismo nada tem a contribuir na trilha da transição paradigmática.

Desse modo, ao incorporar as ideias acerca de um possível surgimento de uma nova lógica social não mais normatizada pelo mundo da produção defendidas por Off (1989) , bem como o discurso da perplexidade e as abordagens sobre o esgotamento do projeto da Modernidade e as dívidas referentes às suas promessas, além daquelas que dizem respeito a perda de centralidade da classe trabalhadora e o potencial transformador dos novos sujeitos políticos, veiculadas por Boaventura de Sousa Santos, o autor termina, por meio de uma absorção sincrética do irracionalismo pós-moderno , revitalizando a herança conservadora da profissão.

No eixo Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, que reúne estudos sobre a lógica de apropriação dos espaços públicos pelos trabalhadores de rua e dos fluxos migratórios que vem se intensificando com a globalização, portanto 02 (duas) teses, das quais uma adota a perspectiva teórico-metodológica de base marxista, outra adere, claramente, ao ideário pós-moderno.

Escreve um dos autores:

Para atingir esses objetivos, estabelecemos o diálogo com a literatura especializada, tendo como referencial teórico central o marxismo, que tem como princípio de investigação a totalidade para compreender as contradições, superações, mediações,

determinações na análise da sociedade capitalista. Isto possibilita aprofundar a atividade crítica, compreendendo como as transformações socioeconômicas estão modificando significativamente o mundo do trabalho, a vida na cidade e a lógica de apropriação dos espaços públicos pelos trabalhadores de rua [...] (TESE 01, p. 23).

No rol das referências bibliográficas que dão suporte ao estudo, encontram-se os autores clássicos da tradição marxiana/marxista e autores contemporâneos filiados a esta tradição, conforme registro abaixo:

Realizamos um levantamento da produção científica para a construção do sistema conceitual sobre cidade, questão social, relação capital/trabalho, apropriação dos espaços públicos, contra-uso e direito. As obras de Marx e Engles (1987), Marx (1996, 1978), Lefebvre (1991, 1999), Harvey (2004), Mészáros (2002), Santos (1994) apresentam convergência analítica fundante para a compreensão dos determinantes do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, em que a vida urbana se revela através de múltiplas tensões e lutas permanentes. Neste sentido, a articulação entre cidade e questão social na perspectiva desenvolvida por Netto (2001) e Iamamoto (2001, 2006) tornam-se fundamentais para elucidar os determinantes e as mediações do capitalismo na contemporaneidade. Para o debate sobre a reestruturação produtiva que promoveu mudanças em todas as esferas, tendo como um dos resultados um drástico crescimento do desemprego crônico, nos apoiamos nas análises de Antunes (1994), Harvey (1994), Mandel (1982), Mészáros (2002) (TESE 01, p. 23-24).

Nesse estudo fica explícita a opção do autor pela perspectiva da totalidade, visto que busca captar a essência do seu objeto de estudo a partir da tríade categorial singular, particular e universal. Destaca a gênese do processo de mercantilização das cidades, abordando as mais significativas transformações urbanas, suas contradições, tensões e a “questão social”, destacando aspectos relevantes da urbanização no Brasil e no espaço universo de sua pesquisa. Analisa as mudanças no sistema capitalista a partir da década de 1970, refletindo sobre a reestruturação produtiva que promoveu transformações em todas as esferas, tendo como resultados um drástico crescimento do desemprego estrutural, precarização do trabalho, como crescimento da informalidade. Aborda ainda as metamorfoses deste processo, revelando a geografia do trabalhador de rua, o seu perfil, destacando as principais razões que levam estes trabalhadores se apropriarem dos espaços públicos.

Enfim, apreende a configuração do objeto a partir das determinações sociais principais presentes no atual contexto social, que consubstanciam as tendências gerais do objeto, adotando, com propriedade, o método dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da transformação social, tríade que sustenta o edifício teórico marxiano.

Enquanto isso, no estudo sobre os fluxos migratórios que vêm se intensificando com a globalização, o autor assume claramente a epistemologia pós-moderna, na medida em que admite a falência do projeto da Modernidade e a emergência de novos fenômenos contemporâneos que reclamam novas formas e modos de apreensão da realidade, afastando-se radicalmente da direção social estratégica do projeto ético-político da profissão.

Como disse Guerra (1995), as conjunturas de crise abalam e hipertrofiam a convicção que os sujeitos depositam na razão objetiva. A tendência, nestes momentos, é, necessariamente, substituir os supostos do conhecimento dado pela razão por pressupostos subjetivistas e irracionistas, o que pode ser observado com clareza no estudo acima referido.

Diante da intensificação dos processos migratórios na atual crise do capitalismo observa-se que o autor busca apreendê-los valendo-se das ideias de autores que compartilham do ideário pós-moderno, ao privilegiarem os pressupostos subjetivistas e irracionistas, o que pode ser constatado no registro que se segue:

A pesquisa que desenvolvemos sobre a temática das migrações em suas interseções com as transformações do trabalho e a produção de subjetividade é basicamente teórica e está referenciada nos estudos e pesquisas realizados no âmbito da vertente da já citada Autonomia das Migrações, cuja ideia central é de que as pessoas, com suas redes afetivas e familiares é que dão forma e movimento às migrações, muito mais do que Estados, governos ou políticas econômicas (TESE 01, p.16).

Assim, eleger, dentre outros, o conceito de “multidão<sup>75</sup>” postulado por Antonio Negri, pois o considera particularmente adequado em um momento em que, na

---

<sup>75</sup> Para Negri (2013) o pensamento filosófico político da modernidade excluía toda multiplicidade das singularidades, unificando transcendentalmente a multiplicidade para forjar o conceito de povo. Dissolvia, pois o conjunto de singularidades da *multitudo* para formar uma massa de indivíduos. Para ele a multidão, “monstro revolucionário”, é um conjunto absolutamente imanente de singularidades, é o nome de uma imanência. Possui uma dimensão política, movendo-se por desejos e afetos, numa movimentação que vai gerando redes de cooperação, laços afetivos. Possui ainda uma dimensão produtiva, porém que ultrapassa a produção de valor estritamente econômico do trabalho assalariado:

transição do fordismo para o pós-fordismo, o pensamento predominante da Modernidade entra em crise, pondo em xeque seus pilares de sustentação: a soberania, a representação, a propriedade privada e o contrato social. Adota as concepções foucaultianas de biopolítica e biopoder; resistência, relações de poder e linhas de fuga. Portanto, um léxico político-teórico que inclui também as noções de estrangeiro, de hospitalidade, do comum, bem como as novas possibilidades de leitura do êxodo e do nomadismo. Conceitos estes que são trabalhados a partir das contribuições de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Derrida.

Além das proposições dos autonomistas<sup>76</sup> sobre o trabalho imaterial, as novas configurações do trabalho e dos fluxos da produção no cenário da globalização, a multidão como classe e como nova ontologia, fundamentando-se em autores, a exemplo do filósofo Antonio Negri e Michael Hardt, Maurizio Lazzarato, dentre outros.

Articula o conceito de identidade à temática das migrações, utilizando-se como referência autores “[...] cujas proposições podem fornecer elementos teóricos para ampliar o conceito para além de uma dimensão estrutural que hoje não se sustenta mais” (p. 117). Assim, Seleciona, dentre outras, as contribuições teóricas de Foucault, que destaca as relações de poder, a resistência e a produção de modos de vida.

Afirma, enfim, que

As migrações contemporâneas que pretendemos estudar desenrolam-se, portanto, em um mundo pós-fordista, pós-nacional, pós-soberanista, um mundo atravessado por crises e marcado pelas possibilidades de transformação que acompanham essas crises.

---

é a vida que produz formas de vida. A multidão é, portanto, um conceito de classe, uma nova classe sempre produtiva e em movimento, que continua sendo explorada em sua capacidade de cooperação para produzir, devendo ser considerada de um ângulo distinto do conceito de classe trabalhadora. Enfim, é uma potência que necessita não só se expandir, mas que quer se corporificar, possuir um corpo que se funde no corpo do *General Intellect*, a atividade de produção através da cooperação das subjetividades que o próprio Marx já havia antecipado nos *Grundrisse*. Para maiores aprofundamentos consultar Negri (2013).

<sup>76</sup> De acordo com Lessa (2005, p. 84), a tese defendida pelos autonomistas, dentre estes se destaca Negri, refere-se ao movimento de autovalorização da classe trabalhadora, a qual inclui a multiplicidade das formas e relações de trabalho produtivas que se acumulará enquanto alternativa à valorização capitalista. Desse modo autonomia significa que a classe revolucionária expandida constitui o comunismo no interior da sociedade capitalista. A simples decisão subjetiva dos operários é o bastante para que se constitua uma esfera autônoma á reprodução do capital, na qual impera um novo processo de valorização, ou seja, o processo de valorização proletária. A nova subjetividade da classe trabalhadora efetivaria uma total inversão, eliminando a racionalidade capitalista. “Precisamente aqui se localiza a gênese da ‘nova ética’ enquanto expressão de uma outra cultura e de outra racionalidade que seriam autônomas e alternativas à racionalidade capitalista”.

Essas possibilidades traduzem-se em novas subjetividades, ou melhor, em novas formas de subjetivação e de estar no mundo que dizem respeito, por sua vez, aos novos modos de agir e interagir, que se recompõem em redes de comunicação, de produção, de troca de informações, de relações, nos muitos mundos possíveis que compõem o nosso real (TESE 01, p. 22).

No eixo Classe Social, Gênero, Raça, Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social, a perspectiva teórico-metodológica de base marxista/marxiana não comparece na totalidade dos estudos, visto que também são privilegiadas as abordagens pautadas “na vertente da identidade”, bem como na Antropologia, em particular na tradição da análise simbólica.

Nesse sentido vale destacar o registro de um desses autores:

[...] o processo de aprofundamento de meu diálogo com a Antropologia, assumindo-o como fundamental na condução teórico-metodológica de meu trabalho e assumindo a tradição da análise simbólica como forma privilegiada de dialogar com os narradores (TESE 04, p. 14).

Mesmo naquele que se declara marxista, foi possível constatar a tendência ao ecletismo teórico, o que já vem sendo destacado nos demais eixos aqui considerados. Tendência esta que mantém uma sintonia com a epistemologia pós-moderna, a qual se constitui como um ponto de tensão na relação entre a produção teórica aqui em apreço e a direção social estratégica do projeto ético - político profissional.

Ao tratar do tema da transexualidade, por exemplo, o autor, explicitamente, anuncia o materialismo histórico como o veio analítico privilegiado no seu estudo, conforme registra: “[...] penso que até aqui tenho deixado claro onde está à âncora para o meu entendimento da realidade social: o materialismo histórico.” (TESE 01, p. 142).

Porém, sincreticamente, recorre, na tentativa de desvendar a realidade estudada, as diversas áreas do saber e tipos de conhecimentos, a exemplo da arte, da literatura, da arquitetura e da mitologia, bem como as várias metodologias, o que pode ser observado no fragmento destacado a seguir:

A complexidade do tema conduzia para a ideia de que o fenômeno transexualidade só poderia ser compreendido, e ainda relativamente, se abordado por diferentes áreas de conhecimentos e metodologias variadas [...] (TESE 01, p. 78).

O recurso à Antropologia é justificado para dar conta das questões culturais que envolvem o tema da transexualidade, conforme o exposto:

Para trazer o aporte da Antropologia, vou usar como referência James (1998) que, para contribuir com o conhecimento sobre a transexualidade, explora a variedade e os diferentes caminhos nos quais sexualidade e gênero são entendidos em outras culturas e, conseqüentemente, pode realçar a importância de separar os conceitos de sexo e de gênero. A Antropologia oferece um útil relativismo cultural, que permite considerar o meio em que a cultura molda e é moldada pelas atividades e empreendimentos das pessoas, desde as mais íntimas questões corporais até o mais global sistema econômico. Em relação às questões de transexualidade, tal proposta comparativa explora a variedade e os diferentes caminhos nos quais sexualidade e gênero são entendidos em outras culturas e, conseqüentemente, pode realçar a importância de desatrelar conceitos sobre sexo dos conceitos de gênero. Realça, assim, a importância de um contexto social na formação do entendimento de gênero como algo não dado, mas apreendido (TESE 01, p. 54-55; 58-59).

#### A Biologia para

[...] introduzir como se desenvolve a sexualidade, partindo da base biológica, passando pela construção do gênero e as intercorrências advindas da condição polissêmica do ser humano, chegando à questão da transexualidade, que passa a ser, no trabalho em curso, mais um dos elementos de composição no processo de construção da identidade (p. 22).

A Arquitetura como figura metafórica, contudo, passando a ser utilizada como um recurso metodológico, o que se constata no registro que se segue:

A Arquitetura até aqui foi usada como uma figura metafórica. Não obstante, penso que deixa de sê-lo quando se vai falar do conjunto de disposições, perspectivas teóricas e estratégias que dizem respeito ao desenho da pesquisa que, num sentido mais estrito, viria a chamar-se de método de pesquisa (p. 146).

Antes, quero retomar a questão da Arquitetura, a qual pode ser entendida como a arte de construir ou de como se constitui uma edificação, sendo que as metáforas arquitetônicas fazem parte de uma retórica que se utiliza para descrever indivíduos, grupos sociais,

como também para descrever espaços teóricos. A Arquitetura vai além do levantar e baixar de paredes e instalações, acrescentar e retirar cores; na elaboração de um projeto de construção, junto vão as premissas sociopolíticas do autor, como consubstancia a afirmação de Niemeyer, que abre este texto. E utilizo-me do mesmo para ancorar o referencial teórico do qual me valho para criar e/ou reproduzir um espaço conceitual sobre identidade, assim como o arquiteto, que ao erigir um projeto para a casa de uma família, junto cria um conceito sobre a mesma (p. 120).

A Arte para relacionar com a forma com que busca apresentar os dados da pesquisa. Portanto, no desenho da estética para efetuar a decomposição das partes que constituem a identidade, para dela se aproximar e desvendar como o transexual consegue superar as contradições materializadas na sua história:

Lanço mão da produção de Picasso, em especial do Cubismo, para relacionar com a forma com que pretendo apresentar os dados da pesquisa, pois encontro afinidade neste estilo, e na arte, para seguir ao encontro de como se constitui o processo de construção social da identidade do transexual, bem como com a proposta do método dialético, realizando um processo de decomposição do real, para recompô-lo como concreto pensado. [...] Para chegar ao meu intento, recorro à decomposição do real, simbolizada pela fragmentação do cubismo, e começo a buscar os vários elementos do prisma que vai difratar não só as diferentes identidades, como manter o permanente movimento de transformação, o qual é inerente à realidade. (p.165 - 166).

## A Literatura

[...] para compreender as questões históricas, e encontro Hesíodo, poeta da Grécia Antiga, na obra “Os Trabalhos e os Dias”: aqui ele divide a história da humanidade num trajeto descendente que vai da idade do ouro e da prata, aquela da ausência das necessidades, das doenças, da presença do prazer e da justiça, seguida da idade de bronze, até chegar à idade do ferro, que se caracterizava pelas constantes lutas antagônicas entre o bem e o mal, entre o ócio e o trabalho (p. 73).

Enfim, a Mitologia como metáfora para ilustrar a conceituação da síndrome transexual, de acordo com o que se segue:

A fim de ilustrar as diferenças nos gêneros que se estabelecem na convivência social, recorro à Mitologia e, para isso, retorno ao que Eliade (2002, p. 125) referiu ao dizer que o mito ajuda à ‘eliminar as dúvidas que poderia conceber quanto aos resultados de seu empreendimento’ (p. 30).

A produção de pesquisas e estudos, nesta área, enseja uma incursão conceitual, usando metaforicamente o Cavalo de Tróia como ponto de partida. [...] A imagem do Cavalo de Tróia serve como metáfora para ilustrar a conceituação da síndrome transexual que define a convicção precoce, permanente e irreversível de o indivíduo pertencer ao sexo oposto, em uma *peessoa totalmente normal* sob o ponto de vista cromossômico, hormonal e somático, provocando o intenso sentimento de que o corpo biológico não lhe pertence e, ao mesmo tempo, aprisiona a sua alma (p. 34 - 35).

Nesse caso vale retomar as considerações feitas por Tonet (1995) acerca dos estudos interdisciplinares, os quais, na perspectiva do autor, expressa um modo de pensar equivocado, pois acaba por atribuir ao conhecimento uma autonomia que de fato ele não possui, tratando a fragmentação do saber como um processo que se dá no âmago do próprio saber. A soma de partes justapostas não produz um conhecimento totalizante, o qual somente poderá ser produzido a partir de fundamentos metodológicos radicalmente diferentes daqueles que embasam a perspectiva da cientificidade moderna. Ou seja, fundamentos que implicam uma teoria geral do ser social, tendo na categoria ontológica da totalidade a sua chave mestra.

Coutinho (1996), ao se referir ao nascimento das ciências sociais particulares, comenta que a rígida divisão científica do trabalho, consagrada pela atual concepção de universidade, estimula a emergência de um pensamento fragmentário bastante favorável aos interesses da burguesia. O nascimento das ciências sociais se constitui em um dos momentos constitutivos da ideologia burguesa, pois que essa especialização, ao dificultar ou até mesmo interditar a reflexão sobre a sociedade em sua totalidade, dificulta ainda a captação das contradições antagônicas e das tendências evolutivas gerais da vida social, que vislumbram a construção de uma nova ordem social. Para o autor, independentemente das posturas concretas que seus representantes possam assumir, as ciências sociais particulares tendem ao positivismo, ao imediatismo, à aceitação da realidade social como um conjunto de dados insuperáveis.

Contudo, adverte o autor, se por um lado, a divisão científica do trabalho expressa o esmaecimento do ponto de vista da totalidade, ela, por outro lado, corresponde a complexidade cada vez maior das sociedades atuais. O que significa

que, quando apreendem momentos significativos do real, elas apresentam resultados positivos, ainda que lhe falte o ponto de vista da totalidade.

Naqueles que se fundamentam na vertente da identidade, bem como na tradição simbólica, verifica-se que a análise da realidade se faz a partir dos sentidos conferidos pelos indivíduos a realidade, determinando o que seria verdadeiro ou não. Assim, o que atribui sentido e significado á verdade não é o movimento do real, a práxis social e histórica dos homens, mas seu universo sócio-simbólico, daí que a racionalidade passa a ser resultado do consenso (GUERRA, 1995).

Enfim, reduz o alcance da teoria a características elegidas individualmente, inviabilizando a apreensão da totalidade. Nesse caso, como disse Teixeira (2004, p. 24) “[...] a verdade radica-se no sujeito do conhecimento e não nas coisas; é ele que imprime sentido a um mundo sem sentido”.

É de valia observar o que escreve um dos autores sobre a sua postura metodológica: “Considerando-se a proposição do trabalho e a riqueza da metodologia utilizada, em que a valorização se dá na narrativa do sujeito [...]” (TESE 03, p. 24).

Pressupostos metodológicos esses amplamente defendidos pelos adeptos da pós-modernidade e veiculados nos meios acadêmicos atualmente, especialmente por aqueles que buscam desqualificar o princípio metodológico pautado na totalidade, como base de análise da realidade social, priorizando a singularidade dos indivíduos e os fatos específicos, instaurando uma visão da história a partir de fragmentos e momentos inteiramente dispersos.

Portanto, um conhecimento que, ao eleger a imaginação dos sujeitos como referencial de exame da realidade social, em detrimento do objeto real, da apreensão das relações que se estabelecem com a totalidade social, ou seja, com o sistema capitalista em seus aspectos objetivos e subjetivos, econômicos e culturais, alinha-se aos pressupostos defendidos pela pós-modernidade e, assim, se distancia da direção social estratégica do projeto ético-político da profissão.

No eixo Ética, Direitos e Serviço Social, constata-se uma clara disputa na forma de conhecer e interpretar a realidade , ou seja, o privilégio, por um lado, de uma perspectiva idealista e, por outro, de uma pautada na ontologia.

A título de demonstração, sirvam os seguintes registros, nos quais os autores explicitam as suas preferências teóricas e metodológicas:

Para a compreensão do sentido humano da alteridade busca-se a contribuição do conhecimento de Emmanuel Lévinas, nele a exploração dos caminhos do sentido da justiça e da liberdade, a partir da sua experiência durante a segunda guerra mundial, do sofrimento da morte de sua família no holocausto, e de ser prisioneiro levado a executar trabalhos forçados. O pensar filosófico de Lévinas (2005, p. 269) 'é um questionamento ético que vai além da ontologia, pois ele sustenta o ser social não apenas na existência temporal, mas no horizonte de sua consciência' (TESE 01, p. 49).

O referencial que apoia a análise proposta neste trabalho está balizado na ontologia do ser social em Marx, que compreende o homem como um ser social e prático, que produz a si mesmo através de suas objetivações e organiza sua vida em sociedade, sua relação com a natureza e com os outros homens de acordo com o nível de desenvolvimento de produção e reprodução de suas relações sociais. [...] Tomamos como referência a contribuição de Lukács na obra *Ontologia do Ser Social* (1979) que, dentre as obras de referências marxistas das décadas de 60 e 70 do século XX, apresenta uma análise distinta sobre a teoria social de Marx por desvelar o seu caráter ontológico (TESE 02, p. 26-27).

O filósofo lituano naturalizado francês Emmanuel Levinas<sup>77</sup>, no qual um dos autores acima referidos fundamenta o seu estudo, segundo Melo (2003), foi fortemente influenciado pela fenomenologia de Edmund Husserl. O seu pensamento filosófico não pode ser entendido distante do idealismo hegeliano, da fenomenologia husserliana e do existencialismo heideggeriano.

Perspectiva filosófica essa que, grosso modo, ao privilegiar a subjetividade como o polo regente do conhecimento, como ordenadora do mundo, se contrapõe radicalmente a perspectiva ontológica, que toma o homem na sua unidade - objetividade e subjetividade. Como disse Tonet (1997), naquilo que é o seu traço mais característico, a atividade. O homem é atividade. Sua essência reside num processo que reúne, necessariamente, subjetividade e objetividade. Portanto, ser ativo significa dar forma objetiva ao que foi pré-configurado idealmente.

Para Guerra (1997), a ontologia marxiana se ergue na busca pela apreensão do modo de ser e de constituir o ser social. O pensamento não é concebido dissociado do ser e, deste modo, teoria e prática se vinculam. Permite compreender a realidade objetiva pela análise dos seus elementos constitutivos e da vinculação

---

<sup>77</sup> Confira Melo (2003). Nessa obra, resultado da sua tese doutoral, o autor trata, de maneira brilhante, do edifício filosófico de Emmanuel Lévinas, ressaltando a característica idealista dessa perspectiva filosófica.

entre eles, bem como os conteúdos da consciência, visto que pelo pensamento o homem reproduz idealmente sua vida real.

A obra lukácsiana, a qual é tomada como referência em um dos estudos agrupado nesse eixo, “Ontologia do Ser Social”, é, segundo Netto (2004, p. 142), somada a “Estética”, a que se confronta duramente com a ambiência cultural contemporânea, “[...] que colide frontalmente com o atual ‘espírito do tempo’ [...]”, visto que porta um cariz ontológico, pelo qual, a referida ambiência cultural é visceralmente avessa.

Assim, podemos dizer que aqui também se constata a ofensiva do pensamento pós-moderno, visto que, como já ressaltou Netto (2004), um dos traços mais característicos da ambiência cultural pós-moderna, afora o banalismo nas suas formulações, reside em que, nela, o antiontologismo vincula-se a uma concepção clara e grosseiramente idealista do mundo, expressa na entificação da razão moderna.

No eixo Educação, Comunicação e Cultura, no qual estão agrupadas as teses que tratam da experiência do Teatro do Oprimido como uma prática cultural de criação coletiva, do uso social da informação e da globalização e cultura prevalece à perspectiva teórico-metodológica de base marxiana/marxista, com suporte na obra de Gramsci, conforme o registro de um desses autores: “[...] optamos pelo método histórico-crítico-dialético de análise de nosso objeto. [...] tendo como orientação teórico-metodológica as reflexões de Antônio Gramsci” (TESE 01, p. 11 - 83).

Gramsci é atualmente o pensador italiano mais lido e traduzido no mundo inteiro, com forte influência no pensamento social brasileiro desde os anos 1960, período em que a sua obra passa a ser, amplamente, publicada no país (COUTINHO, 2011b; SIMIONATTO, 1995). Seus escritos tem despertado interesse nos estudiosos situados no campo das Ciências Sociais, abrangendo desde a Filosofia à Pedagogia, da Sociologia à Crítica literária, da Teoria Política ao Serviço Social. Sua presença no Brasil justifica-se, em larga medida, pela possibilidade de que os seus conceitos nos ajudem a desvendar significativas características da nossa particularidade histórica. Conceitos estes como estado ampliado, sociedade civil, hegemonia, guerra de posição, dentre outros.

As suas principais contribuições ao desenvolvimento do pensamento marxista, resalta Coutinho (2011b), não se limitam simplesmente ao terreno da crítica da economia política. Sem refutar a centralidade ontológica das relações de

produção na explicação da vida social, dirigiu sua atenção para a esfera da política e da ideologia. Portanto, não se afastando do legado marxiano.

Assim, fundamentados nos conceitos gramscianos, em particular de cultura e nacional-popular, bem como ideologia, hegemonia e sociedade civil os autores das teses agrupadas nesse eixo tratam os seus objetos de estudo numa perspectiva de totalidade, buscando articulá-los aos determinantes históricos estruturais e conjunturais que possibilitaram a sua constituição.

Aqui se observa uma apropriação qualificada do referencial teórico-metodológico anunciado, o que demonstra os avanços já conquistados pelo Serviço Social na sua aproximação ao marxismo.

Porém, não se pode omitir a presença também de estudos interdisciplinares, conforme registro a seguir:

[...] adotamos uma abordagem interdisciplinar e, em linhas gerais, tomamos como referencial para análise da comunicação a vertente latino-americana das pesquisas de recepção. Tais estudos se pautam na lógica que reveste o processo de recepção, especialmente nas classes populares, de trabalhar com a significação (os sentidos) e neste caso, o receptor é o sujeito do processo (TESE 02, p. 61).

Numa articulação sincrética recorre, por exemplo, às ideias de Gramsci, de Robert Castel e dos autores que defendem a perda de centralidade do trabalho, expressando o pluralismo metodológico, postura esta que, segundo Tonet (1995), porta um considerável equívoco.

Para Tonet (1995), os argumentos que fundamentam o pluralismo metodológico, por um lado, se refere ao modo de ser da realidade social, por outro ao modo de concebê-la. No primeiro caso advoga-se que a radical mudança ocorrida no mundo atual levou a perda de significado das categorias ontológicas da totalidade e do trabalho como fundamentos do ser social. Ou seja, diante da complexificação da atual realidade se faz necessário novas formas de apreendê-la. Enquanto que no segundo, reclama-se por novos “paradigmas”, visto que aqueles surgidos na modernidade com seu caráter totalizante tornaram-se inadequados. Além dos argumentos sobre o tolhimento da liberdade do pesquisador ao assumir algum método como o caminho privilegiado para a apreensão do real.

Enfim, o pluralismo metodológico, caro aos adeptos da pós-modernidade, não deixa de ser uma forma de relativismo e de ecletismo, visto que o seu fundamento encontra-se na subjetividade e não na objetividade. Na sua concreta forma atual, portanto, expressa uma solução equivocada e anticientífica, contribuindo para fomentar o extravio da razão e, por isso, devendo ser aguerridamente combatido.

Um aspecto também bastante curioso na tese em apreço se refere ao anúncio sobre a utilização da “Teoria do Serviço Social”, o que pode ser constatado nos trechos a seguir:

Buscamos apoio na Teoria do Serviço Social, cuja interpretação da realidade, aceita neste trabalho, associa-se a um arcabouço categorial articulado, proporcionador de um conhecimento do ser social; bem como contem a possibilidade de captação de direções a serem assumidas na intervenção do real e a um projeto de sociedade que constitui a utopia que se deseja atingir, uma dimensão de natureza eminentemente teórico-política [...] (TESE 02, p. 13).

Deixamos evidenciado que a concepção gramsciana de interpretação está sendo encaminhada neste trabalho através da Teoria do Serviço Social, que se caracteriza como uma área de estudos e reflexões catalisadora dessa articulação entre diferentes segmentos sociais, reorganizando e renovando o saber (TESE 02, p. 83 - 84).

A concepção sobre o Serviço Social expressa nesse estudo se enquadra no que lamamoto (1998a, p.20) denomina de “[...] uma visão endógena, focalista, uma visão ‘de dentro’ do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos”. Ou seja, que trata a profissão a partir de si mesma, lhe conferindo uma autonomia histórica com respeito à sociedade, às classes e às lutas sociais. Que trata, pois, sem considerar a ordem social que a funda e a fundamenta, a era dos monopólios (NETTO, 1996a).

A perspectiva endogenista, parte da herança conservadora da profissão, conduziu muitos estudiosos da área a pensarem o Serviço Social, inclusive, como uma ciência, detentor de uma teoria própria. Perspectiva esta combatida, vigorosamente, pelos adeptos da vertente histórico-crítica que, grosso modo, entende a profissão como sendo um produto histórico.

Já tem sido largamente demonstrado na literatura contemporânea do Serviço Social, fundada na Teoria Social de Marx, a exemplo da obra de Netto (1996a), de lamamoto (1997; 1998a) de Montañó (2007), dentre outras, que o Serviço Social não

possui um objeto de conhecimento próprio, portanto não produz teoria própria. Possui, é certo, um saber técnico-operativo autóctone, porém seus objetos de pesquisa, seu arsenal heurístico e suas teorias são comuns a outras profissões sociais.

O assistente social, como ressalta Montañó (2007), pode produzir teoria, mas ela não é própria, e sim teoria ou conhecimento teórico sobre o social, que fará parte do acervo do conhecimento teórico produzido sobre a sociedade.

No eixo Capitalismo e Pobreza, no qual está agrupado as teses que tratam do tema da pobreza e segurança alimentar e do pobre, enquanto que um autor anuncia e justifica a sua opção pelo referencial teórico-metodológico de base marxiana/marxista, outro, numa clara adesão ao irracionalismo pós-moderno anuncia a sua preferência pela abordagem nietzschiana.

Assim, escrevem:

A partir da perspectiva teórica, cujo escopo fundamenta-se numa perspectiva histórica, procurou-se cercar o objeto de conhecimento com a compreensão de mediações e correlações possíveis, através da dialética marxista para a explicação das condições que determinam a realidade social investigada. Esse procedimento muito favoreceu a identificação de elementos para análise na forma de sua contradição- por exemplo: fome/alimentação; pobreza/riqueza; latifúndio/sem terra, entre outros (TESE 01, p. 18).

A partir de uma abordagem nietzschiana, este estudo trata da potência dos pobres e requer a introdução de um novo diálogo numa perspectiva onde a pesquisa possa extrair do mundo uma invenção que arde, cria e conduz à vida, fazendo ressoar a potência soberana do sujeito. Ao invés de privilegiar um universo moral que a tudo ordena, parte-se da potência afirmativa que se ergue como ética criadora de modos de vida, apontando para um novo sujeito ético-político intenso, ousado e pleno de superação. Restituindo á verdade seu caráter limitado, desfazendo-se do véu absoluto da razão, trata-se, sobretudo, de incitar o pensamento e a vida a se abrirem ao múltiplo, longe de certezas e modelos, na direção de uma infinita experimentação criadora (TESE 02, p. 11).

Aquele que se fundamenta no marxismo problematiza os determinantes culturais, econômicos e políticos que incidem sobre o objeto estudado, priorizando a perspectiva de totalidade. Recorre aos autores clássicos e contemporâneos dessa tradição e a obra “Geografia da Fome” de autoria do médico e geógrafo Josué de Castro, pois, segundo o autor, a referida obra se constitui um marco teórico que norteia a construção da Política de Segurança Alimentar no Brasil.

Enquanto que aquele que prioriza a abordagem nietzschiana centra sua análise na perspectiva do culto ao indivíduo, o qual, segundo Rodrigues (2006), triunfou claramente nos anos 1980 no pensamento pós-moderno que se pauta na concepção do indivíduo como uma mônada social. Ou seja, na vitória do individualismo sobre o sujeito humanista, legado da Modernidade. Logo, centra a análise na subjetividade, ressaltando a esfera da moral, da ética, do poder e da produção de novos modos de subjetividade, desvinculados das bases materiais e históricas de sua produção. Prioriza o imediato, o instante, o transitório.

O indivíduo é visto como portador de um fator incivilizável, de uma potência criadora, soberano de si mesmo, enfim, de uma capacidade de reinventar a vida, de reinventar um mundo de resistência e criação. A sociedade como resultado de relações subjetivas, que confluem em modos de vida, diferentemente da consideração da sociedade enquanto resultante das relações de produção estabelecidas entre o homem e natureza e entre os próprios homens.

Fundamenta-se, essencialmente, nas análises do filósofo alemão Friedrich Nietzsche e dos filósofos franceses Gilles Deleuze e Michel Foucault, dentre outros, responsáveis pelo renascimento do interesse pela obra nietzschiana.

Segundo Netto (2004) as teorias “críticas” ao legado da Modernidade, em geral, não esqueçamos, se alimentam, basicamente, da filosofia irracionalista<sup>78</sup> de Friedrich Nietzsche. Portanto, considerado um precursor da pós-modernidade.

E, finalmente, no eixo Outros, o qual reúne os estudos sobre Identidade Social em Alcoólicos Anônimos e sobre a Subjetividade no Campo do Serviço Social, observa-se o anúncio da perspectiva teórica metodológica marxista e de abordagens interdisciplinares.

Em uma das teses analisadas encontramos os seguintes registros:

[...] perspectiva interdisciplinar de análise. [...] abordagens psicoterapêuticas contemporâneas e a teoria do empoderamento. [...] como se pode depreender, a estrutura conceitual da tese utilizou uma perspectiva interdisciplinar de análise, dadas as variadas dimensões e a complexidade do fenômeno em estudo (TESE 01, p. 18).

---

<sup>78</sup> Vale consultar Coutinho (2010a), que brilhantemente trata do irracionalismo e Rodrigues (2006), onde se encontra uma qualificada discussão acerca da continuidade do pensamento nietzschiano na obra de Michel Foucault.

Para a construção da base teórica desta tese, partimos da noção do "paradigma da complexidade" apontada por Vasconcelos (2002). Segundo este paradigma, proposto por Edgar Morin, qualquer trabalho ou debate no campo das ciências humanas e sociais deve levar em conta estratégias epistemológicas capazes de envolver um debate interdisciplinar, crítico e pluralista entre diferentes correntes teóricas, sem querer dizer com isto cair em um apelo ao relativismo radical (TESE 01, p. 109).

Para fundamentar a sua análise, numa clara postura eclética, adota, entre outras, a noção de ideologia em Gramsci, autor de filiação marxista, e a noção de tradição associativista defendida por Alexis de Tocqueville, o qual como político pertenceu ao Partido Liberal Francês e como sociólogo a descendência de Montesquieu, sendo sua obra um grande manifesto liberal ao povo francês (QUIRINO, 2006).

Assim escreve:

Optamos por trabalhar com as noções de ideologia e tradição associativista. Por ideologia, entendemos, apropriando-nos de um conceito gramsciano, as diferentes concepções e visões de mundo que norteiam pensamentos e ações concretas em todas as esferas da vida individual e coletiva, como, por exemplo, na arte, no direito, na atividade econômica, entre outras (Bottomore, 1988) (TESE 01, p, 20).

Já a noção de "tradição" implica pensar um conjunto de idéias que se institucionalizaram e são objeto de uma transmissão cultural ou intergeracional, como é o caso da tradição associativista que vem existindo nos EUA há várias gerações consecutivas. [...] trata-se de uma tradição que nasce em um tempo e lugar: estamos falando dos EUA, e de um tempo: século XIX. Ao falarmos de uma tradição, também não podemos deixar de mencionar quem deu o nome a esta tradição, ou melhor, quem percebeu a existência da mesma ao vivenciá-la e deu a ela um nome e uma filiação: estamos falando do pensador Alexis de Tocqueville, nascido na França, em 1805 (TESE 01, p. 69).

Enfim, se baseado no paradigma da complexidade e na perspectiva interdisciplinar recorre aos autores do campo da antropologia, da sociologia, da socioanálise, da psicossociologia, da psicologia analítica e da psicanálise, tendo na relativização cultural uma importante estratégia de pesquisa.

Assim, somos autorizadas a dizer que aqui também comparece o relativismo e o irracionalismo pós-moderno. Como disse Tonet (1995), a variedade de métodos, de verdades, expressando o ecletismo ou o sincretismo, enfim, a recusa do ponto de vista da totalidade.

Naquele que anuncia o marxismo como sendo o mais adequado para apreensão do seu objeto de estudo, podemos dizer que recorre aos clássicos dessa perspectiva, guiando-se pelo princípio da totalidade. Trata o objeto de estudo recorrendo, particularmente, aos conceitos de fetichismo, subjetividade, alienação e estranhamento, à luz do pensamento marxiano, o que se pode observar nos registros a seguir:

A exigência deste trabalho, buscando referência em Marx para a explicitação do objeto proposto, implica numa tarefa que não pode prescindir de autores que, dentro da tradição de pensamento aludida, trabalhem com a subjetividade. Nesse sentido, além dos autores clássicos, houve a apropriação de uma autora brasileira, Anita Cristina A. Resende (1992), que tratou do tema *Fetichismo e Subjetividade*. Nesse trabalho, sob orientação de Octávio Ianni, Resende se debruçou na compreensão, através de categorias presentes no método de Marx, dos elementos que constituem a formação da subjetividade (TESE 02, p. 34-35).

[...] o duplo conceito estranhamento/alienação pareceu-me exemplar para uma reflexão sobre o que se processa nas subjetividades. Marcado pelo aviltamento dos pobres e de todos aqueles que vivem da ilusão capitalista do trabalho, o estranhamento se processa com os próprios sentimentos produzidos pelos sujeitos. Estes, os sofrimentos, também são transformados em mercadorias e também podem ser enquadrados no cerne das relações de produção/reprodução sociais e de mais-valia (p. 28-29).

Enfim, no conjunto das teses aqui tratadas a perspectiva teórico-metodológica de base marxiana/marxista prevalece o que indica uma relação de aproximação desse conhecimento com a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão. Contudo, não se podem omitir os problemas que ainda permanecem quanto à apropriação desta perspectiva, pois que se constata, em alguns casos, a presença do ecletismo teórico, o comprometimento do seu acervo categorial, além de perspectivas de análises alinhadas ao pensamento pós-moderno, contribuindo para a reposição e revigoração de elementos do lastro conservador da profissão e, assim, potencializando as forças conservadoras no interior da profissão no seu embate contra a direção social estratégica consolidada em oposição ao conservadorismo. Logo, tensionado essa relação.

## 5 Considerações

Com o tratamento realizado neste trabalho, a partir do material coletado, não é nossa intenção destacar conclusões fechadas, prontas, acabadas, mas trazer para o debate da agenda profissional elementos que consideramos relevantes e oferecer subsídios para novos estudos.

Esta ousada e corajosa trajetória nos permitiu uma revisão crítica acerca da produção teórica do Serviço Social brasileiro, porém não nos levou, em nenhum momento e sob nenhum pretexto, a adotar uma postura de árbitro que, do alto de sua cátedra, julga. Pelo contrário, buscamos, incessantemente, considerar o nosso pertencimento a categoria profissional e a nossa atividade de docente e pesquisadora submetida aos mesmos impasses, desafios e possibilidades que os sujeitos protagonistas do conhecimento aqui em tela vivenciaram.

Faz-se importante ressaltar que, para mantermos o anonimato desses sujeitos utilizamos, ao longo desse trabalho, a estratégia da desidentificação dos mesmos, com a menção feita apenas a uma numeração das teses, estabelecida no momento em que agrupamos todas elas em eixos temáticos.

No processo vivido ao longo de nossa pesquisa foi possível obter algumas descobertas que nos possibilitaram apreender, acreditamos, a ampla e complexa problemática, objeto de estudo por nos elegido. Descobertas estas que, aqui, buscaremos, numa tentativa de síntese, destacá-las.

A produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento em Serviço Social, defendidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Pernambuco, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, defendidas no lapso temporal entre 2005 e 2010 e disponibilizadas eletronicamente, expressa o movimento dialético de avanços e retrocessos, de rupturas e continuidades, de embates entre distintos projetos profissionais, próprio de uma profissão que se move no terreno contraditório da sociedade capitalista, dilacerada pelos antagonismos de classes.

Foi possível perceber que permanece o desafio para o Serviço Social superar os problemas, equívocos que, historicamente vem sendo postos e repostos, quanto à apropriação do referencial teórico-metodológico de base marxiana/marxista.

Este trabalho chamou a atenção, dentre outras, para o comprometimento do acervo categorial do referido referencial, pois que constatamos, em alguns casos, a ausência da perspectiva da transformação social. A título de recordação, ressaltamos o registro de um dos autores que anuncia a sua adesão ao marxismo, não obstante propõe como solução para os problemas sociais gerados pela sociedade capitalista, a parceria entre o Estado, a Sociedade e o Mercado, não contemplando o movimento dialético do real e a possibilidade da construção de um ambiente social para além da ordem capitalista.

Constatamos a significativa presença do ecletismo teórico, do sincretismo, pois que muitos recorrem, na tentativa de potencializar o poder explicativo da perspectiva teórico-metodológica adotada, as ideias de autores de distintas filiações teóricas, bem como a distintos métodos de investigação, sem, contudo, considerar a sua compatibilidade. Nesse sentido vale lembrar a presença das proposições dos teóricos que advogam uma suposta “nova questão social”, dos que anunciam o fim da centralidade do trabalho, associadas às ideias de autores da tradição marxiana/marxista que se opõem a tais proposições.

Bem como da visão endogenista acerca da natureza da profissão, quando um desses sujeitos anuncia a sua opção pelo uso da “Teoria do Serviço Social”, numa clara reposição de mais um traço da herança conservadora da profissão.

Somam-se as dificuldades referentes à apropriação do referencial teórico - metodológico de base marxiana/marxista, a ofensiva do ideário pós-moderno, abrindo o caminho para a revitalização do lastro conservador da profissão e, assim, tendendo a afastar essa produção teórica da direção social estratégica do projeto ético-político profissional.

Comparecem na produção teórica aqui tratada abordagens tipicamente alinhadas ao irracionalismo pós-moderno, a sua epistemologia, expressa, necessariamente, na adesão pelas análises subjetivistas nas quais o conteúdo, a essência, a substância da realidade são meras atribuições dos sujeitos individuais. Análises fragmentadas, epistemologistas da realidade contemporânea, revigorando, em particular, o ecletismo teórico, legado da sua herança conservadora.

Contudo, também foi possível constatar a garantia dos avanços até aqui conquistados pela profissão. Ou seja, a recusa e crítica ao conservadorismo, expresso na opção de um número significativo de sujeitos, diante das diversas formas de interpretação da realidade, pelo aporte teórico-metodológico que ancora a

direção social estratégica do projeto ético-político profissional. Chama a atenção o anúncio quase que generalizado pela preferência da perspectiva teórico-metodológica de base marxiana/marxista pelos sujeitos que protagonizaram esta produção.

Apesar dos problemas identificados, acima referidos, no conjunto prevalecem as análises fundamentadas nessa perspectiva e a apropriação qualificada do seu acervo categorial, pois que adotam o método dialético, a teoria do valor-trabalho e a perspectiva da transformação social.

Assim, acreditamos que o nosso pressuposto foi confirmado, o que nos autoriza a defender a tese de que entre a produção teórica do Serviço Social brasileiro, nas teses de doutoramento, e a direção social estratégica do projeto ético-político profissional se configura uma relação de aproximação, não obstante, tensionada pela presença de abordagens alinhadas ao pensamento pós-moderno, que tem potencializado a herança cultural conservadora da profissão e, desse modo, tendendo a afastá-la da referida direção.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; CEDEPSS. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Proposta básica para o Projeto de Formação Profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 143-171, 1996.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Gestão 2011-2012. **Projeto “ABEPSS Itinerante”**: as Diretrizes Curriculares e o Projeto de Formação Profissional do Serviço Social. (CD-ROM).

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Plano de trabalho**: Gestão 2011/2012. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/plano\\_de\\_trabalho\\_final\\_2011-2012.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/plano_de_trabalho_final_2011-2012.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2012.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **O protagonismo da ABEPSS no passado e no presente**: 30 anos de lutas. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/artigo\\_livro\\_virada.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/artigo_livro_virada.pdf)> Acesso em: 9 jan. 2012.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. As entidades do Serviço Social na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 785-806, 2011.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **A ABEPSS e o fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social**: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs\\_Novembro\\_de\\_2009\\_Final.pdf](http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/GTPs_Novembro_de_2009_Final.pdf)>. Acesso em: 09 jan. 2012.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Plano de trabalho**: Gestão 2009/ 2010. Disponível em: <<http://abepssgestao2009-2010.blogspot.com/2009/04/conheca-o-plano-de-trabalho-da-abepss.html>>. Acesso em: 14 fev. 2010.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Relatório final da pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de serviço social**. São Luís: ABEPSS, 2008. (CD-ROM).

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. *In*: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 79, 2004, p. 72 - 81.

ABREU, Marina Maciel. ABEPSS: a perspectiva da unidade da graduação e pós-graduação e a produção do conhecimento na formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 95, p.173-187, 2008.

AGUIAR, Antônio Geraldo de. **Serviço social e filosofia: das origens a Araxá**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ALMEIDA, Anna Augusta de. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

AMMANN, Safira Bezerra. Produção científica do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 14, p. 144-176, 1984.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1998. p. 9 -23.

ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 15. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 632-636, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANHA, Lúcia. Fundamentos ontológico-sociais das Diretrizes Curriculares em Serviço Social: considerações acerca da nova lógica curricular. **Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço Social**, ano 3, n. 6, abr. 2007.

ARAÚJO, Nailsa Maria Sousa. **Serviço social e revisão curricular dos anos 90**. 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2000.

BAPTISTA, Myrian Veras. A Produção do conhecimento social contemporâneo e sua ênfase no Serviço Social. **Cadernos ABESS**, a produção do conhecimento e Serviço Social, São Paulo, n. 5, p. 84-95, 1992.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; QUINTANEIRO, Tânia. Max Weber. In: QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Ligia de. **Um toque de clássico**: Durkheim, Marx e Weber. 4. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1995, p. 105-147.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A dimensão ético-política do ensino e da pesquisa em Serviço Social. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 10, n. 19, p. 161-170, 2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 79, p. 27-42, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano IX, n. 17, p. 131-143, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: ; CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 301- 321.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSCHETTI, Ivanete. Desafios e atuação da ABEPSS no contexto da “reforma” do ensino superior dos anos 1990: gestão 1998-2000. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 11, n. 22, p. 27-42, 2011.

BRASIL. **Avaliação**: documento de área triênio 2007 – 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/documentos-de-area-/3270>>. Acesso em: 04 jan. 2011.

BRASIL. **Caracterização do sistema de avaliação da pós-graduação.** Disponível em: <<http://capes.gov.br/avaliacao/permanencia-no-snp-g-avaliacao/avaliacoes-antteriores/6871-caracterizacao-do-sistema-de-avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 03 jan. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Currículo lattes.** Disponível em <<http://lattes.cnpq.br>> Acesso em: 20 nov. 2012.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Perfil da Pós-Graduação:** grande área: ciências sociais aplicadas. Disponível em: <<http://www.servicos.Capes.Gov.br/avaliacao/recomendado.html>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

BRASIL. **Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm)>. Acesso em: 16 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 013**, de 15 de fevereiro de 2006. Institui a divulgação das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: <[http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_013\\_2006.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf)>. Acesso 25 nov. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011-2020** Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>> Acesso em: 07 jan. 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação. PNPG 2005 – 2010.** Disponível em: <[http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG\\_2005\\_2010](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010)>. Acesso em: 05 jan. 2012.

BRASIL. **Portal Domínio Público:** Biblioteca Digital Desenvolvida em Software Livre - MEC. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

BRASIL. Presidência da Republica. **Lei n. 12.317, de 26 de agosto de 2010.** Acrescenta dispositivo à Lei no 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. Disponível em: <<http://trabajosocialbrasil.wordpress.com/2010/08/31/o-pl-30-horas-agora-e-lei-12-317-orientacoes-sobre-a-reducao-da-carga-horaria/>>. Acesso em: 27 jan. 2013.

BRASIL. **Relatório de Avaliação 2007 – 2009- Trienal 2010.** Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/SERVIÇO-SOCIAL-RELATÓRIO-DE-AVALIAÇÃO-FINAL-jan11.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2012.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e

seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, ano VII, n. X, p. 05-10, 2007.

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 468-492, 2012.

BRAZ, Marcelo. O III CBAS de 1979: a virada e o seu legado às novas gerações. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 709-719, 2009.

CAPALBO, Creuza. Fenomenologia: tendências históricas e atuais. **Cadernos ABESS**, Ensino em Serviço Social, São Paulo, n. 4, p. 23-36, 1995.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, Formação profissional: trajetórias e desafios, São Paulo, n. 7, p. 15-57, 1997.

CARLI, Ranieri. **Fenomenologia e questão social**: limites de uma filosofia. Campinas: Papel Social, 2013. (Coleção didática do Serviço Social; v. 1)

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs.). **Serviço Social, Pós-graduação e Produção de Conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, Raul de. Modernos agentes da justiça e da caridade: notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 2, p. 43-71, 1980.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CBCISS. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais. **CBCISS**: trabalhando pela igualdade social. Disponível em: <<http://www.cbciss.org/html/relatorios.htm>> Acesso em: 07 nov. 2011.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Assistentes sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão de Serviço Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior**. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/Plano\\_de\\_Lutas.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Plano_de_Lutas.pdf)>. Acesso em: 28 jan. 2012.

CHAUÍ, Marilena et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Poços de Caldas: UNIPUB, 2003.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais, 9 maio 1999b.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 7. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abreu, 2007 (Coleção História do Povo Brasileiro).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1999a.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAUÍ, Marilena. Em torno da universidade de resultados e de serviços. **Revista USP**, Dossiê Universidade Empresa, São Paulo, n. 25, mar-maio, p. 54-61, 1995.

CHESNAIS, François (Org.) **A Finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CISNE, Mirla. Gênero e Serviço Social: determinações e implicações históricas. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 10, n. 19, p. 145-159, 2010.

COSTA, Gilmaisa Macedo; HOLANDA, Maria Norma Alcântara B. de. Serviço social e relação teoria x prática. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: CRESS 5ª Região-BA/FITS, 2008. (CD-ROM).

COUTINHO, Carlos Nelson (Org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b. (Leitores).

COUTINHO, Carlos Nelson. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 701- 717.

COUTINHO, Carlos Nelson. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, 2010a.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

COUTINHO, Carlos Nelson. A “virada” do Serviço Social. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 8, n. 12, p. 5-12, 2009a.

COUTINHO, Carlos Nelson. A força histórico-ontológica e crítico-analítica dos fundamentos. **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 12-45, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010b. p. 29-43.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. A ontologia do ser social: bases para a formação profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 54, p. 9-25, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 11, n. 22, p. 125-158, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 91, p. 5-33, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, Ensino em Serviço Social, São Paulo, n. 4, p. 5-17, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. In: ESCORSIN NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 9-11.

COUTINHO, Carlos Nelson. Serviço Social: dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. In: COSTA, Gilmaisa M.; PREDES, Rosa; SOUZA, Reivan. (Orgs.) **Crise contemporânea e serviço social**. Maceió: EDUFAL, 2010b. p. 85-110.

COUTINHO, Carlos Nelson; ORTIZ, Fátima Grave. Os caminhos e os frutos da “virada”: apontamentos sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. **Revista Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 123-136, dez. 2009.

DANTAS, José Lucena. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. **Cadernos ABESS**, Ensino em Serviço Social, n. 4, p. 37-63, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995 (Coleção Tópicos)

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

EIRAS, Dulce Barbieri. **Serviço social e a influência franco-belga**: estudo sobre os valores tomistas presentes no pensamento do corpo docente do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., Recife, 2006. **Anais...** Recife: ABEPSS, 2006 (CD-ROM).

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 11., São Luís, 2008. **Anais...** São Luis: ABEPSS, 2008 (CD-ROM).

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12., Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 8., Juiz de Fora, 2002. **Anais...** Juiz de Fora: ABEPSS, 2002. (CD-ROM).

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

EVANGELISTA, João E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997 (Questões da nossa época: 7).

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 24, p. 49-69, 1987.

FARIA, Sandra de. **Produção de conhecimento e agenda sócio-profissional no serviço social brasileiro**. 2003. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Na prática a teoria é outra?. In: \_\_\_\_ (Orgs.). **Serviço social**: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 3-22.

FREDERICO, Celso. Marx na pós-modernidade. In: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 141-190.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GRAMSCI Antônio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

GUEDES, Olegana de Souza. A Compreensão da pessoa humana na gênese do Serviço Social no Brasil: uma influência neotomista. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 4, n. 1, jul./dez. 2001.

GUERRA, Yolanda. **A polêmica sobre o mestrado profissional e a área de Serviço Social** – subsídios à reflexão. Disponível em: <<http://www.cresspr.org.br/wp-content/uploads/2012/11/A-POLÊMICA-SOBRE-O-MESTRADO-PROFISSIONAL-E-A-ÁREA-DE-SERVIÇO-SOCIAL-doc-.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2013.

HAEVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HAEVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Revista da Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Rio de Janeiro, n. 3, p. 9 -32, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensino e pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. **Cadernos ABESS**, Produção científica e formação profissional, São Paulo, n. 6, p. 101-116, 1998b.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 15- 50.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez Editora, 1998a.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Reforma do ensino superior e Serviço Social. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Rio de Janeiro, n. 1, p. 35-79, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, Octavio. **Dialética e capitalismo**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

IASI, Mauro Luís. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. **Universidade e Sociedade**, n. 48, p. 122-130, jul. 2011.

IX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

JAMENSON, Frederic. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**, Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, n. 8, p. 33-76, 1998.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil até o começo dos anos trinta**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 23. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. (Coleção Primeiros Passos).

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LARA, Ricardo. Pesquisa e serviço social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Kátalises**, Florianópolis, v. 10, p. 73-82, 2007.

LARA, Ricardo. **A produção do conhecimento em serviço social**: o mundo do trabalho em debate. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Estadual de São Paulo, Franca, 2008.

LAZARRATO, Maurizio; NEGRI, Antônio. **Trabalho Imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEHER, Roberto. Crise estrutural e função social da universidade pública. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 10, n. 19, p. 15-40, 2010.

LEHER, Roberto. **Feições da mercantilização da educação e neocolonialismo**. Disponível em: <[http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir\\_analise.asp?Id\\_Sub\\_Analise=120&Id\\_Analise=6](http://www.lpp-buenosaires.net/outrobrasil/exibir_analise.asp?Id_Sub_Analise=120&Id_Analise=6)>. Acesso em: 14 fev. 2013.

LESBAUPIN, Ivo. (Org.). **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999.

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?** : crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

LIMA, Kátia. Contrarreforma da educação superior e formação profissional em serviço Social. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 8, n. 15, p. 17-34, 2008.

LÖWY, Michel. A crítica romântica da civilização capitalista e sua relação com a cultura católica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 28, p. 127-154, 1988.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, Michel. **Ideologia e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

MACEDO, Myrtes. O tema da criança e adolescente nas pesquisas em Serviço Social. **Cadernos ABESS**, Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, São Paulo, n. 8, p.77-89, 1998.

MANCEBO, Deise. et al. Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, mar. 2006.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente na pós-graduação. **Universidade e Sociedade**, n. 48, p. 76-83, jul. 2011.

MANDEL, Ernst. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANHÃO, César Henrique. **Sincretismo, tradição marxista e estratégias de atuação profissional**: notas sobre a importância histórico-ontológica dos fundamentos para a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social. Recife, 2006, (Manuscritos).

MÁRKUS, Györgg. **A teoria do conhecimento no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974 (Coleção Pensamento Crítico: v. 01).

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MARX, Karl. **Manifesto do partido comunista**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro: O Processo de produção do capital. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MELO, Nélio Vieira de. **A ética da alteridade em Emmanuel Lévinas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003 (Coleção Filosofia; 163).

MESZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **O debate contemporâneo sobre questão social e Serviço Social**. Recife, 2007. Ensaio para concurso do cargo de professor titular do Departamento de Serviço Social da UFPE (Manuscritos).

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs). **Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 11-16.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **As ideologias da contra-reforma e o serviço social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010. p.13 - 34.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Projeto profissional e projeto societário. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 8, n. 12, p. 49-55, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: \_\_\_\_\_ ( Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998, 23-44.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela; PERUZZO, Juliane . O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 153-178.

MOURA, José Barata. **Totalidade e contradição acerca da dialética**. Lisboa: Livros Horizonte LDA, 1977. (Coleção Razão e Diálogo).

NEGRI, Antonio. **Para uma definição ontológica de multidão**. Disponível: em:<[http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Para%20uma%20defini%C3%A7%C3%A3o%20ontol%C3%B3gica%20da%20multid%C3%A3o%20-%20Antonio%20Negri.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2013.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente a crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 1999. Módulo 1, p. 91 -110.

NETTO, José Paulo. A Controvérsia paradigmática nas Ciências Sociais. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 5, p. 7-16, 1992.

NETTO, José Paulo. A crítica conservadora à reconceptualização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 51, p. 59-75, 1981.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996a.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, 2001a.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001b.

NETTO, José Paulo. Das ameaças á crise. **Revista Inscrita**, Brasília, ano 7, n. 10, p. 37-40, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez Editora, 1996b.

NETTO, José Paulo. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 102 p. 650-678, 2009.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**: contribuição à historia das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, José Paulo. Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, p. 141-153, 1995.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, p. 5-20, 2005.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; FALCÃO, Maria do Carmo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996d.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010a, p. 233 -269.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 44, p. 26-42, 1994.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-33, 2000.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996c.

NETTO, José Paulo. Uma face contemporânea da barbárie. In: ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”, 3., Serpa. 2010. **Anais...** 2010b.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1).

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra. **O Mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJU, 2008.

NISBET, Robert A. Conservadorismo e Sociologia. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução crítica a Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. p. 62 -76.

OFFE, Claus. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. (Biblioteca Tempo Universitário nº. 85. Série Estudos Alemães).

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, p. 24 - 28.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o Serviço Social: algumas considerações. **Libertas**, Revista da Faculdade de Serviço Social, Juiz de Fora, v. 6-7, n. 1- 2, p. 1-31, jan- dez. 2007.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PAULO JUNIOR, Ghiraldelli. **O que é pragmatismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos).

PAVÃO, Ana Maria Braz. **O princípio de autodeterminação no serviço social**: visão fenomenológica. São Paulo: Cortez, 1988.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, ano 8, n. 15, p. 35-52, 2008.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Política educacional brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. **Tese** (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Dialética do conhecimento**. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 49. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.

PUC-RS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Biblioteca Central PUC-RS**: Catálogo On-line. Disponível em: <<http://verum.pucrs.br/ppgss>>. Acesso em: 10 jun. 2010.

PUC-RS. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/fssppg/ppgss>>. Acesso em: 20 jun. 2010.

PUC-SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Lumen**: Sistema de Bibliotecas PUC-SP: Sapiencia: Biblioteca Digital. Disponível em: <<http://www.sapiencia.pucsp.br>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

PUC-SP. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/pos/ssocial/programa\\_historia.htm](http://www4.pucsp.br/pos/ssocial/programa_historia.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, Francisco C. (Org). **Os Clássicos da Política**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. p.149-161. (Volume 2).

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo**: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. A mediação das organizações políticas. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 10, p. 41-46, 2007.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. CFESS em tempos de luta e resistência. **Revista Inscrita**, Brasília, 2012, n, 13, p. 34- 39, 2012.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Limites e possibilidades históricas do projeto ético-político. **Revista Inscrita**, Brasília, 2012, n, 12, p. 41-48, 2009.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **(Neo) desenvolvimentismo e Política Social**. São Paulo, n. 12, 2012.

RODRIGUES, Mavi Pacheco. **Michel Foucault sem espelhos**: um pensador proto pós-moderno. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, N. J. G. A.; FÉRRRIZ, A. F. P.; NASCIMENTO, D. C. N. do. Gênero e Serviço Social: a prevalência da mulher nas cinco décadas de existência do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. In: SEMINÁRIO NACIONAL: GÊNERO E PRÁTICAS SOCIAIS, 3., João Pessoa, 2011. **Anais...** João Pessoa, 2011. (CD- ROM).

ROMANO, Roberto. **Conservadorismo romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSANVALLON, Pierre. **A nova questão social**: repensar o Estado Providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

ROUANET, Sergio. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós- moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**; o social e o político na pós-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época: v. 132).

SANTOS, Leila Lima. **Textos de Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, 2010.

SETUBAL, Aglair Alencar. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálises**, Florianópolis, v, 10, p. 64-72, 2007.

SILVA FILHO, José Barbosa da. **O Serviço Social e a questão do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Coord.) **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da Revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 599-649, 2009.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ídeo-culturais da crise capitalista na atualidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Módulo I. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999. p. 77-90.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Florianópolis: Editora UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**, Recife, ano 5, n. 9, p. 51-62, 2005.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. Organismos internacionais, gastos sociais e reforma universitária do governo Lula. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) **Reforma universitária do governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004. p. 47 -72.

SOUSA, Adrianyce Angélica Silva de. **Pós-modernidade**: mistificação e ruptura da dimensão de totalidade da vida social no capitalismo contemporâneo. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do serviço social. **Revista Katálises**, Florianópolis, v. 10, p. 15-25, 2007.

TAVARES, Maria Augusta. A pesquisa no serviço social e o seu método. **Temporalis**, Brasília, ano 10, n. 19, p. 87-96, 2010.

TAVARES, Maria Augusta. Questão social e serviço social. São Luís/MA: ABEPSS, 2008. (CD-ROM).

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho docente na universidade pública: uma reflexão sobre o produtivismo acadêmico na contemporaneidade. **Argumentum**, Vitória, ano 3, n. 3, v. 1, p. 238-250, jan./jun. 2011.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Marx, ontem e hoje. In: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 29-140.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Trabalho e valor**: contribuição para crítica da razão econômica. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-189.

TONET, Ivo. A crise das Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997. p. 185 -202.

TONET, Ivo. **As tarefas dos intelectuais hoje**. Disponível em: <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/As\\_tarefas\\_dos\\_intelectuais\\_hoje.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/As_tarefas_dos_intelectuais_hoje.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2012.

TONET, Ivo. Expressões socioculturais da crise capitalista na atualidade. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 107- 122.

TONET, Ivo. **Interdisciplinaridade, formação e emancipação humana**. Disponível em: <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/interdisciplinaridade\\_formacao\\_emancipacao\\_humana.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/interdisciplinaridade_formacao_emancipacao_humana.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2012.

TONET, Ivo. Modernidade, Pós-modernidade e razão. **Temporalis**, Recife, n. 10, p. 11-28, 2006.

TONET, Ivo. O pluralismo metodológico: um falso caminho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 48, p. 35-57, 1995.

TONET, Ivo. **Universidade pública: o sentido da nossa luta**. Disponível em: <[http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/UNIVERSIDADE\\_PUBLICA\\_O\\_SENTIDO\\_DA\\_NOSSA\\_LUTA.pdf](http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/UNIVERSIDADE_PUBLICA_O_SENTIDO_DA_NOSSA_LUTA.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2013.

TRISTÃO, Ellen Lucy et al. O processo de mundialização do capital e sua forma “adequada” de conhecimento. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 98, p. 245-282, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. **Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE; Catálogo online PERGAMUM**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufpe.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>>. Acesso em: 10 jul. 2010.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/pssocial>> Acesso em: 20 jul. 2010.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Base Minerva**: Sistema de documentação da UFRJ– Biblioteca Digital de teses e Dissertações. Disponível: <<http://www.minerva.ufrj.br/>> Acesso em: 10 jul. 2010.

UFRJ. Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <[www.ess.ufrj.br/pg/posgrad.html](http://www.ess.ufrj.br/pg/posgrad.html)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VICENT, Andrew. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

YAZBEK, Maria Carmelita. A Escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. **Cadernos PUC**, São Paulo, n. 6. p. 11-60, 1980.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b. p. 143-164.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio- histórico da profissão. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a, p. 125- 142.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os Caminhos para a pesquisa no Serviço social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 9., Porto Alegre, 2004. **Anais...** Porto Alegre: ABEPSS, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: o trabalho do assistente social e as políticas sociais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/UNB/CEAD, 2000. Módulo 4, p. 19 -33.

YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Das origens à atualidade da profissão: a construção da pós-graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Orgs). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimentos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25-49.

Z Aidan Filho, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A - QUADRO 01 - APRESENTAÇÃO DOS PROGRAMAS POR UNIDADES ACADEMICAS**

<b>U. A. / Conceito Capes</b>	<b>Ano de Fundação</b>	<b>Áreas de concentração</b>	<b>Linhas de Pesquisa</b>
<b>UFRJ / 05</b>	Fundado em 1976, reestruturado em 1987 e em 1995 implantado o nível de doutorado.	1-Questão Social, Políticas Sociais e Serviço Social; 2- Cultura, cidadania e Serviço Social,	1-Políticas Sociais; 2-Processo de trabalho e classes sociais; 3-História e concepções contemporâneas do Serviço Social; 4-Teoria social e Serviço Social; 5-Temas urbanos; 6-Cultura e movimentos sociais; 7-Estado, sociedade e direitos humanos; 8-Democracia e globalização.
<b>UFPE/05</b>	Fundado em 1979 e em 1999 implantado o curso de doutorado.	1-Serviço Social, Movimentos sociais e Direitos Sociais.	1- Serviço Social, políticas e direitos sociais; 2- Serviço Social, trabalho e questão social; 3- Serviço Social, ação política e sujeitos coletivos; 4- Relações sociais de gênero, geração, raça, etnia e família; 5 - Serviço Social, ética e direitos humanos; 6 - Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social.
<b>PUC SP/06</b>	Fundado em 1973 e em 1981 implantado o curso de doutorado	1-Serviço Social, fundamentos e prática profissional; 2-Serviço Social, políticas sociais e movimentos sociais.	1-Serviço Social, identidade, formação e prática; 2-Assistência social e seguridade social; 3-Política social: estado, movimentos sociais e associativismo civil.
<b>PUC-RS/05</b>	Fundado em 1977	1-Serviço Social, políticas e processos sociais.	1-Serviço Social e políticas sociais; 2-Serviço Social e processos de trabalho; 3-Gerontologia social.

FONTES: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <[www.ess.ufrj.br/pg/posgrad.htm](http://www.ess.ufrj.br/pg/posgrad.htm) />. Acesso em 20 de Junho de 2010; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE). **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível: <<http://www.ufpe.br/pssocial/>>. Acesso 20 de Julho de 2010; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <[http://www4.pucsp.br/pos/ssocial/programa\\_historia.htm](http://www4.pucsp.br/pos/ssocial/programa_historia.htm)>. Acesso em 20 de junho de 2010 ; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS). **Programa de Pós –Graduação em Serviço Social**. Disponível em: <<http://www3.pucrs.br/portal/page/portal/fssppg/ppgss>>. Acesso 20 de Junho de 2010.

## APÊNDICE B

**QUADRO 02 - Apresentação do total de teses disponibilizadas, no período de 2005/2010, em arquivos eletrônicos e com conteúdo liberado para consulta pública.**

<b>PROGRAMAS \ ANO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
UFRJ	03	27	08	13	05	-	56
UFPE	13	04	08	06	03	01	35
PUC- SP	12	14	10	19	16	-	71
PUC-RS	-	06	12	14	09	05	46
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>51</b>	<b>38</b>	<b>52</b>	<b>33</b>	<b>05</b>	<b>208</b>

Fontes: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Base Minerva*: Sistema de documentação da UFRJ– Biblioteca Digital de teses e Dissertações. Disponível: <<http://www.minerva.ufrj.br/>> Acesso: julho de 2010. ; BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUPERIOR. *Portal Domínio Público*: Biblioteca Digital Desenvolvida em Software Livre - MEC. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br> >. Acesso em julho de 2010. ; PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Biblioteca Central PUCRS* – Catálogo On-line. Disponível em: < <http://verum.pucrs.br/ppgss> >. Acesso em junho de 2010. ; PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO. *LUMEN* – Sistema de Bibliotecas PUC-SP - *SAPIENTIA* – Biblioteca Digital – PUCSP. Disponível em: < <http://www.sapientia.pucsp.br/>>. Acesso em julho de 2010. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE* – BDTD. Disponível em: < <http://www.bdttd.ufpe.br/>>- Sistema de Bibliotecas da UFPE – Catálogo online PERGAMUM. Disponível em: <<http://www.biblioteca.ufpe.br/pergamum/biblioteca/index.php?resolution2=800>>. Acesso julho de 2010.

## APÊNDICE C

### ROTEIRO PARA LEITURA DIRIGIDA DAS TESES

1. Programa de Pós-Graduação;
2. Eixo temático;
3. Título da Tese;
4. Ano de defesa da tese;
5. Tema;
6. Autor;
7. Orientador;
8. O processo de elaboração da tese, segundo a ótica do autor;
9. Objetivos do estudo;
10. Pressupostos;
11. A motivação pelo campo de investigação;
12. Tipo do estudo;
13. Natureza do estudo;
14. Estrutura da tese;
15. Perspectiva teórica anunciada;
16. Categorias de análise;
17. Técnicas e instrumentos utilizados para coleta e análise dos dados;
18. Resultados alcançados;
19. Referências bibliográficas mais utilizadas;
20. Número de páginas.

## APÊNDICE D

## QUADRO 03 - TESES POR UNIDADES DE ANÁLISES

PPGSS / TEMA / ANO

TESE	PPGSS	ANO	TEMA	COMENTARIOS

**PRESSUPOSTO/TESE/CONSIDERAÇÃO**

<b>TESE</b>	<b>PPGSS</b>	<b>PRESSUPOSTO</b>	<b>TESE</b>	<b>CONSIDERAÇÕES</b>	<b>COMENTARIOS</b>

TESE	PPGSS	PRESSUPOSTO	TESE	CONSIDERAÇÕES	COMENTARIOS

CONSTRUÇÃO/ MOTIVAÇÃO /CONTRIBUIÇÃO						
TESE	PPGSS	TEMA	CONSTRUÇÃO	MOTIVAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO	COMENTARIOS

**OBJETO/ PERSPECTIVA TEORICA/ TRATAMENTO /AUTORES**

<b>TESE</b>	<b>PPGSS</b>	<b>OBJETO</b>	<b>PERSPECTIVA TEORICA</b>	<b>TRATAMENTO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>COMENTARIOS</b>

# **ANEXOS**

## A N E X O A - P O R T A R I A

Ministério da Educação  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006**

Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - Capes, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 20, inciso II, do Estatuto aprovado pelo Decreto n.º 4.631, de 21 de março de 2003, e considerando as manifestações do Conselho Técnico-Científico verificadas no ano de 2005, indicando que a produção científica discente é um relevante indicador da qualidade dos programas de mestrado e doutorado, não aferível apenas através da publicação seletiva nos periódicos especializados, resolve:

Art. 1º Para fins do acompanhamento e avaliação destinados à renovação periódica do reconhecimento, os programas de mestrado e doutorado deverão instalar e manter, até 31 de dezembro de 2006, arquivos digitais, acessíveis ao público por meio da Internet, para divulgação das dissertações e teses de final de curso.

§1º Os programas de pós-graduação exigirão dos pós-graduandos, a entrega de teses e dissertações em formato eletrônico, simultânea à apresentação em papel, para atender ao disposto neste artigo.

§2º Os arquivos digitais disponibilizarão obrigatoriamente as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006.

§3º A publicidade objeto deste artigo poderá ser assegurada mediante publicação através de sítio digital indicado pela CAPES, quando o programa não dispuser de sítio próprio.

Art. 2º Por ocasião do envio dos relatórios para acompanhamento e avaliação o programa deverá apresentar a justificativa para a eventual ausência de depósito de obra, na forma disciplinada por esta Portaria, motivada pela proteção ao sigilo industrial ou ético.

Art. 3º No acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação serão ponderados o volume e a qualidade das teses e dissertações publicadas, além de dados confiáveis sobre a acessibilidade e possibilidade de *download*.

Art. 4º A CAPES divulgará em seu sítio digital a lista dos arquivos utilizados para os fins do disposto nesta Portaria, classificada por Área do Conhecimento.

Art. 5º O financiamento de trabalho com verba pública, sob forma de bolsa de estudo ou auxílio de qualquer natureza concedido ao Programa, induz à obrigação do mestre ou doutor apresentá-lo à sociedade que custeou a realização, aplicando-se a ele as disposições desta Portaria.

JORGE ALMEIDA GUIMARÃES

Disponível em: [http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria\\_013\\_2006.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf).  
Acesso 25 de novembro de 2012.